



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

LORAINÉ FRANÇA GONÇALVES

**ENQUADRAMENTO JORNALÍSTICO DAS
QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS DA SERRA DA
BODOQUENA: uma análise longitudinal do jornal
Correio do Estado (2012 - 2022)**

Campo Grande - MS

AGOSTO / 2024



Serviço Público Federal

Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



ENQUADRAMENTO JORNALÍSTICO DAS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS DA SERRA DA BODOQUENA: uma análise longitudinal do jornal Correio do Estado (2012 – 2022)

LORAINÉ FRANÇA GONÇALVES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMS, como requisito para a obtenção do título de mestre em Comunicação. Área de concentração: Mídia e Representação Social.

Orientador(a): Prof. Dr. Marcos Paulo da Silva

LORAINÉ FRANÇA GONÇALVES

**ENQUADRAMENTO JORNALÍSTICOS DAS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS DA
SERRA DA BODOQUENA: UMA ANÁLISE LONGITUDINAL DO JORNAL
CORREIO DO ESTADO (2012-2022)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Comunicação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação. Área de Concentração: Mídia e Representação Social. Linha de Pesquisa: Mídia, Identidade e Regionalidade.

Campo Grande - MS, 27 de setembro de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Paulo da Silva
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Álvaro Banducci Júnior
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Rafael Paes Henrique
Universidade Federal do Espírito Santo

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

À Serra da Bodoquena, sua biodiversidade e seu povo tradicional.

À minha mãe.

Ao meu pai.

À minha filha.

Ao professor Dr. Edson Silva.

AGRADECIMENTOS

O percurso percorrido até aqui só foi possível porque no processo estavam presentes pessoas que contribuíram para uma caminhada que embora longa, foi traçada com tranquilidade. Assim, é oportuno em primeiro lugar agradecer ao professor Dr. Edson Silva, companheiro de trabalho e de vida, pelo apoio, incentivo e, principalmente, por ter aberto as portas da Serra da Bodoquena, interpretando sua complexidade e evidenciando os dramas humanos das populações tradicionais da região.

Agradeço a minha filha, Preta Margarida, que chegou a este mundo já quando os estudos desta dissertação estavam em andamento.

À minha mãe, Maricleide, por ser esteio, força e exemplo de determinação.

Ao meu pai, Hermogenes, detentor de um vasto conhecimento filosófico e meu incentivador nos estudos.

Aos meus amigos, que souberam respeitar e compreender o meu distanciamento em meio à uma dissertação de mestrado e uma maternidade de primeira viagem.

Ao corpo docente do PPGCom/UFMS e, principalmente, ao meu orientador Prof. Dr. Marcos Paulo da Silva, pelo compartilhamento do conhecimento, parceria e acolhimento em todo o processo.

À Capes, que permitiu a viabilidade desta pesquisa a partir de seu financiamento.

O que tínhamos não era justo e nos trouxe até esse momento limite. Para seguirmos existindo, teremos que ser melhores do que fomos e criar uma sociedade capaz de viver em paz com todas as forças de vida do planeta. Se o princípio é o verbo, o fim pode ser o silenciamento. Mesmo que ele seja cheio de gritos entre aqueles que já não têm linguagem comum para compreender uns aos outros.

Eliane Brum, *O rompimento do mundo dos humanos*

RESUMO

Esta pesquisa situa-se no escopo dos estudos teóricos em Jornalismo e se debruça à temática socioambiental para investigar a construção do enquadramento jornalístico (Entman, 1993; Gitlin, 2003; Porto, 2002) pelo jornal impresso *Correio do Estado*, sediado em Campo Grande/MS. O recorte empírico abrange publicações veiculadas pelo periódico entre janeiro de 2012 e dezembro de 2022. A composição do *corpus* decorre da busca pela palavra-chave “Serra da Bodoquena” no acervo digital do jornal, que resulta em 104 itens jornalísticos encontrados, dos quais 25 são analisados. A hipótese primeira deste estudo está centrada na premissa de que a complexidade da temática socioambiental da Serra da Bodoquena é pouco explorada pelo jornal.

Palavras-chave: Jornalismo; Enquadramento jornalístico; Correio do Estado; Serra da Bodoquena; Socioambiental.

ABSTRACT

This research falls within the scope of theoretical studies in Journalism and focuses on socio-environmental themes to investigate the construction of the journalistic framework (Entman, 1993; Gitlin, 2003; Porto, 2002) by the printed newspaper *Correio do Estado*, based in Campo Grande/ MS, Brazil. The empirical section covers publications published by the newspaper between January 2012 and December 2022. The composition of the corpus results from the search for the keyword “Serra da Bodoquena” in the newspaper's digital collection, which results in 104 journalistic items found, of which 25 are analyzed. The first hypothesis of this study is centered on the premise that the complexity of the socio-environmental issues of Serra da Bodoquena is little explored by the newspaper.

Keywords: Journalism; Framing; *Correio do Estado*; Serra da Bodoquena; Socio-environmental.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Relação de conteúdos jornalísticos publicados entre 2012 e 2022 apresentando a palavra-chave “Serra da Bodoquena	64
Tabela 2: Sistematização do <i>corpus</i> da pesquisa	74
Tabela 3: Item Jornalístico 1: <i>Pequenos e grandes se unem para receber indenização no Parque</i>	77
Tabela 4: Item Jornalístico 2: <i>Maior incêndio destruiu 5 mil ha de Parque da Bodoquena em 2001</i>	78
Tabela 5: Item Jornalístico 3: <i>Bodoquena quer justiça para as suas belezas</i>	80
Tabela 6: Item Jornalístico 4: <i>Acordo judicial garante área para parque</i>	81
Tabela 7: Item Jornalístico 5: <i>Bonito une aroeira, coentro e cipós</i>	82
Tabela 8: Item Jornalístico 6: <i>Imasul renova licença e Gruta do Lago Azul investe em acessibilidade</i>	83
Tabela 9: Item Jornalístico 7: <i>Parque Nacional aguarda regularização há 13 anos</i>	85
Tabela 10: Item Jornalístico 8: <i>Parque Nacional será aberto para visitação pública em 2014</i>	87
Tabela 11: Item Jornalístico 9: <i>Espera por Parque é drama para 34 famílias de assentados</i>	89
Tabela 12: Item Jornalístico 10: <i>De dono de subsolo ao fracasso, a derrocada de Eike chega a MS</i>	91
Tabela 13: Item Jornalístico 11: <i>Serra da Bodoquena é apontada como futuro da mineração regional</i>	92
Tabela 14: Item Jornalístico 12: <i>Ibama combate desmatamento em área de 800 mil hectares</i>	93
Tabela 15: Item Jornalístico 13: <i>Flagras da degradação ambiental colocam conservação em pauta</i>	95
Tabela 16: Item Jornalístico 14: <i>Banhados de Bonito em perigo</i>	97
Tabela 17: Item Jornalístico 15: <i>“Se tivéssemos cuidado há 15 anos, não estaríamos aqui”, diz promotor</i>	99
Tabela 18: Item Jornalístico 16: <i>Ministro diz que lama em rios foi pontual por conta de chuvas</i>	101
Tabela 19: Item Jornalístico 17: <i>Drenagem em nascente ameaça Rio Perdido</i>	102

Tabela 20: Item Jornalístico 18: <i>Desvio de nascente do Salobra pode prejudicar turismo</i>	103
Tabela 21: Item Jornalístico 19: <i>Justiça declara caducidade de decreto que criou parque nacional</i>	104
Tabela 22: Item Jornalístico 20: <i>Liminar que retirava 80% de parque é cassada</i>	106
Tabela 23: Item Jornalístico 21: <i>Parque Serra da Bodoquena incluído em programa de desestatização</i>	107
Tabela 24: Item Jornalístico 22: <i>Bombeiros monitoram área próxima ao Parque da Bodoquena após extinguir fogo</i>	108
Tabela 25: Item Jornalístico 23: <i>Ecologia nas estradas</i>	109
Tabela 26: Item Jornalístico 24: <i>Lei das Águas Cristalinas deve voltar à pauta na Assembleia Legislativa</i>	111
Tabela 27: Item Jornalístico 25: <i>Concessão de parques será assinada na próxima semana</i>	112

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1:** Panorama do quantitativo de matérias veiculadas e selecionadas para composição do *corpus* 73
- Gráfico 2:** Sistematização cronológica dos dados empíricos coletados a partir da busca pela palavra-chave “Serra da Bodoquena” no jornal Correio do Estado entre 2012 e 2022 74

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização da Serra da Bodoquena	37
Figura 2: Cânion do Rio Salobra - Parque Nacional da Serra da Bodoquena	38
Figura 3: Cachoeira Boca da Onça	39
Figura 4: Visita técnica na Trilha do Sumidouro-Ressurgência do Rio Perdido	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio - Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade

IJ - Item Jornalístico

INCRA - Instituto Nacional de Câncer

ONU - Organização das Nações Unidas

PIB - Produto Interno Bruto

PNSBd - Parque Nacional da Serra da Bodoquena

RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural

UC - Unidade de Conservação

UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
1. ENQUADRAMENTO JORNALÍSTICO: FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	24
1.1 Enquadramentos jornalísticos.....	24
1.2 Quadros primários de referência.....	27
1.3 Tendências e Estereótipos da cobertura em temas ambientais.....	34
2. A SERRA DA BODOQUENA E SEU CONTEXTO ECONÔMICO, HISTÓRICO E CULTURAL.....	37
2.1 Panorama da região: natureza, economia e sociedade.....	37
2.2 Dados e breve histórico dos municípios da Serra da Bodoquena.....	40
2.3 As questões socioambientais na Serra da Bodoquena.....	48
2.4 A ideologia do agronegócio para compreensão das questões socioambientais da Serra da Bodoquena.....	54
2.5 Preservação e conservação ambiental - O Parque Nacional da Serra da Bodoquena.....	59
2.6 Ligando os pontos: A Serra da Bodoquena na pauta do jornalismo.....	61
3. ANÁLISE DO ENQUADRAMENTO JORNALÍSTICO.....	63
3.1 O itinerário da investigação.....	63
3.2 O enquadramento das questões socioambientais pelo Correio do Estado.....	76
3.2.1 Sistematização e análise qualitativa.....	112
3.2.1.1 Parque Nacional da Serra da Bodoquena.....	113
3.2.1.2 Incêndios florestais.....	115
3.2.1.3 Invisibilidade do município de Bodoquena em campanhas publicitárias do governo estadual.....	116
3.2.1.4 Invasão de braquiária na região.....	116
3.2.1.5 Acessibilidade na Gruta do Lago Azul.....	117
3.2.1.6 Mineração e Economia.....	117
3.2.1.7 Desmatamento.....	119
3.2.1.8 Degradação ambiental.....	120
3.2.1.9 Turvamento de rios.....	121
3.2.1.10 Impasse na criação de Unidades de Conservação.....	122
3.2.1.11 Drenagem de rios.....	123

3.2.1.12 Atropelamentos de animais silvestres.....	123
3.2.2 Análise qualitativa global.....	124
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
REFERÊNCIAS.....	130
ANEXOS.....	137

INTRODUÇÃO

A floresta está viva, e é daí que vem sua beleza. Ela parece sempre nova e úmida, não é? Se não fosse assim, suas árvores não seriam cobertas de folhas. Não poderiam mais crescer, nem dar aos humanos e aos animais de caça os frutos de que se alimentam. (...) É verdade. Se a floresta estivesse morta, nós também estaríamos, tanto quanto ela! Ao contrário, está bem viva.

(Kopenawa; Albert, 2015, p. 468)

A vivacidade a qual se refere o escritor e líder político Davi Kopenawa Yanomami em “A queda do céu” está presente na Floresta Amazônica, cenário das reflexões apresentadas pelo autor na obra. As interpretações de Kopenawa junto ao etnólogo Bruce Albert nos permitem compreender a relação dos povos originários com a floresta e os impactos sofridos por estas populações a partir do contato com o homem branco. Ao mesmo tempo, os relatos contribuem para a construção de críticas e questionamentos sobre as noções de progresso e de desenvolvimento defendidas pelos não-indígenas.

Falar de floresta Amazônica viva é falar de todas as outras florestas que continuam de pé em meio ao avanço de atividades econômicas que estão passando por cima de fauna e flora, contaminando rios, em nome do lucro e do interesse de poucos. Falar de floresta viva e suas belezas, é falar de Serra da Bodoquena, o principal cenário dos estudos que seguem nesta dissertação.

A Serra da Bodoquena, localizada no sudoeste de Mato Grosso do Sul, pode ser considerada como uma das áreas mais exuberantes e com cenários únicos no país. Para além da sua cênica beleza - onde estão presentes rios de águas cristalinas, cachoeiras, cavernas, paredões de rochas calcárias - que atrai visitantes do Brasil e de outros países, a Serra da Bodoquena é, também, de significativa importância para estudos que visam compreender a formação e desenvolvimento do planeta Terra, como abordaremos mais à frente.

Segundo Boggiani (1999), os municípios que compõem a Serra da Bodoquena são Bonito, Bodoquena, Jardim e Porto Murtinho, que somam 58 mil habitantes. Entre as principais atividades econômicas desenvolvidas no local estão a agropecuária, a mineração e o turismo. No escopo das características que colocam a Serra da Bodoquena como região significativa para o estado, está seu contexto histórico-cultural, marcado por episódios como a

Guerra contra o Paraguai¹ (1864-1870), haja vista que seu território encontra-se em faixa de fronteira internacional com o país vizinho, principalmente, onde localiza-se o Parque Nacional da Serra da Bodoquena². Esta característica tem forte influência na cultura da região, sobretudo no município de Porto Murtinho, separado do país vizinho apenas pelo Rio Paraguai. Por estas águas navegam moradores brasileiros e paraguaios. A presença destes últimos também é acentuada pela ocupação dos castelhanos nos séculos XVI e XVII e da imigração de paraguaios que chegavam à região para atuar nas fazendas de gado e na extração da erva-mate (Vargas, 2001, p. 134).

Em 1948, o então governador de Mato Grosso³, Arnaldo Estevão de Figueiredo, criou no município de Bodoquena uma colônia agrícola em resposta à reivindicação de políticos do município de Miranda⁴. A partir daí, fixaram-se no local colonos que atuaram na abertura de estradas e na transformação da região. Consolidam-se, então, assentamentos rurais em decorrência da grande ocupação de terras e, atualmente, quatro estão regularizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra): Canaã, Campina, Sumatra e Vista Alegre.

As características socioeconômicas e ambientais da Serra da Bodoquena, como será debatido no Capítulo 2, despertam interesse em se compreender como a imprensa constrói as notícias sobre a região. É neste cenário e depois de observar *in loco* os riscos que a região tem passado em virtude de ações humanas, como o desmatamento, que a pesquisadora autora desta dissertação se propõe a buscar reflexões acerca da temática socioambiental na Serra da Bodoquena.

Nos últimos cinco anos, imersões proporcionaram o contato com moradores de comunidades tradicionais, como é o caso do Assentamento Canaã e da Terra Indígena Kadiwéu, em atividades desenvolvidas junto à Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Cara da Onça⁵ e pelo Laboratório de Investigação em Jornalismo, Direitos Humanos

¹ A Guerra contra o Paraguai ou Guerra da Tríplice Aliança é considerada como o maior e mais letal conflito armado ocorrido na América Latina (SMINK, 2020), tendo ocorrido entre outubro de 1864 e março de 1870. Foram mobilizados cerca de 139 mil soldados brasileiros. A guerra foi travada entre Paraguai e a Tríplice Aliança (Império do Brasil, Argentina e Uruguai). Essa guerra é considerada como o maior e mais letal conflito armado ocorrido na América Latina (SMINK, 2020), tendo ocorrido entre outubro de 1864 e março de 1870. Foram mobilizados cerca de 139 mil soldados brasileiros.

² Ver capítulo 2.

³ O estado ainda era unificado e a divisão se deu em 1977, quando áreas de Mato Grosso são desmembradas e cria-se Mato Grosso do Sul.

⁴ Miranda é um município próximo a Bodoquena, distante 66 quilômetros, e o qual Bodoquena foi distrito quando ainda era colônia agrícola.

⁵ Esta RPPN, como se abrevia o nome, é uma Unidade de Conservação localizada no Assentamento Canaã, município de Bodoquena. Foi criada em 2010 e tem seu tripé baseado na pesquisa científica, na educação ambiental e no turismo ecológico. A unidade de conservação é a primeira e única RPPN no município e

e Narrativas Complexas (Griot), coordenadas pelo professor doutor Edson Silva (UFMS). Contribuiu, ainda, para as observações, a aproximação com o Parque Nacional da Serra da Bodoquena, considerando ser a autora credenciada pelo Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade (ICMBio) como condutora de visitantes desta unidade de conservação.

Na busca por verificar o status de direitos fundamentais dessas populações, é que se lança o olhar jornalístico comprometido com o ético-social (Silva; Gonçalves, 2018). Entre as interpretações depreendidas estão a de que as comunidades tradicionais da Serra da Bodoquena têm sofrido com o avanço da agropecuária, da mineração e do turismo massivo (Vargas, 2001; Oliveira, 2010), inseridas, ainda, em contexto de ausência de políticas públicas que garantam a dignidade dessas pessoas.

Episódios como turvamento de rios cristalinos causado, sobretudo, pelo desmatamento, têm sido recorrentes e noticiados pela imprensa regional e nacional. Outros, como os impactos da mineração e do turismo massivo, ainda são tímidos na pauta jornalística. Parte-se também da verificação exploratória prévia de que, quando noticiados os problemas ambientais ocorridos na Serra da Bodoquena, observa-se a ausência de informações sobre os impactos em comunidades locais (Gonçalves; Silva, 2023a; 2023b). É a partir dessa interpretação que este projeto parte da hipótese de que a temática socioambiental na Serra da Bodoquena possui pouca visibilidade na imprensa sul-mato-grossense que não contempla a complexidade do assunto.

Dessa forma, a pesquisa situa-se no escopo dos estudos teóricos em Jornalismo com foco no enquadramento jornalístico (Entman, 1993; Gitlin, 2003; Porto, 2002), atentando-se para a temática socioambiental em matérias veiculadas pelo jornal impresso Correio do Estado, sediado na capital Campo Grande, um dos mais tradicionais veículos de Mato Grosso do Sul. O recorte empírico abarca matérias dos gêneros notícia e reportagem (Melo; Assis, 2010), veiculadas entre janeiro de 2012 e dezembro de 2022, portanto, uma análise longitudinal do veículo em questão.

O caminho percorrido consiste em levantamentos quanti e qualitativo, segundo quatro etapas: 1) coleta das matérias veiculadas em uma década; 2) análise temática do material para definição do *corpus*; 3) análise do enquadramento a partir de categorias de Entman (1993); e 4) Inferências e resultados. Este itinerário tem como referencial teórico-metodológico as contribuições de Lopes (2005) acerca da importância da articulação entre epistemologia,

encontra-se frontalmente à maior cachoeira de Mato Grosso do Sul, a Boca da Onça, que tem 156 metros de altura.

teoria, método e técnica para a construção da pesquisa científica em comunicação.

O *corpus* da pesquisa é constituído por 25 itens jornalísticos que decorrem da busca pela palavra-chave “Serra da Bodoquena” no banco de dados do Correio do Estado. Este quantitativo parte do total de 108 matérias veiculadas entre os anos de 2012 e 2022 que citaram ao menos uma vez a expressão. O critério para a constituição do *corpus* prioriza conteúdos relacionados a questões ligadas ao meio ambiente.

A partir do referencial teórico-metodológico estabelecido por Entman (1993), que sistematiza quatro categorias de funções do enquadramento jornalístico, quais sejam, a definição do problema, o diagnóstico das causas, a atribuição de julgamentos morais e a proposição de soluções, constitui-se a matriz analítica dos estudos que seguem, acrescentando-se a verificação de fontes com citação direta (Lage, 2005; Soley, 1992) e dos impactos socioambientais tipificados na abordagem jornalística. Espera-se, a partir do cruzamento de dados e reflexões, estabelecer discussões teórico-conceituais para compreender como o Correio do Estado constrói o enquadramento jornalístico das questões socioambientais relacionadas à Serra da Bodoquena.

Em termos estruturais, a dissertação é composta por três capítulos. O primeiro capítulo abarca o desenvolvimento do referencial teórico-metodológico da análise de enquadramento jornalístico, que constituirá a base para a análise do *corpus* da pesquisa, permitindo posteriores interpretações dos resultados obtidos a partir da aplicação da matriz analítica. O segundo capítulo, por seu turno, apresenta a contextualização sobre as características econômicas, históricas e sociais da Serra da Bodoquena a fim de contribuir para as reflexões das análises de enquadramento que seguirão, levando-se em consideração que o contexto tem influências sobre questões socioambientais ocorridas na região entre 2012 e 2022, recorte empírico definido para composição do *corpus*. Finalmente, no terceiro capítulo serão apresentadas as análises dos 25 itens jornalísticos que compõem o *corpus* da pesquisa, tendo como principal referencial teórico-metodológico para a matriz analítica constituída os estudos de Entman (1993) em relação ao enquadramento jornalístico.

O jornal Correio do Estado

Fundado em 7 de fevereiro de 1954, o jornal Correio do Estado nasceu com o objetivo de disseminar ideias do partido União Democrática Nacional (UDN) no então estado de Mato Grosso, conforme destaca Schwengber (2008). Seu fundador original, Fernando Corrêa da Costa, era uma figura politicamente contraposta a Filinto Müller, do Partido da Social

Democracia (PSD). Portanto, desde o início, o jornal foi fortemente orientado politicamente, ligado à UDN, um partido de ênfase conservadora (Dal Moro, 2012) e evidenciou sua relação com a sigla:

Aliás, quando criado, este jornal não escondeu suas intenções e anunciou que era produto e esforço das contribuições espontâneas de políticos e de militantes da UDN. Sua função era defender bandeiras políticas, mas também anunciava que não seria um órgão estritamente partidário, mas que lutaria pelas causas de interesse social (Schwengber, 2008, p. 41).

Entre os nomes que participaram do jornal estão o de Vespasiano Martins (ex-prefeito de Campo Grande e ex-senador), Laucídio Coelho (ex-senador), Laudelino Barcelos (ex-prefeito de Campo Grande) e Wilson Barbosa Martins (ex-governador) (Hilcar, 2004 *apud* Schwengber, 2008, p. 41).

Mesmo após a mudança de propriedade do jornal, quando passou a ser administrado por José Barbosa Rodrigues, a orientação política continuou a ser uma parte fundamental do periódico. Nacionalmente, o jornal apoiou a presença dos militares no poder após o golpe de abril de 1964 (Gois, 2020).

Em anos posteriores, o *Correio do Estado* também apoiou a divisão de Mato Grosso e a criação de Mato Grosso do Sul (Dal Moro, 2012). Como um dos principais meios de comunicação da região, o *Correio do Estado* desempenhou um papel fundamental na formação das representações do Estado e de Campo Grande durante os movimentos divisionistas, contribuindo, inclusive, para a disseminação de referenciais simbólicos e culturais afeitos à “ideologia da cultura sul-mato-grossense” (Raposo, 2018). Personalidades foram engrandecidas pelo veículo de comunicação no contexto da divisão do estado de Mato Grosso, em 1977, que resultou na criação de Mato Grosso do Sul:

Nas páginas do jornal a postura se repetia, inclusive engrandecendo as personalidades envolvidas na luta pela divisão de Mato Grosso e que assumiram o poder no novo estado. Para os memorialistas de Mato Grosso do Sul, o periódico foi um dos responsáveis pela construção da identidade da nova unidade da federação (Schwengber, 2008, p.45).

Em atividade ininterrupta desde sua fundação, o jornal tem sido um dos três mais antigos ainda em circulação em Mato Grosso do Sul. Até 2003, pertenceu ao empresário Antonio João Hugo Rodrigues, que desempenhou um papel ativo na política do Estado. Posteriormente, a propriedade do jornal foi transferida para os atuais administradores, Marcos Fernando Alves Rodrigues, sobrinho de Antônio João, e Ester Figueiredo Gameiro, ex-esposa de Antônio João. Sediado em Campo Grande, o veículo passa, então, a ter caráter mais

familiar.

Atualmente, faz parte do grupo de mesmo nome que possui, ainda, as emissoras de rádio Mega 94 FM e rádio Hora, além das empresas Agium Soft, Portal de Imóveis Vem Pra Casa, Portal de Veículos Vip Marcas e a produtora de Vídeo Macaw⁶. Também integraram o grupo a TV Campo Grande (atualmente denominada SBT-MS, como afiliada ao Sistema Brasileiro de Televisão) e a Fundação Barbosa Rodrigues.

A distribuição do Correio do Estado ocorre em 24 dos 79 municípios de Mato Grosso do Sul e 11 mil exemplares são impressos diariamente. O número de assinantes no estado é de 9 mil, conforme dados da empresa⁷.

Segundo Schwengber (2008, p. 34), a capital do estado é o local onde se concentra o público principal do *Correio do Estado* e, a prioridade dos assuntos veiculados se pauta em temas como cotidiano e agronegócio.

⁶ Informações disponíveis em: <https://correiodoestado.com.br/quem-somos>. Acesso em: 05 dez. 2023.

⁷ Informações disponíveis em: https://cdn.correiodoestado.com.br/upload/dn_arquivo/2022/11/midia-kit-regional-2022.pdf. Acesso em: 02 ago. 2024.

1. ENQUADRAMENTO JORNALÍSTICO: FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

1.1 Enquadramentos jornalísticos

“Rio da Prata, um dos cartões-postais brasileiros, está tomado pela lama”. “Blairo Maggi defende que a situação no Rio da Prata foi pontual”. Um mesmo fato. Duas notícias em distintos veículos jornalísticos. Duas causas para o mesmo problema. As citações acima se referem aos títulos de matérias jornalísticas veiculadas em 2018 pelo Jornal Nacional (TV Globo) e pelo Correio do Estado (MS), respectivamente. As informações neles contidas nos levam à percepção de que o Rio da Prata, localizado na região da Serra da Bodoquena, em Mato Grosso do Sul, enfrenta um problema. A partir da breve análise desses textos jornalísticos, Gonçalves e Silva (2023) demonstram como a temática socioambiental é enquadrada pelos veículos em questão.

No primeiro caso (TV Globo), a falta de proteção do solo em propriedades rurais localizadas na Serra da Bodoquena é a principal causa para o problema de turvamento das cristalinas águas do Rio da Prata. Já a segunda matéria (Correio do Estado) traz como principal efeito causal do turvamento o volume de chuvas na região, reforçado pela fala do então ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, responsável pela pasta no governo de Michel Temer (2016-2018). As exemplificações acima nos servem como base de demonstração de que um mesmo assunto pautado é abordado de distintas maneiras pelos veículos de comunicação. É neste ambiente de diferentes pontos de vista – e digamos, diferentes enquadramentos – que há muito tempo os estudos em comunicação buscam compreender como se dá o processo de construção das notícias.

Está mais do que compreendido que nesse processo encontram-se presentes fatores como critérios de noticiabilidade (Silva, 2005; Silva, 2013; Wolf, 2005; Shoemaker; Cohen, 2006), valores deontológicos (como a objetividade) e diferentes níveis de influência, que partem dos fatores individuais, passando por constrangimentos organizacionais, extra-organizacionais e macrossociais (Shoemaker; Reese, 1996). Contudo, para analisar como se dá a construção noticiosa de determinado assunto em um veículo de comunicação e compreender, portanto, o enquadramento jornalístico dado a ele, é preciso aprofundar-se na dinâmica e nas complexidades que configuram o jornalismo como prática sociocultural. Dizemos "dinâmica", pois a práxis jornalística - ou propriamente a construção da narração jornalística - vai além apenas de aspectos éticos e técnicos como determinantes na configuração de enquadramentos técnicos da realidade. A complexidade deste tema perpassa

as teorias do jornalismo e chega às abordagens sociológicas como forma de contribuir para o entendimento e para a interpretação das notícias.

Uma das formas de se interpretar e entender o processo de produção das notícias (e sua posterior circulação social) é considerando as imbricações ideológicas presentes no contexto jornalístico. Nesse sentido, Gitlin (2003) levanta questionamentos a respeito de como aspectos ideológicos duradouros na sociedade chegam às notícias, absorvendo contradições e diluindo gamas de resistência. Para o sociólogo, que desenvolve suas reflexões a partir dos estudos sobre como a cobertura jornalística deslegitima os movimentos sociais estadunidenses dos anos 1960, os quadros padronizados nas reportagens sobre movimentos insurgentes são efetivados a partir das rotinas profissionais nas redações. Estas interpretações valem, também, para a abordagem das mais diferentes temáticas no jornalismo. Gitlin (2003) observa:

Estas rotinas são estruturadas nas formas como os jornalistas são socializados desde pequenos e depois treinados, designados, editados, recompensados e promovidos no trabalho; eles moldam decisivamente a maneira como as notícias são definidas, os eventos são considerados dignos de nota e a "objetividade" é garantida. As notícias são geridas de forma rotineira e automática, à medida que os repórteres importam definições de interesse jornalístico dos editores e dos editores executivos, à medida que aceitam os quadros analíticos da equipe, mesmo quando assumem posições adversárias (Gitlin, 2003, p. 12, tradução da autora).

Isto posto, as análises que decorrem desta investigação têm como principal base teórico-metodológica o enquadramento jornalístico, conceito que segundo Carvalho (2009), contribui para a compreensão do modo como as narrativas noticiosas são constituídas pelos operadores jornalísticos por intermédio de recortes do real - isto é, consiste em reflexão pertinente para o entendimento a respeito da relação entre jornalismo e os atores sociais envolvidos no processo de construção das notícias. Neste contexto, são fundamentais os estudos introdutórios de Entman (1993), que definem quatro funções a serem observadas nas análises dos textos jornalísticos, quais sejam, 1) a definição de um problema, 2) o diagnóstico de causas, 3) a atribuição de julgamentos morais e 4) a proposição de soluções.

Tal categorização adota como ponto de partida estudos que endereçam à operacionalização das rotinas jornalísticas (Tuchman, 1972) e de questões ideológicas dos veículos de comunicação nas influências que recaem sobre os enquadramentos jornalísticos (Gitlin, 2003). Em particular, a sistematização seminal estabelecida por Entman (1993) decorre, sobretudo, do contexto histórico em que está inserida e das peculiaridades do recorte empírico de seu estudo, a análise da cobertura jornalística realizada pelos periódicos norte-americanos *The New York Times* e *The Washington Post* a respeito de dois desastres

aéreos ocorridos nos anos de 1983 e 1988, reta final da guerra fria, em países do bloco soviético e do bloco ocidental. Ao observar o conteúdo noticiado e os interesses por trás de cada notícia, Entman (1993) aporta na conclusão de que processos de seleção e de saliência estão envolvidos na dinâmica mais ampla do enquadramento jornalístico, considerando-se que aspectos da realidade são selecionados e tornam-se mais salientes a partir do recorte atribuído às ocorrências (Entman, 1993; Gitlin, 2003). Assim, entende-se a partir das definições de Entman (1993) que o enquadramento “traz à luz” determinadas características de um fato ao tempo em que outras não aparecem no texto - dinâmica metaforizada por Gitlin (2003) a partir da ideia de “holofotes móveis” sobre a realidade.

O enquadramento midiático, explica Gitlin (2003), é o que faz com que o mundo, para além da experiência direta, pareça natural. Certamente, deve-se considerar que o mundo está repleto de acontecimentos e que em um determinado evento “há uma infinidade de detalhes perceptíveis”. Neste contexto, o autor classifica que os enquadramentos (*frames*) “são princípios de seleção, ênfase e apresentação compostos por pequenas teorias tácitas sobre o que existe, o que acontece e o que importa” (Gitlin, 2003, p. 7, tradução da autora).

Os padrões existentes nos enquadramentos (cognição, interpretação e apresentação, seleção, ênfase e exclusão) subsidiam a organização rotineira de manipuladores de símbolos que atuam sobre o discurso verbal ou visual, como observa Gitlin (2003). Dessa forma, é inevitável a presença dos enquadramentos no jornalismo, já que estes são necessários para regular a produção de notícias.

Gitlin (2003) enfatiza ainda que, ao olharmos para qualquer conteúdo mediado pela mídia de massa, devemos apresentar questionamentos como:

Qual é o enquadramento aqui? Por que este quadro e não outro? Que padrões são partilhados pelos enquadramentos fixados sobre este acontecimento e pelos enquadramentos fixados sobre aquele, por enquadramentos a diferentes meios de comunicação, em diferentes locais e em diferentes momentos? E como a instituição noticiosa regula estas regularidades? E, então, que diferença as molduras fazem para o mundo ao entorno? (Gitlin, 2003, p. 7, tradução da autora).

De acordo com Entman (1993), no processo de comunicação jornalística, os *frames* (quadros, na tradução literal) podem estar localizados em quatro pontos: no comunicador, no texto, no receptor e na cultura. Em termos conceituais, o enquadramento se faz presente no comunicador quando este, guiado por quadros que organizam suas crenças, decide o que dizer, de forma consciente ou não. Ao nos referirmos ao texto – foco deste trabalho – podemos observar que o enquadramento se faz presente em sua estrutura a partir da

presença/ausência de palavras-chave, frases, imagens estereotipadas e fontes de informação (Kuypers, 2009; Raposo, 2018).

No terceiro ponto identificado por Entman (1993), consideram-se as interpretações feitas pelo receptor a partir das influências dos quadros oriundos do comunicador ou do texto. Por fim, as mediações do enquadramento na cultura, conforme Raposo (2018, p. 35), remetem ao “estoque de quadros comumente invocado” no processo de construção jornalística - reflexão que encontra dialogismo com o conceito de "quadros primários de referência" (Goffman, 2012).

Em outras palavras, é possível compreender o conceito de enquadramento jornalístico estabelecido por Entman (1993) ao fazermos uma analogia ao processo fotográfico, que traz em seu “quadro” o ponto de vista do fotógrafo e remete a outras questões de fundo, como a inclusão de extratos da realidade num determinado campo de visão. No terreno da prática jornalística, esses quadros ou *frames*, quando analisados, nos permitem entender a forma como se dá a própria construção da narrativa noticiosa, projetando saliência em determinados aspectos da realidade, a despeito do depósito de sombra em outros, com base na identificação de problemas, no diagnóstico de causas, na atribuição de juízos morais e na proposição de soluções. Estas “sombras” podem ser aqui compreendidas como aspectos que deixam de aparecer (intencionalmente ou não) nos enquadramentos noticiosos, remetendo ao silenciamento, ao não dito, que trataremos mais a frente a partir dos estudos de Kellner (2001).

1.2 Quadros primários de referência

Embora os estudos de Entman (1993) e de Gitlin (2003) devotados aos quadros técnicos imbricados na construção da narração jornalística sejam centrais para o desenvolvimento das análises que se seguem nesta investigação, outras interpretações e observações complementares - ou de fundo, no caso em questão - são consideradas fundamentais para o desvelamento da complexidade da temática.

Em termos históricos, na década de 1970 os estudos sobre os efeitos dos meios de comunicação na sociedade foram intensificados e, nesse contexto, surgiram pesquisas sobre a hipótese do *agenda setting* e a metodologia da *framing analysis*. Enquanto o primeiro conceito está relacionado à promoção dos assuntos que são veiculados pela mídia (tematização) e o processo de influência dos mesmos sobre o debate público (McCombs; Shaw, 1972; WOLF, 2005), o segundo parte da premissa complementar de que “a mídia tem o

poder de dizer como a população vai pensar os temas enquadrados” (Kuypers, 2009; Santos, 2010). Para Santos (2010), os dois conceitos são indissociáveis, mas é imprescindível que sejam sistematizados separadamente para efeitos analíticos. Compreende-se a relação existente entre ambas as concepções - *agenda setting* e *framing*, ou na tradução para a língua portuguesa, simplesmente agendamento e enquadramento - a partir da dinâmica dos veículos de comunicação que não somente estabelecem a agenda do público, como também enquadram os assuntos, fazendo-nos refletir sobre eles.

Neste vértice, o sociólogo canadense Erving Goffman faz pela primeira vez referência ao termo "*framing*" em 1974, desenvolvendo o que chamou de *framing analysis* e partindo da compreensão de que o modo como os indivíduos organizam a vida cotidiana tem relação com as compreensões e respostas às situações sociais vividas. Conforme Goffman (2012), os indivíduos usam um ou mais esquemas de interpretação que envolvem respostas ao reconhecer um determinado acontecimento. A esses esquemas - ou "*schemata*" - é dado o nome de quadros primários:

Digo primário porque a aplicação desse esquema ou perspectiva é considerada, por aqueles que a aplicam, como não dependendo de – em retornando a – alguma interpretação anterior ou “original”; de fato, um esquema primário é aquele que se pensa que converte em algo significativo aquilo que de outro modo seria um aspecto da cena desprovido de significação. (Goffman, 2012, p. 45).

Diferentes graus de organização estão presentes nos esquemas primários definidos por Goffman (2012) e cada um deles proporciona às pessoas “localizar, perceber, identificar e etiquetar um número aparentemente infinito de ocorrências concretas, definidas, em seus termos” (Goffman, 2012, p. 45). Os esquemas primários possuem duas grandes classes que têm distinções claras entre si. Referimo-nos aos esquemas primários naturais e aos sociais. No primeiro caso, são identificadas ocorrências consideradas “não dirigidas”, decorrentes de fatores naturais, sem que os resultados sejam dirigidos especificamente por um indivíduo, por exemplo. Por outro lado, os esquemas sociais podem ser considerados aqueles que resultam do olhar e da ação humana. Esses esquemas “fornecem uma compreensão de fundo para os acontecimentos que incorporam à vontade, o objetivo e o esforço de controle de uma inteligência” (Goffman, 2012, p. 46)”. Segundo o autor, um ator social envolvido no processo é:

(...) tudo menos implacável; ele pode ser seduzido, lisonjeado, desafiado e ameaçado. Aquilo que ele faz pode ser descrito como “ações guiadas” [guided doings]. Estas ações submetem o agente a “padrões”, à avaliação social de sua ação com base e, sua honestidade, eficiência, economia, segurança, elegância, tato, bom gosto e assim por diante (Goffman, 2012, p. 46).

Em outros termos, e para melhor compreendermos o conceito de quadros primários estabelecido por Goffman (2012), fazemos aqui analogia ao trabalho desenvolvido nesta pesquisa de mestrado. Tratamos sobre a temática socioambiental na Serra da Bodoquena e, nesse contexto, localizam-se eventos climáticos como grandes volumes de chuva que atingem a região em determinadas épocas do ano, sobretudo no verão. Chuva é uma ocorrência não dirigida, que ocorre naturalmente, portanto, um esquema primário natural. Contudo, há episódios ocorridos na Serra da Bodoquena de turvamento de rios de águas cristalinas após fortes chuvas. Estes fatos, noticiados inclusive por jornais regionais e nacionais, não podem ser considerados como apenas naturais, uma vez que o desmatamento para cultivo de monocultura como a soja tem sido registrado no local e tornou-se fator de preocupação social e ambiental, já que a lama formada escorre para dentro dos rios que estão com suas margens desprotegidas, ou seja, sem vegetação. Soma-se a isso outros fatores decorrentes da ação humana, como a mineração e o turismo massivo na região. Há no plano da cultura uma série de quadros primários de referência inscritos, inclusive, na construção ideológica de uma identidade regional, no caso específico de Mato Grosso do Sul, permeada pela ideologia do agronegócio (Fernandes; Padilha, 2020; Octaviano, 2010), que projeta luz em uma concepção instrumentalizadora da ideia de "progresso" e de "desenvolvimento" econômico em detrimento da preservação do meio ambiente e das identidades das populações tradicionais e originárias.

Temos, ainda, as narrativas jornalísticas desses fatos construídas pelos veículos de comunicação, portanto, entendidos aqui como agentes integrantes do esquema primário social, já que os usuários interpretarão as notícias a partir das referências predominantes no texto (enquadramento). Nas palavras de Goffman (2012), percebemos os quadros primários na realidade vivida e os acontecimentos são descritos com base nos esquemas que utilizamos. Complementarmente, o enquadramento jornalístico (Entman, 1993), compreendido como uma dinâmica que se estabelece a partir de "quadros técnicos" - isto é, das opções técnicas mobilizadas no interior das rotinas e das técnicas de construção do jornalismo - não ocorre desvinculado e destituído de tensionamentos por parte dos quadros primários que pautam a própria organização da vida social.

Os estudos de Goffman contribuem para a compreensão sobre como os indivíduos (atores) organizam suas experiências na vida social e de como os *frames* (quadros) são acionados na construção de respostas. Esses quadros podem ser definidos como “um conjunto de princípios que coordenam a interpretação subjetiva dos eventos e fatos”, como discorre

Raposo (2018):

Estes quadros ou molduras inserem-se no processo da construção de significados, direcionando a forma como a realidade é decodificada e interpretada intersubjetivamente. Os quadros de referência são, portanto, estruturas de símbolos que confluem na atribuição de significados, estando ancoradas a um contexto cultural em uma determinada situação concreta e/ou abstrata (Raposo, 2018, p. 32).

Para Carvalho (2009), o conceito de enquadramento de Goffman revela “o quanto as apropriações podem se dar a partir de uma noção tecnicista ou mecânica do termo”, estando o enquadramento reduzido apenas a determinantes políticas e ideológicas dos veículos de comunicação. Carvalho (2009) chama a atenção para a limitação interpretativa das análises do conceito:

Pouca importância é dada às relações que necessariamente os sistemas de mídia estabelecem com o conjunto social, o que resulta em sugestões de que o jornalismo seria capaz de determinar, com exclusividade, enquadramentos de mundo ou, ainda, que ele prescindisse dos quadros primários de referência, para continuarmos nos termos das próprias articulações teóricas goffmanianas. (Carvalho, 2009, p.2).

Os quadros primários de Goffman (2012) são bons parâmetros para estudos que investigam a recepção da mensagem pelo público, o que não é o foco deste trabalho. Contudo, entender o conceito nos favorece na compreensão da relação do jornalismo e seus operadores e da interação desses atores sociais. Dessa forma, as análises que seguirão no decorrer das investigações sobre o enquadramento das questões socioambientais da Serra da Bodoquena no jornal Correio do Estado, têm como principal referencial teórico-metodológico a teoria de enquadramento de Entman (1993), mas, acrescentando-se a esta, interpretações outras que nos levam a concluir que o enquadramento jornalístico, como já destacado aqui, não é algo puramente mecânico. Segundo Carvalho (2009), o jornalismo, quando considerado como um ator social em interação com outros atores sociais, participa da construção de representações sociais da realidade e:

(...) uma vez disseminada uma informação, ela poderá, potencialmente, acionar nos consumidores interpretações e correlações que, inclusive, levariam à concretização das virtualidades que cada acontecimento noticiado tem de permitir o reconhecimento, por parte do consumidor da notícia, de si próprio e da sociedade na qual está inserido (Carvalho, 2009, p. 3).

Carvalho (2009) considera a participação do jornalismo na construção social da realidade como algo específico e que vai além de somente salientar aspectos relevantes dos acontecimentos narrados. Em outras palavras, as peculiaridades de cada veículo noticioso são reveladas a partir dos enquadramentos e, assim, “dizem para além de um componente operacional da lógica narrativa noticiosa” (Carvalho, 2009, p. 4). Diante dessas observações,

esta pesquisa também se atenta para a compreensão do contexto social em que se insere o jornal Correio do Estado, lócus de observação, e suas peculiaridades identificadas a partir dos enquadramentos aqui analisados - espaço social onde também podem ser identificados quadros primários de referência inscritos na lógica cultural que molda a vida cotidiana em Mato Grosso do Sul, ou seja, a construção ideológica de questões identitárias regionais (Banducci Júnior, 2009).

Ademais, para além da identidade regional, torna-se fundamental a compreensão do contexto ideológico no qual está inserido o veículo em questão. Para isto, debruçamo-nos à frente em estudos que apresentam discussões acerca da ideologia do agronegócio (Fernandes, Padilha, 2020; Octaviano, 2010) , ao considerarmos o avanço da atividade na região da Serra da Bodoquena e que melhor nos leva a compreender, sobretudo, o enquadramento das questões socioambientais e, ainda, os silenciamentos, aquilo que não está dito, nas matérias veiculadas entre 2012 e 2022.

Nesta perspectiva - de observar os silenciamentos imbricados nos processos ideológicos - são oportunos os estudos de Kellner (2001) sobre cultura da mídia que, apesar de serem aplicados em análises de filmes e de outros produtos de entretenimento, nos dão base para uso, também, nos estudos de enquadramento jornalístico. Ao tratar sobre hegemonia, contra-hegemonia e desconstrutivismo na cultura midiática, Kellner (2001) deixa explícito a importância de estratégias de leituras críticas acerca de textos que compreendam nas análises que o conteúdo considerado periférico nos textos - ou aquilo não foi dito - tão importante quanto o que realmente foi enunciado. Desta forma, em termos metodológicos, apresenta-se nesta dissertação, além do que está explícito no enquadramento dado pelo jornal analisado em relação ao tema abordado, também o que não foi dito nas matérias veiculadas. Conforme Kellner (2001), nos textos ideológicos é preciso prestar atenção ao que fica de fora:

(...) pois frequentemente são as exclusões e os silêncios que revelam o projeto ideológico do texto. Por exemplo, filmes como *O franco atirador* (*The deer Hunter*) e outros de retorno ao Vietnã deixam de fora as atrocidades americanas cometidas contra os vietnamitas (retratadas em filmes como *Platoon* e *Pecados de Guerra*) e apresentam os soldados americanos como vítimas inocentes de vietnamitas e comunistas malvados. (KELLNER, 2001, p. 149).

Assim, conclui Kellner (2001), na cultura midiática, exclusão, marginalização e afirmação de posições ideológicas específicas são os fatores que sustentam o funcionamento da hegemonia, seja na produção de entretenimento ou na cobertura noticiosa, assegurando-se suas especificidades, o público pode ser levado a aceitar certas posições, deixando de ter conhecimento sobre outros aspectos dos problemas sociais apresentados nesse ínterim.

Cabe-nos aqui trazer à tona também as considerações de Gitlin (2003) sobre como os meios de comunicação produzem espaços de enunciação nos quais se manifestam e se tornam concretos aspectos ideológicos, seja através de definição e associação de circunstâncias, ou da mobilização de símbolos e de estratégias retóricas. Em outros termos, Gitlin (2003) evidencia que os meios de comunicação se constituem sistemas centrais para a distribuição de ideologias.

Os estudos do autor, como mencionado, se debruçam sobre o papel da comunicação de massa na construção e na desconstrução da nova esquerda nos Estados Unidos nos anos 1960, com foco nos movimentos sociais. Evidencia-se que, a partir dos enquadramentos dados pelos meios de comunicação na cobertura de protestos de movimentos sociais, a mídia acaba por dar visibilidade e tornar “celebridades” as lideranças de determinados movimentos. Estes últimos, explica Gitlin (2003), sentem-se obrigados a confiar nas comunicações em grande escala para terem importância e se autoafirmar como “dignos de notícia”. Nas engrenagens do processo, a viabilidade noticiosa só ocorre com a conformação dos movimentos sociais às noções jornalísticas sobre o que é uma boa história a ser narrada e, em última instância, sobre o que é um “protesto”. Nesse contexto, o significado público dos eventos de determinado movimento é definido pelos meios de comunicação que podem agir, ainda, na tentativa de “apagar” ou deslegitimar esses movimentos sociais, privando o público de um significado maior. Assim:

As imagens da mídia também ficam implicadas na auto imagem de um movimento; a mídia certifica líderes e “personalidades” oficialmente notáveis; na verdade, são capazes de converter lideranças em celebridades, algo bem diferente. As formas de cobertura agregam-se a um enquadramento sistemático, e este enquadramento, muito ampliado, ajuda a determinar o destino do movimento (Gitlin, 2003,p. 3).

Da mesma forma, os estudos que seguem nesta dissertação se atentam para o enquadramento dado às questões socioambientais também na perspectiva de que os aspectos ideológicos corroborados pelo veículo de comunicação analisado podem determinar o destino não de um movimento social, mas de problemas socioambientais ocorridos na Serra da Bodoquena, agindo para tornar “celebridades” fontes que negligenciam/omitem as verdadeiras causas desses problemas e “apagando”/deslegitimando aquelas que as evidenciem.

O processo dessa divisão entre o que é destacado (“celebridades”) e o que é empurrado para as sombras, na perspectiva de Gitlin (2003), é uma forma silenciosa dos veículos de comunicação em dividir os movimentos em atos principais legítimos e em espetáculos

secundários de forma que estas distinções pareçam “naturais” e sejam diluídas como questões do “senso comum”.

A formação de um “consentimento popular” a respeito de determinado fato é causadora da dominação de uma classe dominante através da hegemonia. Desse modo, tudo o que as pessoas fazem e consideram “natural” tem como base a ideologia hegemônica numa acepção gramsciana, e sua combinação com o “senso comum” é o que faz o mundo parecer inteligível.

No escopo do objeto de investigação desta dissertação, podemos exemplificar o debate de antemão a partir das observações de Gonçalves e Silva (2023a) a respeito do episódio de turvamento do Rio da Prata, no município de Jardim (MS), em 2018. O jornal Correio do Estado veiculou matéria em 12 de dezembro daquele ano na qual fica evidenciado que o então Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o ruralista Blairo Maggi, aponta como causa principal do problema a circunstância de ter chovido consideravelmente na região e o fato ser apenas pontual. Outra matéria sobre o mesmo episódio, veiculada na TV Globo, em rede nacional, aponta a falta de proteção do solo causada por desmatamento como causa do mesmo problema. Assim, torna-se evidente que a matéria do primeiro veículo age como prevê Gitlin (2003), dando destaque à fala do ministro e tornando o turvamento como algo que ocorre a partir da “natureza”, que é natural e, portanto, possui fácil trânsito comunicativo no senso comum (Sodré, 2009). No capítulo 3, daremos aprofundamento às análises desta matéria e de outras que compõem o *corpus* da pesquisa.

Por fim, ao nos aprofundarmos nas questões relativas ao método de investigação (análise de enquadramento), mostra-se importante pontuar as contribuições de Sodré (2009), que observa ser o enquadramento constituído de um sistema de referências, tais como regras e esquemas interpretativos. Essas referências contribuem para atribuir “sentido a uma ocorrência ou a uma situação qualquer, de modo a organizar a experiência social”, conforme acrescenta:

Seja de natureza política, ética ou estética, o enquadre afina-se evidentemente com a cultura de um grupo específico, permitindo ao ator social descrever, interpretar ou categorizar situações que se lhe afiguram como problemáticas. Por meio dele, um problema social é suscetível de converter-se em problema público, dando margem ao surgimento de ações coletivas (Sodré, 2009, p. 38).

A partir do conceito de enquadramento aqui apresentado, esta pesquisa almeja investigar e refletir acerca da construção jornalística realizada pelo veículo Correio do Estado a respeito da temática socioambiental na Serra da Bodoquena, com recorte empírico de

matérias veiculadas entre janeiro de 2012 a dezembro de 2022. Portanto, constitui-se análise longitudinal do veículo em questão. Consideram-se para constituição do *corpus* itens jornalísticos dos gêneros notícia e reportagem (Melo, Assis, 2010). Ao todo, 25 itens compõem o corpus desta pesquisa. Vale ressaltar que a matriz analítica abrange as quatro funções do texto jornalístico categorizadas por Entman (1993).

1.3 Tendências e Estereótipos da cobertura em temas ambientais

A cobertura ambiental do jornalismo tem, ainda, outros aspectos que merecem atenção. Segundo Bueno (2007), diversas “síndromes” têm penalizado a qualidade dessa cobertura, como o “o sensacionalismo, o uso quase exclusivo de autoridades como fontes ou mesmo a fragmentação do olhar em virtude da sua segmentação em editorias”. (BUENO, 2007, p. 33).

O trabalho jornalístico de cobertura ambiental é feito por profissionais da imprensa e esta área pode ser tanto definida pelos conteúdos jornalísticos que tratam sobre meio ambiente e estejam publicados na mídia mais genérica, quanto por conteúdos publicados em meios de comunicação que tratam exclusivamente sobre o assunto. Conforme observa Bueno (2007), a cobertura ambiental, de forma simplificada, pode ser conceituada como:

(...) o processo de captação, produção, edição e circulação de informações (conhecimentos, saberes, resultados de pesquisas, etc.) comprometidas com a temática ambiental e que se destinam a um público leigo, não especializado (Bueno, 2007, p. 35).

Por ser uma área que tem significativas quantidades de pautas, esse campo pode ser considerado multi e interdisciplinar e essa multiplicidade pode ser publicada em diferentes editorias, como ciência, economia, política, cidades, saúde, etc.). Contudo, alerta Bueno (2007), o jornalista voltado à cobertura ambiental não pode se afastar de uma visão sistêmica sobre a composição do meio ambiente e deve ter em mente que “pessoas, natureza, meio físico e biológico, cultura e sociedade estão umbilicalmente conectados”. E acrescenta:

Fica claro, quando se assume esta perspectiva, que é a adequada para se tratar a questão ambiental, que não se pode (ou melhor, não se deve) privilegiar as partes em detrimento do todo. Como sistema, a alteração em uma determinada unidade (seja um ser vivo ou um meio físico – água, solo, ar, clima) provoca impactos em todas as outras e pode romper o equilíbrio que permite a manutenção da vida (Bueno, 2007, p. 35).

Estas observações feitas pelo autor nos levam à necessidade de refletir sobre se as

matérias publicadas pelo jornal Correio do Estado levam em consideração a conexão acima citada e se o rompimento do equilíbrio (ou seja, do sistema) e seus impactos para as questões socioambientais aparecem nos textos veiculados. No próximo capítulo discutiremos mais sobre as relações socioambientais e apresentaremos outras observações sobre o termo e o papel do jornalismo ao tratar desses assuntos.

Bueno (2007) destaca três funções desempenhadas pela cobertura ambiental, quais sejam 1) a função normativa; 2) a função pedagógica e 3) a função política. A primeira caracteriza-se pela necessidade que os cidadãos têm em estarem a par dos problemas que ocorrem em relação ao meio ambiente e os possíveis impactos de posturas como hábitos de consumo, efeito estufa, poluição do ar e água e outros fatores têm sobre a vida e o meio ambiente.

A segunda função, a pedagógica, traz à tona causas e soluções para os problemas ambientais e conta com a participação dos cidadãos para que sejam encontrados caminhos para a superação dos problemas. Tomamos a liberdade metodológica de comparar esta função às definições dadas por Entman (1993) sobre o enquadramento jornalístico e concluímos que os caminhos percorridos pelo jornalismo ambiental seguem definições correlatas a do sociólogo estadunidense, que são a identificação de problemas, suas causas, a atribuição de julgamentos morais e proposição de soluções.

Na terceira função, a política, que se estende para além das questões político-partidárias, encontra-se o papel do cidadão ao reagir (ou se mobilizar) diante de atitudes e interesses que contribuem para agravar a questão ambiental, dentre eles, empresas que visam o lucro e, para isto, usufruem dos bens naturais. Outro ponto é a negligência ou a omissão de órgãos do setor público, que se silenciam diante dos problemas ambientais. Este silenciamento será também abordado no próximo capítulo.

Bueno (2007, p. 37) observa que o cumprimento destas funções tem sido historicamente comprometido por “síndromes” e equívocos presentes na cobertura ambiental. O autor metaforiza cinco síndromes. A primeira, a “síndrome do zoom” ou “olhar vesgo”, diz respeito à segmentação jornalística a partir da divisão dos veículos em cadernos e editorias que “retira das notícias e reportagens o seu foco inter e multidisciplinar”. Essa segmentação, que reduz o olhar da cobertura ambiental a aspectos como economia, ciência, política e outros, pode contribuir pra a legitimação de termos inadequados, como é o caso de se usar “defensivo agrícola” ao invés de “agrotóxico”, já que se trata de produto considerado veneno.

A tentativa de despolitização do debate ambiental faz referência à segunda síndrome, a

do “muro alto”, e nela está presente a busca pela desqualificação da visão da questão ambiental como algo mais abrangente, a partir da redução do debate a uma vertente técnica. Nesta síndrome são evidenciados os discursos das elites ao mesmo tempo em que objetiva-se a exclusão dos cidadãos comuns. Além de ter como critério a competência técnica de autoridades para falar de determinados assuntos, esta síndrome também sofre o que Bueno (2007, p. 37) denomina de *lattelização* - terceira síndrome - das fontes, ou seja, o cobertura ambiental tem dado prioridade a fontes com “currículo acadêmico e produtores de conhecimento especializado” que podem, muitas vezes, estar alinhados aos discursos de corporações multinacionais com interesses que visam, por exemplo, o lucro e desconsideram impactos ambientais.

A tentativa de mostrar ao público o lado positivo de empresas que usufruem dos recursos naturais visando lucro, como é o caso de Monsanto, Bayer, Vale e tantas outras que utilizam o chamado “marketing verde”, é a quarta síndrome, classificada por Bueno (2007) como “indulgências verdes”. Além da “limpeza da imagem”, essas empresas buscam, ainda, soluções cosméticas como forma de passarem a mensagem de que estão preocupadas com o meio ambiente através de ações como plantio de árvores, reciclagem e outras medidas que poderiam proporcionar “perdões” pelos problemas socioambientais que essas empresas causam.

Por fim, a quinta síndrome, denominada como “síndrome da baleia encalhada”, diz respeito à espetacularização da tragédia ambiental. Nesse contexto, os problemas ambientais apenas são evidenciados quando dizem respeito a fatos isolados, como tsunamis, incêndios incontroláveis, sem que sejam apresentadas as principais causas desses problemas. Exemplo desta síndrome é a cobertura jornalística dada pelo Correio do Estado pelos exemplos citados por Gonçalves e Silva (2023) sobre o episódio do turvamento do Rio Formoso, considerado pelo então ministro do Meio Ambiente, Blairo Maggi, como algo pontual. O fato, que ocorre há décadas, não é enquadrado na perspectiva de que o turvamento tem, por trás, fatores como desmatamento das nascentes, sendo reduzido apenas como consequência de fortes chuvas que atingem a região e que serão, portanto, passageiras. Tem-se, desta forma, uma cobertura estática e que desconsidera a complexidade ambiental.

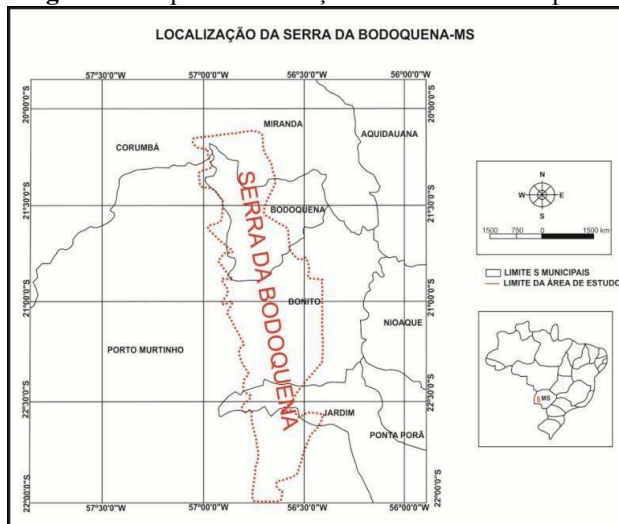
As síndromes classificadas por Bueno (2007) nos fornecem significativas contribuições para a análise do *corpus* desta pesquisa, subsidiando-nos de características que se agregam à matriz analítica e permitem interpretações mais aprofundadas sobre a construção do enquadramento jornalístico.

2. A SERRA DA BODOQUENA E SEU CONTEXTO ECONÔMICO, HISTÓRICO E CULTURAL

2.1 Panorama da região: natureza, economia e sociedade

Popularmente conhecido como Serra da Bodoquena, o Planalto da Bodoquena encontra-se localizado no sudoeste de Mato Grosso do Sul e abrange os municípios de Bonito, Bodoquena, Jardim e Porto Murtinho (Boggianni, 1999, p. 11). A região é marcada pela beleza cênica de rios de águas cristalinas⁸ que chamam a atenção pela sua coloração azul-esverdeada. Soma-se a esta característica a exuberância da formação rochosa de tufas calcárias que tornam o lugar ainda mais paradisíaco, atraindo visitantes do mundo todo. Conforme Boggiani (1999), a origem da formação calcária da Serra da Bodoquena (como vamos nos referir neste trabalho), data de 550 a 770 milhões de anos e se constituiu no “período pré-cambriano, quando ali se abriu um oceano⁹”. Esta característica reforça a importância científica da região, que integra lista que considera marcos brasileiros importantes na história da evolução da Terra¹⁰ (Boggianni, 1999, p. 15).

Figura 1: Mapa de localização da Serra da Bodoquena.



Fonte: SOUSA, 2017.

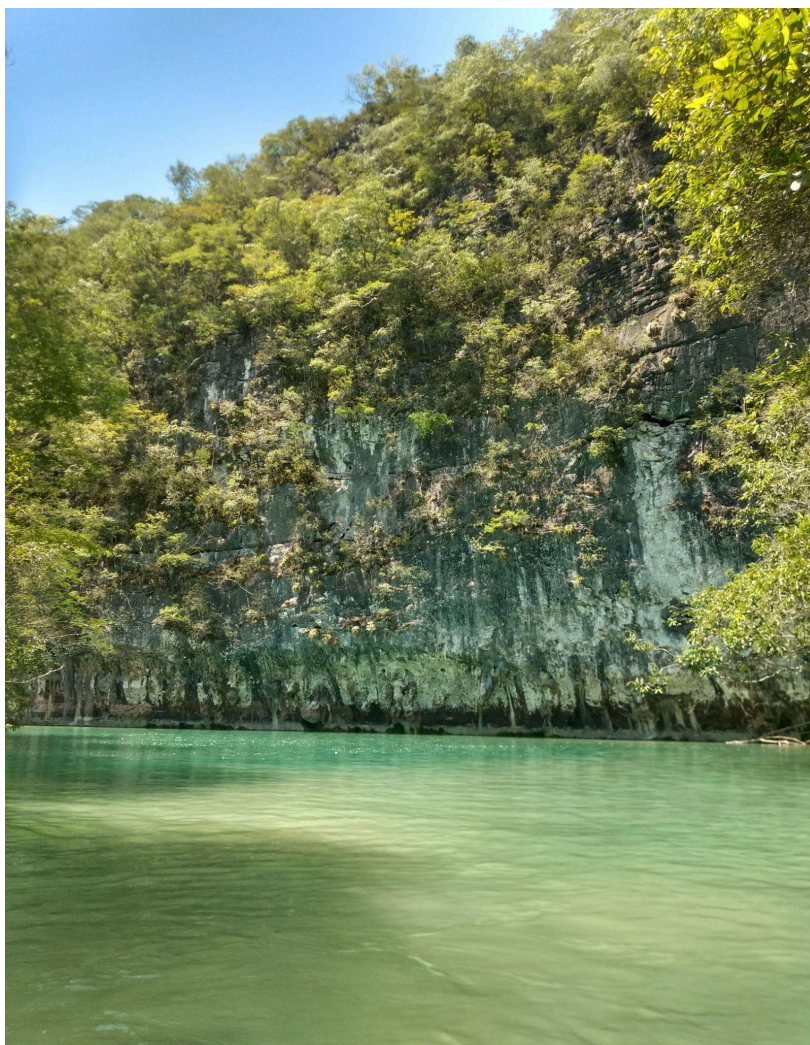
⁸ No Planalto da Bodoquena os principais rios são o Formoso, o Perdido e o Salobra (Boggianni, 1999, p. 14).

⁹ Este oceano recebeu o nome de Oceano Corumbá e antecede a formação do Pantanal (Boggianni, 1999, p. 15).

¹⁰ Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos para compor uma lista de Sítios Geológicos e Paleobiológicos considerados marcos brasileiros importantes na história da evolução da Terra, como orientação da Convenção Internacional para a Conservação de Sítios Culturais e Naturais do Patrimônio Natural – *World Heritage* da UNESCO, da qual o Brasil é signatário” (BOGGIANI, 1999, p. 22)

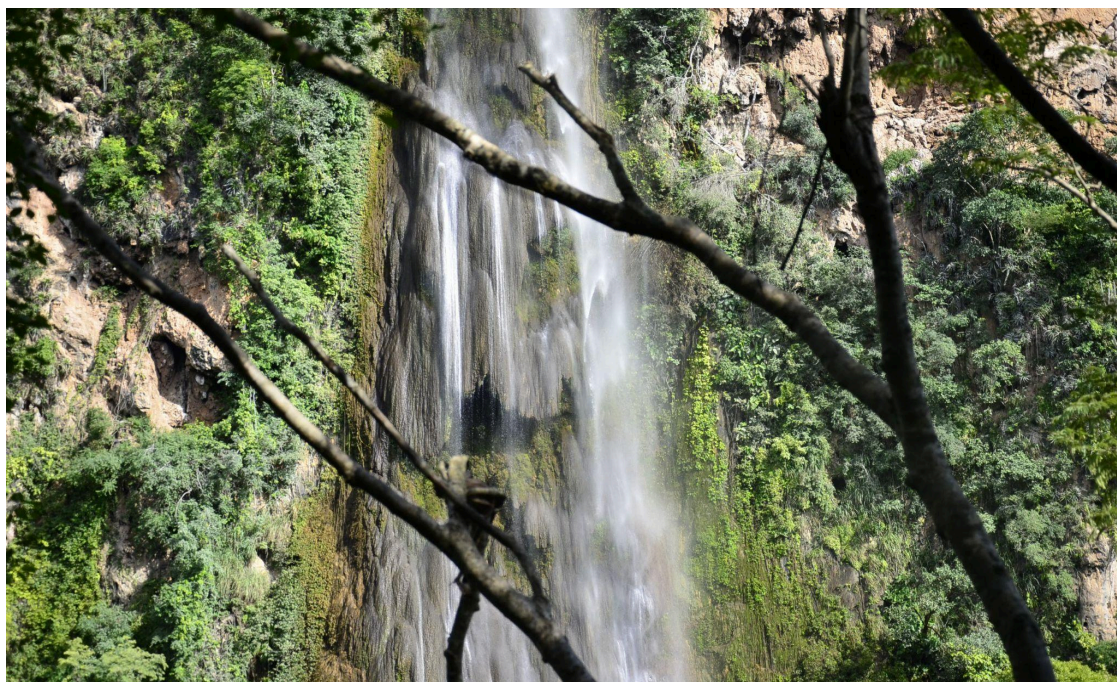
As águas cristalinas decorrem, sobretudo, da ação do calcário puro que, ao se dissolver, possibilita que essas águas permaneçam límpidas e sem turvamento quando em seu estado preservado. Além do mais, a região é de importância significativa para pesquisas científicas dada a riqueza de sua biodiversidade e a presença de fósseis da chamada ‘megafauna’, como o mastodonte (*Stegomastadon*), a preguiça (*Eremotherium*), o tigre-dente-de-sabre (*Smilodon*) e o tatu (*Glyptodon*). Em termos de bioma, predomina na Serra da Bodoquena a vegetação de cerrado. As fotos apresentadas abaixo trazem cenários visitados pela autora desta dissertação.

Figura 2: Cânion do Rio Salobra - Parque Nacional da Serra da Bodoquena - Bodoquena -MS - Brasil.



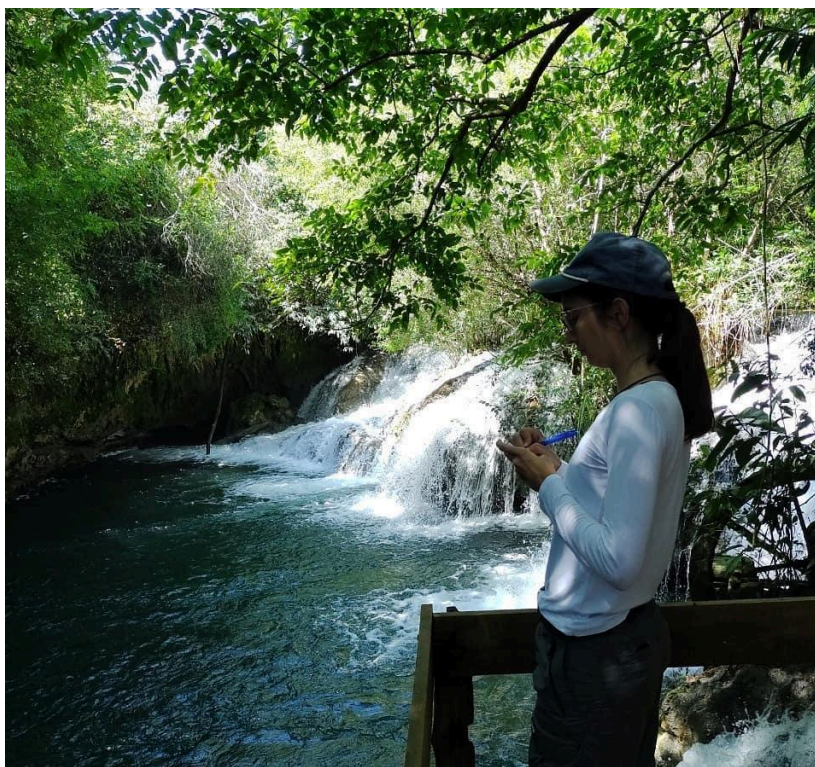
Fonte: Loraine França/Arquivo pessoal (2024).

Figura 3: Cachoeira Boca da Onça, a maior de MS, com 156m de altura. Ângulo visualizado na área da RPPN Cara da Onça - Bodoquena - MS - Brasil.



Fonte: Arquivo RPPN Cara da Onça.

Figura 4: Visita técnica na Trilha do Sumidouro-Ressurgência do Rio Perdido (2021) - Parque Nacional da Serra da Bodoquena - Bonito - MS - Brasil.



Fonte: Edson Silva (2021).

A economia nos municípios da região da Serra da Bodoquena está baseada, principalmente, nos setores de agropecuária, mineração e turismo. Ao longo da história, a região passou por ciclos econômicos que envolvem a cultura cafeeira, a pecuária extensiva e a mineração (Oliveira, 2010, p. 69), atividades estas que decaíram ao longo dos anos e perderam espaço para o turismo.

Devido à ligação histórica com a Guerra contra o Paraguai no século XIX, já que a região foi palco de episódios como a Retirada da Laguna, e sua proximidade com o país vizinho, a região da Serra da Bodoquena é marcada pela presença de descendentes de paraguaios, de brasileiros do sul do país, que chegaram à região após a década de 1970, com o programa de modernização do campo e incentivo às ocupações de terra (citaremos mais adiante), além de indígenas como os Kadiwéu e quilombolas.

2.2 Dados e breve histórico dos municípios da Serra da Bodoquena

Considerado o principal município da Serra da Bodoquena devido ao destaque nacional e internacional do turismo ali desenvolvido, Bonito possui 12.622 habitantes (IBGE, 2022) e IDHM de 0,546 (IBGE, 2010). Está localizado a 265 quilômetros de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul.

Consta na história do município que sua formação data do fim do século XIX e início do século XX quando, em 1869, o capitão Luiz da Costa Leite Falcão chega à região. A cidade teve início em suas terras, mais especificamente na Fazenda Rincão de Bonito. Conforme Vargas (2001), o capitão recebeu as terras de dom Pedro II como forma de recompensa a militares que se destacaram na guerra contra o Paraguai. A região onde se insere Bonito (Serra da Bodoquena), foi palco da disputa ocorrida entre 1864 e 1870 e teve sua população aliciada para participar do conflito, também conhecido como Guerra da Tríplice Aliança. Entre as populações que integraram as tropas brasileiras estão os Guaicurus.

Bonito tornou-se distrito do município de Miranda em 1927 e recebeu o nome de Paz de Bonito, fundado pelo genro do capitão Luiz Falcão, capitão Manoel Ignácio de Farias que contou com a colaboração do então prefeito de Miranda, coronel Pilad Rebuá (Vargas, 2001, p. 131). A emancipação e a elevação à categoria de município ocorre em 1948¹¹, quando passa a ser denominado de Bonito (Prefeitura Municipal de Bonito, online).

O desenvolvimento econômico de Bonito tem, a partir da década de 1970, como principal atividade econômica a agropecuária e, mais tarde, o turismo. A primeira, conforme

¹¹ Lei Estadual nº145 de 2 de outubro de 1948.

Vargas (2001), tem como base o modelo de modernização no campo que culminou em seu crescimento a partir de planos do governo federal para alavancar a atividade no país. Segundo Oliveira (2010), a pecuária de corte e o plantio de soja eram as principais atividades deste setor e o turismo ainda era embrionário no município.

A agropecuária passou a dividir espaço econômico com o turismo de forma mais intensa a partir do ano de 1993¹², quando este último segmento ganha destaque nacional na mídia televisiva (abordaremos mais adiante este fato) a partir de documentários que retratam atrativos turísticos locais, como a Gruta do Lago Azul. Somado a esta visibilidade na imprensa está a formação de guias de turismo pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul com patrocínio do Sebrae e da prefeitura municipal, capacitação também responsável pela estruturação e avanço do turismo em Bonito no mesmo ano (Vargas, 2001, p. 141). A visibilidade e a organização do turismo na cidade também têm como protagonistas pesquisadores (Oliveira, 2010) que chegaram à região, sobretudo, despertados pelo interesse na grande relevância da biodiversidade e história geológica locais.

Ainda conforme Oliveira (2010), o turismo em Bonito se expandiu de tal forma que a agropecuária apresentou declínio, refletindo, sobretudo, na distribuição espacial da população do Município (Oliveira, 2010, p. 75). Contudo, boa parte dos atrativos turísticos de Bonito está localizada na área rural, principalmente, em fazendas de criação de gado e plantio de monoculturas como a soja. Proprietários optaram pelo segmento como forma de obtenção de lucro (Vargas, 2001, p. 145). Não obstante, quem visita Bonito é capaz de perceber o cenário de extensas plantações de soja ao longo das estradas que dão acessos aos atrativos, como observada por esta pesquisadora em visitas ao local. Para Vargas (2001), o cenário econômico atual de Bonito é de disputa entre agropecuária e turismo, tendo como guardiões do meio ambiente os ambientalistas que têm se preocupado com os impactos de ambas atividades na conservação e preservação da biodiversidade da região:

Assim, se nos séculos XVI e XVII o município de Bonito foi parte de um grande território disputado por guaicurus, guaranis, espanhóis e portugueses, hoje trata-se de uma área disputada por empresários da agropecuária, da mineração e, sobretudo, do turismo. Paralelamente, os ambientalistas perseguem, como guardiões do território, a busca pela conservação do meio natural de belas paisagens e a preservação da “paz” de Bonito (Vargas, 2001, p. 148).

No setor do turismo, as estatísticas colocam Bonito no topo da lista de rankings como o de visitação e preço dos hotéis. Em 2019, foi o segundo principal destino dos turistas que

¹² Embora seja no início da década de 1990 que o turismo em Bonito tenha sido impulsionado, a atividade ocorre no local desde a década de 1970, quando as populações locais e seus familiares passam a visitar os atrativos localizados em áreas particulares.

desembarcaram no aeroporto de Campo Grande¹³ e, dos 425.518 visitantes de outros estados brasileiros, 36,6% se destinaram à cidade do sudoeste do estado. O município registra, ainda, a diária de hotel mais cara de Mato Grosso do Sul, em média R\$266,54.

A história de Bonito, marcada por episódios como a já mencionada Guerra contra o Paraguai e, posteriormente, pelo avanço econômico baseado na agropecuária e no turismo, nos permite compreender as influências culturais na formação da população do município. Pela proximidade da região com o Paraguai, a influência do país vizinho é presente e decorre da ocupação de castelhanos nos séculos XVI e XVII e da imigração de paraguaios que chegavam à região para atuar nas fazendas de gado e na extração de erva-mate (VARGAS, 2001, p. 134).

Outras influências observadas por Vargas (2001) são a presença dos indígenas, dentre eles os Kadiwéu, descendentes dos Guaicurús, e a europeia, que decorre da presença de portugueses e espanhóis que também ocuparam a região.

Seguindo o processo histórico de ocupação da região, em 1948, foi implantado na região da Serra da Bodoquena, pelo então governador Arnaldo Estevão de Figueiredo, uma colônia agrícola com 40 mil hectares que totalizavam 859 lotes de terra¹⁴. Desde então, iniciou-se a formação do atual município de Bodoquena a partir da criação de assentamento fruto de reivindicação de políticos do município de Miranda, liderados pelo então prefeito Manoel de Pinho. Fixaram-se no local os primeiros colonos Francisco de Paula Chagas, o “Chico Mineiro”, Francisco Maciel e Alfredo Pedro Araújo. Com o surgimento de pequenos estabelecimentos comerciais e a formação de um povoado que recebeu o nome de Vila da Amizade, a colônia foi elevada à distrito de Miranda em 1963 pelo então governador do Estado, Fernando Corrêa da Costa¹⁵, recebendo o nome de Distrito Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo e popularmente conhecido como Distrito de Campão. Quase duas décadas depois e com o aumento da população local, o então governador de Mato Grosso do Sul, Marcelo Miranda Soares, criou o município de Bodoquena¹⁶, institucionalmente instalado no ano seguinte sob o governo de Pedro Pedrossian.

Com a grande ocupação de terras no município, os assentamentos rurais começaram a se consolidar e, em 2023, quatro estão regularizados no Instituto Nacional de Colonização e

¹³ Os dados fazem parte do levantamento anual de dados turísticos realizado pela Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul. Consideramos para fins desta pesquisa o anuário 2020, ano-base 2019, por ser período pré-pandemia de covid-19 e, portanto, sem os impactos que esta causou na atividade turística desde 2020 quando restrições foram impostas nos municípios para evitar a disseminação da doença.

¹⁴ Decreto governamental nº 547 de 30 de setembro de 1948.

¹⁵ Lei Estadual nº. 2.079 de 14 de dezembro de 1963.

¹⁶ Lei Estadual nº87 de 13 de maio de 1980.

Reforma Agrária: Canaã, Campina, Sumatra e Vista Alegre. Além dos assentamentos, também se destaca na produção agrícola o distrito de Morraria do Sul, onde se desenvolveram culturas agrícolas como o café e o milho.

Distante 269 quilômetros da capital do Estado e a 72 quilômetros de Bonito, Bodoquena possui 8.567 habitantes (IBGE, 2022). As principais atividades econômicas são a agropecuária e a indústria, com destaque para a mineração. Nesta última atividade, Bodoquena está na terceira colocação do ranking de principais municípios arrecadadores, tendo contribuído com R\$1,6 milhão dos R\$83 milhões arrecadados pelo setor em 2022¹⁷. A principal fonte de extração mineral no município é o calcário e duas empresas são responsáveis pela arrecadação¹⁸.

A atividade econômica tem gerado discussões entre ambientalistas, moradores e políticos de Mato Grosso do Sul. Problemas como explosões, que têm causado rachaduras em casas do Assentamento Campina, na zona rural de Bodoquena, e impactos ao ecossistema da Serra da Bodoquena (Mamédio, 2024), são constantes e levantam preocupação¹⁹.

Conforme Mamédio (2024), dados do Sistema de Informações Geográficas da Mineração (SIGMINE/Agência Nacional de Mineração), revelam o aumento nos pedidos de exploração mineral na Serra da Bodoquena, com “solicitação de pesquisa, pesquisas em andamento, pedidos de lavra e exploração” estão em execução em quase toda a área da serra, com predominância no município de Bodoquena.

Na primeira década do século XXI, o turismo em Bodoquena avançou significativamente, embora o local ainda caminhe lentamente para a estruturação e melhorias dos serviços envolvidos no setor, como hospedagem, locais de alimentação, bancos, transporte e outros. Este fato evidencia-se comparando o número de hospedagem em Bonito com o de Bodoquena. Nesta última, 170 leitos de hotel estão disponíveis, contra 4.732 em Bonito.

Embora não sejam apresentados aqui dados consolidados sobre o número de atrativos, o número de locais que abriram visitação ao público aumentou na segunda década do século XXI. Com o fluxo de pessoas que procuram cada vez mais o turismo em meio   natureza, Bodoquena tornou-se destino concorrido, principalmente, em feriados e datas comemorativas,

¹⁷Relat rio da Minera o em Mato Grosso do Sul do CFEM, 2022. Disponível em: http://www.semadesc.ms.gov.br/wp-content/uploads/2023/01/Relatorio_CFEM_2022.pdf. Acesso em: 30 out. 2023.

¹⁸ Horii Agroindustrial e Comican – Companhia de Minera o.

¹⁹ Conforme Mamédio (2024), as denúncias de explosões feitas por moradores são referentes   atividade mineradora da Horii Agroindustrial, pertencente   família do prefeito de Bodoquena, Kazuto Horii (PSDB).

como o ano novo. A superlotação dos atrativos da cidade, nas interpretações feitas por esta pesquisadora a partir de observações diretas, é um dos preocupantes problemas que podem acarretar em impactos socioambientais à população local, entre elas, moradores de assentamentos como o Canaã, que passa por processo de avanço do turismo de massa e consequente deslocamento de sua população tradicional. A ausência de políticas públicas efetivas que apoiem essas famílias e as incentivem para o desenvolvimento do turismo, resulta nesse processo de “expulsão”.

Inserido, também, na Serra da Bodoquena está o município de Jardim, localizado a 236 quilômetros de Campo Grande. Jardim é o município mais populoso da Serra da Bodoquena, com 23.981 habitantes (IBGE 2022). Sua principal atividade econômica é a agropecuária, mas o comércio é o maior responsável pela arrecadação de ICMS do município. Por também ser um local de beleza cênica e com atrativos naturais, o turismo é destaque entre as atividades econômicas. Contudo, o setor turístico ainda depende de avanços e, conforme Guimarães e Silva (2018), Jardim ainda não é um pólo em si e desempenha papel de suporte à Bonito.

No contexto histórico, a formação de Jardim consistia em uma fazenda fundada por José Francisco Lopes, que recebera o nome Jardim, e se localizava às margens do rio Miranda. O fato coloca Jardim como palco do conhecido episódio da Retirada da Laguna, na Guerra contra o Paraguai. Por ser exímio conhecedor da região onde Jardim está inserido, José Francisco Lopes atuou como guia e se tornou peça chave por levar soldados brasileiros que estavam em ofensiva por terra ao território paraguaio. As tropas, chefiadas por Carlos de Moraes Camisão, penetraram no território paraguaio em 1867, se dirigindo até Laguna. Consta na história (IBGE, online) que a atuação de guiamento de Lopes foi fundamental para salvar vidas de soldados brasileiros atacados por experientes tropas paraguaias que utilizam táticas indígenas de guerra. Guia Lopes mostrou os caminhos para que os soldados brasileiros conseguissem despistar os paraguaios.

Em 1948, o pequeno povoado - que viria a se tornar município, anos mais tarde - é incorporado como distrito ao município de Bela Vista. Assim permaneceu até 1953, quando então ocorreu a constituição a município²⁰, com a primeira eleição para prefeito direta e livre sendo realizada no ano seguinte (Marin, 2003, p. 135).

Segundo Marin (2003, p. 134), Jardim nasceu em meio a acontecimentos decorrentes da “expansão territorial forçada pelo movimento militar, estimulada a partir da Guerra contra

²⁰ Lei estadual 677.

o Paraguai, em 1865”. O local, ainda conforme a pesquisadora, foi se constituindo pela presença de militares e marcado pela migração de gaúchos, paulistas, nordestinos, goianos e mineiros. Destaca-se, nesse contexto, a presença da família Lopes, a primeira a chegar na região e que se desenvolveu a partir da agropecuária (Marin, 2003, p. 134).

Medeiros (2012), destaca outros aspectos importantes que dizem respeito à história de Jardim, sobretudo, a partir do contexto da Guerra contra o Paraguai, evidenciando a atuação de Senhorinha Maria da Conceição Barbosa Lopes. O advogado e escritor traz à tona o fato do nome de Senhorinha ter sido ofuscado em meio à história oficial da região, contada na perspectiva de se ter apenas o protagonismo de seu cunhado e segundo marido, José Francisco Lopes²¹:

(...) sua figura e sua descendência, que por aqui disseminou, nos levam a entender um pouco da formação histórica desta parte do país. É distinguida entre os autores como uma das mulheres que, além de viver o drama da guerra, é considerada mártir, por ter perdido seus dois maridos e filhos durante aquele período, capturada por duas vezes pelos paraguaios e resgatada por gestões diplomáticas brasileiras (Medeiros, 2012, p. 11).

Segundo Marin (2003, p. 139), as terras que hoje compreendem Bela Vista, parte de Caracol, Jardim e Antônio João, foram cedidas à Senhorinha Barbosa pelo império brasileiro como indenização de guerra.

Por fim, na região de fronteira com o Paraguai e também inserido na Serra da Bodoquena está o município de Porto Murtinho, criado em 1911 e emancipado em 13 de junho de 1912²². A população estimada é de 12.859 pessoas (IBGE, 2022). A agropecuária e a indústria são as principais atividades econômicas do local, e ganha destaque o turismo de pesca desenvolvido, principalmente, nas águas do Rio Paraguai, que banham o município.

Desde os anos 2000 está em andamento o projeto do Corredor Rodoviário Bioceânico, também denominado Rota Bioceânica, que vai interligar os oceanos Atlântico e Pacífico, partindo do porto de Santos e terminando em Iquique, no Chile. Ao todo, cerca de 2,4 mil quilômetros compõem o corredor bioceânico e quatro países estão envolvidos, sendo Brasil, Paraguai, Argentina e Chile. A expectativa é a de que o corredor proporcione o desenvolvimento das regiões envolvidas, incluindo o turismo como forte potencial para

²¹ Conforme Medeiros (2012, p. 11), além do fato de Senhorinha Barbosa ser vista apenas como mulher de José Francisco Lopes, ela também é constantemente lembrada em virtude de seus descendentes, não por acaso homens herdeiros de seu sobrenome e com atuação política em Mato Grosso, como Vespasiano Martins (ex-prefeito de Campo Grande) e Wilson Barbosa Martins (ex-governador de Mato Grosso do Sul).

²² Eleva-se à condição de cidade pela Lei Estadual nº 962 de 17 de junho de 1926.

contribuição da economia²³. Em Mato Grosso do Sul, o corredor passará por Campo Grande e Porto Murtinho.

Para interligar os países, está em construção a ponte Bioceânica sobre o rio Paraguai²⁴. Com execução de 30% das obras em setembro de 2023 (SEMADESC, online), a ponte ligará Porto Murtinho à cidade de Carmelo Peralta, no país vizinho. A previsão feita pelo governo de Mato Grosso do Sul é a de que as obras terminem no primeiro semestre de 2025.

A história inicial de Porto Murtinho data de 1892, quando é estabelecida na Fazenda Três Barras pelo superintendente Regional do Banco Rio e Mato Grosso, Antônio Côrrea, um porto para embarcar erva-mate ao sul do país. Assim, a história de Porto Murtinho está diretamente ligada à Companhia Matte Larangeira, empresa que surgiu no início da década de 1880, fundada por Thomaz Larangeira, que adquiriu a Fazenda Três Barras do marechal Boaventura da Mota. Por estar localizada à margem esquerda do rio Paraguai, a fazenda tornou-se estratégica para escoação de produção da Matte Larangeira, que monopolizou a produção do produto no país.

O porto construído na fazenda recebeu o nome de Porto Fluvial Murtinho, em homenagem a Joaquim Murtinho²⁵. Segundo Bassi (2017), a família Murtinho foi incorporada como sócia da empresa, favorecendo a ampliação da concessão original, o que “culminou no arrendamento de mais de 5 milhões de hectares em terras devolutas da União” (BASSI 2017, online), incluindo terras indígenas dos Guarani-Kaiowá. A companhia chegou a ter quase 2 milhões de hectares em terras paraguaias após a Guerra da Tríplice Aliança. Com a derrota do Paraguai, as terras foram vendidas a preços baixos, favorecendo a compra por parte de Thomaz Larangeira. A arrecadação anual da empresa chegou a ser maior do que a do estado de Mato Grosso e 5 mil toneladas de erva mate eram exportadas anualmente à Argentina. Segundo Bassi (2017), a Companhia Matte Larangeira utilizava mão-de-obra indígena Guarani-Kaiowá e de camponeses paraguaios, submetendo-os ao trabalho análogo à escravidão.

²³ Segundo a Semadesc (online), Porto Murtinho já começa a receber investimentos na rede de hotéis, além de estruturação para receber caminhoneiros e oficinas. A expectativa é de que esses investimentos privados contribuam para o avanço do turismo.

²⁴ As obras são de responsabilidade da Itaipu Paraguai e o investimento é de US\$85 milhões para concluir os 1.294 metros da ponte.

²⁵ Joaquim Duarte Murtinho Nobre foi um político brasileiro liberal, estadista, eleito senador pelo estado de Mato Grosso por três mandatos (1890-1896, 1903-1911). Exerceu o cargo de Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas (1896-1897, governo Prudente de Moraes) e Ministro da Fazenda (1898-1902, governo Campos Sales). Sua família também era composta por políticos com forte influência em Mato Grosso. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes2/70-biografias/784-joaquim-duarte-murtinho>. Acesso 17 nov. 2023.

Com os estímulos do governo de Getúlio Vargas através da política de colonização do Estado Novo (1930-1945), terras no sul de Mato Grosso onde o monopólio da empresa de mate se concentrava, passaram a ser ocupadas por posseiros oriundos do sul do país. As atividades da Matte Larangeira entraram em decadência a partir de 1943, com a criação do Território de Ponta Porã. As exportações para a Argentina cessaram em 1966²⁶.

Por fazer fronteira com o Paraguai, Porto Murtinho tem influências culturais da população do país vizinho que circula entre os dois países separados apenas pelo Rio Paraguai. Outra influência decorre da presença de indígenas como os Kadiwéu, Terena e Ayoréo (etnia paraguaia). (HEYN, 2003, p. 56).

Destaca-se aqui a etnia Kadiwéu, descendente dos Guaikuru, pela luta que travaram na defesa do território na Guerra contra o Paraguai. Segundo dados IBGE (2010), a população Kadiwéu totaliza cerca de 1.592 pessoas. A área total da Reserva Indígena Kadiwéu soma 535.505 hectares localizados no município de Porto Murtinho, com acesso principal pela zona rural de Bodoquena. No território estão localizadas as aldeias Alves de Barros, Barro Preto, Bodoquena (homônima do município), Campina, São João e Tomázia.

Na história, conta Darcy Ribeiro (2020), os Kadiwéu ganharam notabilidade devido à resistência contra espanhóis e portugueses na bacia do rio Paraguai, onde hoje se localiza a Reserva Indígena Kadiwéu. O fato de ser este povo considerado como guerreiro é o que garantiu sua existência ao longo dos séculos, já que outras etnias acabaram por ser extintas com a dominação portuguesa e a espanhola.

Outra característica que chama a atenção é o fato de dominarem com maestria a cavalaria, o que também os levou a serem conhecidos como os “índios cavaleiros”. Segundo Ribeiro (2020), a doma dos cavalos revolucionou a vida econômica, social e política dos Guaikuru, levando:

A redefinição da cultura em torno desse novo elemento muito mais longe que as tribos equestres da América do Norte, pois, enquanto aquelas usavam o cavalo, apenas como arma defensiva, os cavaleiros do chaco impuseram, com ele, seu domínio sobre inúmeras outras tribos, reduzindo-as à vassalagem, e mantiveram sob constante ameaça, por mais de três séculos, os estabelecimentos europeus, chegando a representar o maior obstáculo à colonização do Grande Chaco e um papel do maior destaque nas disputas entre espanhóis e portugueses, jesuítas e bandeirantes, pelo domínio da bacia do rio Paraguai. (Ribeiro, 2020, p. 17).

Entre as mulheres, destacam-se o grafismo estampado nos corpos, tecidos e,

²⁶ A história da Companhia Matte Larangeira é extensa e possui diversos fatos não mencionados neste trabalho, como a Estrada de Ferro Porto Murtinho a São Roque e a fundação da cidade de Guaira, no Paraná, também pela Matte Larangeira. O conteúdo aqui fornecido é apenas base de contextualização sobre o desenvolvimento dos municípios que compõem a Serra da Bodoquena segundo definição de Boggiani (1999).

principalmente, na cerâmica. Autodenominados como povo *Ejiwajegi*, os Kadiwéu dominaram outros povos como Terena e Chamacoco, além de brasileiros e paraguaios, sendo considerados pela própria etnia como a “nação mais poderosa” (Ribeiro, 2020, p. 22).

O caráter guerreiro levou ainda os ancestrais do povo Kadiwéu, os Guaikuru, a lutarem na defesa do território brasileiro na Guerra contra o Paraguai (ou Guerra da Tríplice Aliança), que se estendeu de 1864 a 1870, e é considerada como o conflito armado mais sangrento da América do Sul. O episódio marcou a disputa do estado de Mato Grosso entre o Brasil e o Paraguai.

Ao longo dos anos, e, principalmente, mais recentemente, devido à ausência de políticas públicas efetivas, os indígenas Kadiwéu passaram a enfrentar problemas com a garantia de direitos como saúde, educação, abastecimento de água e transporte, como já constatado pela autora deste projeto em visitas feitas à aldeia Alves de Barros²⁷.

2.3 As questões socioambientais na Serra da Bodoquena

A breve introdução sobre o contexto econômico, histórico e cultural da Serra da Bodoquena nos permite jogar luz sobre acontecimentos que têm causado impacto na vida de populações urbanas e rurais da região. Nos últimos anos, é notória a intensificação de problemas ambientais oriundos, sobretudo, de ações como o desmatamento para cultivo de monoculturas como a soja, que vem causando impactos em nascentes de rios e o turvamento das cristalinas águas da região. Contudo, segundo Oliveira (2010), desmatamento, queimadas, assoreamento, contaminação de rios, já são problemas recorrentes na região antes mesmo da intensificação da atual principal atividade econômica, o turismo, que se expandiu a partir da década de 1990. A exploração dos recursos naturais para plantações de monocultura e a retirada de madeira de lei (Vargas, 2001) contribuíram para os problemas ambientais ocorridos na região.

Ainda conforme Vargas (2001), a ocupação das terras do planalto da Bodoquena iniciou-se por volta de década de 1950, com movimento migratório para a região, intensificado pelo processo de incentivo à agricultura, que, duas décadas mais tarde, em 1970, entra no processo de *modernização agrícola*, com ampliação de crédito rural. A autora observa que:

²⁷ As observações diretas fazem parte do trabalho de campo desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa “De frente para a América do Sul: um olhar biográfico sobre assentamentos humanos sul-americanos na perspectiva dos direitos humanos fundamentais”, sediado no Griot - Laboratório de Investigação em Jornalismo, Direitos Humanos e Narrativa Complexas, coordenado pelo professor Dr. Edson Silva.

A chamada modernização agrícola promoveu sérios problemas ao ambiente natural, sobretudo, ao planalto da Bodoquena, onde os fazendeiros passaram a praticar intensivamente o desmatamento e a queimada de zonas florestais e de cerrados, assim como a matança de animais silvestres. Outros componentes utilizados, altamente predatórios, são os chamados “defensivos” agrícolas que causam a contaminação dos solos e das redes de drenagem, transformando os elementos da natureza que constituem este ambiente (Vargas, 2001, p. 139).

Na entrada do século XXI, o cerrado, principal bioma da Serra da Bodoquena e o segundo maior do país, vem sofrendo séria devastação e, em 2022, 25% de sua área foi devastada, o que corresponde a 10,7 mil quilômetros quadrados em 12 meses (WWF-Brasil, 2022, online).

Outra problemática observada é o avanço do turismo massivo que se intensificou na região a partir da década de 1990 no município de Bonito, se expandindo, posteriormente, para as outras cidades da Serra. Esse fato se deve, em partes, pela visibilidade que atrativos naturais locais ganharam nos noticiários e que discorreremos mais a frente neste estudo como forma de contextualização da temática. Oliveira (2010), em suas investigações sobre o tipo de turismo desenvolvido em Bonito – se ecoturismo ou turismo sustentável – observa que entre as problemáticas causadas pela intensificação da atividade na cidade está a superlotação de atrativos naturais, ultrapassando a carga máxima de pessoas estabelecida pelo órgão ambiental responsável, o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul. Essa superlotação pode influir em problemas como grande geração de resíduos sólidos.

Outra observação feita por Oliveira (2010) diz respeito aos impactos sociais que o turismo pode ter sobre as populações locais. No caso de Bonito, o grande fluxo de pessoas que passa pela cidade anualmente pode resultar em perdas culturais²⁸ e não há contribuições para ganhos sociais, já que essas pessoas passam a viver em função desta atividade econômica. Assim:

A ausência da participação da comunidade no desenvolvimento do turismo pode ser consequência das situações de conflito entre a sociedade e a atividade turística. O usufruto dos atrativos turísticos pelos moradores devido a dificuldade de acesso e preço cobrado para determinados passeios estão das possibilidades da população residente (FAPEC, 2006, *apud* Oliveira, 2010, p. 96).

A exemplo dessas perdas culturais, destacamos a história de Sinhozinho, considerado profeta quando Bonito ainda era vilarejo, na década de 1940. Além de líder messiânico, também foi responsável por desafiar coronéis e comerciantes (Andrade; Santos, 2013). Conforme Banducci (2021), o aparecimento do senhor alto, de cabelo e barbas longos, comumente visto usando uma espécie de túnica azul e coberto por manto, foi misterioso e

rapidamente ele passou a ser reconhecido como um enviado divino. Contudo, a história de Sinhozinho é pouco contada em Bonito.

Sinhozinho ficou conhecido como Mestre Divino e atraiu diversos fiéis que acreditavam em seus milagres. Ainda segundo Banducci (2021), autoridades da cidade e a elite empregadora passaram a se sentir incomodados com o fato de famílias inteiras de fazendas e pessoas humildes da cidade permanecerem por longo período na capelinha por ele construída. Em 1945, Sinhozinho é preso pela Guarda Territorial, convocada pela elite local e seu destino tem relatos divididos entre quem alega que o homem foi levado para Ponta Porã e depois, Rio de Janeiro, e aqueles que acreditem em homicídio por parte da polícia. Nesse contexto, a vida do personagem passa de um cenário histórico para encantado, atraindo devotos diversos. Sua história foi apropriada e incorporada ao discurso turístico, sendo resumida a uma lenda local²⁹.

Os problemas aqui relacionados reforçam-nos a importância das reflexões acerca de aspectos socioambientais na região, uma vez que a ausência de alinhamento das questões econômicas com as sociais e ambientais, gera reflexos diretos sobre a vida dessas populações.

Dessa forma, trazer ao debate o conceito de socioambiental torna-se pertinente para melhor compreensão da temática e posteriores análises que permitirão a verificação acerca da visibilidade ou não da complexidade do tema no veículo analisado.

Embora o termo socioambiental tenha se difundido nas últimas décadas, período em que a crise climática se tornou expressiva nos debates acadêmicos, políticos e midiáticos, sua definição possui distintos significados. A dialética socioambiental é discutida por Veiga (2015), partindo-se de reflexões sobre a adoção da semântica *una*, ou seja, social e ambiental unem-se à uma única palavra, e o hífen que as separava, entra em desuso. Conforme Veiga (2015), não é mero acaso a adoção do termo *uno* e esta “responde a uma necessidade objetiva” e:

A um imperativo que nunca poderá ser entendido – e muito menos explicado – por quem insista em negar ou rejeitar que a relação entre cultura e natureza tenha um caráter essencialmente dialético. (Veiga, 2015, p. 133).

Embora o termo esteja legitimado na sociedade brasileira, Veiga (2015) observa que em outras línguas ele é bem menos usado e há tentativas, por exemplo, na língua inglesa de se introduzir a expressão *socio-ecological*.

²⁹ *Sinhozinho, a história que Bonito pouco conta*. Mais informações em: <https://www.youtube.com/watch?v=A-MeafI-ngXg>. Acesso: 06 ago 2024.

São inúmeros os significados atribuídos ao socioambiental e seu uso depende do contexto em que está inserido. No meio corporativo, por exemplo, está em pauta o conceito de “Responsabilidade Socioambiental”, caracterizado pela ética nas relações de funcionários, clientes, fornecedores e governos com o meio ambiente. Por vezes, a postura adotada mira interesses lucrativos, como atrair investidores e acionistas para o negócio/empresa, que buscam por compromissos que levem em consideração o respeito à sociedade e ao meio ambiente. Para Veiga (2015) esta também é uma forma de apostar em uma postura que respeite a vida humana e o meio ambiente, já que esta relação é “indispensável à sustentabilidade da própria humanidade” (Veiga, 2015, p. 95).

A terminologia *socioambiental* também faz parte das reflexões de Souza (2019) nos estudos sobre impactos ambientais. Contudo, o autor classifica como redundante o uso do termo socioambiental, principalmente, quando associado aos conflitos sociais que, conforme observa, por si só o conflito já é social e esta dimensão já estaria embutida no conceito de ambiente.

E mesmo tendo complexidade e diferenças, o uso do termo socioambiental aponta para um mesmo sentido:

(...) a necessidade de procurar *compatibilizar* as atividades humanas em geral – e o crescimento econômico em particular – com a manutenção de suas bases naturais, particularmente com a conservação ecossistêmica (Veiga, 2015, p. 95).

Desta forma, compreende-se que é preciso alinhar as questões econômicas às socioambientais, buscando pelo equilíbrio entre as partes. Neste contexto, a terminologia *socioambiental* será utilizada nesta investigação partindo-se da relação ser humano-natureza na perspectiva de que os problemas ambientais têm impacto sobre a vida humana.

Tal característica é observada, por exemplo, nos estudos de Zanatta e Maciel (2021) ao discorrerem sobre o impacto de hidrelétricas na vida de ribeirinhos do pantanal mato-grossense. A relação dessas pessoas com a natureza onde estão inseridas é reforçada a partir de entrevistas de moradores de comunidades impactadas pelas usinas. Afirmações como “o rio até gostava de dar peixe para nós” e “o rio secô, nós também acabamo morrendo com ele” (Zanatta e Maciel, 2021, p. 70) enfatizam-nos a forte ligação existente entre ribeirinhos e a natureza. Esta dinâmica também ocorre com outros povos tradicionais e é uma característica presente na Serra da Bodoquena.

A interação desses grupos humanos com a natureza é fator significativo para a proteção dessas localidades fundamentais para a sobrevivência humana, como o são as florestas. Na Serra da Bodoquena, tal proteção é garantida, sobretudo, por trabalhadores rurais

assentados, como é o caso do Assentamento Canaã, em Bodoquena, e indígenas como os Kadiwéu. A força dessa relação é que leva à construção do pertencimento e, conforme Zanatta e Maciel (2021), aqueles que não possuem tal ligação com o ambiente não são capazes de compreender o senso de proteção dos povos que se veem como parte de um todo.

É este pertencimento que está sob ameaça das mais diversas promessas de progresso mundo afora, incluindo-se a região tratada neste estudo. O não reconhecimento de que o território é único e que a identidade dos moradores locais dele depende, é um dos principais fatores para o processo de expulsão das famílias tradicionais de suas terras com o avanço de atividades como o agronegócio, a mineração e o turismo massivo.

A visão colonialista de empresários locais observada por esta pesquisadora em conversas informais, é exemplo do que tratam Zanatta e Maciel (2021). Por exemplo, “somente empregamos gente da região” e “as trilhas por onde os atletas correm foram todas limpas por moradores do Assentamento Canaã”, são duas falas presenciadas em diferentes momentos e feitas por distintos empresários, que revelam em suas entrelinhas a visão colonialista daqueles que detém o poder (ou acham que detém) sobre os mais vulneráveis e a falsa compreensão de que “empregar gente da região” é fazer um favor às pessoas locais ao garantir a sobrevivência dessas famílias. Zanatta e Maciel (2021) classificam tais atitudes como uma “tática opressiva” e observam:

Transformar tudo no céu e na terra em meios falsamente taxados como “autopreservação da espécie humana”, sem dar conta de que o que está sendo gerado é natureza esvaziada e degradada, uma natureza como uma simples substância a ser dominada, sem qualquer outro propósito do que esse de sua própria dominação, é uma tática opressiva” (Zanatta; Maciel, 2021, p. 130).

Nesse jogo da opressão, comandado por agentes sociais com interesses poderosos, nos são apresentados os “ganhadores” e “perdedores” inseridos em um cenário de conflitos ambientais gerados a partir de atividades econômicas onde o lucro é o principal objetivo. Os impactos decorrentes destas atividades, observa Sousa (2019), presentes em documentos como os Estudos de Impacto Ambiental (EIAS) e Relatórios de Impacto Ambiental (RIMAS), dizem mais respeito a interesses de firmas privadas de consultoria que prestam serviço para grandes empresas e que, por isso, geram relatórios para fins de licença ambiental tendenciosos e com objetivos conflitantes.

A sociedade, neste contexto de análise de impactos ambientais de atividades econômicas, é tratada como homogênea e a complexidade das relações sociais é excluída ou tratada de forma vaga. Assim:

Em vez de classes e frações de classe, em vez de grupos sociais definidos e função de clivagens e linhas identitárias de cunho étnico-cultural, em vez de grupos de pressão e lobbies, os agentes sociais são representados por meio de algumas atividades localmente relevantes quanto aos impactos em questão (Souza, 2019, p. 181).

Compreender o processo de estudos de impactos ambientais, ainda que de forma menos complexa, nos é pertinente para entender que, por trás de atividades como agronegócio, mineração e turismo massivo, existem encaminhamentos para execução de tais atividades, entre eles, a emissão de licenças ambientais. O aval de órgãos oficiais a partir de documentos como os EIAs/RIMAs acaba por ser excludente e dá força à invisibilidade das causas de grupos humanos inseridos nos cenários/locais visados pelos interesses dos agentes sociais que detém o poder.

Os conflitos ambientais tornam-se, segundo Souza (2019), despolitizados e são tratados de modo tecnicista e tecnocrático a partir do olhar “submisso ao *status quo*”:

Assim como não é o ‘homem’ ou a ‘sociedade’, genericamente, que devasta e degrada os (geo)ecossistemas, mas sim agentes sociais específicos cujo papel econômico, *status* social, poder e influência são muito variáveis, também as disputas pelo uso do solo não são disputas entre atividades: são contendas entre grupos sociais. Trata-las como meros atritos entre atividades seria tomar a forma pelo conteúdo, a aparência pela essência. Seria fetichizá-las (Souza, 2019, p. 183).

Se órgãos públicos e empresas agem de forma “neutra”/técnica em um jogo que envolve pressão para que o poder público faça concessões em nome do “desenvolvimento econômico”, quem, então, estaria preocupado com impactos sobre grupos humanos? A resposta não é tão simples quanto parece e envolve, ainda, agentes sociais que demonstram preocupações outras sem levar em consideração a presença de grupos humanos nos locais onde ocorrem/ocorrerão os impactos ambientais, como destaca Souza (2019):

(...) ativistas ambientalistas se mobilizam contra os possíveis danos a esta ou aquela espécie ameaçada, à paisagem, a um ecossistema ou à biodiversidade, assim granjeando a simpatia de setores da classe média urbano-metropolitana, populações inteiras (de ribeirinhos, caboclos, indígenas, pescadores e agricultores, mas também de moradores de favelas etc.) têm seus protestos, suas demandas e seus clamores subnoticiados pela imprensa (Souza, 2019, p. 188).

As considerações feitas por Souza (2019) servem-nos como subsídio para interpretações que decorrerão da análise do *corpus* desta pesquisa e melhor compreensão sobre possíveis silenciamentos do jornal analisado, bem como de assuntos subnoticiados ligados à temática socioambiental da Serra da Bodoquena.

2.4. A ideologia do agronegócio para compreensão das questões socioambientais da Serra da Bodoquena

Originada na década de 1990, a palavra “agronegócio” surge da construção da representação ideológica que busca consolidar o desenvolvimento da agricultura como um novo modelo onde estão presentes a sofisticação, a eficiência e a produção a fim de se contrapor à imagem de que o setor está ligado a pontos negativos como o latifúndio, que tem relação com exploração do trabalho, grandes concentrações de terras, colonialismo e outras características baseadas no modelo capitalista (Carneiro, *et al.*, 2015, p. 172).

A origem do termo agronegócio parte da palavra inglesa *agribusiness* elaborado pelos professores John Davis e Ray Goldberg, da *Harvard Business School*, na década de 1950 (Fernandes; Padilha, 2020, p. 6). A expressão foi publicada pela primeira vez na obra *A concept of agribusiness*, de autoria dos dois professores, e está centrada na ideia de que um novo conceito era necessário para criar argumentos de que a vida no campo estava avançando tecnologicamente, justificando-se que as grandes produções e propriedades seriam “o caminho mais viável para o desenvolvimento”. (Melo, 2018, p. 2).

Cria-se, a partir de então, a ideia de que essa “modernização do campo” gera riqueza para o país e esta imagem ganha incentivo através do uso de ferramentas como o *marketing* e a divulgação de notícias que reafirmam o discurso de que o agronegócio é a “indústria-riqueza do país” (Fernandes; Padilha, 2020, p.8). Ignoram-se, assim, fatores negativos como impactos socioambientais decorrentes do avanço desenfreado da atividade.

Em seu histórico, a produção agrícola começa a se destacar a partir da década de 1960, com a difusão da Revolução Verde, incentivada pelo governo, e que buscava soluções para o problema da fome no mundo (Fernandes; Padilha, 2020, p.8). Contudo, o objetivo dessa revolução, que proporcionou a modernização das técnicas agrícolas, caiu por terra ao não conseguir resolver os problemas nutricionais e da fome, aumentando, também, a concentração fundiária e a dependência de sementes (Octaviano, 2010). Decorrem dessa inversão de papéis os impactos sociais, como alteração da cultura de pequenos proprietários que levou à intensificação do êxodo rural, culminando na favelização e desvalorização do trabalhador rural (Fernandes; Padilha, 2020, p. 3; Octaviano, 2010).

O argumento de que o agronegócio é/seria importante arma no combate à fome no mundo desmantela-se diante das estatísticas. Em 2022, de 691 a 783 milhões de pessoas no mundo sofreram com a fome e, no Brasil, o cenário piorou entre 2020 e 2023 e 70,3 milhões de brasileiros possuíam dificuldade para se alimentar, ou seja, insegurança alimentar

moderada (FAO, 2024). As pessoas que passaram por situação de fome (insegurança alimentar grave) totalizaram 21,1 milhões, segundo relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). A participação do agronegócio no PIB brasileiro em 2023, conforme dados da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil, foi de 23,8%³⁰, totalizando R\$2,58 trilhões.

A expansão do agronegócio reflete, ainda, em outras áreas da vida social, como é o caso da saúde pública. O uso intensivo de agrotóxicos, como fertilizantes e defensivos para combate de pragas, pulverizados sobre as plantações, tem impacto direto na vida de trabalhadores e moradores que residem próximo a essas áreas. Mas, o consumo dos alimentos pela população é, também, uma via indireta de intoxicação por esses produtos, haja vista que os alimentos contêm níveis residuais prejudiciais à saúde³¹. Outro fator é a intoxicação decorrente da ingestão de águas mananciais contaminadas pelos agrotóxicos (Fernandes; Padilha, 2020, p. 15).

Segundo o Ministério da Saúde, entre janeiro de 2013 e junho de 2022 foram notificados 124.295 casos de intoxicação por agrotóxicos em todo o Brasil. Desse total, 47% correspondem à intoxicação não intencional por uso de agrotóxicos agrícolas³². Os homens são os mais atingidos e representam 65% das intoxicações. Alergias de pele, dificuldade para respirar, náuseas, vômitos, diarreia, dores de cabeça, entre outros sintomas, são alguns dos efeitos agudos da intoxicação por agrotóxico. Mas, a exposição prolongada ao produto pode causar, ainda, efeitos crônicos como dificuldade para dormir, abortos, depressão, problemas no desenvolvimento intelectual e físico de crianças, além de potencial desenvolvimento de câncer (INCA, 2022).

Estima-se que, em todo o mundo, 2,5 milhões de toneladas de agrotóxicos são utilizadas anualmente (Spadotto; Gomes, 2021). No Brasil, o consumo do produto aumentou 700% nos últimos 40 anos, quase 10 vezes mais que o aumento da área agrícola de 78%, e todo ano são utilizadas 300 mil toneladas. Entre as regiões com os maiores consumos de agrotóxicos estão o Sudeste (38%), Sul (31%) e Centro-Oeste (23%). O estado de São Paulo é o que mais se destaca e representa 25% do total, seguido por Paraná (16%), Minas Gerais

³⁰ Queda de 2,99% em relação ao ano de 2022, quando a participação do setor no PIB brasileiro foi de 25, 2%.

³¹ Projeto da Agência Pública e Repórter Brasil investiga o uso do agrotóxico no Brasil e traz importantes dados sobre a contaminação de alimentos por esses produtos químicos. Ver “Por trás dos alimentos”. Disponível em <https://apublica.org/especial/por-tras-do-alimento/>.

³² Agrotóxicos também possuem uso não agrícola, sendo aplicados em florestas nativas, lagos, açudes, para controle de insetos, larvas, fungos, justificando-se o objetivo de controlar doenças, tanto no meio rural quanto no urbano. (INCA, 2022). Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/causas-e-prevencao-do-cancer/exp-osicao-no-trabalho-e-no-ambiente/agrotoxico>. Acesso: 04 mai. 2024.

(12%), Rio Grande do Sul (12%), Mato Grosso (9%), Goiás (8%) e Mato Grosso do Sul (5%). As produções agrícolas que mais recebem agrotóxicos são a soja, o milho, os citros e a cana-de-açúcar (Spadotto; Gomes, 2021).

Ainda no campo social, é notável o impacto do agronegócio na vida de populações tradicionais. Da década de 1960 até a segunda década do século XXI, os conflitos por terra têm se intensificado e estão envolvidos nos embates desde latifundiários, ruralistas, até políticos. Em Mato Grosso do Sul, a desigualdade está escancarada na quantidade de terras que têm como proprietários políticos brasileiros. Estima-se que o estado tenha 1.351 hectares nas mãos de 58 políticos (senadores, deputados federais, deputados estaduais, prefeitos e vice-prefeitos) e 1 hectare para cada Guarani Kaiowá. Ameaçados por fazendeiros e milícias, o povo Guarani Kaiowá está violentamente inserido no maior conflito do país contra povos indígenas (De Olho no Mato Grosso do Sul, 2019).

A expansão da monocultura no Mato Grosso do Sul, estado com a terceira maior população indígena do país, com 116 mil pessoas (IBGE, 2022), também gera conflitos contra outras etnias, como os Terena, os Guarani Nandeva e os Kadiwéu. Estes últimos encontram-se na Serra da Bodoquena, cenário dos estudos que seguem nesta dissertação.

Ameaças, violência e assassinatos de defensores de terra e do meio ambiente têm se intensificado com o agravamento da crise climática, que tem entre seus principais atores, o agronegócio e seus consequentes desmatamentos para ampliação de áreas de plantação. Segundo a ONG Global Witness³³, em 2022 ao menos 177 defensores foram assassinados no mundo, dos quais 36% são indígenas. O Brasil ocupa a segunda posição nesse ranking, com 34 mortes, ficando atrás apenas da Colômbia, que registrou 60 assassinatos naquele ano.

Diante de todo o contexto em que se insere o agronegócio, cabe observar as finalidades ideológicas do termo a fim de melhor compreendermos como essa ideologia pode ter relação com o enquadramento definido pelo jornal Correio do Estado ao tratar de assuntos relacionados às questões socioambientais na Serra da Bodoquena.

O conceito de ideologia é complexo e seu uso apresenta distintos significados. Não se localiza no escopo desta dissertação o objetivo de se aprofundar nas discussões acerca do surgimento do termo e seus desdobramentos. Pensadores e estudiosos como Marx e Engels (2007), Debord (1997) e Mészáros (2004) são exemplos de pensadores que discorrem sobre a ideologia do modo capitalista de produção (Melo, 2018, p.2).

³³ Disponível em: <https://www.globalwitness.org/pt/standing-firm-pt/>. Acesso: 06 maio de 2024.

Em resumo, compreende-se que a ideologia pode ser entendida como a realidade enxergada de forma distorcida pelos seres humanos, como resultado dos sonhos. Pode ser compreendida ainda, como algo em que, segundo as interpretações de Debord (2007), “a aparência venerada serve para ocultar a relação de classes, demonstrando em linhas gerais a lógica do sistema” (Melo, 2018, p. 3). As observações decorrem de análises de Debord (2007) sobre a obra “Sociedade do Espetáculo” que, segundo Melo, 2018:

(...) sustenta-se a partir da mídia de massa e o Estado na mediação das relações de classe e a hegemonia do positivismo na maneira de ver o mundo, que apresenta a história como uma sequência de acontecimentos inerentes e inelutáveis com o objetivo de dar um fim à luta de classes, difundindo a ideia de que as transformações sociais seriam impossíveis (Melo, 2018, p. 3).

Na obra de Mészáros (2004), destaca Melo (2018), a ideologia está situada no contexto histórico e “destaca a possibilidade de sua ação transformadora para superar o capitalismo”. Livrar-se das contradições é sua finalidade:

Portanto, a ideologia hegemônica busca a estabilidade e manutenção da ordem social que já está solidificada. A manutenção da ordem social capitalista perpassa pela aceitação de suas ideologias e a expansão do capital no campo e suas contradições necessitavam de um discurso convincente para a aceitação popular no plano das disputas de classe (Melo, 2018, p. 3).

Em outros termos, compreende-se que um discurso pode ser considerado ideológico ao fazer-se acreditar que parte de um todo é o todo (Fernandes; Padilha, 2020, p. 12), ocultando a totalidade dos fenômenos:

Assim, é ideológico um discurso que, por conveniência ou interesse, captura parte do real e lhe confere um caráter universal, confundindo o leitor ou o interlocutor que, sem possuir um conhecimento prévio da totalidade do real, acredita no real manipulado e o toma como verdade. (Fernandes; Padilha, 2020, p. 5).

Para difundir a ideologia do agronegócio, fazendo-se acreditar que o setor é a via de salvação para o desenvolvimento econômico, combate à fome e proteção socioambiental (Souza, 2019), persuade-se a opinião pública utilizando-se como principal ferramenta os meios de comunicação de massa, sobretudo, a grande imprensa (Gitlin, 2003).

Assim, a difusão da ideologia do agronegócio tem como principais agentes a mídia e os meios de comunicação que criam neutralidade e objetividade ilusórias, haja vista que defendem interesses particulares e de seletos grupos, difundindo a ideia de que o agronegócio

- mesmo que comandado por uma minoria interessada no lucro - está presente em todos os lugares.

De fato, a atividade vem se expandido cada vez mais e adentrando lugares importantes e que, de certa forma, não deveriam ser invadidos pelo segmento, uma vez que os impactos negativos para sociedade e meio ambiente possam ser irreversíveis, como ocorre na Serra da Bodoquena. A expansão das áreas de lavoura na região se intensificou na última década, sobretudo, pelos baixos preços de compra e arrendamento de terras para plantio de soja e milho. Segundo Ribeiro (2017), a tese é a de que houve uma “fuga” de agricultores de municípios localizados na bacia do Paraná³⁴, impactados pelo avanço da cana-de-açúcar nessa região de Mato Grosso do Sul, e consequente aumento dos preços de arrendamento das áreas.

A expansão da lavoura na Serra da Bodoquena tem preocupado ambientalistas e parte do setor turístico que depende das águas cristalinas dos rios da região que estão sob risco ambiental. Boggiani *et al.* (2002) demonstra preocupação com o avanço da agricultura e pecuária devido aos “desmatamentos generalizados que não pouparam as florestas ripárias ao longo dos rios” (Boggiani *et al.*, 2002, p. 250).

Somado ao problema do turvamento dos rios, que se intensifica a cada ano, está também a preocupação com o uso de agrotóxicos nas áreas de lavoura que, além da contaminação do solo e da água, tem impactos na saúde humana e coloca espécies de plantas e animais em risco de extinção:

Se persistir a forma de agricultura mecanizada que é amplamente praticada em outras áreas agrícolas do estado e totalmente dependente de agroquímicos, cada vez mais espécies de plantas e animais correm o risco de extinção, pois algumas características ambientais são próprias de ambientes cársticos. Além disso, os animais silvestres transitam nas lavouras e, muitas vezes, se alimentam de insetos ou mesmo das plantas (...) (Ribeiro, 2017, p. 22).

Outras consequências podem ser observadas a partir da expansão do agronegócio e que dizem respeito a impactos sobre a vida de populações que fazem o uso de bens naturais como água e solo para a sobrevivência. Conforme Ribeiro (2017), o modo de vida de pessoas que residem, sobretudo, em áreas rurais, tende a mudar significativamente e a relação destas pessoas com a terra, plantas e animais também sofre modificação:

Citando o exemplo de Bonito/MS onde as novas áreas de agricultura ocupam campos de pastagem e as propriedades dividem áreas de lavoura e pecuária,

³⁴ Mato Grosso do Sul tem duas bacias hidrográficas principais, a do rio Paraguai e a do rio Paraná. A primeira está situada no Pantanal e a segunda, na porção centro-oriental do estado. Disponível em <https://ihgms.org.br/vc-sabia/quais-as-principais-bacias-hidrograficas-de-mato-grosso-do-sul-8#:~:text=As%20duas%20principais%20bacias%20hidrogr%C3%A1ficas,de%20Mato%20Grosso%20do%20Sul>. Acesso: 15 maio de 2024.

a infraestrutura da propriedade precisa ser adaptada para a nova atividade. Além disso, a mão de obra tem alteração significativa, pois a agricultura desenvolvida hoje é totalmente automatizada e dependente de técnica e biotecnologia (Ribeiro, 2017, p. 24).

A partir dos estudos de Fernandes *et al* (2014), Ribeiro (2017), classifica que as modificações nas relações de populações que vivem nessas áreas estão inseridas em um processo de criação de novas territorialidades, e, neste caso, o processo é ilustrado pelo autor como “territorialidade da soja”. Sobre isto, são pertinentes as observações de Fernandes *et al* a respeito do conflito de interesses entre o capital e povos tradicionais que “há séculos não abrem mão de seu modo de vida e nem de seus territórios”:

O conflito de interesses entre esses povos e o capital se configura em disputa territorial quando acontece o processo de territorialização de um e a desterritorialização do outro, por exemplo, quando o agronegócio se territorializa sobre o território dos povos tradicionais, desterritorializando-os. (Fernandes *et al*, 2014, p. 76)

Ademais, Fernandes (2014) observa que mesmo que não ocorra o processo de desterritorialização, ainda assim a disputa pode estar presente quando territórios como quilombolas, indígenas ou camponeses adotam posturas de desenvolvimento baseado no modelo capitalista de monopólios por falta de alternativa.

Dessa forma, enfatiza-se uma vez mais que compreender o processo da disseminação da ideologia do agronegócio é significativo para observar nos itens jornalísticos analisados o discurso do veículo de comunicação estudado aqui e que possíveis silenciamentos/omissões de determinados enquadramentos, são, na verdade, fruto de interesses outros que não meramente o do compromisso com a informação.

2.5 Preservação e conservação ambiental – O Parque Nacional da Serra da Bodoquena

Entre as medidas estabelecidas para proteger áreas naturais de relevância social, ambiental e científica que correm risco em meio ao avanço desenfreado de atividades econômicas, está a criação de Unidades de Conservação. Nesse contexto, criou-se em Mato Grosso do Sul, no ano 2000, o Parque Nacional da Serra da Bodoquena³⁵, que abarca 76.481 hectares da região, dos quais 33,2% encontram-se no município de Bonito, 32,2% em Jardim, 27,5% em Bodoquena e 7% em Porto Murtinho. Entre as atividades conflitantes com o PNSBd estão a pecuária bovina, caça e pesca (ICMBio, 2013, p.4).

³⁵ Decreto sem número de 21 de setembro de 2000.

A Serra da Bodoquena encontra-se em faixa de fronteira internacional com o Paraguai, principalmente, onde localiza-se o Parque Nacional da Serra da Bodoquena (PNSBd). De acordo com o ICMBio (2013), o PNSBd está inserido na faixa de fronteira de 150 quilômetros entre Brasil e Paraguai.

Esta Unidade de Conservação federal tem relevância e contribuições não somente no cenário nacional, mas também, no internacional, haja vista que compõem o núcleo do Parna Serra da Bodoquena, a Reserva da Biosfera do Pantanal³⁶ e a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, que apresentam características geológicas de importância significativa para os estudos que investigam a formação do planeta Terra. Além do mais, o local conta com duas grutas tombadas pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a do Lago Azul e a Nossa Senhora Aparecida, inseridas na categoria de Monumento Natural no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)³⁷.

Outra área protegida localizada na Serra da Bodoquena é o Geoparque Bodoquena-Pantanal³⁸. Criado em 2009, o Geoparque totaliza área de 39 mil quilômetros quadrados, abrangendo os municípios de Anastácio, Aquidauana, Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Caracol, Corumbá, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Ladário, Miranda, Nioaque e Porto Murtinho. Envolve desde a Serra da Bodoquena, até o Pantanal e a Serra de Maracaju. Ao todo, 400 mil habitantes estão inseridos na extensão do Geoparque.

No entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena também estão localizadas comunidades tradicionais, entre elas, indígenas Kadiwéu e trabalhadores rurais assentados, que podem ser considerados os guardiões que garantem a preservação local. Mais a frente destacamos a importância dessas populações para a região e o estado de Mato Grosso do Sul.

2.6. Ligando os pontos: A Serra da Bodoquena na pauta do jornalismo

³⁶ As Reservas da Biosfera foram lançadas pela UNESCO em 1972 no âmbito do programa *The Man and the Biosphere* (na tradução, “O Homem e a Biosfera”), e decorrem da “Conferência sobre Conservação e Uso Racional dos Recursos da Biosfera”, realizada em 1968. Essas RBs surgem com o objetivo contribuir com a boa relação entre Homem e meio ambiente através do incentivo a conhecimentos, práticas e valores. Nessas áreas, busca-se o equilíbrio de desenvolvimento humano que seja compatível com a conservação da biodiversidade. No caso do Parna Serra da Bodoquena, sua área tem sobreposição com as Reservas da Biosfera do Pantanal, declarada pela Unesco em 9 de novembro de 2000, com área de 25 milhões de hectares. E a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, que incluiu florestas de Mato Grosso do Sul a partir do Decreto 750/1993 (ICMBio, 2013, p. 13).

³⁷ Ao conjunto de Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais caracteriza-se o SNUC, criado pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e versa sobre critérios para criação, implantação e gestão dessas áreas protegidas. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso 14 nov. 2023.

³⁸ O conceito de Geoparque não está incluso nas categorias jurídicas de conservação, mas faz parte da Rede Mundial de Geoparques criada pela UNESCO em 2004 sob a ótica da proteção de áreas geológicas de importância significativa para o planeta Terra e a integração destas com estratégias de fomento ao desenvolvimento social e econômico nos territórios (ICMBio, 2013, p. 16).

O primeiro registro jornalístico sobre a Serra da Bodoquena data do ano de 1992 quando o programa Globo Repórter, da TV Globo, veiculou imagens e informações sobre a cidade de Bonito. Na reportagem, produzida por Francisco José, são destacadas as primeiras descobertas científicas na Gruta do Lago Azul, na Gruta do Mimoso e na Gruta Nossa Senhora Aparecida.

Ocorrências com impactos ambientais à Serra da Bodoquena podem ser observadas nos noticiários da imprensa local e nacional nos últimos anos. Na pauta, estão presentes episódios como o turvamento de rios de águas cristalinas causado, sobretudo, pelo desmatamento e desvio de nascentes para plantio de grãos como a soja. Em dezembro de 2018, por exemplo, conforme destacam Gonçalves e Silva (2023), o Jornal Nacional (TV Globo) veiculou reportagem sobre o turvamento do Rio da Prata, em Jardim, abordando os impactos que a falta da proteção do solo em propriedades rurais responsáveis por desmatamento possui sobre o rio levando lama para seu leito durante as chuvas. O assunto também foi pauta de matéria veiculada pelo jornal Correio do Estado em sua versão online. Intitulada “Blairo Maggi defende que situação do Rio da Prata foi pontual”, a matéria traz como enquadramento a projeção saliente na lógica circunstancial do problema, em outras palavras, o rio turvou porque choveu demasiado.

A problemática ambiental na Serra da Bodoquena avança para além das questões ligadas ao desmatamento e pode ser observada, também, no campo do turismo. Atrativos turísticos expandem-se sobre comunidades tradicionais, como ocorre no Assentamento Canaã, em Bodoquena, local com admirável cenário formado por rios com coloração verde esmeralda que correm entre cânions, e onde encontram-se famílias de trabalhadores rurais que, em sua maior parte, não possuem condições econômicas para o desenvolvimento de atividade turística. Como já mencionado neste trabalho, decorrem também do turismo desenfreado problemas como a superlotação de atrativos naturais, que gera grandes volumes de resíduos sólidos e desgaste dos recursos naturais. No caso de Bonito, como também já mencionado, o fluxo de turistas expandiu-se no início da década de 1990, após a reportagem destacada acima, gerando preocupação para pesquisadores, ambientalistas e sociedade desde então.

É válido destacar aqui outro acontecimento que contribui para as reflexões acerca da questão socioambiental da Serra da Bodoquena, e envolve possível conflito de terra. Referimo-nos ao caso de Antônio Martins Alves, conhecido como Antônio Bigode, que desapareceu de sua propriedade, no Assentamento Canaã, em Bodoquena, no dia 16 de julho de 2021. Desde então, não há respostas sobre seu paradeiro. O caso despertou interesse da

Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), com sede em Washington, nos Estados Unidos, que concedeu Medida Cautelar³⁹ ao idoso, então com 82 anos à época. O organismo internacional exige ação por parte do Estado brasileiro para garantir a resolução do caso. Na argumentação, a comissão enfatiza ser Antônio Martins Alves trabalhador rural tradicional, participante ativo da defesa de suas terras e do meio ambiente, o que “historicamente teria gerado conflitos com pessoas ou grupos interessados na construção de estradas, desmatamento, exploração do turismo ou outros esforços com impacto ambiental relevante” (CIDH, 2021, online).

Os exemplos acima citados nos dão base para as análises que seguirão nesta investigação, considerando-se estes como exemplos de problemas socioambientais ocorridos na Serra da Bodoquena.

³⁹ Emitida em 21 de outubro de 2021 através da Resolução 86/2021 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

3. ANÁLISE DO ENQUADRAMENTO JORNALÍSTICO

O objetivo deste capítulo é apresentar e analisar os enquadramentos jornalísticos utilizados pelo veículo Correio do Estado sobre as questões socioambientais da Serra da Bodoquena publicadas nas edições impressas no período de 2012 a 2022.

Discorre-se sobre o itinerário da investigação, apresentando as informações sobre a coleta do material empírico consolidadas em tabelas e gráficos para compreensão e interpretações posteriores acerca da presença ou ausência da temática socioambiental no presente veículo de comunicação.

Em seguida, evidenciamos o *corpus* desta pesquisa, reunindo as informações sobre as matérias selecionadas para análise, como data de publicação, título, editoria e resumo de cada uma delas. Nesta parte também encontra-se a aplicação da matriz analítica estabelecida para as análises a partir das definições de Entman (1993), conforme discorreremos mais a frente.

Por fim, são apresentadas as discussões, interpretações e críticas ao enquadramento construído pelo jornal na década selecionada.

3.1 O itinerário da investigação

A articulação entre epistemologia, teoria, método e técnica é o fundamento da pesquisa em comunicação, como observa Lopes (2005), e partimos dessa concepção nos estudos que se seguem. Nesse sentido, compõem o itinerário da investigação quatro etapas que abarcam os levantamentos quanti e qualitativo. O primeiro passo percorrido é a coleta de matérias veiculadas pelo periódico entre janeiro de 2012 e dezembro de 2022, a partir da busca pela palavra-chave “Serra da Bodoquena” no Acervo Digital das edições impressas do jornal Correio do Estado. Posteriormente, parte-se para a segunda etapa da investigação na qual o material é analisado e, consideram-se, para composição do *corpus*, apenas matérias com temática ambiental. No terceiro passo, as análises são aprofundadas e aplica-se a categorização de Entman (1993), constituindo-se a matriz analítica que observa: a definição de problemas, a identificação de causas, a atribuição de julgamentos morais e a proposição de soluções. Esses aspectos são verificados nos textos selecionados, aqui denominados como “itens jornalísticos”. Com a sistematização e análise dos dados empíricos, parte-se para a última e quarta etapa da investigação, que consiste nas inferências, nas interpretações, nas reflexões críticas sobre os resultados e nas conclusões acerca do objeto.

O levantamento de conteúdos publicados entre janeiro de 2012 e dezembro de 2022, a partir da busca pela palavra-chave “Serra da Bodoquena”, totalizou 104 itens que citam ao

menos uma vez a expressão, em diferentes gêneros jornalísticos. Os dados foram categorizados em planilhas do software Microsoft Excel.

A tabela abaixo apresenta os textos publicados no período, com data, título e editoria. As linhas classificadas em vermelho indicam a não seleção das matérias para composição do *corpus* e, em verde, as selecionadas para análise:

Tabela 1: Relação de conteúdos jornalísticos publicados entre 2012 e 2022 apresentando a palavra-chave “Serra da Bodoquena”.

Data	Título	Editoria	Selecionada
08/01/2012	Catador de recicláveis morre atropelado e motorista foge	Cidades	Não. Cita apenas Rua Serra da Bodoquena.
20/01/2012	Pedestre atropelado por motocicleta morre no hospital	Cidades	Não. Cita apenas Rua Serra da Bodoquena.
30/03/2012	Textura usa pedras de Bodoquena	Correio B	Não. Matéria sobre decoração.
22/05/2012	Rota CineMS leva exibições a três municípios	Correio B	Não. Texto curto sobre exibição de cinema.
12/06/2012	Pequenos e grandes se unem para receber indenização no Parque	Especial	Sim.
13/06/2012	Inércia no Parque	Editorial	Não. Editorial.
14/06/2012	Maior incêndio destruiu Parque da Bodoquena em 2001	Especial	Sim.
21/06/2012	Bodoquena quer justiça para suas belezas	Correio B	Sim.
12/07/2012	"Pluft" renovado	Correio B	Não. Matéria cita nome de grupo teatral que leva o termo Serra da Bodoquena

18/08/2012	Campanha da Copa 2014 inclui rodovia do Estado	Economia	Não. Nota sobre Copa do Mundo.
26/08/2012	Arranjos produtivos: menor custo e maior competitividade	Economia	Não. Foco não é na Serra da Bodoquena
07/09/2012	Sem-terra querem 15 mil hectares do reverendo Moon	Cidades	Não. Não aborda questão socioambiental.
23/09/2012	Parque da Bodoquena	Editorial	Não. Editorial.
09/11/2012	Acordo judicial garante área para Parque	Cidades	Sim.
10/11/2012	Belos parques nacionais	Galeria	Não. Texto apresenta curiosidades sobre o que são parques nacionais
21/12/2012	Bonito une aroeira, coentro e cipós	Especial	Sim
22/12/2012	As cascavéis	Correio B	Não. Trata-se de depoimento em página social.
28/12/2012	Imasul renova licença e Gruta do Lago Azul investe em acessibilidade	Cidades	Sim
23/01/2013	Geada de 1975 põe fim aos cafezais	Especial	Não. Matéria retrata geada ocorrida em 1975.
12/02/2013	Inércia oficial	Editorial	Não. Editorial.
04/03/2013	Horizontes eleitorais	Editorial	Não. Editorial.
30/04/2013	Bombeiros terão mais trabalho para combater queimadas	Cidades	Não. Foco não é na

			Serra da Bodoquena.
20/07/2013	Queda de avião na Serra da Bodoquena mata dois pecuaristas	Cidades	Não. Matéria sobre acidente.
21/07/2013	Polícia ouve sete pessoas sobre queda de avião	Cidades	Não. Matéria sobre acidente.
23/07/2013	Polícia ouve testemunhas de acidente	Cidades	Não. Matéria sobre acidente.
04/08/2013	Parque Nacional aguarda regularização há 13 anos	Cidades	Sim.
05/08/2013	Parque Nacional será aberto para visitação pública em 2014	Cidades	Sim.
06/08/2013	Espera por Parque é drama para 34 famílias de assentados	Correio B	Sim.
05/01/2014	Ao todo, MS conta com oito projetos	Cidades	Não. Cita apenas nome do projeto Águas da Serra da Bodoquena.
02/02/2014	Obras de rodovia que ligam Bonito a pontos turísticos começam em abril	Correio +	Não. Ausentes questões socioambientais, trata de turismo e obras.
23/03/2014	Histórias que nossos rios contam	Editorial	Não. Editorial.
27/05/2014	Governo federal vai recuperar BR-060 entre Capital e Fronteira	Cidades	Não. Matéria sobre obras.
03/08/2014	De dono de subsolo ao fracasso, a derrocada de Eike chega a MS	Cidades	Sim.
03/08/2014	Serra da Bodoquena é apontada como futuro da mineração regional	Cidades	Sim.

14/11/2014	Ibama combate desmatamento em área de 800 mil hectares	Cidades	Sim.
26/01/2015	Atraso no Aquário do Pantanal encarece manutenção de peixes	Cidades	Não. Matéria com foco no Aquário do Pantanal.
08/04/2015	Estado precisa de R\$192 milhões para terminar obras de gestão pasada	Cidades	Não. Cita apenas rodovia que passa pela Serra da Bodoquena.
06/06/2015	Corte de verba e de oportunidade	Editorial	Não. Editorial.
26/07/2015	Metereologia indica calor e falta de chuva até agosto	Cidades	Não. Matéria sobre tempo e temperatura.
08/02/2016	Atrasos em repasses federais travam conclusão de rodovias	Cidades	Não. Matéria sobre rodovias.
27/03/2016	Sem repasses federais, Estado "toca" obras com verbas próprias	Cidades	Não. Matéria sobre rodovias.
10/04/2016	"Os governos brasileiros, em geral, nunca deram importância para o turismo"	Entrevista	Não. Conteúdo é uma entrevista.
06/05/2016	Pavimentação da MS-382 paralisada de novo	Cidades	Não. Matéria sobre rodovias.
14/05/2016	Bodoquena recebe etapa de trilha de moto	Esportes	Não. Matéria da editoria de esportes.
05/06/2016	Flagras de degradação ambiental colocam conservação em pauta	Cidades	Sim.
23/07/2016	Mountain Bike 700 participantes	Esportes	Não. Matéria da editoria de esportes.

29/07/2016	Corrida abre campanha ambiental	Correio B	Não. Matéria da editoria de esportes.
10/08/2016	Na expectativa	Correio B	Não. Matéria sobre premiação de projetos.
19/09/2016	Banhados de Bonito em perigo	Especial	Sim.
30/11/2016	R\$141 milhões para infraestrutura	Informe Publicitário	Não. Publicidade.
15/12/2016	Na rota internacional dos viajantes	Correio B	Não. Apenas cita o PNSBd em meio a outros destinos turísticos.
27/03/2017	Governo de MS destina R\$287 mi para obras em 25 rodovias	Cidades	Não. Matéria sobre obras em rodovias.
20/04/2017	Mountain bike é o grande desafio do fim de semana	Esportes	Não. Matéria da editoria de esportes.
29/04/2017	Corredor viário deve beneficiar turismo e pecuária	Cidades	Não. Matéria sobre obras.
27/07/2017	Destaque em Bodoquena, time faz trilha da aventura	Esportes	Não. Matéria da editoria de esportes.
10/01/2018	Em três anos, Estado conclui 97% das obras inacabadas	Cidades	Não. Nota sobre obras.
17/03/2018	Homem de 26 anos morre ao bater moto contra ônibus	Cidades	Não. Cita apenas Rua Serra da Bodoquena.
28/03/2018	Rapidíssimas	Correio B	Não. Nota cita Instituto das Águas da Serra da Bodoquena.

15/06/2018	Obras inacabadas já são previstas no orçamento de 2019	Cidades	Não. Matéria cita apenas rodovia que passa na Sera da Bodoquena.
20/06/2018	Parque poderá ser entregue para iniciativa privada	Cidades	Não. Nota.
26/07/2018	Cultura + Natureza	Correio B	Não. Foco da matéria é o Festival de Inverno de Bonito.
11/12/2018	"Se tivéssemos cuidado há 15 anos, não estaríamos aqui", diz promotor	Cidades	Sim.
13/12/2018	Ministro diz que lama em rios foi pontual por conta de chuvas	Cidades	Sim.
13/12/2018	Para relaxar longe da praia	Correio B	Não. Matéria sobre turismo.
17/01/2019	A hora do turismo	Editorial	Não. Editorial.
25/02/2019	Preservar o planalto da Bodoquena: ainda há tempo, mas não tanto	Editorial	Não. Editorial.
28/02/2019	Belezas premiadas	Correio B	Não. Matéria sobre premiação do Grupo Rio da Prata.
07/05/2019	Drenagem em nascente ameaça Rio Perdido	Cidades	Sim.
16/05/2019	Bonito, sempre bonito	Correio B	Não. Matéria sobre turismo.
28/08/2019	Desvio de nascente do Salobra pode prejudicar turismo	Cidades	Sim.
03/07/2019	Uma ponte para o futuro	Editorial	Não. Editorial.
06/07/2019	Governo prevê conceder parques à iniciativa	Cidades	Não. Aborda

	privada		concessão de parques estaduais.
25/07/2019	Justiça declara caducidade de decreto que criou parque nacional	Cidades	Sim.
01/08/2019	Confisco de propriedades rurais	Editorial	Não. Editorial.
07/08/2019	O futuro não pode ser perdido	Editorial	Não. Editorial.
23/08/2019	Corumbá e 2ª cidade do país com mais focos de queimadas	Cidades	Não. Foco é o município de Corumbá.
11/09/2019	Liminar que retirava 80% de parque é cassada	Cidades	Sim.
12/09/2019	Com 6,3 mil focos de queimadas, MS entra em estado de emergência	Cidades	Não. Foco em várias regiões de MS.
17/09/2019	Operação quer preservar o que resta da Mata Atlântica	Cidades	Não. Foco em várias regiões de MS.
21/09/2019	Bombeiros do DF trocam Amazônia pelo Pantanal	Cidades	Não. Foco em várias regiões de MS.
21/09/2019	Em cinco dias, Polícia Ambiental aplica R\$670 mil em multas por desmatamento	Cidades	Não. Foco em várias regiões de MS.
09/09/2020	Bonito para sul-mato-grossenses	Correio B	Não. Matéria sobre turismo.
28/10/2020	Guardião de sementes	Correio B	Não. Matéria apresenta perfil de personagem que atua no plantio de árvores.

03/12/2020	Relicitações da BR-163 e Malha Oeste atraem investimentos para MS	Economia	Não. Box da matéria apenas cita o PNSBd.
13/03/2021	Devastado pela pandemia, setor turístico vê salvação na vacina	Economia	Não. Foco em várias regiões de MS.
20/03/2021	As cascavéis	Suplemento Cultural	Não. Depoimento em Suplemento Cultural.
15/04/2021	Parque Serra da Bodoquena incluído em programa de desestatização	Brasil	Sim.
13/07/2021	Bombeiros monitoram área próxima ao Parque da Bodoquena após extinguir fogo	Cidades	Sim.
19/07/2021	Bonito volta a crescer	Correio B	Não. Matéria sobre turismo.
27/09/2021	Piraputangas renovadas	Correio B	Não. Matéria sobre turismo.
18/10/2021	Vida e arte debaixo d'água	Correio B	Não. Matéria sobre exposição artística.
03/01/2022	Ecologia nas estradas	Correio B	Sim.
17/02/2022	Lei das Águas Cristalinas deve voltar à pauta na Assembleia Legislativa	Cidades	Sim.
23/02/2022	Concessão de parques será assinada na próxima semana	Política	Sim.
04/05/2022	Bonito: baixa temporada pode ser de primeira	Correio B	Não. Matéria sobre turismo.
11/05/2022	Em Bonito tem pesca	Correio B	Não. Matéria sobre turismo.

25/05/2022	Observação de aves: reconexão com a natureza	Correio B	Não. Matéria sobre observação de aves.
15/06/2022	De Bonito a Nova York	Correio B	Não. Matéria sobre artista de Bonito.
06/07/2022	Nas asas de um quintal	Correio B	Não. Matéria sobre artista sul-mato-grossense.
30/07/2022	Uma receita que vale Oscar	Correio B	Não. Matéria de gastronomia.
03/09/2022	Responsável por 4% do PIB de MS, turismo projeta aumento de 30% na movimentação	Economia	Não. Matéria sobre dados gerais do turismo.
09/09/2022	As mortes de animais e o descuido de muitos	Editorial	Não. Editorial.
12/09/2022	Bodoquena radical	Correio B	Não. Matéria da editoria de esportes.
20/09/2022	Nação Kadiwéu em luto	Editorial	Não. Editorial.

Fonte: Elaboração da autora para finalidades da pesquisa (2024).

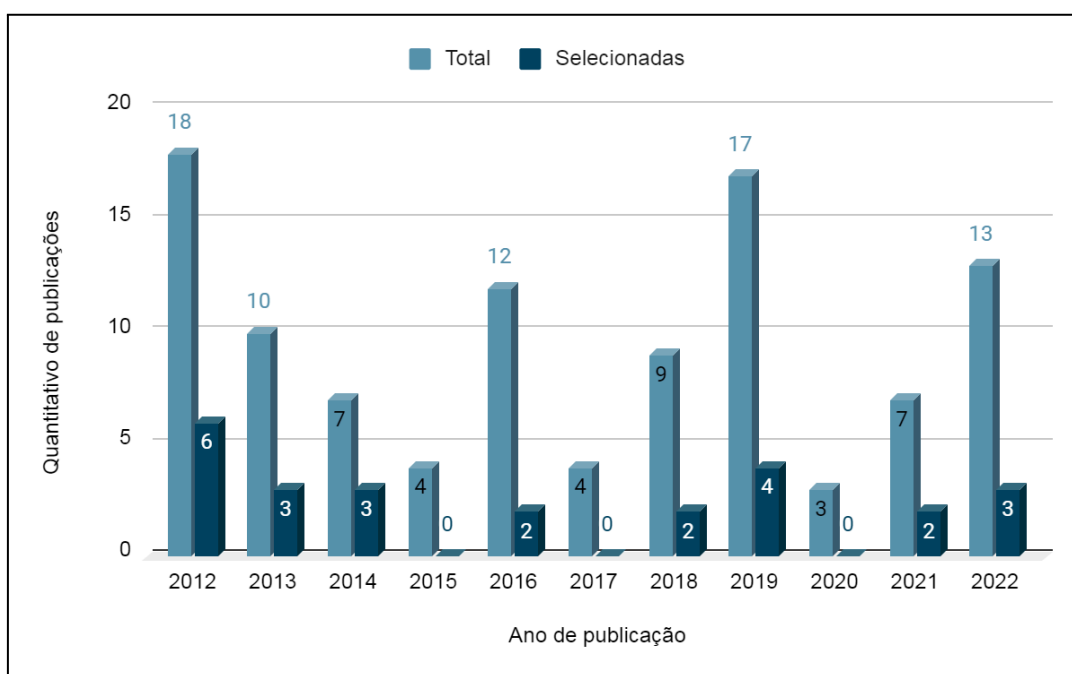
Conforme citado anteriormente, a composição do *corpus* desta pesquisa ocorreu a partir da seleção de matérias com temática ambiental, desse modo, das 104 totais, 25 foram selecionadas. Foram desconsiderados conteúdos de formatos do gênero jornalístico opinativo (Melo; Assis, 2010) como editoriais, artigos e colunas, e textos informativos que citam a palavra-chave mas não se referem ao foco deste estudo por não tratarem da temática ambiental (a exemplo de itens da editoria de esportes e de textos com referência a uma via localizada em Campo Grande que leva o nome de Rua Serra da Bodoquena). Em termos cronológicos, dos 25 casos selecionados, seis foram veiculados em 2012, três em 2013, três em 2014, dois em 2016, dois em 2018, quatro em 2019, dois em 2021 e três em 2022.

Os dados permitem, ainda, estabelecer quantitativo a respeito da frequência das matérias jornalísticas nas editoriais. Assim, das 104 publicações, 44 constam na editoria de

“Cidades”; 2 no “Correio B” (cultural); 4 em “Especial”; 13 em “Editorial; 5 em “Economia”; 1 em Política; 1 em “Brasil; 1 em “Suplemento Cultural”; 1 em “Informe Publicitário”, 1 em “Entrevista”; 4 em “Esportes”; 1 em “Galeria”.

Abaixo apresentamos a tabela com o total de matérias publicadas com a palavra-chave “Serra da Bodoquena” e as selecionadas para composição do *corpus*, distribuídas entre 2012 e 2022:

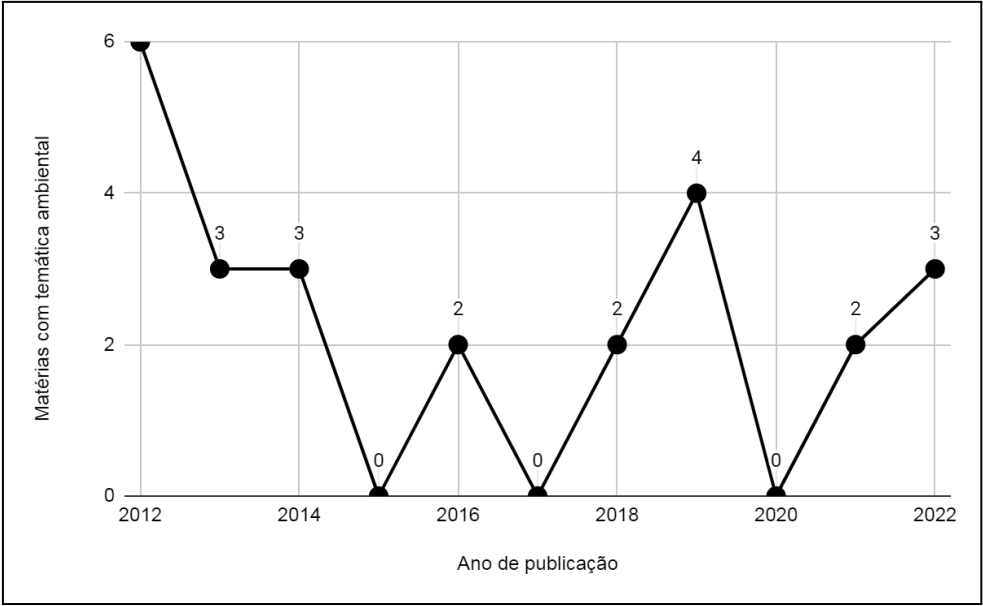
Gráfico 1: Panorama do quantitativo de matérias veiculadas e selecionadas para composição do *corpus*.



Fonte: Elaboração da autora para finalidades da pesquisa (2024).

Destacamos que o ano de 2012 apresentou o maior quantitativo de matérias selecionadas para análise e, por outro lado, os anos de 2015, 2017 e 2020 não apresentaram matérias com foco na temática ambiental, o que justifica a não seleção de matérias para o *corpus*. Embora não haja item jornalísticos nos três anos acima mencionados, lançamos observações acerca dessa característica nos atentando à lógica do silenciamento. Conforme argumenta Kellner (2001, p. 149), “também se deve prestar atenção ao que fica de fora dos textos ideológicos, pois frequentemente são as exclusões e os silêncios que revelam o projeto ideológico do texto”. Abaixo, apresentamos a sistematização cronológica dos dados empíricos coletados:

Gráfico 2: Sistematização cronológica dos dados empíricos coletados a partir da busca pela palavra-chave “Serra da Bodoquena” no jornal Correio do Estado entre 2012 e 2022.



Fonte: Elaboração da autora para finalidades da pesquisa (2024).

Por fim, a seguir encontra-se a sistematização das informações sobre os 25 itens jornalísticos que compõem o *corpus* e encontram-se nos Anexos:

Tabela 2: Sistematização do *corpus* da pesquisa.

Item	Data de veiculação	Título	Editoria
1	12/06/2012	Pequenos e grandes se unem para receber indenização no Parque	Especial
2	14/06/2012	Maior incêndio destruiu 5 mil ha de Parque da Bodoquena em 2001	Especial
3	21/06/2012	Bodoquena quer justiça para suas belezas	Correio B
4	09/11/2012	Acordo judicial garante área para Parque	Cidades
5	21/12/2012	Bonito une aroeira, coentro e cipós	Especial
6	28/12/2012	Imasul renova licença e Gruta do Lago Azul investe em acessibilidade	Cidades
7	04/08/2013	Parque Nacional aguarda regularização há 13 anos	Cidades
8	05/08/2013	Parque Nacional será aberto para visitação pública em 2014	Cidades

9	06/08/2013	Espera por Parque é drama para 34 famílias de assentados	Correio B
10	03/08/2014	De dono de subsolo ao fracasso, a derrocada de Eike chega a MS	Cidades
11	03/08/2014	Serra da Bodoquena é apontada como futuro da mineração regional	Cidades
12	14/11/2014	Ibama combate desmatamento em área de 800 mil hectares	Cidades
13	05/06/2016	Flagras de degradação ambiental colocam conservação em pauta	Cidades
14	19/09/2016	Banhados de Bonito em perigo	Especial
15	11/12/2018	"Se tivéssemos cuidado há 15 anos, não estaríamos aqui", diz promotor	Cidades
16	13/12/2018	Ministro diz que lama em rios foi pontual por conta de chuvas	Cidades
17	07/05/2019	Drenagem em nascente ameaça Rio Perdido	Cidades
18	28/06/2019	Desvio de nascente do Salobra pode prejudicar turismo	Cidades
19	25/07/2019	Justiça declara caducidade de decreto que criou parque nacional	Cidades
20	11/09/2019	Liminar que retirava 80% de parque é cassada	Cidades
21	15/04/2021	Parque Serra da Bodoquena incluído em programa de desestatização	Brasil
22	13/07/2021	Bombeiros monitoram área próxima ao Parque da Bodoquena após extinguir fogo	Cidades
23	03/01/2022	Ecologia nas estradas	Correio B
24	17/02/2022	Lei das Águas Cristalinas deve voltar à pauta na Assembleia Legislativa	Cidades
25	23/02/2022	Concessão de parques será assinada na próxima semana	Política

Fonte: Elaboração própria da autora para finalidades da pesquisa (2024)..

3.2 O enquadramento das questões socioambientais pelo Correio do Estado

Neste item são apresentados os quadros que compõem a Análise de Enquadramento das matérias veiculadas entre janeiro de 2012 e dezembro de 2022 pelo jornal Correio do Estado e que obedeceram os critérios para composição do *corpus* desta pesquisa. Nesta seção, descrevemos as funções adotadas nos discursos e apresentamos resumo sobre o conteúdo de cada item jornalístico analisado, totalizando 25 itens.

O **Item Jornalístico 1** refere-se ao texto publicado no dia 12 de junho de 2012, caderno Especial, assinado por Montezuma Cruz e intitulado “Pequenos e grandes se unem para receber indenização no Parque”. A matéria está localizada na totalidade da página 12 e possui chamada na capa intitulada “Apenas 11,8% do parque foi pago aos proprietários”. O texto principal se desenvolve em cinco parágrafos e outros quatro são contemplados no *box* intitulado “Valor do hectare gera polêmica”. Três fotos compõem o item jornalístico, apresentando-se como imagem principal, no topo da página, um cenário do PNSBd sem identificação exata de localização; uma segunda foto em destaque, lado direito da página, que mostra pequena queda d’água sem identificação de local e, por fim, a foto de Juvenal Mazucato, diretor da Associação das Famílias para Unificação e Paz Mundial, localizada ao lado direito da página, integrada ao *box*.

O texto aborda a demora no pagamento de indenizações por parte do governo federal aos pequenos e grandes proprietários de terra que tiveram áreas desapropriadas para criação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena. Conforme a reportagem, outra problemática é o baixo preço que o governo federal quer pagar pelas terras, embora entidades como o Sindicato Rural de Bonito e o Incra concordem que o hectare na região custe em torno de R\$5 mil, e não R\$600, como estipula o governo.

A principal causa identificada para o problema da falta de pagamento é a demora em respostas por parte do governo federal, evidenciada no trecho em que a reportagem cita a conversa da assessoria jurídica da Fetagri e Famasul com a presidência do ICMBio, responsável pelo PNSBd, que até a data da matéria ainda não havia se posicionado.

Como forma de resolver o problema, o ICMBio se comprometeu a pagar as indenizações e, para garantir que seja cumprida, a Fetagri e a Famasul se uniram na causa em defesa dos pequenos e grandes proprietários de terra.

O texto apresenta preocupação das fontes com aspectos sociais e traz, ainda, falas que reforçam a importância do parque para a preservação da natureza. Há trecho com citação direta que reforça o direito dos proprietários rurais em serem reconhecidos pelo governo

federal e que o papel dessas pessoas não seja ignorado, uma vez que a presença dessas pessoas antecede a criação do PNSBd no ano de 2000. Outra ênfase, dada pela assessoria jurídica, é a de que pequenos proprietários não possuem recursos e tiram sustento dos lotes onde vivem. Uma fala do então secretário de turismo de Bodoquena, Jomar Silva Sousa, reforça o papel do parque em viabilizar o crescimento do turismo e transformar o município em pólo de pesquisa científica.

Contudo, observamos que, embora o texto apresente, já a partir do título, que pequenos e grandes proprietários lutam pelo direito da indenização, essas pessoas não aparecem no texto e são representadas por fontes oficiais, dentre elas, a advogada e assessora jurídica da Fetagri, Marisa dos Santos Almeida Pereira Lima; o vereador de Bodoquena, Loudemir Canepa Penagio (Tutuca); o Secretário Municipal de Turismo de Bodoquena, Jomar Silva Sousa, e o diretor do projeto Jardim da Associação das Famílias para Unificação e Paz Mundial, Juvenal Mazucato. Portanto, estão ausentes fontes primárias que representam a população.

Tabela 3: Item Jornalístico 1: *Pequenos e grandes se unem para receber indenização no Parque.*

Edição nº 18.460	Data 12/06/2012	Especial	Página 12
Problema	Demora do pagamento de indenização aos proprietários de terra que tiveram área desapropriada para criação do PNSBd. Governo Federal quer pagar valor abaixo do que vale o hectare na região.		
Causa	Falta de resposta por parte do governo Federal/ICMBio.		
Julgamento Moral	O PNBSd é interesse público e os proprietários rurais devem ser reconhecidos porque têm direitos. Não se pode ignorar o papel daqueles (moradores) que já estavam na área do parque antes de sua criação em 2000. Pessoas que estão aguardando a indenização não dispõem de recursos e tiram sustento dos lotes onde vivem. O parque permite viabilizar o crescimento do turismo e transformar Bodoquena em polo de pesquisa para o Geoparque Bodoquena - Pantanal.		
Solução	Promessa do ICMBio no pagamento das indenizações.		

	União da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Mato Grosso do Sul (Fetagri) com a Federação de Agricultura de Mato Grosso do Sul (Famasul) para agir em conjunto e garantir o pagamento das indenizações.
--	---

Fonte: Elaboração da autora (2024).

O **Item Jornalístico 2** foi publicado no dia 14 de junho de 2012, na editoria Especial, página 16, assinado por Lucia Morel, intitulado “Maior incêndio destruiu 5 mil ha de Parque da Bodoquena em 2001”. O texto é um *box*⁴⁰ que integra a reportagem “Focos de incêndio crescem apesar das chuvas em MS”, que aborda o aumento dos incêndios em Corumbá, Porto Murtinho, Aquidauana, Costa Rica e Jateí. Não analisaremos aqui o texto principal devido à ausência da palavra-chave Serra da Bodoquena, principal critério para definição do *corpus* desta pesquisa. O texto contempla três parágrafos, está localizado ao lado esquerdo, no fim da página, sem foto e integra as análises por tratar especificamente de problema socioambiental ocorrido na Serra da Bodoquena e que foi o maior do tipo já registrado no estado, conforme destacado na publicação.

O foco é a destruição de 5 mil hectares na Serra da Bodoquena causada por incêndios florestais. Não está presente no texto a causa para esse problema, considerado o mais duradouro e trágico de MS, como apontado. Equipes do Corpo de Bombeiros, Exército, Ibama e Imasul atuaram no combate às chamas e um piloto contratado morreu após queda da aeronave que auxiliava os trabalhos. Embora espera-se que mais informações sejam dadas a respeito do fato, o texto não traz citação de fontes e caminha para relatar outros incêndios que aconteceram em Mato Grosso do Sul, na mesma proporção do ocorrido na Serra da Bodoquena. Não são citados os impactos socioambientais decorrentes desse trágico e duradouro incêndio.

Tabela 4: Item Jornalístico 2: *Maior incêndio destruiu 5 mil ha de Parque da Bodoquena em 2001.*

Edição nº 18.462	Data 14/06/2012	Especial	Página 16
Problema	Destruição de 5 mil hectares do PNSBd por incêndio		
Causa	Não aponta qual seria a causa do incêndio.		
Julgamento Moral	Foi o incêndio mais longo e trágico de MS		

⁴⁰ No jornalismo, o *box* se refere a um quadro inserido no texto da matéria e que possui informações adicionais sobre o assunto abordado.

Solução	Combate ao fogo feito pelo Corpo de Bombeiros, Exército, Ibama e Imasul.
----------------	--

Fonte: Elaboração da autora (2024).

O **Item Jornalístico 3** aborda a reivindicação do município de Bodoquena para que seja incluído nas divulgações de destinos de ecoturismo promovidas pelo governo de Mato Grosso do Sul. Intitulada “Bodoquena quer justiça para suas belezas”, a matéria foi publicada no dia 21 de junho de 2012 na editoria Correio B, está localizada na totalidade da página 19, contemplando 9 parágrafos no texto principal e outros três no *box* intitulado “O que ver, o que desfrutar”. É assinada por Montezuma Cruz e possui chamada na capa com o título “Estado se esquece de Bodoquena na divulgação”. Apresenta duas fotos, das quais uma é de destaque, no topo da página, e mostra a cachoeira Boca da Onça e, a segunda foto, localizada ao lado esquerdo inferior da página, integrada ao *box*, mostra o cenário da Gruta do Urubu Rei. Ao lado direito do *box* encontra-se publicidade de pacotes de viagens de férias da agência CVC. Já ao lado direito do texto principal, encontra-se *box* com dicas de locais para visitaçaõ turística em Bodoquena.

Entre os motivos denotados que levam o município à invisibilidade está o desconhecimento de autoridades sobre o município, reduzido apenas a local onde se desenvolvem atividades como a agropecuária e exploração do calcário.

Outros fatores que também contribuem para essa exclusão do município, conforme indica o texto, são a falta de estrutura do setor de turismo e a apropriação dos destinos turísticos locais pelo município de Bonito, referência no ecoturismo, e que vende os passeios de Bodoquena como se estes estivessem em sua delimitação.

O texto apresenta a importância de Bodoquena, suas belezas e patrimônio natural, evidenciando os rios de águas cristalinas (Betione e Chapena), a cultura local que guarda importantes raízes (Folia de Reis, Festa de São Sebastião, culinária, artesanato indígena, etc.), além de citar de forma indireta que empresários locais estão investindo na cidade e acreditam em seu potencial para o turismo.

Para que o problema da invisibilidade nas campanhas de divulgação do ecoturismo sejam resolvidos, uma das soluções é apresentada a partir de análise feita pelo Sebrae e pela Prefeitura de Bodoquena, identificando o potencial do município para a atividade turística. Os estudos realizados produziram mapeamento com alinhamento dos estabelecimentos incentivados por lei, da culinária ao artesanato, principalmente, indígena.

Observa-se que o texto traz outro problema, que seria secundário na estrutura, e diz respeito ao Balneário Municipal de Bodoquena. Conforme o texto, o local está visivelmente abandonado e sofreu má administração por parte dos gestores municipais. Não são apresentados, neste ponto, julgamentos morais e soluções para o problema.

O texto não se refere aos impactos socioambientais em nenhum dos problemas evidenciados (invisibilidade e abandono do balneário), embora a população possa ter reflexos perante eles. Como exemplos, poderíamos citar a dificuldade de proprietários em viabilizar seus negócio no setor do turismo e, no caso do Balneário, a violação do direito ao lazer para a população local, que deixa de ter acesso a um bem natural.

Por fim, a reportagem cita indiretamente como fontes o Conselho Municipal de Turismo, autoridades de Bodoquena, bodoquenenses, o empresário Acyline Rezende e a proprietária do Restaurante e Balneário Betione, Regina Pedrossian. Não há citações diretas.

Tabela 5: - Item Jornalístico 3: *Bodoquena quer justiça para suas belezas.*

Edição nº 18.469	Data 21/06/2012	Correio B	Página 19
Problema	Bodoquena fica de fora de propaganda do governo estadual sobre destino de ecoturismo em Mato Grosso do Sul.		
Causa	Desconhecimento sobre o município que é visto apenas como local de agropecuária e exploração do calcário. Turismo carente de estrutura. Atrativos de Bodoquena, como a cachoeira Boca da Onça, a maior do estado com 156 metros de altura, são vendidos como pertencentes à Bonito. Problema do Balneário: Má administração por parte dos gestores municipais que não conseguiram impulsioná-lo.		
Julgamento Moral	Rios com águas cristalinas, como o Betione e Chapena. Cultura local guarda raízes importantes, como a Folia de Reis, Festa de São Sebastião, dentre outras que ocorrem ao longo do ano. Bodoquena é dona de imensurável patrimônio natural. Empresário local acredita no município e está investindo em hospedagem.		
Solução	Identificação do potencial do município por parte de análises feitas pelo Sebrae e Prefeitura de Bodoquena.		

	Mapa com alinhamento dos estabelecimentos incentivados por lei, da culinária ao artesanato, principalmente, indígena.
--	---

Fonte: Elaboração da autora (2024).

O **Item Jornalístico 4** foi publicado no Correio do Estado em 9 de novembro de 2012, na editoria de Cidades, página 15, com o título “Acordo judicial garante área para parque”. O texto está localizado ao lado direito da página, sem destaque, sem foto e contempla três parágrafos. O item jornalístico aborda o acordo entre o PNSBd e herdeiros de uma fazenda que teve área desapropriada para o parque. Conforme o texto, houve demora no processo judicial. Entretanto, o problema foi resolvido com o acordo entre as partes. A fazenda, avaliada à época em R\$1,5 milhão, possui 5,3 mil hectares e era de propriedade de Antônio Conti. A notícia cita fala indireta da assessoria do TJMS, que relata a satisfação da juíza do caso, Paulinne Simões, e dos herdeiros de Antônio Conti. Não há citações (diretas ou indiretas) dos herdeiros. O texto trata-se apenas de breve informação sobre o caso e não há menção de impactos socioambientais.

Tabela 6: Item Jornalístico 4: *Acordo judicial garante área para parque.*

Edição nº 18.610	Data 09/11/2012	Cidades	Página 15
Problema	Desapropriação de fazenda e inclusão da área no PNSBd		
Causa	Demora no processo judicial		
Julgamento Moral	Fazenda com 5,3 mil hectares desapropriada localizada em área valorizada do município de Bonito, à época avaliada em R\$1,5 milhão. Juíza satisfeita com o resultado da conciliação entre o parque e os herdeiros da fazenda. Herdeiros também estão satisfeitos com a reconciliação.		
Solução	Acordo estabelecido judicialmente entre o parque e os herdeiros da fazenda.		

Fonte: Elaboração da autora (2024).

O texto intitulado “Bonito une coentro, aroeira e cipó” diz respeito ao **Item Jornalístico 5** e foi publicado no dia 21 de dezembro de 2012, em editoria Especial, na

totalidade da página 12. A chamada de capa traz o mesmo título da publicação e a matéria é assinada por Montezuma Cruz. O item jornalístico se desenvolve em oito parágrafos e apresenta quatro fotos. A principal, destacada no início da página, exhibe cena de atividade de campo do projeto Ilhas Verdes, que atua no reflorestamento a região, conforme evidenciado no texto. Ao lado direito desta foto encontra-se um *box* intitulado “Sementes e mudas em círculos, contemplando dois parágrafos em com fonte destacada em negrito ao longo do texto. As outras três fotos estão agrupadas ao lado direito da pagina, em tamanho inferior à foto de destaque, e apresentam sementes sendo semeadas, crianças recebendo mudas de plantas e o plantio de uma muda. Logo abaixo da sessão de fotos há um *box* com informações adicionais sobre os benefícios de reflorestamento e dados do projeto Ilhas Verdes, descrito na sequência.

O texto trata de projeto do Instituto Águas da Serra da Bodoquena que realizou o plantio de mudas em propriedades rurais de Bonito para controlar a disseminação da braquiária nas plantações e contribuir com a recuperação ambiental. A reportagem evidencia, a partir da fala da gestora do projeto, Adriana Oliveira, a importância da recuperação florestal com o plantio de mudas como o coentro, aroeira e cipó, e seus reflexos tanto para o campo quanto para a cidade. Não é mencionada qual seria a causa do avanço da braquiária na região de Bonito. A reportagem apresenta apenas citação direta com fala da gestora do projeto e estão ausentes fontes beneficiadas com a ação. Enfatiza-se a importância do apoio da população para mover o projeto que, em 2012, fechou o ano com 2,3 mil mudas plantadas em seis hectares de sete propriedades rurais. Também destaca-se que o projeto, financiado pela Petrobras Ambiental, contribuiu para reduzir a necessidade de manutenção da braquiária nas plantações.

Tabela 7: Item Jornalístico 5: *Bonito une aroeira, coentro e cipós.*

Edição nº 18.652	Data 21/12/2012	Especial	Página 12
Problema	Invasão de capim braquiária em propriedades da região de Bonito.		
Causa	Não identificada.		
Julgamento Moral	Apoio da população move o projeto que fecha 2012 com 2,3 mil mudas plantadas em seis hectares de sete propriedades rurais. Projeto Ilhas Verdes, do Instituto Águas Serra da Bodoquena (IASB), é patrocinado pela Petrobras Ambiental e reduz a necessidade de manutenção do capim braquiária nas plantações.		

	“Pequenas áreas verdes nas propriedades rurais e até mesmo a arborização de ruas e quintais colaboram para diminuir o desconforto do calor nas cidades, árvores de grande porte retém os raios solares”, lembra Adriana Oliveira, gestora do projeto Ilhas Verdes. A sombra das árvores reflete a melhoria do valor nutritivo do pasto, contribui na suplementação natural e no enriquecimento do solo, lembra Adriana.
Solução	Recuperação florestal através do plantio de coentro, aroeira e cipós. Capacitação de 30 participantes de programas sociais municipais.

Fonte: Elaboração da autora (2024).

O **Item Jornalístico 6** é uma notícia publicada no dia 28 de dezembro de 2012, na editoria de Cidades, página 13, intitulada “Imasul renova licença e Gruta do Lago Azul investe em acessibilidade”. O item jornalístico se desenvolve em cinco parágrafos, está localizado na parte inferior da página, sem destaque e sem foto.

De autoria de Daniella Arruda, o texto aborda a renovação da licença de funcionamento da Gruta do Lago Azul, em Bonito, apresentando informações contidas em portaria publicada pelo Imasul. Contudo, a parte mais significativa do texto refere-se ao conteúdo do entretítulo “Escadaria”, que trata do investimento em acessibilidade para garantir que pessoas como crianças e idosos possam visitar a gruta. Nas interpretações conotadas no texto, observa-se que o local não seria adequado para esses grupos. Com a adequação, seria possível que as crianças e idosos pudessem contemplar uma das mais bonitas cavernas do país e a visitação se daria de forma mais confortável e segura, conforme aponta o texto a partir de fala do então secretário municipal de Bonito, Augusto Barbosa Mariano, única fonte com citação direta no texto. Outra fonte utilizada é a portaria do Imasul que trata da renovação da licença para funcionamento da Gruta do Lago Azul. Entende-se aqui que os impactos socioambientais seriam de caráter positivo (acessibilidade). Não são apresentadas fontes que sejam desses grupos específicos, como idosos, e poderiam falar sobre o assunto.

Tabela 8: Item Jornalístico 6: *Imasul renova licença e Gruta do Lago Azul investe em acessibilidade.*

Edição nº 18.658	Data 28/12/2012	Cidades	Página 13
Problema	Acessibilidade na Gruta do Lago Azul		

Causa	Condições inadequadas como ausência de corrimão e escadas para acesso de crianças e idosos.
Julgamento Moral	Gruta do Lago Azul é considerada uma das mais belas do país . Com investimento de acessibilidade, deve se tornar mais confortável e segura . Acessibilidade permitirá a visita ção de crianças e idosos.
Solução	Construção de escadaria e corrimãos para garantir mais segurança e conforto a crianças e idosos.

Fonte: Elaboração da autora (2024).

O **Item Jornalístico 7** trata-se do texto intitulado “Parque Nacional aguarda regularização há 13 anos” e foi publicado na editoria de Cidades, página 13, no dia 4 de agosto de 2013, constando a chamada de capa “O parque da ilusão”. O texto ocupa toda a página e se desenvolve em cinco parágrafos no texto principal, dois parágrafos no *box* intitulado “Compensação de reserva legal cabe ao governo estadual” e outros três parágrafos no *box* “Há poucos recursos para terras”. Três fotos compõem o conteúdo, das quais a de destaque mostra vegetação da região sem identificar local exato; uma segunda, na parte inferior esquerda, com duas araras-azuis e, a terceira, na parte inferior direita, que retrata cenário com rio do PNSBd, sem identificar local exato.

A autoria é de Daniella Arruda e o texto aborda o imbróglio causado pela falta de indenização do parque aos proprietários que tiveram áreas desapropriadas para criação da Unidade de Conservação. O problema já se estendia por 13 anos quando da publicação da matéria pelo Correio do Estado. Fica evidenciado que a principal causa do problema é a falta de recursos para a indenização, confirmada por fala do chefe do PNSBD, Sandro Roberto da Silva Pereira. Outra problemática apontada pelo gestor da unidade de conservação é falta de regularização por meio do Cadastro Ambiental Rural (CAR), trabalho que deveria ser feito entre Imasul e MMA, e permitiria que o impasse fosse resolvido através da compensação ambiental por meio de reserva legal em unidade de conservação. Com a indefinição, os proprietários enfrentaram dificuldades em realizar o manejo ambiental em fazendas e lotes, e tiveram licenças negadas pelo Imasul. Contudo, continuaram pagando os impostos em dia, mesmo com o entendimento de que suas áreas agora são de propriedade do parque.

Conforme fala do proprietário rural Leôncio Brito, os produtores rurais, além de pagarem os impostos, contribuíram para a preservação das áreas e participaram do Conselho

Nacional do Parque Nacional da Serra da Bodoquena. O discurso quer mostrar que há certa gentileza desses proprietários em colaborar com o parque e que não estariam sendo reconhecidos por isto. Essa interpretação pode ser observada na fala de Leôncio quando afirma que os proprietários até “aceitariam repassar as terras ao governo federal” e que deixaram de derrubar a mata por “considerar sua importância para a manutenção dos recursos florestais”. Leôncio Brito é proprietário de 10 mil hectares localizados em Bodoquena, dos quais 3,5 mil foram inseridos no PNSBd. O fazendeiro acredita que uma das soluções é o trabalho conjunto, desde que os produtores sejam respeitados.

A avaliação feita pelo assessor jurídico da Famasul, Carlos Daniel Coldibelli, aqui entendida como um julgamento moral, é a de que a falta de indenização por parte do governo federal e o consequente pagamento dos impostos pelos proprietários cria uma lacuna na criação de unidades de conservação no país.

O Imasul também se manifesta no texto informando que o processo para iniciar a compensação ambiental já está liberado e só dependeria dos proprietários darem entrada junto ao governo federal para resolver a situação.

O item jornalístico apresenta quatro fontes com citação direta, que são o assessor jurídico da Famasul, Carlo Daniel Coldibelli; o proprietário de fazenda, Leôncio Brito; o diretor de Desenvolvimento do Imasul, Roberto Ricardo Machado Gonçalves, e o chefe do PNSBd, Sandro Roberto da Silva Pereira.

Embora o texto aborde a dificuldade dos proprietários diante da situação, não apresenta a versão dos pequenos proprietários/assentados que tiveram áreas desapropriadas e dependem desses lotes para sobrevivência. O texto reduz-se a mostrar o lado das fontes oficiais e de um grande produtor/fazendeiro da região. Não há, assim, discussão sobre impactos socioambientais.

Tabela 9: Item Jornalístico 7: *Parque Nacional aguarda regularização há 13 anos.*

Edição nº 18.876	Data 04/08/2013	Cidades	Página 13
Problema	Parque Nacional aguarda regularização há 13 anos. Dificuldade de proprietários em fazer atividades de manejo ambiental em fazendas e lotes. Proprietários continuam pagando impostos das áreas não indenizadas.		

Causa	Falta de recursos para indenização aos proprietários que tiveram áreas desapropriadas para o parque. Falta de regularização por meio do CAR.
Julgamento Moral	Proprietários continuaram fazendo declarações de ITR (Imposto Territorial Rural), preservando áreas que estão dentro do parque e não foram repassadas para o ICMBio, além de participarem do Conselho Nacional do Parque da Serra da Bodoquena. Proprietários até aceitariam repassar as terras para o governo federal mas o não pagamento da indenização travou um imbróglio. A não indenização por parte do governo federal e o consequente pagamento de impostos pelos proprietários cria uma lacuna na criação de unidades de conservação no país. Aprovação do Código Florestal gerou otimismo nos produtores que têm terras no PSNBd. Proprietários não são contrários à criação da UC. Proprietários contribuíram para a preservação.
Solução	Compensação ambiental por meio de reserva legal em unidade de conservação. Produtor rural, Leôncio Brito, diz que acredita no trabalho conjunto para solucionar o problema, desde que os produtores sejam respeitados. Imasul deve emitir documento informando que é possível proceder com a compensação ambiental. Proprietários devem dar entrada no processo junto ao governo federal.

Fonte: Elaboração da autora (2024).

O **Item Jornalístico 8** refere-se ao texto veiculado no dia 5 de agosto de 2013, editoria de Cidades, página 15, assinado por Daniela Arruda e intitulado “Parque Nacional será aberto para visitação pública em 2014”. A matéria possui chamada de capa com foto legenda com a informação: “Bodoquena, 2014. Apesar da gestão e manejo restritos a 17% de sua área, o Parque Nacional da Serra da Bodoquena deverá ser aberto em 2014”. O texto localiza-se no início da página, em destaque, e se desenvolve em cinco parágrafos. Ao lado

direito do texto, ocupando quatro colunas encontra-se uma foto do Rio Perdido/PNSBd. Há, ainda, uma *janela*⁴¹ com informações do PNSBd, como ano de criação, quantidade de lotes desapropriados para criação do parque e municípios abrangidos pela Unidade de Conservação.

O item jornalístico aborda a abertura para visitação do público no PNSBd, prevista para ocorrer em 2014. O texto enfatiza a demora no processo após impasse com o não pagamento de indenizações aos proprietários que tiveram áreas desapropriadas para criação da Unidade de Conservação. Evidencia-se, já no lide, que o parque tem restrição e atua somente sobre 17% de sua área.

A morosidade na abertura para visitação, além das questões burocráticas de desapropriação, também ocorreu por questões como trilhas que têm parte de seu acesso localizada em área de propriedade privada e que não foram adquiridas pelo governo federal, conforme evidenciado na fala do chefe do PNSBd, Sandro Roberto da Silva Pereira, única fonte citada no texto. O chefe também ressalta que, para o funcionamento da visitação, é preciso ter o plano de visitação, que ainda estaria em elaboração e traz análises das problemáticas como o acesso para as trilhas e o impacto que a atividade poderá trazer ao parque.

Além da abertura para visitação ao público, que já era prevista pela Unidade de Conservação, o fato de ocorrer no mês em que será realizado importante congresso da área do ecoturismo, considerado como a “Copa do Mundo” do setor, com participantes de 40 países, reforça a importância dessa abertura.

O texto não menciona qual o impacto socioambiental que a abertura pode gerar para o entorno e os municípios que compõem a unidade de conservação. Não são apresentadas fontes primárias que representem a população.

Tabela 10: Item Jornalístico 8: *Parque Nacional será aberto para visitação pública em 2014.*

Edição nº 18.877	Data 05/08/2013	Cidades	Página 15
Problema	Mesmo com restrição, parque deverá finalmente ser aberto para visitação.		
Causa	Atraso na abertura passa por questões como trilhas localizadas em áreas que ainda não foram adquiridas pelo governo federal.		

Julgamento Moral	Atrativo deverá abrir no mês em que Bonito recebe importante congresso da área do ecoturismo, considerado a “Copa do Mundo do turismo”.
Solução	Plano de visitação ainda em elaboração. Documento discutirá o problema das áreas privadas e o impacto que a visitação poderá trazer para o parque.

Fonte: Elaboração da autora (2024).

O texto “Espera por Parque é drama para 34 famílias de assentados”, **Item Jornalístico 9**, foi publicado no dia 6 de agosto de 2013, página 9, Caderno B, e é assinado por Daniela Arruda. É o único texto da página, está localizado na parte superior e, logo abaixo, encontra-se conteúdo com informações sobre previsão do tempo para Mato Grosso do Sul, apresentado em mapas de satélites e gráficos. O item jornalístico 9 se desenvolve em sete parágrafos e possui uma foto em destaque, localizada ao lado direito da página e que retrata paisagem do PNSBd sem informar local exato. Integrado ao texto há uma *janela* com informações adicionais sobre medidas das áreas dos lotes do Assentamento Canaã que foram desapropriados para criação do Parque.

Não há chamada na capa e o texto aborda o drama de 34 famílias de assentados do Assentamento Canaã, em Bodoquena, que não receberam as indenizações da desapropriação de suas áreas pelo PNSB, e enfrentam dificuldades de sobrevivência, uma vez que seus lotes, usados anteriormente para plantação de milho, abóbora, feijão e mandioca, não podem mais ter finalidade comercial. Parte dos lotes ou lotes inteiros foram desapropriados. Como consequência, houve êxodo rural de assentados para a cidade em busca de emprego. Entre as causas está, ainda, a baixa oferta no preço dos lotes, que à época eram avaliados em R\$5 mil, mas ofertados para indenização por valores entre R\$500 e R\$800, que não foram aceitos pelos assentados. A atuação de órgãos ambientais sobre as áreas dos assentados, emitindo multas quando estes iniciavam roçada, também é outra causa para o drama que as famílias vivem e está evidenciado na fala do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bodoquena, Valdelício Nunes de Oliveira.

A advogada da Fetagri-MS destaca que os assentados estão em situação de miséria, já que podem plantar somente para sobrevivência, e o fato é classificado por ela como uma questão social e de emergência. Fica evidenciado a decepção dos assentados com a promessa do parque em transferir as famílias para uma fazenda que seria adquirida pela unidade de conservação, mas que não se concretizou, conforme relata o assentado Geraldo de Oliveira,

que só permanece em sua área porque conseguiu aposentadoria pelo INSS. Todas essas questões levaram o parque a se tornar palco de um drama social vivido pelas 34 famílias e a Fetagri aguardava resposta do MMA sobre laudo agrônomo enviado pela entidade reivindicando prioridade no pagamento das indenizações.

A reportagem apresenta como fontes o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bodoquena, Valdelício Nunes de Oliveira, o assentado Geraldo de Oliveira e a advogada da Fetagri-MS, Marisa dos Santos Alemira Pereira Lima. Considera-se que o texto atende ao quesito de falar de impacto socioambiental porque relata e confirma através das fontes que os assentados estão sendo vítimas da violação de direitos e estão inseridos em um cenário de problema social urgente.

Tabela 11: Item Jornalístico 9: *Espera por Parque é drama para 34 famílias de assentados.*

Edição nº 18.878	Data 06/08/2013	Correio B	Página 9
Problema	34 famílias de assentados vivem drama esperando indenização do PNSBd e não podem explorar seus lotes comercialmente para sobrevivência Êxodo dos assentados para a cidade para conseguir emprego		
Causa	Parte dos lotes ou lotes inteiros foram desapropriados Pagamento dos lotes abaixo do valor de mercado por hectare Órgão ambiental multando os assentados que fazem roça		
Julgamento Moral	PNSBd tornou-se palco para dramas sociais Parque não cumpriu promessa de transferir os assentados para uma fazenda que seria adquirida pela unidade de conservação. Assentados estão em situação de miséria e só podem plantar para subsistência. Questão social e de emergência .		
Solução	Conclusão do laudo agrônomo enviado ao MMA para que seja dada prioridade no pagamento pelas terras que foram desapropriadas.		

Fonte: Elaboração da autora (2024).

O **Item Jornalístico 10** se refere à publicação intitulada “De dono de subsolo ao fracasso, a derrocada de Eike chega a MS”, publicada na editoria de Cidades, página 9, no dia 3 de agosto de 2014. Assinada por Vinícius Squinelo, a publicação está destacada na capa com o título “Eike perde domínio da exploração do subsolo no estado”. O item jornalístico se desenvolve em oito parágrafos e possui uma foto principal em destaque ao lado direito da página que mostra de um ângulo aéreo a empresa MMX, mineradora de Eike Batista em Corumbá.

Embora o texto trate especificamente sobre a vida de negócio do empresário Eike Batista, consideramos incluí-lo nas análises por tratar de tema socioambiental latente na região, que é a mineração. O texto também é base para a análise que segue no item jornalístico 11 e complementa o assunto, uma vez que ambos estão publicados na mesma página.

Assim sendo, a publicação aborda o fracasso de Eike Batista que perdeu o direito de exploração do subsolo em Mato Grosso do Sul em virtude da não renovação ou concessão dos direitos a terceiros. O empresário foi considerado o maior detentor de direitos de exploração mineral no território sul-mato-grossense. A situação levou o empresário a arrendar a MMX Corumbá Mineração, uma de suas empresas que, sozinha, produz 5 milhões de minério de ferro por ano. Eike Batista, na tentativa de salvar a empresa, tentou a venda total, mas o BNDES barrou a ação.

O texto enfatiza que, embora o empresário esteja no processo de fracasso, na contramão desse cenário vai a mineração que “apresenta franco desenvolvimento”. O DNPM, por exemplo, encontrou ouro e cobre nas entranhas da Serra da Bodoquena, demonstrando que a região tem “imenso potencial latente na região que abrange cidades como Porto Murtinho, Bonito e Caracol”.

O texto não traz citações diretas de fontes oficiais e ou pessoais e, ao que tudo indica, está baseada apenas em fontes documentais. Por depositar ênfase em aspectos econômicos, o item jornalístico não trata de problemas ambientais e nem de impactos socioambientais, embora, conforme já explicitado aqui, aborde assunto de preocupação do ponto de vista ambiental, como discutido nos capítulos anteriores a respeito do avanço da mineração na Serra da Bodoquena.

Tabela 12: Item Jornalístico 10: *De dono de subsolo ao fracasso, a derrocada de Eike chega a MS.*

Edição nº 19.238	Data 03/08/2014	Cidades	Página 9
Problema	Derrocada do empresário Eike Batista		
Causa	Arrendamento da MMX Corumbá Mineração Perda de direito de exploração do subsolo no estado devido à não renovação ou concessão dos direitos a terceiros		
Julgamento Moral	Eike era o maior detentor de direitos de exploração mineral no território sul-mato-grossense Bilionário receberá 500 bilhões de dólares de empresa que vai explorar minério em Corumbá MMX Corumbá, empresa de Eike, produz 5 milhões de toneladas de minério de ferro por ano Eike está em fracasso mas cenário da mineração regional vai na contramão e apresenta “franco desenvolvimento”. DPNM encontrou ouro e cobre nas “entranhas” da Serra da Bodoquena Imenso potencial latente na região que abrange cidades como Porto Murtinho, Bonito e Caracol.		
Solução	Tentativa de venda de empresas.		

Fonte: Elaboração da autora (2024).

O **Item Jornalístico 11**, intitulado “Serra da Bodoquena é apontada como futuro da mineração regional” foi publicado no dia 3 de agosto de 2014, na editoria de Cidades, página 9, não possuindo chamada na capa. A matéria é assinada por Vinicius Squinelo e dá continuidade ao tema abordado na matéria 10. O item jornalístico contempla sete parágrafos e possui uma foto em destaque localizada abaixo do título e que retrata o diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral, Antônio Carlos Navarrete Sanches. Ao lado direito da publicação encontra-se publicidade com venda de itens de escritório.

O texto apresenta a busca pela mineração em diversos municípios de Mato Grosso do Sul, incluindo alguns da Serra da Bodoquena, região que, conforme explicitado no título, tem futuro promissor.

De acordo com o texto, o desenvolvimento da mineração na região seria alavancado pelo fato de a área da Serra da Bodoquena ser rica em minerais e municípios como Porto Murtinho já possuírem grandes reservas para exploração. O item jornalístico destaca a exploração de calcário que já ocorre em Bonito e em Bodoquena, mas sem se aprofundar na temática.

O texto é construído na perspectiva do desenvolvimento econômico, constando a mineração como atividade positiva para a região. Não são apresentadas discussões a respeito de possíveis impactos ambientais com a mineração na Serra da Bodoquena e a única fonte citada é o diretor-geral do DPNM, Antônio Carlos Navarrete Sanches, que enfatiza o “imenso potencial da exploração” na região que “ainda tem poucos mineradores”.

Tabela 13: Item Jornalístico 11: *Serra da Bodoquena é apontada como futuro da mineração regional.*

Edição nº 19.238	Data 03/08/2014	Cidades	Página 9
Problema	Busca por mineração pode tornar Serra da Bodoquena como local promissor para desenvolvimento da atividade		
Causa	Área rica em minerais Grande reserva para explorar cobre em Porto Murtinho Bonito e Bodoquena exploram calcário		
Julgamento Moral	Potencial imenso de exploração		
Solução	Quem quiser explorar minério no território brasileiro tem que preparar o bolso		

Fonte: Elaboração da autora (2024).

O **Item Jornalístico 12** refere-se à publicação intitulada “Ibama combate desmatamento em área de 800 mil hectares”, assinada por Eduardo Miranda, veiculada no dia 14 de novembro de 2014, na editoria de Cidades, página 13, sem chamada na capa. O texto localiza-se na parte inferior esquerda da página, se desenvolve em seis parágrafos e possui uma foto que mostra fumaça em vegetação da Reserva Indígena Kadiwéu.

O principal problema apresentado diz respeito ao desmatamento de 800 mil hectares no Sudoeste de Mato Grosso do Sul, região onde está localizada a Serra da Bodoquena.

Conforme fica evidenciado no texto, as principais causas desse desmatamento devem-se à ação de fazendeiros e à ocupação ilegal de áreas da Reserva Indígena Kadiwéu.

Para reverter a situação e combater de forma mais incisiva o problema foi desencadeada a Operação Guaicurus.

As áreas da Reserva Indígena Kadiwéu, do PNSBd e seu entorno, e as nascentes dos rios da Prata e Formoso foram monitoradas pelo Ibama, na tentativa de resolução do problema. Fazendeiros foram autuados por desmatamento e, as áreas que não estão sob proteção federal, foram monitoradas pelo MPMS e Imasul.

A única fonte citada na publicação é a chefe da Divisão Técnica Ambiental do Ibama em MS, Joalice Lube Battilani, que fala sobre o monitoramento. Não há menção no texto sobre os impactos socioambientais que o desmatamento pode causar às populações dessas áreas e o texto reduz-se, assim, apenas à visão oficial da ocorrência.

Tabela 14: Item Jornalístico 12: *Ibama combate desmatamento em área de 800 mil hectares.*

Edição nº 19.341	Data 14/11/2014	Cidades	Página 13
Problema	Desmatamento ilegal em 800 mil hectares no Sudoeste de MS		
Causa	Ação de fazendeiros Ocupação ilegal de áreas como a Reserva Indígena Kadiwéu		
Julgamento Moral	Não identificado.		
Solução	Combate do desmatamento de forma mais incisiva através da Operação Guaicurus Monitoramento das áreas da Reserva Indígena Kadiwéu, Parque Nacional da Serra da Bodoquena, nascentes dos rios da Prata e Formoso, com helicóptero do Ibama Ibama autuou vários fazendeiros por desmatamento Áreas que não são de proteção federal são monitoradas pelo MPMS e Imasul		

Fonte: Elaboração da autora (2024).

O **Item Jornalístico 13** diz respeito à publicação “Flagras de degradação ambiental colocam conservação em pauta”, veiculada em 5 de junho de 2016, na editoria de Cidades, página 10, com chamada na capa a partir de foto-legenda com o título “Luta pela preservação”. O item jornalístico é assinado por Jones Mário e ocupa a totalidade da página e se desenvolve em dez parágrafos no texto principal. Há, ainda, outros quatro parágrafos

integrados ao *box* “Rigor da lei em Bonito não impede crimes”. As informações do texto principal são complementadas por um mapa que mostra a localização de três Unidades de Conservação a serem criadas pelo município de Bonito, apresentando, ainda, informações sobre a dimensão dessas áreas. A publicação possui uma foto em destaque, localizada ao lado direito do texto, que retrata degradação ambiental em fazenda da região de Bonito.

O texto de página inteira chama atenção para o fato de a degradação ambiental em Bonito, causada, sobretudo, por crimes ambientais graves cometidos por proprietários rurais e até pelo então prefeito do município, Leonel Lemos de Souza Brito. O gestor público chegou a ser multado em R\$520 mil por crimes ambientais como depósito irregular de embalagens de agrotóxico e por manter pastagem em Área de Preservação Permanente (APP), entre outros crimes.

Como forma de resolver o problema da degradação ambiental, a Polícia Militar Ambiental autuou as infrações flagradas e as multas aplicadas totalizaram R\$16,7 milhões. Entre as alternativas estudadas pela Secretaria Municipal de Bonito está a criação de três unidades de conservação para garantir a preservação de áreas como os banhados dos rios da Prata e Formoso.

Para discutir a criação das UCs, uma audiência pública foi realizada no município com fazendeiros que poderiam ter as áreas transformadas em UC. A criação dessas áreas de proteção, contudo, gerou impasse e a secretária municipal de Meio Ambiente, Chris Vasques, enfatizou em citação direta que, caso os fazendeiros não dessem anuência para a criação das UCs, suas áreas seriam desapropriadas. A secretária defende que criação das UCs vai barrar a degradação ambiental nos banhados do rio da Prata e rio Formoso, e que será garantida a biodiversidade, a regulação do fluxo de água dos rios, a transparência e exuberância das águas desses rios e o emprego de centenas de famílias que vivem do turismo.

É evidente no item jornalístico que a preocupação central das fontes oficiais, e do próprio texto, é o impacto dos crimes ambientais ao meio ambiente e para o turismo local. Embora a secretária apresente ligeira preocupação com o impacto sobre as famílias que vivem do turismo, não há aprofundamento do texto na discussão socioambiental, reduzindo-se a aspectos econômicos, confirmado pela afirmação do texto de que os crimes ambientais ameaçam a “maior atividade econômica de Bonito, o turismo”.

Identificam-se alguns julgamentos morais apresentados no texto, como o fato dos crimes ambientais flagrados em Bonito destoarem das campanhas em alusão ao Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrada no mesmo dia da veiculação da reportagem. Há, também, o

reconhecimento do prefeito de Bonito, através de nota, de que “houve falhas” no manejo em sua propriedade, embora o gestor municipal tenha se negado a aceitar ser “responsabilizado pelos danos ambientais dos outros”.

Ainda que os fazendeiros tenham sido multados e que a lei ambiental seja rigorosa, a prática dos 14 crimes identificados pela PMA não foi intimidada, fato que leva a mais um julgamento moral. Por fim, o último julgamento identificado diz respeito à fala do tenente da PMA, Diego Ferreira, que destaca o papel da população bonitense como aliada da polícia, denunciando diariamente os crimes ambientais.

Observa-se que, assim como ocorrido em outros itens jornalísticos, somente fontes oficiais tem lugar de fala, ficando silenciadas fontes primárias que podem ser impactadas pela degradação ambiental.

O texto principal também conta com breve complemento textual publicado na mesma página, intitulado “Danos ao meio ambiente ameaçam turismo local”, que aborda e confirma a preocupação dos impactos sobre a atividade econômica. O texto se desenvolve em quatro parágrafos e está baseado em explicações da secretária Chris Vasques a respeito das fiscalizações aos crimes ambientais flagrados no município. Apresenta-se com uma foto que retrata o banhado do Rio Formoso, em Bonito.

Tabela 15: Item Jornalístico 13: *Flagras de degradação ambiental colocam conservação em pauta.*

Edição nº 19.906	Data 05/06/2016	Cidades	Página 10
Problema	Degradação ambiental em Bonito		
Causa	Crimes ambientais graves		
Julgamento Moral	Crimes ambientais flagrados em Bonito destoam do que pregam as campanhas alusivas do Dia Mundial do Meio Ambiente. Prefeito de Bonito multado em R\$520 mil por cometer três crimes ambientais. Criação de unidades de conservação em 20 propriedades rurais privadas provoca impasse. Secretária defende que criação das UCs vai barrar a degradação ambiental nos banhados do rio da Prata e rio Formoso, e que será garantida a biodiversidade, a regulação do fluxo de água dos rios, a transparência e exuberância das águas desses rios e o emprego de centenas de famílias que vivem do turismo.		

	Prefeito de Bonito reconheceu “falhas no manejo” da área mas não aceita ser “responsabilizado pelos danos ambientais de outros”. Crimes ambientais flagrados ameaçam a maior atividade econômica de Bonito, o turismo. Rigor na lei ambiental não intimidou a prática dos 14 crimes ambientais flagrados pela PMA. A população de Bonito é uma das principais aliadas da PMA porque denuncia os crimes.
Solução	Infrações que resultaram na aplicação de R\$16,7 milhões em multas Implementação de três unidades de conservação. Desapropriação das propriedades rurais caso os donos não deem anuência para a criação das unidades de conservação. Consulta pública favorece o diálogo com os fazendeiros.

Fonte: Elaboração da autora (2024).

O **Item Jornalístico 14** foi publicado no dia 19 de setembro de 2016, na editoria Especial, página 12, intitulado “Banhados de Bonito em perigo”, não possui chamada na capa. A autoria do texto de página inteira é de Fábio Pellegrini. A publicação de página inteira se desenvolve em dezesseis parágrafos no texto principal, além de outros três no *box* intitulado “Criação de unidades de conservação gera disputa”. Três fotos compõem o item jornalísticos, das quais a primeira, em destaque no início da página, exibe o Rio Formoso através de ângulo aéreo; uma segunda foto, localizada ao lado inferior direito retrata o Botânico Arnildo Pott e, a terceira imagem exibe um pesquisador não identificado imerso no rio em atividade de campo.

O texto aborda a problemática da turbidez dos rios da região de Bonito e o impasse na criação de unidades de conservação. Este segundo problema é apresentado em *box* no final da página, intitulado “Criação de Unidades de Conservação gera disputa”.

Entre as principais causas para a turbidez dos rios estão os canais de drenagem construídos ao longo de décadas para uso na agricultura e a atitude de fazendeiros que deixam o gado beber água nos córregos, contribuindo para estragos nas plantas que protegem as áreas úmidas. Sobre o impasse da criação de unidades de conservação para proteger essas áreas, a principal causa do imbróglio é o Sindicato Rural de Bonito, que representa os fazendeiros

com áreas que podem ser incluídas nas unidades de conservação, não concordar com a forma como a prefeitura municipal conduz o processo.

Além da criação dessas unidades de conservação para resolver o problema da degradação ambiental, identifica-se que outras soluções apresentadas são a criação de plano estratégico estadual para as áreas úmidas, o desenvolvimento de estudos que demonstrem a importância da região e criação de legislações e medidas que protejam as áreas. A fim de combater os crimes ambientais, a PMA multou fazendeiros com propriedades no Banhado do Rio da Prata. Já a promotoria de Bonito e o Imasul realizaram vistoria técnica para propor TACs aos fazendeiros flagrados cometendo crimes ambientais.

O item jornalístico aqui analisado tem, ainda, diversos julgamentos morais, quais sejam as afirmações sobre os ambientes naturais delicados e a importância ecológica da região; a importância dos banhados que são vitais para os ecossistemas e manutenção da biodiversidade. Outros julgamentos observados dizem respeito à ação humana, evidenciando a despreocupação dos proprietários quanto à importância do local, presente na fala do tenente da PMA, Diego Ferreira e, ainda, o risco que as futuras gerações correm de não conhecer o local como conhecemos hoje, marcado também na fala do policial.

O texto baseia-se em fontes secundárias e oficiais que são o professor da UFMS e botânico, Arnildo Pott, o biólogo e coordenador do projeto Peixes de Bonito, José Sabino, o Secretário-executivo do Programa Biota MS, Fabio Roque e o tenente da PMA, Diego Ferreira. Há ligeira menção sobre os prejuízos que a degradação ambiental vêm causando ao turismo e na geração de empregos no setor. Contudo, o enquadramento volta-se mais para a preocupação com o meio ambiente, sem citar outros impactos à população local, que não o econômico.

Tabela 16: Item Jornalístico 14: *Banhados de Bonito em perigo.*

Edição nº 20.012	Data 19/09/2016	Especial	Página 12
Problema	Turbidez dos rios da região de Bonito Impasse na criação de Unidades de Conservação		
Causa	Canais de drenagem construídos ao longo de década, para uso na agricultura Proprietários rurais que deixam o gado beber água nos córregos, causando estrago nas plantas que protegem as áreas úmidas.		

	O Sindicato Rural não concorda com a forma como a prefeitura encaminha a criação das UCs.
Julgamento Moral	Banhados do Rio Formoso e Rio da Prata são ambientes naturais delicados e de fundamental importância ecológica para a biodiversidade da Serra da Bodoquena e do Pantanal Paisagens da Serra da Bodoquena “guardam verdadeiros tesouros da biodiversidade”. Banhados são ecossistemas vitais para a manutenção da biodiversidade ao longo do curso dos rios. Degradações constatadas revelam despreocupação dos proprietários quanto à importância do local. A falta de adoção de medidas para proteção ambiental pode fazer com que “as futuras gerações não conheçam a região como a conhecemos”.
Solução	Prefeitura tenta transformar áreas em degradação em Unidades de Conservação. Criação de plano estratégico estadual para as áreas úmidas. Região precisa de mais estudos que demonstrem sua importância. Região carece de legislação que a proteja. Adoção de medidas que proteja a região. Proprietários rurais autuados pela PMA por irregularidades em fazendas no Banhado do Rio da Prata. Vistoria técnica da promotoria de Bonito e Imasul para propor Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) aos fazendeiros que cometeram crimes ambientais.

Fonte: Elaboração da autora (2024).

O **Item Jornalístico 15** refere-se à publicação “‘Se tivéssemos cuidado há 15 anos, não estaríamos aqui’, diz promotor”, veiculada em 11 de novembro de 2018, na editoria de Cidades, página 9, sem chamada na capa, assinada por Yarima Mecchi. A publicação contempla quatro parágrafos, encontra-se na parte central esquerda da página e não possui foto.

O texto aborda a problemática do turvamento dos rios de Bonito e Jardim, assunto discutido em reunião na Câmara Municipal de Bonito. Entre as principais causas elencadas para o problema estão irregularidades ambientais, como gados que bebem água no rio, e avanço de atividades como mineração, agricultura e extração de madeira.

As informações presentes nas publicações referem-se à fala da única fonte citada, o Promotor de Justiça, Luciano Furtado Loubet, que evidenciou na reunião a inação das autoridades há mais de 15 anos em resolver a situação do turvamento. O promotor defendeu a regulamentação das atividades de mineração, agricultura e extração de madeira a 150 metros do rio, além da proibição de o gado beber água do rio. O texto apresenta um posicionamento breve do secretário de Meio Ambiente, Jaime Verruck, que garantiu medidas para melhorar as estações de tratamento de esgoto, assunto não mencionado no texto.

O promotor defende na publicação que os rios de Bonito precisam ser tratados e preservados de forma diferenciada. O texto cita o medo da população local em relação à ameaça que o ecoturismo sofre. Não são apresentados impactos socioambientais a partir da problemática do turvamento e o texto reduz-se ao enquadramento oficial do assunto, na fala do promotor.

Tabela 17: Item Jornalístico 15: *"Se tivéssemos cuidado há 15 anos, não estaríamos aqui", diz promotor.*

Edição nº 20.735	Data 11/12/2018	Cidades	Página 9
Problema	Turvamento dos rios de Bonito e Jardim		
Causa	Irregularidades ambientais, como gado bebendo água nos rios Avanço de atividades como mineração, agricultura e extração de madeira		
Julgamento Moral	Rios cristalinos de Bonito, da Serra da Bodoquena, têm que ser preservados de forma diferenciada. População com medo de o ecoturismo estar ameaçado .		
Solução	Causas ambientais cobradas há 15 anos deveriam ter sido feitas Reunião de autoridades na Câmara Municipal de Bonito que busca diminuir os impactos ambientais na Serra da Bodoquena.		

	Regulamentar a lei que proíbe mineração, agricultura e extração de madeira a 150 metros do rio e a lei que proíbe o gado de beber água do rio. Medidas para melhorar estação de tratamento de esgoto.
--	---

Fonte: Elaboração da autora (2024).

O **Item Jornalístico 16** foi publicado no dia 13 de dezembro de 2018, na editoria de Cidades, página 7, assinado por Aline Oliveira e Eduardo Fregatto, intitulado “Ministro diz que lama em rios foi pontual por conta de chuvas” e com a chamada de capa “Para ministro, rio turvo foi algo ‘pontual’”. O texto tem destaque e se desenvolve em nove parágrafos, está localizado na parte superior direita da página e possui uma foto que retrata o turvamento do Rio da Prata. Metade da página é ocupada por anúncio sobre o IPTU de Campo Grande.

A publicação aborda o episódio de turvamento de rios de Bonito em Jardim, ocorrido na primeira quinzena de novembro daquele ano. São destacados, em segundo plano e de forma ligeira, a drenagem dos rios e o fato do turvamento dos rios perdurarem por mais de 10 dias, o que não seria comum.

Pode-se observar que há duas linhas definidas para as causas do problema. A primeira é definida pelo então Ministro de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, que reduz o problema a um fato pontual, ocorrido como consequência do alto volume de chuvas na região, que ultrapassaram a marca de 140 milímetros, conforme explícito em citação direta no texto. Blairo Maggi defendeu, ainda, que o país tem a melhor legislação ambiental do mundo, que interpreta-se aqui como sendo uma justificativa para dar mais argumento de que o problema não deve voltar a se repetir.

A segunda causa do problema é definida pela ação do Imasul, que notificou propriedades rurais por manejo irregular do solo que resultou no carregamento de lama para os rios.

As soluções apresentadas no texto se referem à ação do Imasul em notificar as propriedades que realizaram manejo inadequado do solo, além de imagens áreas feitas pelo órgão para subsidiar e prevenir que a lama escorresse novamente para os rios. O texto também cita que uma Audiência Pública foi realizada para debater medidas concretas para a preservação de nascentes, áreas alagadas e toda a extensão dos rios.

As únicas fontes citadas são o ministro Blairo Maggi e o Imasul e não se discutem os impactos socioambientais decorrentes do turvamento dos rios, estando o enquadramento baseado na fala do ministro, demonstrado já a partir do título.

Tabela 18: Item Jornalístico 16: *Ministro diz que lama em rios foi pontual por conta de chuvas.*

Edição nº 20.737	Data 13/12/2018	Cidades	Página 7
Problema	Turvamento dos rios de Bonito e Jardim em novembro de 2018 Drenos colocados nos rios. Turvamento tem demorado mais tempo, durando até 10 dias.		
Causa	“Decorrência pontual provocada pelo excesso de chuvas”, defendeu ministro Manejo inadequado do solo em propriedades rurais, conforme Imasul, que resultaram em carregamento de lama para os rios com o volume de chuvas.		
Julgamento Moral	Ministro Blairo Maggi defende que o Brasil tem uma das melhores legislações ambientais do mundo.		
Solução	Fiscalização do Imasul notificou duas propriedades rurais por manejo inadequado do solo. Imagens aéreas feitas pelo Imasul para subsidiar medidas e prevenir que a lama escorresse novamente para os rios. Audiência pública debateu medidas concretas para preservação de nascentes, áreas alagadas e toda extensão dos rios		

Fonte: Elaboração da autora (2024).

O **Item Jornalístico 17** foi publicado no dia 7 de maio de 2019, na editoria de Cidades, com o título “Drenagem em nascente ameaça Rio Perdido”. O conteúdo ganhou destaque na capa com a chamada “Rio Perdido: mais um paraíso natural sob ameaça”. A publicação também está em destaque na página, desenvolvendo-se em nove parágrafos. Duas fotos compõem o item jornalístico, das quais a principal, localizada na parte superior direita, retrata cenário de degradação ambiental sem citar local. A segunda foto exhibe cenário de agricultura também sem identificação de local.

O enquadramento jornalístico presente no texto destaca o problema da drenagem de nascentes do Rio Perdido, em Bonito, que poderá causar assoreamento e até o desaparecimento do rio se não for resolvido. Conforme a publicação, a agropecuária é a principal causa do problema, sendo as fazendas Princesinha e Baía das Garças, responsáveis por drenos das nascentes do Rio Perdido. Considerado a principal artéria do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, o Rio Perdido, segundo o texto, está localizado em meio às matas de um dos mais importantes ecossistemas do Pantanal. A matéria destaca ainda, a importância do PNSBd para a preservação das características geológicas especiais da Serra da Bodoquena, e enfatiza o fato de ser o local a primeira e única unidade de conservação de proteção federal integral implementada em Mato Grosso do Sul.

São apresentadas como soluções para o problema a verificação por parte do Imasul (Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul) a respeito dos drenos e proteção das nascentes do rio. Outra solução apresentada é a instauração de procedimentos por parte da 2ª Promotoria de Justiça de Bonito, caso sejam comprovadas irregularidades, conforme destaca o promotor Alexandre Estuqui Júnior. A denúncia do problema no Rio Perdido foi feita pelo Instituto Homem Pantaneiro, representado no texto pelo seu presidente, Ângelo Rabelo. O texto cita o risco de desaparecimento do rio, mas não abrange seu impacto para o social.

Tabela 19: Item Jornalístico 17: *Drenagem em nascente ameaça Rio Perdido.*

Edição nº 20.859	Data 07/05/2019	Cidades	Página 9
Problema	Rio Perdido está sob risco de assoreamento e sumiço		
Causa	Problema causado pela drenagem do rio feita para agropecuária Duas fazendas são responsáveis pelo problema (Princesinha e Baía das Garças)		
Julgamento Moral	Rio Perdido é principal artéria do PNSBd Rio Perdido está localizado em meio às matas de um dos mais importantes ecossistemas do Pantanal. PNSBd é a primeira e única unidade de conservação de proteção integral federal em Mato Grosso do Sul.		

	Criação do PNSBd tem como objetivo preservação do parque que possui características geológicas especiais.
Solução	Através de denúncia feita, Imasul deve verificar se o dreno é criminoso. Adoção de providências para proteger a nascente do rio. Instauração de procedimentos pela 2ª Promotoria de Justiça de Bonito, caso comprovadas irregularidades.

Fonte: Elaboração da autora (2024).

O **Item Jornalístico 18** se refere à matéria “Desvio de Nascente do Salobra pode prejudicar turismo”, de autoria de Izabela Jornada, veiculada no dia 28 de agosto de 2019, na editoria de “Cidades”. A publicação localiza-se na parte inferior esquerda da página e contempla três parágrafos e possui uma foto que retrata cenário de degradação de uma das nascentes do Rio Salobra.

O texto aborda o impacto que empreendimentos turísticos podem sofrer com o turvamento das águas do Rio Salobra, considerado o maior responsável pelo turismo na Serra da Bodoquena. Conforme apresentado, há suspeita de desvio da nascente do Salobra para abertura de poço artesiano e, ainda, possível desvio por parte de fazendeiros para irrigação de plantações. As suspeitas são levantadas pelo Instituto Homem Pantaneiro, que espera investigação. A proposição da solução é apresentada pela única fonte citada no texto, o biólogo Sérgio Eduardo Barreto.

Tabela 20: Item Jornalístico 18: *Desvio de nascente do Salobra pode prejudicar turismo.*

Edição nº 20.904	Data 28/06/2019	Cidades	Página 7
Problema	Turismo pode ser impactado com turvamento das águas do Rio Salobra.		
Causa	Suspeita de desvio da nascente do Rio Salobra para abertura de poço artesiano Fazendeiros podem ter desviado nascente para irrigação de plantações		
Julgamento Moral	Rio Salobra é o maior responsável pelo turismo na região da Serra da Bodoquena.		

Solução	Investigação das suspeitas levantadas pelo Instituto Homem Pantaneiro
----------------	---

Fonte: Elaboração da autora (2024).

O **Item Jornalístico 19**, intitulado “Justiça declara caducidade de decreto que criou parque nacional”, foi veiculado no dia 25 de julho de 2019 e é assinado por Thiago Gomes. O texto apresenta chamada na capa, intitulada “80% da área de parque deve ser devolvida a proprietários”. A publicação é a principal da página, encontrado na parte superior, se desenvolve em sete parágrafos e possui uma foto que exhibe a cachoeira Boca da Onça, em Bodoquena⁴².

No texto, o enquadramento está voltado para a falta de indenização de proprietários que tiveram áreas desapropriadas na criação do PNSBd. O episódio levou os proprietários a recorrerem na justiça. Entre as argumentações estão, além da indenização, a ausência de delimitação do parque e projetos previstos para a unidade de conservação que funcionarão nas áreas ainda não indenizadas. O fato levou a Justiça Federal a declarar caducidade do decreto que criou o PNSBd⁴³. Outro problema identificado no texto é que a ausência de delimitação também tem reflexo na atividade de órgãos fiscalizadores, como Polícia Militar Ambiental (PMA) e até o próprio ICMBio (gestor do parque), que acabam por aplicar multas indevidas pela não oficialização da delimitação. O advogado dos fazendeiros que recorreram à justiça para receber as indenizações acredita que a decisão, provisória até a publicação do texto, deverá ser ratificada pela justiça. A matéria veiculada não dispõe de fontes com citações diretas e aborda ligeiramente que os proprietários têm prejuízos com a falta de indenização e delimitação do PNSBd.

Tabela 21: Item Jornalístico 19: *Justiça declara caducidade de decreto que criou parque nacional.*

Edição nº 20.927	Data 25/07/2019	Cidades	Página 8
Problema	Justiça declara caducidade de decreto que criou o Parque Nacional da Serra da Bodoquena		
Causa	Falta de indenização de 80% da área do Parque para proprietários de terras que foram incluídas na unidade de conservação.		

⁴² A cachoeira Boca da Onça não está inserida no Parque Nacional da Serra da Bodoquena, embora esteja localizada no Assentamento Canaã, que teve lotes desapropriados para criação da Unidade de Conservação.

⁴³ Decreto Federal s/n de 21 de setembro de 2.000.

	Plano de Manejo da área criado fora do prazo estipulado. Ausência de delimitação do parque, causando prejuízo aos proprietários. Aplicação indevida de multas ambientais no entorno do parque devido a ausência da delimitação.
Julgamento Moral	Alterações no plano de manejo preveem atividades turísticas, criação de receptivos, de pontes, estradas, em áreas desapropriadas que não receberam indenização e não foram transferidas para a União sendo, assim, privadas.
Solução	Proprietários recorrem à justiça para receber indenização de apropriação, aguardada há 19 anos. Decisão judicial deve ser ratificada, acredita advogado das partes interessadas. Proibição de intervenções no parque por parte do Ibama e ICMBio. Deslocamento da zona de amortecimento para proteção somente das áreas já indenizadas (18% do total desapropriado).

Fonte: Elaboração da autora (2024).

O texto do **Item Jornalístico 20** foi veiculado na editoria de Cidades em 11 de setembro de 2019, com o título “Liminar que retirava 80% de parque é cassada”. A matéria, assinada por Fábio Oruê, apresenta chamada de capa intitulada “Cassada liminar que reduziu área de parque em 80%”. A publicação encontra-se na área central esquerda da página, se desenvolve em quatro parágrafos e não possui foto.

O item jornalístico aborda a cassação da liminar que reduzia em 80% a área do PSNBd após pedido judicial de fazendeiros que não tiveram as indenizações de desapropriação pagas. Conforme a matéria, a justiça entendeu que a liminar de redução da área não tinha validade, já que a desapropriação seguia em discussão à época. Na matéria, enfatiza-se que o parque tem decreto consolidado e que, portanto, mesmo com a caducidade do documento de criação, seria necessária lei específica para alterar a delimitação da área. Há ainda, entre os motivos que levaram fazendeiros a recorrer na justiça, a argumentação dos proprietários de que projetos de atividades turísticas, criação de receptivos, construção de pontes, estavam previstos para ocorrerem nas áreas que ainda não foram indenizadas e não transferidas para a União, portanto, ainda, de caráter privado. Em outros termos, seriam investimentos feitos em terras

alheias. O texto não apresenta citações diretas e cita como impacto socioambiental a falta de indenização.

Tabela 22: Item Jornalístico 20: *Liminar que retirava 80% de parque é cassada.*

Edição nº 20.968	Data 11/09/2019	Cidades	Página 7
Problema	Parque não terá redução de 80% de sua área		
Causa	Tese da caducidade do decreto que criou o PNSBd é contestada porque período de cinco anos para desapropriação da área é questionado.		
Julgamento Moral	Parque tem decreto consolidado que só pode ser modificado com lei específica. Ibama e ICMBio alegam incompetência da 4ª Vara da Justiça Federal de Campo Grande. Ação da justiça teve origem a partir da previsão da implantação de passeios turísticos, criação de receptivos, pontes, estradas, nas áreas desapropriadas que não receberam indenização, portanto, ainda são privadas.		
Solução	Cassação da liminar que retirava os 80% do PNSBd ainda não indenizados.		

Fonte: Elaboração da autora (2024).

O **Item Jornalístico 21** se refere à matéria intitulada “Parque Serra da Bodoquena incluído em programa de desestatização”, veiculada no dia 15 de abril de 2021 na editoria “Brasil”, de autoria do Correio do Estado e Agência Brasil, com a chamada na capa “Parque será concedido e aberto para visitação”. A publicação é a principal da página, está localizada na parte superior e se desenvolve em sete parágrafos. Possui uma foto que retrata vegetação sem identificar o local exato. Dispõe, ainda, de um *box* com informações sobre metas federais de redução de desmatamento.

O texto aborda a inclusão do Parque em programa que prevê a gestão de serviços públicos de visitação, conservação, proteção e gestão à iniciativa privada. A publicação do decreto que prevê a desestatização foi publicada no governo do então presidente Jair Bolsonaro. O objetivo, conforme o texto do jornal, é aumentar o fluxo turístico nacional e internacional, garantindo, assim, benefícios para o desenvolvimento da região onde se encontra a Unidade de Conservação. A iniciativa gerou preocupação em organizações

socioambientais que temem alterações sensíveis nas regras de licenciamento ambiental e regularização fundiária. O encontro dessas organizações com deputados federais prevê que as propostas cheguem ao Plenário da melhor forma possível, após debates para ajustes.

O item jornalístico, ao que tudo indica, baseia-se no decreto que prevê a inclusão de diversas Unidades de Conservação do país à iniciativa privada, o qual se inclui o PNSBd. Apenas uma citação direta é feita e o governo federal é identificado como fonte. Não estão presentes falas diretas de outras fontes e, há, ainda, ausência das fontes primárias que representam a população. Ao final, a matéria cita que as organizações socioambientais, embora preocupadas, ponderam que o debate sobre o assunto poderá ser feito em outro momento, haja vista que à época os esforços estavam voltados para assuntos relacionados ao combate da pandemia de covid-19.

Destaca-se que a matéria em questão possui chamada na capa do jornal intitulada “Parque será concedido e aberto para visitação”.

Tabela 23: Item Jornalístico 21: *Parque Serra da Bodoquena incluído em programa de desestatização*

Edição nº 21.463	Data 15/04/2021	Brasil	Página 7
Problema	Desestatização do Parque Nacional da Serra da Bodoquena (PNSBd).		
Causa	Aumento do fluxo turístico nacional e internacional Benefícios para o desenvolvimento local e comunidade.		
Julgamento Moral	Possíveis alterações nas regras de licenciamento ambiental e regularização fundiária (preocupação de organizações socioambientais).		
Solução	Ajustes e debates para que as propostas cheguem da melhor forma possível ao Plenário da Câmara dos Deputados Federais.		

Fonte: Elaboração da autora (2024).

O **Item Jornalístico 22**, que traz como título “Bombeiros monitoram área próxima ao Parque da Bodoquena após extinguir fogo”, refere-se à matéria publicada pelo Correio do Estado em 13 de julho de 2021, com autoria de Silvio Andrade. A publicação está localizada na parte inferior da página, se desenvolve em dez parágrafos e não possui foto.

O texto, presente na editoria “Cidades”, traz como problema um grande incêndio que atingiu o banhado do Rio da Prata, entre Bonito e Jardim, na Serra da Bodoquena, destruindo

3.750 hectares. Os focos, conforme citado, surgiram em fazenda da região e se alastraram para diversas propriedades. O difícil acesso ao local, que possui mata fechada e regiões de brejo, atrapalhou o trabalho do Corpo de Bombeiros. O combate foi mais efetivo porque contou com apoio de fazendas da região, brigadistas e aeronaves locadas pelo governo estadual. Para que o problema deixasse de ocorrer, o Corpo de Bombeiros seguiu com monitoramentos das áreas a fim de evitar novos focos de incêndio.

A matéria traz citação direta do major do Bombeiros, André Vitório Munhoz, que relata como o fogo se alastrou e a dificuldade do acesso ao local. Não estão presentes fontes primárias que representam a população. O texto apresenta que o fogo afetou fazendas mas não aborda impactos socioambientais da destruição dos 3.750 hectares.

Por fim, destaca-se que o item jornalístico possui chamada na capa do jornal com titulação “Incêndio controlado” e foto-legenda que fala sobre controle do fogo no PNSBd, no banhado do Rio da Prata e outros locais de Bonito e Jardim.

Tabela 24: Item Jornalístico 22: *Bombeiros monitoram área próxima ao Parque da Bodoquena após extinguir fogo.*

Edição nº 21.539	Data 13/07/2021	Cidades	Página 7
Problema	Grande incêndio que atingiu 3.750 hectares na região do banhado do Rio da Prata, entre Bonito e Jardim.		
Causa	Focos surgidos na Fazenda Figueira que se alastraram para outras propriedades e difíceis de combater devido ao acesso local que tem presença de mata fechada e área de brejo.		
Julgamento Moral	Apoio de fazendas, brigadistas e aeronaves locadas pelo governo estadual aos Bombeiros foi fundamental para combater o fogo.		
Solução	Combate ao fogo com apoio de entidades e proprietários de fazendas da região Monitoramento do corpo de bombeiros para evitar novos focos de incêndio		

Fonte: Elaboração da autora (2024).

O **Item Jornalístico 23** refere-se à publicação feita no dia 3 de janeiro de 2021 na editoria “Correio B”, intitulada “Ecologia nas estradas”, com autoria de Silvio de Andrade e a chamada de capa “Iniciativas visam proteger a fauna nas estradas”. A publicação de página

inteira contempla sete parágrafos no texto principal e outros cinco no *box* intitulado “Bonito Não Atropela quer município como referência”. Duas fotos compõem o item jornalístico e retratam travessias aéreas construídas para travessia de animais silvestres em rodovias.

O texto abrange o atropelamento de animais silvestres em rodovias da região de Bonito e como iniciativas do governo estadual e de organizações não-governamentais estão atuando para reduzir a mortandade. As principais causas dos atropelamentos são o intenso fluxo de veículos e a falta de infraestrutura nas rodovias para que os animais cruzem as vias com segurança. No texto, é possível observar que há preocupação com a preservação da fauna silvestre e da vida humana. No entanto, o enquadramento foca-se mais nos animais do que nos seres humanos e não há dados apresentados sobre a mortandade de animais e nem número de acidentes que envolvem veículos e animais. Fonte de entidade idealizadora de projeto implantado em Bonito para reduzir os acidentes mostra preocupação em reafirmar a imagem de Bonito enquanto local referência do ecoturismo, citando que busca-se, ainda, tornar a cidade como modelo de redução de atropelamentos/preservação de animais silvestres. Também é citado que a população clamam por mudança do cenário. Para isto, propõem-se iniciativas para redução dos atropelamentos através de melhorias de infraestrutura, como a implantação de passagens subterrâneas e áreas para que animais possam cruzar as rodovias com segurança. São apresentadas na reportagem cinco fontes, das quais quatro são oficiais e uma especialista (Eduardo Riedel, então secretário de Infraestrutura do Estado/Seinfra; Maria Fernanda Balestieri, gestora de projeto da Seinfra; Pedro Celso, diretor de Meio Ambiente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos/Agesul; Maurício Forlani, Oscip Ampara Silvestre e Fernanda Abra, Bióloga).

Em conclusão, a matéria apresenta foco no atropelamento de animais silvestres nas rodovias da região de Bonito, com objetivo de mostrar iniciativas para evitar os atropelamentos, não apresentando dados da mortandade dos animais e de acidentes envolvendo veículos, bem como não se aprofundando nos impactos socioambientais da problemática apresentada.

Tabela 25: Item Jornalístico 23: *Ecologia nas estradas*.

Edição nº 21.666	Data 03/01/2022	Correio B	Página 9
Problema	Atropelamento de animais silvestres em rodovias da região de Bonito.		
Causa	Intenso fluxo de veículos nas rodovias		

	Ausência de infraestrutura para animais evitar que animais cruzem a pista
Julgamento Moral	Preservação da fauna silvestre “Salvar animais e pessoas” (entretítulo) Bonito é modelo do ecoturismo e projeto “Bonito não atropela” pode ser referência para o restante do estado Biodiversidade é importante para Bonito Pessoas querem a mudança do cenário (em relação aos atropelamentos)
Solução	Iniciativas para reduzir o atropelamento de animais silvestres como a instalação de passagens subterrâneas ou áreas em rodovias da região de Bonito para diminuir acidentes com animais silvestres.

Fonte: Elaboração da autora (2024).

O **Item Jornalístico 24** refere-se à matéria publicada na editoria “Cidades” em 17 de fevereiro de 2022, intitulada “Lei das Águas Cristalinas deve voltar à pauta na Assembleia Legislativa”, assinada por Rodrigo Almeida. A publicação localiza-se na parte inferior esquerda da página 6, se desenvolve em seis parágrafos e não possui foto.

A matéria aborda a necessidade da regulamentação da Lei das Águas Cristalinas⁴⁴ com mais rigidez, apresentando ligeiramente como problemática a degradação ambiental causada por proprietários de terra na região do Rio Formoso, em Bonito, que descumprem as regras legais previstas há mais de duas décadas. A única fonte citada, o então presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, deputado estadual Paulo Côrrea, fala sobre barrar a degradação ambiental e o que prevê a legislação. O texto cita apenas que a atitude dos proprietários em criar entradas para o Rio Formoso causa degradação ambiental, sem detalhes sobre quais seriam esses impactos.

⁴⁴ Sancionada em 16 de julho de 1998, a Lei 1.871, conhecida como “Lei das Águas Cristalinas”, determina a proteção especial de 300 metros de largura para as margens do Rio da Prata, Rio Formoso e seus afluentes, na região de Bonito. A legislação proíbe, ainda, atividades como agricultura, extração de madeira e mineral, indústria de qualquer natureza e outras. Embora esteja vigente há 26 anos, a lei não foi regulamentada e não fixa valor de multas. Mais informações: <https://www.campograndenews.com.br/meio-ambiente/lei-para-protetger-agu-a-cristalinas-completa-26-anos-sem-fixar-valor-de-multas#:~:text=Conforme%20a%20lei%2C%20ficam%20proibidas,na%20faixa%20de%20prote%C3%A7%C3%A3o%20especial>. Acesso em: 20 agosto de 2024.

Tabela 26: Item Jornalístico 24: *Lei das Águas Cristalinas deve voltar à pauta na Assembleia Legislativa*

Edição nº 21.725	Data 17/02/2022	Cidades	Página 6
Problema	Degradação ambiental		
Causa	Lei sancionada em 1998 para preservação das águas cristalinas na região de Bonito não vem sendo cumprida. Proprietários estão dividindo áreas próximas ao rio Formoso e driblando lei que prevê conservação e preservação dos rios da Prata, Formoso e seus afluentes.		
Julgamento Moral	Proprietários de 1,4 mil hectares driblam a lei. “Bonito é o baluarte do ecoturismo no Estado e a joia do segmento”.		
Solução	Regulamentação mais rígida da Lei das Águas Cristalinas		

Fonte: Elaboração da autora (2024).

O **Item Jornalístico 25** refere-se à matéria veiculada no dia 23 de fevereiro de 2022, na editoria de Política, intitulada “Concessão de parques será assinada na próxima semana”, com autoria compartilhada entre o Correio do Estado e a Agência Estadão Conteúdos, constando chamada de capa com o mesmo título do texto. A publicação localiza-se em destaque na página 4, no lado superior direito. O texto se desenvolve em onze parágrafos e há uma foto que retrata cenário do PNSBd, com ângulo aéreo e sem a localização do lugar exato.

A matéria tem foco na concessão de parques nacionais e destaca o Parque Nacional da Serra da Bodoquena. Segundo apresentado, as concessões focam na conservação desses locais. Não é apresentado se o governo federal tem enfrentado dificuldade na conservação dos parques, contudo, interpretações permitem concluir que a iniciativa privada seria a melhor opção para que essas áreas continuem protegidas, como observado no trecho da fala do ministro do Meio Ambiente à época, Joaquim Leite, ao dizer que “o privado vai transformar os parques”. Já o Ministério do Meio Ambiente argumenta que os parques nacionais têm beleza cênica e relevância ecológica, podendo receber atividades de recreação como o turismo ecológico. O texto destaca, ainda, que no caso da criação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, o objetivo é preservar a região e animais como o cascudo-cego, onça pintada e onça parda. Não é citado se a concessão poderá ter algum tipo de impacto socioambiental.

Tabela 27: Item Jornalístico 25: *Concessão de parques será assinada na próxima semana.*

Edição nº 21.730	Data 23/02/2022	Política	Página 4
Problema	Concessão de parques nacionais à iniciativa privada, entre eles, o Parque Nacional da Serra da Bodoquena		
Causa	Concessão à iniciativa privada para conservação dos parques nacionais.		
Julgamento Moral	Concessão de parques é “tema polêmico”. “O privado vai transformar os parques”. Parques nacionais têm “beleza cênica” e “relevância ecológica”, segundo Ministério do Meio Ambiente. Parque Nacional da Serra da Bodoquena criado para preservar a região e animais como o cascudo-cego, onça pintada e onça preta.		
Solução	Concessão dos parques para conservação dessas áreas.		

Fonte: Elaboração da autora (2024).

3.2.1. Sistematização e análise qualitativa

Discorre-se nesta seção sobre as quatro funções de enquadramento definidas por Entman (1993), atentando-se para os resultados consolidados nas tabelas a partir da matriz analítica estabelecida para análise do *corpus* que verifica: 1) Os problemas apontados pelo Correio do Estado em relação às questões socioambientais da Serra da Bodoquena; 2) Os diagnósticos para os problemas apresentados; 3) Os julgamentos morais presentes nas publicações e 4) As soluções propostas pelo jornal para os problemas apresentados, tanto pelas observações dos repórteres, quanto pelas fontes citadas nos itens jornalísticos.

No conjunto das análises dos 25 itens jornalísticos, observa-se que o jornal Correio do Estado, no que tange aos problemas identificados a partir da temática socioambiental, enquadrou sua cobertura em relação à Serra da Bodoquena abarcando problemas que envolvem 1) o Parque Nacional da Serra da Bodoquena, 2) os incêndios florestais, 3) a invisibilidade do município de Bodoquena em campanhas publicitárias do governo estadual, 4) a invasão de braquiária na região, 5) a acessibilidade na Gruta do Lago Azul, 6) a mineração e economia, 7) o desmatamento, 8) a degradação ambiental, 9) o turvamento de

rios, 10) o impasse na criação de UCs, 11) a drenagem de rios e 12) os atropelamentos de animais silvestres.

3.2.1.1 Parque Nacional da Serra da Bodoquena

Destaca-se que o maior quantitativo de problemas identificados diz respeito ao PNSBd. A Unidade de Conservação é o foco de 8 itens jornalísticos (dos 25 totais), representando 35% dos itens jornalísticos analisados. Entre os problemas identificados a partir do enquadramento do Correio do Estado em relação ao PNSBd, está a criação do parque e a demora no pagamento das indenizações aos proprietários que tiveram área desapropriada para inclusão na UC. Metade, ou seja, 4 itens jornalísticos (IJ1, IJ4, IJ7 e IJ9), referem-se a esse problema. Nesse quesito, também se evidencia a possível caducidade do decreto que criou o parque (conforme IJ19) e a devolução das áreas desapropriadas aos proprietários, fato último que não ocorre e é noticiado no IJ20 (*Liminar que retirava 80% do parque é cassada*) .

Nesse contexto, as principais causas apontadas direcionam para uma falta de resposta por parte do governo federal em relação ao pagamento das indenizações das áreas desapropriadas, conforme publicado no IJ1. Outras justificativas para a problemática são a demora no processo judicial (IJ4), a falta de recursos para pagamento de indenização aos proprietários (IJ7), a falta de regularização de documentação como Cadastro Ambiental Rural (IJ7) e o pagamento dos lotes desapropriados abaixo do valor de mercado (IJ9). A desapropriação de lotes inteiros, conforme relatado no IJ9, é uma das causas para o problema do drama que 34 famílias vivem porque não conseguem sobreviver do que produzem. Neste mesmo item jornalístico também se observa que a causa para o problema do êxodo dessas famílias é a de que os órgãos ambientais multaram esses pequenos produtores quando havia tentativa de abrir roça em suas áreas. O problema é intensificado, ainda, a partir da ausência de delimitação do parque, causando prejuízo aos proprietários sobre as áreas desapropriadas e as que continuam sob suas posses.

Os julgamentos morais em relação aos problemas que abordam o Parque Nacional da Serra da Bodoquena demonstram que houve preocupação com a falta de indenização aos proprietários de terras que tiveram áreas desapropriadas para criação da unidade de conservação.

Afirmações presentes nos IJs reforçam tal preocupação, como por exemplo, “o PNSBd é interesse público e os proprietários rurais devem ser reconhecidos porque têm direitos” (IJ1), “não se pode ignorar o papel daqueles [moradores] que já estavam na área do parque

antes de sua criação” (IJ1), “parque não cumpriu promessa de transferir os assentados para uma fazenda que seria adquirida pela unidade de conservação” (IJ9) e “assentados estão em situação de miséria e só podem plantar para subsistência” (IJ9). Assim, é válido destacar que o jornal abordou a vertente social da problemática de desapropriação, evidenciando o drama de proprietários rurais e assentados. Contudo, cabe-nos observar que os problemas, bem como seus julgamentos morais, foram apresentados, em sua maioria, por fontes oficiais e especialistas que entendem da situação, mas não a vivenciam.

Outra interpretação que decorre da problemática é a de que a criação do PNSBd, que tem como objetivo a conservação e preservação da Serra da Bodoquena, seria, no entanto, a grande vilã na vida dos assentados e proprietários rurais. Há tendência, ainda, em falar da demora da regularização da área e a abertura de visitação ao público. O lado positivo do parque pouco aparece e está presente em afirmações como “o parque permite viabilizar o crescimento do turismo e transformar Bodoquena em polo de pesquisa para o Geoparque Bodoquena - Pantanal” (IJ1).

As soluções são dadas a partir de ações que correm na justiça e cobram do ICMBio o pagamento de tais indenizações. Conota-se que o órgão, gestor do PNSBd, é visto como o principal “culpado” do não pagamento, junto ao governo federal. Contudo, o enquadramento do jornal também apresenta tendência em incluir nessa lista de culpados aqueles que na verdade são vítimas. Esta característica se observa em trechos como do IJ4 que demonstra a resolução do problema a partir de acordo entre herdeiros de uma fazenda com áreas desapropriadas e o Parque. Já no IJ7, a solução proposta é a de que se tenha compensação ambiental por meio de reserva legal como forma de pagamento aos proprietários, mas, fontes oficiais mobilizadas argumentam que os proprietários que esperam por indenização é que devem recorrer ao governo federal para garantir a compensação ambiental, uma vez que, segundo o texto, o Imasul já teria emitido documento informando a pertinência da ação.

A demora na regularização da área do PNSBd também aparece como problema e está presente no IJ7 (*Parque Nacional aguarda regularização há 13 anos*). Nesse sentido, identificam-se diversas causas, entre elas, a falta de indenização de 80% da área do Parque para proprietários de terras que foram incluídas na unidade de conservação; o Plano de Manejo da área criado fora do prazo estipulado; a ausência de delimitação do parque, causando prejuízo aos proprietários e a aplicação indevida de multas ambientais no entorno do parque devido a ausência da delimitação. As causas identificadas encontram-se no IJ19.

A abertura do PNSBd para visitação pública é outro problema identificado e para este item, observa-se que o IJ8 aponta para uma possível demora no processo de abertura ao público, tendo como principal causa a falta de aquisição de trilhas para acesso ao parque mas que ainda se encontravam em áreas privadas. A solução proposta para que o atraso na abertura da visitação, estendido por mais de uma década após a criação da UC, seja resolvido é a conclusão do plano de visitação que discutirá o problema das áreas privadas não indenizadas e os impactos que a visitação poderá causar ao Parque.

O atraso na abertura também ocorreu devido à demora na regularização da área, que também é um dos problemas em relação ao PNSBd. Nesse contexto, o parque chegou a correr o risco de ter 80% de sua área reduzida, mas houve cassação da liminar que previa a diminuição.

Por fim, a desestatização do parque como problema identificado, tem como causas apontadas o aumento do fluxo turístico nacional e internacional e benefício da concessão à iniciativa privada para o desenvolvimento local e a comunidade, conforme observado nos IJS 21 e 25. A cobertura jornalística se volta, aqui, para defender a concessão com finalidades de conservação da natureza.

3.2.1.2 Incêndios florestais

Os incêndios florestais foram noticiados duas vezes em duas décadas pelo Correio do Estado. O problema está identificado nos IJs 2 (*Maior incêndio destruiu 5 mil ha de Parque da Bodoquena em 2001*) e 22 (*Bombeiros monitoram área próxima ao Parque da Bodoquena após extinguir fogo*). Com a aplicação da matriz analítica, observa-se que no IJ2, texto que se refere ao grande incêndio que destruiu 5 mil hectares do PNSBd em 2001, a causa para o problema não é apresentada. Já o IJ22 aborda o incêndio que atingiu 3.750 hectares da região do banhado do Rio da Prata, em Bonito e Jardim, e tem como principal causa focos surgidos em uma fazenda.

No primeiro, o julgamento moral relembra a magnitude do incêndio ocorrido em 2001, citando que foi o mais trágico e longo do estado. Como já evidenciado, o texto trata-se de *box* que integra reportagem sobre incêndios no Pantanal e que não compõe o *corpus* da pesquisa por não cumprir o critério da palavra-chave “Serra da Bodoquena”. Já no IJ 22, o julgamento moral fica por conta da ação conjunta para combate do fogo que destruiu 5 mil hectares na Serra da Bodoquena. Conforme o texto, o “apoio de fazendas, brigadistas e aeronaves locadas pelo governo estadual aos Bombeiros foi fundamental para combater o fogo”.

Para este problema, a tendência na cobertura do jornal é apenas apontar soluções pontuais. Tanto no IJ2 quanto no IJ22, onde a temática é apresentada, as soluções são combater as chamadas a partir de ação do Corpo de Bombeiros, Exército e Ibama (IJ2) e monitoramento dos focos de incêndio pelo Corpo de Bombeiros (IJ22). Desse modo, observa-se que o enquadramento é construído sem identificação das causas e os problemas resolvidos de forma pontual e não preventiva.

3.2.1.3 Invisibilidade do município de Bodoquena em campanhas publicitárias do governo estadual

Partindo-se para a continuidade dos problemas identificados, apresenta-se no IJ 13 a questão da invisibilidade do município de Bodoquena em campanhas publicitárias do governo estadual. Para o problema são apresentadas como causas o desconhecimento sobre o município, que é visto apenas como local de agropecuária e exploração do calcário; o turismo carente de estrutura; atrativos de Bodoquena, como a cachoeira Boca da Onça, a maior do estado com 156 metros de altura, são vendidos como pertencentes à Bonito.

O único item jornalístico a abordar a temática é o IJ 3. No texto, o julgamento moral é construído na perspectiva de argumentar o quão importante é o município para a região. Reforça-se a beleza cênica local a partir de afirmações como “Bodoquena é dona de imensurável patrimônio natural” e, ainda, a importância cultural local que “guarda raízes importantes como a Folia de Reis e a Festa de São Sebastião”. Há, também, expressão sentimental de esperança, evidenciada pela atitude de empresário que acredita no local e está investindo em hospedagem.

As principais soluções encontradas para o problema são a identificação do potencial do município e o alinhamento dos serviços oferecidos através da elaboração de mapeamento sobre questões culturais e gastronômicas, por exemplo.

3.2.1.4 Invasão de braquiária na região

Entre os problemas identificados, apresenta-se a invasão do capim braquiária, que é tema do IJ 5. Contudo, embora sejam estabelecidas soluções, não são apresentadas as causas do avanço da espécie na região da Serra da Bodoquena.

Em relação ao problema da invasão da braquiária (IJ5), o enquadramento construído pelo Correio do Estado aponta não para as consequências do aumento da espécie na região, mas apresenta a questão na perspectiva da importância do reflorestamento. Cita-se, para tanto,

o papel essencial da população que auxiliou na plantação de 2,3 mil mudas em seis hectares de sete propriedades rurais. Destacam-se os resultados positivos de áreas urbanas e rurais arborizadas que ajudam a reduzir o desconforto térmico causado em dias mais quentes. O texto também é construído na perspectiva do agronegócio, evidenciando a importância da arborização para o pasto e enriquecimento do solo.

Para o problema de invasão da braquiária na região, que não tem causa identificada, a solução proposta é de recuperação de áreas degradadas a partir do plantio de espécies como coentro, aroeira e cipó. Para isto, foram capacitados participantes de programas sociais. O enquadramento, portanto, volta-se para a resolução do problema depois que este já aconteceu e não se discute a forma de combater a braquiária, que seria, por exemplo, evitando o desmatamento e o avanço de monoculturas.

3.2.1.5 Acessibilidade na Gruta do Lago Azul

A acessibilidade é mais um dos 12 problemas identificados a partir das análises e está presente no IJ6. O texto aborda a questão da acessibilidade em um dos principais atrativos de Bonito, a Gruta do Lago Azul. A ausência de corrimãos e escadas para acesso de grupos específicos como crianças e idosos é uma das causas que levariam à inacessibilidade dessas pessoas ao atrativo.

O texto, que aborda investimentos a serem realizados no principal atrativo turístico de Bonito, apresenta julgamento moral que eleva a importância do local ao citar que a Gruta do Lago Azul é considerada uma das mais belas do país e deve se tornar mais confortável e segura para acesso de grupos específicos como crianças e idosos. A solução apresentada para a falta de acessibilidade é a construção de escadarias e corrimãos para garantir o acesso de crianças e idosos. Não se discute os impactos ambientais das adaptações de acessibilidade no ecossistema local.

3.2.1.6 Mineração e Economia

Estão presentes, também, nos enquadramentos, problemas apresentados a partir de questões econômicas. O principal diz respeito ao setor da mineração na região, onde se evidencia a atuação do empresário Eike Batista na região do Pantanal, com sua consequente perda de direito para exploração do subsolo em Mato Grosso do Sul. A temática está presente no IJ10 e, conforme já descrito aqui, as análises desse IJ se tornaram pertinentes por citar a Serra da Bodoquena, que tem como problema latente a questão da mineração. A partir do IJ

10, é apresentado o IJ 11, que aborda a Serra da Bodoquena como o “futuro da mineração”. O fato, aqui identificado como problema, tem como causa a característica de ser a Serra uma área rica em minerais, com grande reserva para explorar cobre em Porto Murtinho e a exploração de calcário, que já ocorre em Bonito e Bodoquena.

A Serra da Bodoquena está na mira de empresários interessados na exploração mineral, por ser considerada área com potencial significativo para esta atividade econômica. Assim, a temática foi abordada pelo *Correio do Estado* nos IJs 10 e 11. Neste contexto, os julgamentos morais se referem, em um primeiro momento (IJ10) ao fato do empresário Eike Batista perder o direito de exploração mineral no território sul-mato-grossense. Citações como “Eike era o maior detentor de direitos de exploração mineral em território sul-mato-grossense”, “bilionário receberá 500 bilhões de dólares de empresa que vai explorar minério em Corumbá” e “MMX Corumbá [empresa de Eike] produz 5 milhões de toneladas de minério de ferro por ano”, constroem o enquadramento na perspectiva da grandiosidade e poder de Eike Batista, ao mesmo tempo em que se apresenta julgamento como “Eike está em fracasso”, reforçando a derrota do empresário. Neste mesmo trecho em que cita-se o “fracasso”, complementa-se a frase afirmando que, embora Eike esteja na situação, o cenário da mineração regional vai na contramão e está em “franco desenvolvimento”, evidenciando o potencial da atividade na região. Esta característica é complementada no IJ11 por argumentações como o fato do DPNM ter encontrado cobre nas “entranhas” da Serra da Bodoquena e o potencial latente de municípios como Porto Murtinho e Bonito.

Com foco voltado para a derrota de Eike Batista, as soluções são de ordem mais pessoal e dizem respeito à tentativa de venda das empresas de mineração para reverter o cenário em que o dono da mineradora se inseriu. Já em relação ao avanço da exploração da mineração na Serra da Bodoquena, o texto tem caráter de informar os interessados na atividade de que estes devem “preparar o bolso” caso desejem atuar no setor de exploração mineral.

Decorrem das análises, também, outras observações sobre o modo como o *Correio do Estado* constrói o enquadramento ao falar da mineração. De forma implícita o assunto é tratado em um movimento que tem a mineração como um problema mas, com solução meramente econômica para os entraves da região. Embora observa-se que a mineração tem se ampliado pela região da Serra da Bodoquena, com pedidos de estudos para exploração em quase todo seu território e impactos na biodiversidade, na paisagem e na vida de moradores que sofrem com explosões (Mamédio, 2024, online), o enquadramento do presente veículo

não questiona os impactos socioambientais e, por outro lado, apresenta a atividade como um fato positivo para a região na perspectiva econômica.

Faz-se necessário, ainda, evidenciar que a complexidade do avanço da mineração pela Serra da Bodoquena torna-se ainda mais séria ao se ter conhecimento de que autoridades têm contribuído nesse processo. Como exemplo, pode-se citar o caso do atual prefeito de Bodoquena, Kazuto Horii (PSDB), que administrou até 2016 a Horii Agroindustrial, mineradora com concessão desde 1974 e pertencente à família do administrador público (Mamédio, 2024, online).

3.2.1.7 Desmatamento

Dentre os problemas identificados encontra-se a questão do desmatamento na região da Serra da Bodoquena, conforme apresentado no IJ12 (*Ibama combate desmatamento em área de 800 mil hectares*). A principal causa apresentada para o problema é a ação de fazendeiros e a ocupação ilegal de áreas como a Reserva Indígena Kadiwéu.

Em uma década de publicações, o Correio do Estado referiu-se ao problema do desmatamento somente uma vez. A discussão, presente no IJ12, reduz-se apenas à visão oficial do fato ocorrido, citando que as causas partem da ação de fazendeiros e da ocupação ilegal de áreas da Reserva Indígena Kadiwéu e abordando a atuação do Ibama no combate ao desmatamento. A solução proposta é de caráter pontual, com combate e monitoramento através de operação do Ibama, sem apontar para maneiras de prevenção ao problema, além da aplicação de multas aos responsáveis.

A problemática do desmatamento é mais ampla e complexa do que meramente abordar de maneira superficial ações de combate à atividade ilegal. O grave problema, associado às queimadas, ao uso intensivo de agrotóxico e ao avanço do agronegócio, tem impactado diretamente a Serra da Bodoquena. Em Bonito, a área de grãos aumentou 26% entre 2014 e 2018, passando de 5.400 hectares de milho para 32.250 e, a de soja, de 14.200 para 40.000 no mesmo período. Já em Jardim, a área de soja plantada subiu de 2.500 para 11.084 hectares e a de milho, de 1.400 para 8.879 no mesmo período (Ecoa, 2020).

Conforme a ONG Ecoa (2020), o desmatamento na região é um dos impactos indiretos da construção da Rota Bioceânica⁴⁵ e a “expansão da agricultura e pecuária nos municípios da

⁴⁵ Denominada Rota de Integração Latino Americana (RILA), a Rota Bioceânica pretende ligar o Oceano Atlântico aos portos de Antofagasta e Iquique, no Chile. Com extensão de 2.396 quilômetros quadrados, o corredor rodoviário parte do porto de Santos, no Brasil, passa por Mato Grosso do Sul e, a partir do município de Porto Murtinho, se direciona ao Paraguai e Argentina, com destino ao Chile. O objetivo é aumentar as

região, na bacia do rio Paraguai, sub-bacia do Rio Miranda”, que abrange Bonito e Jardim. Entre os principais benefícios para o desenvolvimento deste corredor rodoviário, está o de alavancar as exportações do agronegócio (Ecoa, 2020). A partir desse contexto, pode-se compreender que o avanço da fronteira agrícola na região da Serra da Bodoquena decorre não somente de interesses como o baixo preço das terras do local e da saturação de áreas de plantio de outras regiões do estado, como já mencionamos neste estudo, mas, também, dos interesses lucrativos das exportações através da Rota Bioceânica.

Seguindo nas interpretações acerca da complexidade do desmatamento na Serra da Bodoquena, depreende-se que a gravidade do assunto pode ser fator ainda mais preocupante ao se considerar a atuação do órgão público responsável pela fiscalização e concessão de licenças ambientais, o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul. Em dezembro de 2023, o Ministério Público de Mato Grosso do Sul acionou o Imasul para suspender as autorizações de licença para plantio de soja e desmatamento de áreas. O documento⁴⁶ relata a emissão de “centenas de autorizações para supressão vegetal das Bacias Turísticas da Serra da Bodoquena” concedidas pelo Imasul sem vistoria prévia *in loco*, que totalizam 48 mil hectares autorizados para desmatamento entre 2014 e 2022 (MPMS, 2023, p. 17). Outro ponto destacado no inquérito refere-se aos impactos causados nos rios, através do turvamento das águas, em decorrência das atividades agroindustriais.

A partir deste cenário, tornam-se significativas as argumentações e interpretações decorrentes deste presente estudo sobre a importância de se construir enquadramentos jornalísticos que abordam os impactos socioambientais frente aos urgentes problemas identificados.

3.2.1.8 Degradação ambiental

Nos 12 problemas está presente também a degradação ambiental, apresentada nos IJs 13 (*Flagras de degradação ambiental colocam conservação em pauta*) e 24 (*Lei das Águas Cristalinas deve voltar à pauta na Assembleia Legislativa*). As análises apontam como causas da degradação ambiental crimes ambientais graves cometidos por proprietários da região, o não cumprimento de lei sancionada no fim da década de 1990, criada para preservar as águas cristalinas de Bonito e, a divisão de áreas na região do Rio Formoso por proprietários que

exportações e importações com mercados da Ásia, Oceania e Estados Unidos. Mais informações: <https://rotabioceanica.com.br/>. Acesso: 14 agosto de 2024.

⁴⁶ INQUÉRITO CIVIL N.º 06.2023.00000551-5. RECOMENDAÇÃO N.º0003/2023/02PJ/BTO. Disponível em: https://www.google.com/url?client=internal-element-cse&cx=002547749953611511183:uvojm62i6fa&q=https://www.mpms.mp.br/domp/2023/12/14&sa=U&ved=2ahUKewim8dG4pPWHAXVQpZUCHU82N0AQFnoECAgQAg&usg=AOvVaw07_5aFtjaFm8d7FA_CB71R&arm=e. Acesso: 14 agosto de 2024.

driblam a legislação da lei que prevê conservação e preservação do Rio da Prata, Rio Formoso e seus afluentes.

Neste sentido, a cobertura do jornal tende para julgamentos morais que evidenciam crimes ambientais que ocorrem na região da Serra da Bodoquena, sobretudo, no município de Bonito, e cometidos por pessoas como proprietários rurais e até mesmo o então prefeito de Bonito. Os julgamentos revelam que leis ambientais são descumpridas na região, mesmo diante do rigor das legislações. Há julgamentos morais que revelam a preocupação das consequências que a degradação ambiental pode causar para o turismo, conforme se observa no IJ13, mas estão ausentes os julgamentos que tendem à preocupação com o social.

As soluções apresentadas vão de aplicação de multas, desapropriação de propriedades para criação de unidades de conservação que protejam os rios até regulamentação mais rígida da lei sobre as águas cristalinas.

3.2.1.9 Turvamento de rios

O segundo problema identificado mais enquadrado pelo Correio do Estado se refere ao turvamento dos rios da Serra da Bodoquena, sobretudo, os dos municípios de Bonito e Jardim, e está presente em 4 IJs.

O turvamento dos rios, conforme já destacado anteriormente, é o segundo problema mais abordado nos enquadramentos do Correio do Estado sobre a Serra da Bodoquena e suas questões socioambientais. Nesse sentido, os IJs 14 (*Banhados de Bonito em perigo*), 15 (*"Se tivéssemos cuidado há 15 anos, não estaríamos aqui", diz promotor*), 16 (*Ministro diz que lama em rios foi pontual por conta de chuvas*) e 18 (*Desvio de nascente do Salobra pode prejudicar turismo*). Entre as principais causas para o problema está a construção de canais de drenagem nos rios para uso na agricultura e desvio de nascente, como a do Rio Salobra, para abertura de poço artesiano. Irregularidades ambientais como gado que bebe água nos córregos, gerando impacto na vegetação das margens desses locais, é outra causa apontada pelos enquadramentos na questão do turvamento dos rios. Identifica-se, ainda, o manejo inadequado do solo em propriedades rurais, com consequente carregamento de lama e sedimentos para os cristalinos rios da região da SB, bem como o avanço de atividades econômicas como a mineração, agricultura e extração de madeira. Uma última causa é apresentada pela visão oficial do então ministro de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em

2018, Blairo Maggi, que caracteriza o turvamento como questão pontual, decorrente do grande volume de chuvas registrado.

A cobertura jornalística do referido veículo de comunicação destaca a importância dos rios da região para a biodiversidade e a preocupação com degradações que ocorrem no meio ambiente onde se insere a Serra da Bodoquena. A relevância ecológica é marcada por julgamentos morais como “paisagens da Serra da Bodoquena guardam verdadeiros tesouros para a biodiversidade” (IJ14). Por outro lado, os problemas ambientais são moralmente julgados a partir de afirmações como “degradações constatadas revelam despreocupação de proprietários quanto à importância do local” (IJ14) e “População está com medo de o ecoturismo estar ameaçado” (IJ15). Os julgamentos presentes também nos levam a observar que a tendência é cobrir os problemas ambientais da região, citando as cênicas belezas e o impacto na economia local, que é baseada no ecoturismo.

As soluções apresentadas para a questão do turvamento dos rios da Serra da Bodoquena estão concentradas na adoção de medidas que protejam a região. Observa-se a tentativa da prefeitura de Bonito em criar unidades de conservação, a previsão de elaboração de plano estratégico estadual para áreas úmidas e regulamentação de leis que proíbem atividades como a mineração, agricultura e extração de madeira, conforme evidenciado no IJ 15. A partir de afirmação feita no mesmo IJ, confirma-se que o problema do turvamento dos rios vem se prolongando por décadas e as discussões para proteção da região carecem de mais respostas do poder público.

3.2.1.10 Impasse na criação de Unidades de Conservação

O turvamento dos rios de Bonito gerou um segundo problema, identificado no IJ14, que é o impasse na criação de Unidades de Conservação, alternativa encontrada para preservar os banhados dos rios que sofrem com crimes ambientais. O texto apresenta o assunto no início da reportagem, citando o imbróglio entre fazendeiros e a prefeitura de Bonito. Os proprietários de terra não aceitam a criação das UCs. O texto convida o leitor a ler o *box* no final da página, dedicado à rejeição dos fazendeiros. No geral, a tendência na cobertura do assunto é evidenciar o papel de órgãos como Ibama, PMA e até da prefeitura municipal de Bonito no combate às irregularidades e soluções para a problemática do turvamento dos rios. A partir dos julgamentos morais, observa-se que o impasse ocorre, ainda, pelo desinteresse dos proprietários, uma vez que as degradações ambientais são reflexo da despreocupação destes com a importância do local, conforme destaca o texto.

3.2.1.11 Drenagem de rios

A drenagem de rios, apresentada acima como causa para o problema do turvamento, é também enquadrada na perspectiva de ser também um problema que tem gerado consequências sobre o Rio Perdido, ameaçando-o de assoreamento e sumiço. O IJ17 (*Drenagem em nascente ameaça Rio Perdido*) apresenta a questão que tem como causa a ação irregular de duas fazendas que drenam o rio para a agropecuária.

O IJ17 aborda o assunto e observa-se, mais uma vez, a tentativa de revelar a importância ambiental dos rios da região para a biodiversidade, através de julgamentos morais que apresentam, por exemplo, o Rio Perdido como a principal artéria do PNSBd. O texto também evidencia a importância do parque para Mato Grosso do Sul, citando suas características geológicas. A reportagem evidencia o avanço do agronegócio que ameaça os rios da região, sobretudo, o Rio Perdido. O fato é constatado pelo Instituto Homem Pantaneiro, responsável por denunciar a situação e identificar o nome das fazendas que estão causando o problema. Embora os julgamentos não apresentem preocupação com os aspectos socioambientais, está presente, novamente, a preocupação com o turismo.

As soluções propostas abrangem ação do Imasul de verificar pertinência de denúncia feita pelo IHP, além de adoção de providências para proteção das nascentes e instauração de procedimentos se houver irregularidades.

3.2.1.12 Atropelamentos de animais silvestres

Por fim, os atropelamentos de animais silvestres em rodovias da região da Serra da Bodoquena são apresentados e, a partir das análises, observa-se que o intenso fluxo de veículos nas estradas e a ausência de infraestrutura nesses locais para evitar que animais silvestres cruzem a pista, são as principais causas do problema apresentado a partir do IJ23 (*Ecologia nas estradas*).

O enquadramento volta-se para apresentar iniciativa que atua para reverter o cenário de atropelamento de animais silvestres nas rodovias federais, principalmente, na região da Serra da Bodoquena e do Pantanal. Os julgamentos morais são construídos na perspectiva de evidenciar a preservação da fauna silvestre, e apresentar Bonito como um modelo a ser seguido quando o assunto é projeto para combater a mortandade de animais nas rodovias. O IJ 23 é o único a apresentar a temática.

A instalação de passagens subterrâneas ou áreas nas rodovias da região de Bonito é a solução proposta para que o cenário de atropelamentos seja revertido.

3.2.2 Análise qualitativa global

Neste item reúnem-se discussões acerca da sistematização adotada pelo *Correio do Estado* na construção do enquadramento jornalístico acerca das questões socioambientais da Serra da Bodoquena, lançando-se a partir daí, uma análise qualitativa dos itens jornalísticos como um todo.

Em uma década de publicações, o jornal impresso abordou temas significativos que dizem respeito aos problemas ambientais que a região da Serra da Bodoquena vem enfrentando. Em seus quadros, o *Correio do Estado* apresentou entre 2012 e 2022, 12 problemas já identificados aqui, que dizem respeito ao 1) Parque Nacional da Serra da Bodoquena, 2) incêndios florestais, 3) invisibilidade do município de Bodoquena em campanhas publicitárias do governo estadual, 4) invasão de braquiária na região, 5) acessibilidade na Gruta do Lago Azul, 6) mineração e economia, 7) desmatamento, 8) degradação ambiental, 9) turvamento de rios, 10) impasse na criação de UCs, 11) drenagem de rios e 12) atropelamentos de animais silvestres.

Observa-se que está imbricado nas entrelinhas o fato de que todas essas preocupações são selecionadas e salientadas (Entman, 1993; Gitlin, 2003) na perspectiva de interesses econômicos baseados no agronegócio, na mineração e no turismo massivo. Em outros termos, a construção do enquadramento jornalístico pelo jornal pode ser percebido pelo leitor de forma menos complexa, resumindo-se tão somente às consequências que recairão sobre figuras sociais como empresários e proprietários rurais e deixando de “trazer à luz” os impactos socioambientais para a vida de populações tradicionais que estão invisibilizadas no processo de construção do enquadramento.

Ao se debruçar sobre as causas, pode-se concluir que a ação humana, a omissão/negligência de órgãos oficiais e, mais uma vez, as questões econômicas, são as principais causas para os problemas identificados. O enquadramento jornalístico, neste ponto, é construído na tentativa de se atribuir aos fatos ocorridos a ideia de que os problemas ambientais decorrem de causas naturais.

Prevalece aqui a interpretação a partir das considerações de Goffman (2012, p. 45) sobre os quadros primários, ou seja, os esquemas de interpretação usados pelos indivíduos que “envolvem respostas ao reconhecer um determinado acontecimento”. Esses esquemas são divididos em “naturais” e “sociais” (Goffman, 2012) e, embora haja a tentativa de inscrever os problemas ocorridos na Serra da Bodoquena como resultados de “ação da natureza”,

entende-se aqui que estes decorrem de ação humana (como é o caso do turvamento dos rios em virtude do desmatamento), e, portanto, classificam-se como esquemas sociais.

Na atribuição dos julgamentos morais, em uma década de publicações o *Correio do Estado* atribuiu aos problemas identificados julgamento morais que reforçam a importância da biodiversidade, dos rios, da fauna, da flora e do Parque Nacional da Serra da Bodoquena. O veículo segue neste item a mesma característica de se evidenciar agentes sociais como proprietários rurais e empresários, construindo a perspectiva de que estes personagens foram/são fundamentais no processo de preservação da Serra da Bodoquena, bem como contribuem para o desenvolvimento da economia regional, embora as análises deste estudo concluem que a participação destas pessoas no cenário em que estão inseridas têm contribuído para problemas como desmatamento, degradação ambiental, turvamento de rios e outros problemas mencionados. Neste contexto, a ação humana desses agentes sociais pode ser verificada a partir da atribuição de julgamentos morais que citam, por exemplo, a falta de intimidação de proprietários rurais flagrados cometendo crimes ambientais, embora haja legislação rigorosa, como evidenciado no IJ13.

Outra observação refere-se aos moradores do Assentamento Canaã, localizado no entorno do PNSBd, que são evidenciados pelo jornal como pessoas em situação de “miséria” e inseridos em contexto “social de emergência” em virtude da não indenização por parte do Parque/Governo Federal em relação às terras que foram desapropriadas para criação da UC. O enquadramento jornalístico omite a ausência de políticas públicas e isenta o poder público da responsabilidade na garantia dos direitos fundamentais dessas famílias, previstos na Constituição Federal brasileira e em normativas internacionais, atribuindo à situação de violação aos direitos tão somente ao PNSBd.

Faz-se pertinente, ainda, lançar olhar sobre esta responsabilidade do poder público em garantir os direitos fundamentais da sociedade como um todo, bem como atuar na fiscalização de irregularidades ambientais. Embora constem itens jornalísticos que demonstram a atuação de órgãos públicos em operações de combate aos crimes ambientais, ainda sim pode-se perceber a ausência de enquadramento jornalístico que evidencie o posicionamento de órgãos como o Imasul a respeito dos problemas identificados. Está evidente, também, a negligência do poder público municipal, sobretudo o de Bonito, como pode-se observar no IJ13, que tem entre suas atribuições de julgamentos morais a contradição de estar o então prefeito de Bonito, Leonel Lemos de Souza Brito, entre as pessoas que foram flagradas cometendo crimes ambientais.

Por fim, no contexto geral, depreende-se que as soluções propostas nos enquadramentos jornalísticos construídos pelo *Correio do Estado* são de caráter pontual, ou seja, apresentadas a partir do momento em que os problemas vêm à tona, evidenciando a ação de órgãos públicos no sentido de demonstrar certa rapidez e eficiência destes na resolução dos problemas. Contudo, as análises apontam a ausência de enquadramentos jornalísticos que apontem discussões complexas sobre as causas e as sérias consequências a longo prazo dos problemas identificados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Doze anos separam o início do recorte empírico desta pesquisa com os dias atuais. No noticiário local, sobretudo em jornais online, estão presentes notícias que revelam o avanço de problemas ambientais na Serra da Bodoquena, tais como o avanço desenfreado da mineração e da agropecuária que ameaçam a paisagem da Serra da Bodoquena, além da presença de agrotóxicos nas águas de rios da região.

Uma década de matérias veiculadas no *Correio do Estado* e analisadas sob a ótica da Teoria do Enquadramento, sobretudo, com base nas definições de Entman (1993), nos reforçaram o que já havíamos objetivado: a Serra da Bodoquena e suas questões socioambientais são complexas mas, esta característica ainda é pouco explorada no enquadramento construído pelo *Correio do Estado*.

A sistematização dos dados empíricos remete à interpretação de que esta complexidade pouco explorada é marcada, também, pela ausência de uma editoria específica de Meio Ambiente no *Correio do Estado*. Dos 104 itens jornalísticos publicados em uma década, 42% estão na editoria de Cidades. Ou seja, os problemas socioambientais da Serra da Bodoquena são reduzidos a questões genéricas que tratam o assunto apenas como algo pontual, factual.

A ausência da editoria de Meio Ambiente é fator ainda mais complexo se refletirmos acerca da condição de crise climática, e diga-se até de mutação climática, pela qual o mundo passa. Embora Mato Grosso do Sul e a própria Serra da Bodoquena sejam parte desse cenário que vem se desenvolvendo ao longo das últimas décadas, o principal jornal impresso do estado se omite. E, ausentar-se das discussões que envolvem a existência humana na Terra é, também, contribuir para essa extinção.

Desse modo, as análises depreendidas deste estudo e as posteriores interpretações nos remetem às reflexões da cobertura jornalística ambiental e às tendências e estereótipos

(Bueno, 2007) imbricados no processo. Conforme Bueno (2007, p. 37), a cobertura ambiental vem sendo acometida por “síndromes” e equívocos e, neste contexto, pode-se observar que a cobertura do *Correio do Estado* apresenta características dessas síndromes.

A primeira identificada diz respeito à presença de segmentação em cadernos e editorias, metaforizada por Bueno (2007) como “síndrome do zoom/olhar vesgo”, que evidencia aspectos econômicos, científicos, políticos e outros, reduzindo o olhar sobre a cobertura ambiental. Esta característica pode ser observada na construção do enquadramento jornalístico pelo *Correio do Estado* em relação às questões socioambientais da Serra da Bodoquena a partir de itens jornalísticos que abordam, por exemplo, a mineração como um aspecto positivo econômico para a região, sem apontar suas consequências para o meio ambiente e a sociedade.

Esse enquadramento jornalístico que evidencia apenas o lado positivo de uma atividade econômica ou empresas que usufruem de recursos naturais visando o lucro integra a “síndrome do marketing verde” ou “indulgências verdes”, que preconizam a preocupação com o meio ambiente como uma forma de “perdão” às ações que refletem negativamente sobre este. Nas publicações do veículo analisado é possível observar a presença dessa síndrome não somente na abordagem da temática da mineração, mas também nos itens jornalísticos que apresentam produtores rurais como os principais entes da sociedade preocupados com a preservação do meio ambiente, embora as análises demonstrem o contrário.

A construção do enquadramento jornalístico na perspectiva técnica, com o uso de fontes como autoridades e especialistas é outra síndrome caracterizada por Bueno (2007), denominada como “síndrome do muro alto”, e que pode ser observada a partir das análises desenvolvidas neste estudo. Em uma década de publicações, o *Correio do Estado* priorizou essas fontes e deixou de retratar fontes primárias, que representam a população. Esta característica contribui para a desqualificação do debate e reduz a temática socioambiental a uma vertente técnica e abrangente, desconsiderando as complexidades imbricadas no contexto.

Por fim, a última observação sobre as ocorrências das síndromes classificadas por Bueno (2007) recai sobre a construção do enquadramento jornalístico voltado para evidenciar os problemas ambientais da Serra da Bodoquena como fatos isolados. Neste contexto, o *Correio do Estado* apresentou itens jornalísticos que tratam temas como o turvamento dos rios e incêndios florestais como problemas pontuais, sem apresentar as principais causas para essas ocorrências.

Como meio ambiente e seres humanos possuem uma relação da qual os impactos destes recaem sobre aqueles (Bueno, 2007; Veiga, 2015; Souza, 2019), também incluímos esta conexão em nossas análises para observar se os enquadramentos se constroem na perspectiva socioambiental. A resposta encontrada aqui é não. Em que pese os itens jornalísticos que apresentaram enquadramentos na perspectiva de se abordar os impactos dos problemas ambientais na vida das populações que moram na Serra da Bodoquena, a exemplo do IJ 9, que aborda o drama dos assentados do Assentamento Canaã em relação à falta de indenização do PNSBd às áreas desapropriadas, ou breves citações de que problemas como a degradação ambiental podem gerar impactos para as futuras gerações, percebemos que as citações foram feitas, majoritariamente, por fontes oficiais ou especialistas, que possuem lugar de fala quanto à suas áreas de atuação, mas não o tem quando se trata de vivenciar no dia-a-dia os reflexos de turvamentos, incêndios, mineração e assim por diante.

Não podemos, pois, deixar de falar do silêncio. Sim, o silêncio que por definição de dicionários significa um estado de quem se cala ou se abstém de falar. Mas aqui, o silêncio grita o que não está dito, não está enquadrado. A palavra, portanto, é silenciamento. Não dizer é também dizer algo. Não abordar que atividades econômicas como o agronegócio, a mineração e o turismo massivo têm grande parcela de culpa nos problemas socioambientais que se estendem por décadas na Serra da Bodoquena é, nas nossas conclusões, dar aval para o que vem ocorrendo.

Silenciar-se é compreendido aqui, também, como adotar uma ideologia que cumpre, inclusive, com as observações de Gitlin (2003) sobre esta recair nas notícias de forma duradoura, em um contexto de absorver e eliminar resistências. Assim sendo, e incluindo a perspectiva de “holofotes móveis” (GITLIN, 2003), o silenciamento do *Correio do Estado* em relação à complexidade da temática abordada é ideológico, confirmando as observações de Kellner (2001).

O cenário em que se insere a Serra da Bodoquena, considerando toda sua importância econômica, histórica, cultural e social, levou este projeto a lançar olhar às populações tradicionais. No Brasil, há décadas estas pessoas vivem sob a invisibilidade da sociedade, do Estado e da imprensa. Nesse “meio invisível” é que se encontram as mais graves violações de direitos fundamentais enfrentadas por populações como indígenas, negros, ribeirinhos, trabalhadores rurais assentados e os sem-terra, além de tantos outros que sofrem com o descaso e abandono do poder público nas esferas federal, estadual e municipal. Condições como baixa ou nenhuma assistência à saúde, analfabetismo ou ausência de condições que

permitam o desenvolvimento da educação, péssimas condições de trabalho, inexistência de opções públicas de lazer, entre tantas outras, colocam as populações tradicionais em situação em que o princípio básico da Declaração Universal dos Direitos Humanos, ou seja, a dignidade da pessoa humana, é diariamente violado. É neste contexto de violações que se encontram, também, assentamentos humanos localizados em Mato Grosso do Sul, sobretudo, na Serra da Bodoquena.

Ao tratarmos sobre os direitos humanos fundamentais, não podemos deixar de destacar o papel do jornalista no compromisso com a garantia desses direitos. Considera-se para tanto a responsabilidade social do jornalista, prevista no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, que em seu artigo 3º define ser “o exercício da profissão de jornalista atividade de natureza social” (FENAJ, 2007). Sobre o compromisso dos jornalistas, Silva e Gonçalves (2018) destacam a importância do olhar jornalístico sobre as questões ético-sociais e reforçam a presença do repórter no local do fato como questão fundamental para lançar uma perspectiva interpretativa às questões sociais ainda invisíveis.

É esta observação direta, comprometida com trazer à tona questões de interesse público, que reafirma o compromisso ético do jornalista com o social. Sinova (2003) destaca que a ética não é algo que está, de forma permanente e suficiente na consciência do profissional, como alguns sustentam.

Cada vez mais a demanda que permeia uma sociedade livre, desenvolvida e que também é exigente em relação às informações, escreve o autor, leva à necessidade de uma ética jornalística bem definida que recorra não somente aos deveres básicos de um jornalista, mas que leve em consideração as demandas para a garantia da cidadania.

Informar é, antes de tudo, uma tarefa social do jornalista que está a serviço do público e que tem em suas mãos a responsabilidade de oferecer a realidade significativa dos fatos garantindo o direito à informação das pessoas, previsto no artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Nosso estudo aponta para investigações ainda mais profundas e complexas que não se aplicam de momento devido aos limites de desenvolvimento presentes na dissertação de mestrado. A futura criação de marcos cronológicos com fatos ambientais importantes ocorridos na Serra da Bodoquena a partir de 2012 nos permitirá ampliar, ainda mais, a visão acerca das questões socioambientais da Serra da Bodoquena e a construção de enquadramentos jornalísticos. Episódios como a seca da cachoeira Boca da Onça em Bodoquena, a maior do estado, com 156 metros de altura; o desaparecimento de um dos

fundadores do Assentamento Canaã e ambientalista defensor de suas terras, Antônio Martins Alves, o “Antônio Bigode”; as explosões de mineradoras que vêm impactando a vida de moradores em Bodoquena (Mamédio, 2024), e tantos outros problemas, são exemplos de temas que podem (e devem) ser incluídos em análises posteriores.

REFERÊNCIAS

AMARAL, V. **A proximidade de uma imprensa regional à ideia de cidadania ativa**. In: CORREIA, João Carlos (Org.). *Ágora, Jornalismo de Proximidade: limites, desafios e oportunidades*. Covilhã [Portugal]: Livros LabCom, 2011, p. 1-16. Disponível em https://www.labcom.ubi.pt/ficheiros/20121224-agora_ebook.pdf. Acesso: 27 nov. 2023.

ANDRADE, G. G.; SANTOS, K. P. **Mestre Divino** - As histórias que envolvem Senhorzinho. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2013. Disponível em: <https://issuu.com/tccs.jornalismo.ufms/docs/mestre-divino-as-historias-que-envo#google-vignette>. Acesso: 06 agosto de 2024.

BANDUCCI JÚNIOR, A. Tradição e ideologia: construção da identidade em MS. In MENEGAZZO, M. A., BANDUCCI JÚNIOR, A. **Travessias e Limites: Escritos sobre identidade e o regional**. Campo Grande: Editora UFMS, 2009.

_____. **Sinhozinho, a história que Bonito pouco conta**. Youtube, 06 abril de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AMeafI-ngXg>. Acesso: 06 agosto de 2024.

BASSI, B. S. **No século 19, Matte Laranjeira teve 2 milhões de hectares no Paraguai**. De olho nos ruralistas, São Paulo, 8 de novembro de 2017. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/deolhonoparaguai/2017/11/08/no-seculo-19-matte-larangeira-teve-2-milhoes-de-hectares-no-paraguai/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

BOGGIANI, P.C. Por que Bonito é Bonito? In: SCREMIN-DIAS, E. *et al.* **Nos jardins submersos da Bodoquena: guia para identificação de plantas aquáticas de Bonito e região**. Campo Grande: Editora UFMS, 1999. p. 10-23.

_____. **Tufas Calcárias da Serra da Bodoquena, MS: cachoeiras petrificadas ao longo dos rios** In: Schobbenhaus, C. et al (Edit.) 2002. *Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil*. DNPM/CPRM - Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP) - Brasília 2002. Disponível em: <https://www.sigep.eco.br/sitio034/sitio034.pdf>. Acesso: 14 maio de 2024.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bodoquena**. Brasília: ICMBio, 2013, 42 p. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/images>. Acesso em: 30 out. 2023.

BUENO, W. **Jornalismo ambiental: explorando além do conceito**. Desenvolvimento e Meio

Ambiente, n. 15, 2007, p. 33-44.

CARNEIRO, F. F. (org). **Dossiê Abrasco**. Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015. 642 p.

CARVALHO, C. A. **Sobre limites e possibilidades do conceito de enquadramento jornalístico**. Contemporânea, v. 7, no 2, p. 01-15, 2009.

CIDH - COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **A CIDH outorga medidas cautelares em favor de Antônio Martins Alves no Brasil**. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/CIDH/jsForm/?File=/pt/cidh/prensa/notas/2021/281.asp>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CNA - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. **PIB do agronegócio fecha 2023 com queda de 2,99%**. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/publicacoes/pib-do-agronegocio-fecha-2023-com-queda-de-2-99>. Acesso: 05 maio de 2024.

DAL MORO, N. **O pensar da elite sobre o povo comum**: Espaço público, viver urbano e reterritorialização do centro da cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70). Tese (Doutorado em Arquitetura), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

DE OLHO NOS RURALISTAS. **De olho no Mato Grosso do Sul**. Online, 2019. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/deolhonoms/>. Acesso: 04 maio de 2024.

ENTMAN, R. **Framing: towards clarification of a fractured paradigm**. Journal of Communication, v. 43, n.4, 1993.

FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION ON THE UNITED NATIONS. **The state of security and nutrition in the world**. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/620611b1-fd72-4b98-ae4d-9216f4af5ddd/content>. Acesso: 15 maio de 2024.

FENAJ - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Disponível em: http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf. Acesso: 26 nov 2023.

FERNANDES, B. M. *et al.* **Os usos da terra no Brasil**: debates sobre políticas fundiárias. Cultura Acadêmica: Unesco, São Paulo, 2014. http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/usedaterranobrasil_2010.pdf. Acesso: 14 maio de 2024.

FERNANDES, P. A. M.; PADILHA, V. **Por que o agro quer ser pop?** A realidade por trás da construção ideológica do agronegócio como “indústria-riqueza” do Brasil. Revista Turismo: Estudos e Práticas, v. 5, p. 1-25, 2020.

FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MATO GROSSO DO SUL. **Anuário 2020**: ano-base 2019, dados turísticos de Mato Grosso do Sul. Observatório do Turismo de Mato Grosso do Sul, Campo Grande: FUNDTUR, 2020, 82. p. Disponível em: https://www.observatorioturismo.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/ANUARIO_2020_BASE2019_versaofinal.pdf. Acesso em 18. Nov. 2023.

GEOPARK BODOQUENA-PANTANAL. **Institucional**. Mato Grosso do Sul: Geopark Bodoquena-Pantanal. Disponível em: <https://www.geoparkbodoquenapantanal.ms.gov.br/institucional/sobre/>. Acesso: 15 jan 2022.

GITLIN, T. **The whole world is watching**: mass media in the making and unmaking of the New Left. Berkeley, Los Angeles e Londres: University of California Press, 2003.

GOFFMAN, E. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Ed. Vozes. 2012.

GOIS, Alline Ribeiro de. **Correio do Estado**: porta-voz da ideologia udenista na Ditadura Militar. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2020.

GONÇALVES, L. F.; SILVA, M.P. **Enquadramento jornalístico de questões socioambientais na Serra da Bodoquena (MS)**: proposta de estudo. In: 23º CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE, 23., 2023, Campo Grande. Anais [...]. Campo Grande: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2023a.

_____. **A temática socioambiental na Serra da Bodoquena (MS)**: análise de enquadramento jornalístico no jornal Correio do Estado (2019 - 2022). In: 46º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 46., 2023, Belo Horizonte. Anais [...]. São Paulo: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2023b.

GUIMARÃES, P.; SILVA, J.S.V. **O turismo na microrregião da Bodoquena – MS**. In: SIMPÓSIO DE GEOTECNOLOGIAS NO PANTANAL, 7., 2018, Jardim. Anais [...]. Jardim: Embrapa Informática Agropecuária, 2018. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/185963/1/PL-Turismo-Geopantanal.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2023.

GLOBO REPÓRTER – **Bonito – MS**, 1992. 1 vídeo (22 min 47s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dqxfXHBcf5o&t=57s>. Acesso em 20 nov. 2023.

HEYN, C. A. **Desenvolvimento local endógeno: análise de experiência em Porto Murtinho-MS**. Orientador: Vicente Fideles de Ávila. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, 2003.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Bonito**. Online. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/bonito/panorama>. Acesso em: 01 out. 2023.

_____. **Bodoquena**. Online. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/bodoquena/pesquisa/38/46996>. Acesso em: 30 set. 2023.

_____. **Jardim**. Online. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/jardim/panorama>. Acesso em: 30 set. 2023.

_____. **Porto Murtinho**. Online. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/porto-murtinho/panorama>. Acesso em: 30 set. 2023.

_____. **Censo 2022**. Portal IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso: 09 agosto de 2024.

ICMBIO – Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bodoquena**. Brasília: 2003.

INCA - INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. **Agrotóxico**. Ministério da Saúde, 20 maio de 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/causas-e-prevencao-do-cancer/exposicao-no-trabalho-e-no-ambiente/agrotoxico>. Acesso: 04 maio de 2024.

INPE – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Monitoramento do Desmatamento no Cerrado Brasileiro por Satélite**. Disponível em: <http://cerrado.obt.inpe.br/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia** – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno, Bauru, SP, EDUSC, 2001.

KUYPERS, J. A. **Rhetorical Criticism: Perspectives in Action**. Lanham, MD: Lexington Books. 2009.

LAGE, N. **A Reportagem: Teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

LOPES, M. I. V. **Pesquisa em Comunicação**. 8. ed., São Paulo: Ed. Loyola, 2005.

MAMÉDIO, L. **Mineração e agropecuária podem destruir paisagem da Serra da Bodoquena**. Campo Grande News, 18 jun 2024. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/meio-ambiente/mineracao-e-agropecuaria-podem-destruir-paisagem-da-serra-da-bodoquena>. Acesso: 02 agosto de 2024.

_____. **Em rotina de explosões casas racham com atividade mineradora em Bodoquena**. Campo Grande News, 17 jun 2024. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/meio-ambiente/em-rotina-de-explosoes-casas-racham-com-atividade-mineradora-em-bodoquena>. Acesso: 02 agosto de 2024.

MARIN, A. A. **Percepção ambiental e Imaginários dos moradores de Jardim/MS**. Orientadora: Profa. Dra. Haydée Torres de Oliveira. 2003. 317 f. Tese de doutorado (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais) - Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, São Carlos, SP, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/1725/TESEDANDREA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso: 05 agosto de 2024.

MEDEIROS, S. **Senhorinha Barbosa Lopes: uma história da resistência feminina na Guerra do Paraguai**. 2º ed. Campo Grande, MS: IHGMS, 2012

MELO, T. S. **A ideologia por trás do termo agronegócio**. Revista Pegada, online, v. 19 n. 2, p. 85-113, 2018. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/5708/4495>. Acesso: 04 maio de 2024.

MELO, J. M., ASSIS, F. **Gêneros jornalísticos no Brasil**. Editora Umesp, 2010.

MEMÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA. **Joaquim Duarte Murtinho**. Arquivo Nacional, Brasília, 5 de março de 2020. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes2/70-biografias/784-joaquim-duarte-murtinho>. Acesso em: 15 nov. 2023.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)**. Online. Disponível em <https://www.gov.br/mma/pt-br/as-suntos/areasprotegidasecoturismo/sistema-nacional-de-unidades-de-conservacao-da-natureza-snuc>. Acesso em: 10 out. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Intoxicações exógenas por agrotóxicos no Brasil - 2013 a 2022**. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Boletim epidemiológico, v. 54, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2023/boletim-epidemiologico-volume-54-no-12#:~:text=Entre%20janeiro%20de%202013%20e,agrot%C3%B3xicos%20em%20todo%20o%20Brasil>. Acesso: 04 maio de 2024.

MCCOMBS, M.; SHAW, D. **The agenda-setting function of mass media**. Public Opinion Quarterly, v. 36, 1972.

OCTAVIANO, C. **Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde**. ComCiência, online, n.120, Campinas, 2010. Disponível em: https://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542010000600006&lng=pt. Acesso: 04 maio de 2024.

OLIVEIRA, M. T. C.. **Bonito para quem?: Um estudo sobre um destino turístico no Mato Grosso do Sul: situação atual e perspectivas**. Orientador: Sueli Angelo Furlan. 2010. 192 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, FFLCH, São Paulo, 2010.

PORTO, M. P. **Enquadramentos da Mídia e Política**. In: Anais do Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, XXVI., 2002, Caxambu (MG), 25 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BODOQUENA. **Conheça Bodoquena**. Online. Disponível em: <https://www.bodoquena.ms.gov.br/conheca-bodoquena/dados-gerais/2>. Acesso em: 01 out. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM. **História**. Online. Disponível em: http://jardim.ms.gov.br/pagina/78_Historia.html. Acesso em: 01 out. 2023.

RIBEIRO, A. F. **Desafios e conflitos na produção do espaço no município de Bonito/MS: agricultura, turismo e apropriação da natureza**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017, 184 p. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/391>. Acesso: 06 maio de 2024.

RIBEIRO, Darcy. **Kadiwéu: Ensaios etnológicos sobre o saber, o azar e a beleza**. São Paulo: Global, 2020, 373 p.

RAPOSO, Maurício Melo. **Enquadramento jornalístico dos conflitos entre indígenas e produtores rurais em Mato Grosso do Sul**: Discursos Identitários como Quadros de Referência Primários. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2018.

ROTA BIOCEÂNICA. Integração da América Latina. Disponível em: <https://rotabioceanica.com.br/integracao-da-america-latina/>. Acesso em: 19 nov. 2023.

SANTOS, D. A. **Uma análise de enquadramento**. Observatório da Imprensa, 2010. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/uma-analise-de-enquadramento/>. Acesso em: 25 nov. 2023.

SILVA, E.; GONÇALVES, L. F. **Narrativas jornalísticas de viagem e o olhar comprometido com o ético-social**. In: Anais do XX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste. Campo Grande (MS): INTERCOM, 2018. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/centrooeste2018/resumos/R61-0405-1.pdf>. Acesso: 25 nov. 2023.

SILVA, G.. **Para pensar critérios de noticiabilidade**. Revista Estudos em Jornalismo e Mídia. Universidade Federal de Santa Catarina, v. 2, n. 1, 2005.

SILVA, M. P. **A construção cultural da narrativa noticiosa: noticiabilidade, representação simbólica e regularidade cotidiana**. 2013. 243f. Tese. (Doutorado em Comunicação Social). Programa de Pós-graduação em Comunicação Social. Universidade Metodista de São Paulo, 2013.

_____. **Cotidiano e Noticiabilidade na imprensa sul-mato-grossense**: interfaces entre jornalistas, assessores e público. In: Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Foz do Iguaçu (SP): INTERCOM, 2014..

SINOVA, J. **Acerca de la responsabilidad pública del periodista**. La verdad, los derechos de los públicos y otras exigencias éticas del trabajo informativo. Doxa Comunicación. Revista Interdisciplinar de estudios de Comunicación y Ciencias Sociales nº 1, Madrid: 2003, p. 171-184.

SODRÉ, M. **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Vozes, 2009.

SOLEY, L. C. **The News Shapers**: The Source Who Explain the News. New York, Westport, London: Praeger Publishers, 1992.

SOUSA, F. A. **Potencialidade e fragilidade da Serra da Bodoquena**: Um breve ensaio metodológico de análise da paisagem - município de Bodoquena - MS - Brasil. Acta Geográfica, Boa Vista, v. 11, n. 26, mai/ago. de 2017, p. 71-80.

SOUZA, M. L. **Ambientes e Territórios**: uma introdução à ecologia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019, 1. ed.

SCHWENGBER, I. F. **Aspectos históricos do jornal Correio do Estado**. 6º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 2008. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encon>

tros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/Aspectos%20historicos%20do%20jornal%20Correio%20do%20Estado.pdf. Acesso: 7 julho de 2022.

_____. **Quando o MST é notícia.** Dourados: Editora UFGD, 2008, 180 p. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/2257/1/quando-o-mst-e-noticia.pdf>. Acesso: 02 agosto de 2024.

SHOEMAKER, P. J.; COHEN, A. A. **News around the world: Content, practitioners, and the public.** Abingdon, Reino Unido: Routledge, 2006.

SHOEMAKER, P.; REESE, S. D. **Mediating the message: Theories of influences on mass media content.** 2. ed.. New York: Longman, 1996.

SMINK, V. **150 anos do fim da Guerra do Paraguai: a história do conflito armado mais sangrento da América Latina.** BBC, 02 mar. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51693818>. Acesso: 9 nov. 2023.

SPADOTTO, C. A.; GOMES, M. A. F. **Agrotóxicos no Brasil.** Embrapa, online, 22 dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/tematicas/agricultura-e-meio-ambiente/qualidade/dinamica/agrotoxicos-no-brasil>. Acesso: 04 maio de 2024.

TERRAS INDÍGENAS DO BRASIL. **Terra Indígena Kadiwéu.** Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3712>. Acesso: 10 nov. 2023.

TUCHMAN, G. **Objectivity as strategic ritual: an examination of newsmen's notions of objectivity.** American Journal of Sociology, v. 77, n. 4, 1972.

VARGAS, I. A. A gênese do turismo em Bonito. In: BANDUCCI JÚNIOR, A. **Qual paraíso?: turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal.** Campo Grande: UFMS, 2001. p. 127 - 150.

VEIGA, J. E. **A emergência socioambiental.** 3. Ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2015.

WOLF, M. **Teorias da comunicação.** 8.ed. Lisboa: Editorial Presença, 2005.

WWF-BRASIL. **Desmatamento no Cerrado aumenta 25% em 2022 e atinge maior valor em sete anos.** Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?84400/Desmatamento-no-Cerrado-aumenta-25-em-2022-e-atinge-maior-valor-dos-ultimos-sete-anos>. Acesso em: 19 nov. 2023.

ZANATTA, S. S.; MACIEL, J. C. **“Saudade do Cheiro do Rio”:** empreendimentos hidrelétricos na BAP e os caminhos de resistência da vocalidade ribeirinha. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021. 149p. Disponível em: <http://www.precog.com.br/bc-texto/obras/2021pack1522.pdf>. Acesso: 08 abril de 2024.

ANEXOS

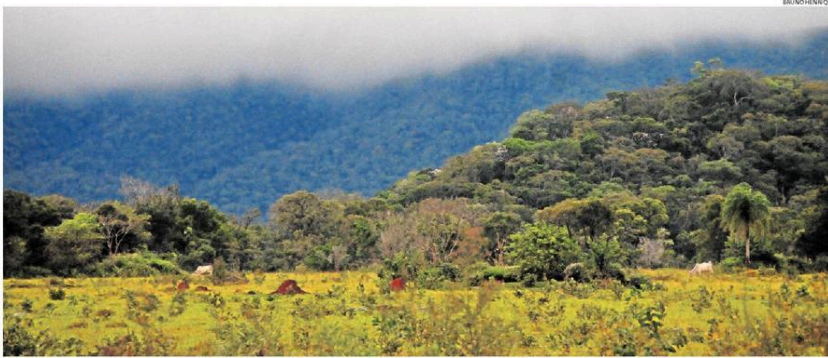
Item Jornalístico 1

12 | CORREIO DO ESTADO
TERÇA-FEIRA, 12 DE JANEIRO DE 2012

Especial > SERRA DA BODOQUENA

Pequenos e grandes se unem para receber indenização no Parque

Dos 76,4 mil hectares declarados de utilidade pública para criação da área de preservação, apenas 11,8% foram indenizados pelo Governo federal, 12 anos após a instituição da reserva



Burocracia. Dos 76,4 mil hectares transformados em área de utilidade pública, 80,2% não foram indenizados e seguem fechados para a ciência e aos visitantes porque não são áreas públicas

MONTEZUMA CRUZ
DE BONITO E BODOQUENA

Nunca, na história dos parques nacionais, pequenos e grandes proprietários de terras demoraram tanto para receber a devida indenização pela desapropriação de áreas destinadas às unidades de conservação. Dos 76,4 mil hectares transformados em área de utilidade pública, apenas 11,8% foram pagos aos fazendeiros que apresentaram espontaneamente a documentação requerida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e, em seguida, o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio).

Um grupo de 34 pequenos proprietários rurais de áreas que formam o conhecido Dente de Cão, no Assentamento Canaã, em Bodoquena, entregou sua causa à Federação das Trabalhadoras na Agricultura de Mato Grosso do Sul (Fetagr). Segundo a assessora jurídica da entidade, Marisa dos Santos Almeida Pereira Lima, o ICMBio prometeu solucionar o pagamento, razão pela qual não se ingressou na Justiça com ação desapropriatória direta. Outra ação é se unir aos grandes, representados pela Federação de Agricultura de Mato Grosso do Sul (Famassul). As duas entidades pretendem agir em conjunto para garantir o pagamento das indenizações.

"A regulamentação é inviável, não há como ignorar o papel daqueles que já estavam ali antes da criação do parque em 2007", lamenta em Bodoquena o vereador Lourenço Canepa Penaglio, o Tutuca (PMDB). Em Bonito, a vereadora Luiza Lima (PSB) também cobra o governo federal: "O Parque Nacional interessa a todos, mas os proprietários rurais devem ser reconhecidos; eles têm direitos".

O parque foi criado por decreto do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) durante o governo de José

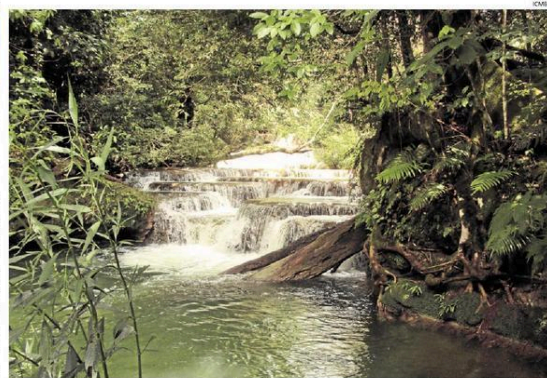


Vereador cobra valores justos

Orcirio Miranda dos Santos (PT). Por esse motivo, um grupo de pequenos agricultores formalizou parceria para cobrar novamente o ICMBio em Brasília. As respectivas assessorias jurídicas começaram a dialogar com a presidência do órgão, a fim de solucionar o impasse até o segundo semestre do ano. Inicialmente falaram com o ex-presidente Rômulo José Fernandes Mello, e agora esperam o posicionamento do sucessor dele, Roberto Vizontini, que assumiu o cargo em março.

Marisa Lima expôs à presidência do ICMBio a parte social nessa fase de instalação do parque. "As pessoas cujos interesses defendemos não dispõem de recursos; elas tiram dos lotes o sustento", assinala. Até o atual período de indenizações do governo federal, elas cultivavam mandioca, milho, hortas, abóbora e feijão, em áreas ricas acima das rochas onde o calcário predomina. A advogada adverte: "Esses sítios não podem tirar nada de suas parcelas, pois todas as áreas delimitadas por decreto federal, no entorno e no interior do parque, destinam-se à preservação permanente".

"Além de fazer parte do parque, podemos preservar o ambiente, viabilizar o crescimento da atividade turística e transformarmos Bodoquena em polo de pesquisa para o Geoparque Bodoquena Panatana", reforça o secretário municipal de turismo desse município, Jonar Silva Sousa.



Pequenas cachoeiras. No meio da Mata Atlântica do sudoeste do Estado, existem águas que ainda não foram estudadas pelo ICMBio

30
HECTARES
É o máximo de área negociada pelos pequenos proprietários dentro do plano de indenização estipulado pelo Governo para fins de desapropriação na região.

R\$ 600

É O VALOR máximo do hectare de terra estipulado pelo governo federal para área desapropriada no entorno e no interior do Parque Nacional.

Valor do hectare gera polêmica

Para o Sindicato Rural de Bonito, o valor de um hectare na região do parque alcança R\$ 2 mil, subindo para R\$ 5 mil nas proximidades de rios. Mas o governo federal só quer pagar R\$ 600. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) concorda: o hectare varia de R\$ 5 mil a R\$ 5,5 mil. Assim, grandes e pequenos têm razões para abalar o irrisório.

Antecipando-se ao debate eleitoral deste ano, o Conselho Consultivo do Parque Nacional reuniu-se uma vez mais, em Maracaju, mas pouco avançou em relação ao uso legal e definitivo das reservas naturais. Não fosse esse impasse, que amarrava a burocracia estatal todos os projetos de biólogos,



Mazurato. "Temos que zelar" agrônomos, organizações não-governamentais, Imasul e demais especialistas, o parque já deveria estar aberto à ciência, à botânica e ao ecoturismo.

Entre as propriedades com 60% a 70% de áreas dentro do Parque, as Fazendas Morraria e Quarizeana somam 5,5 mil ha a serem negociados. Informa Juvenal Mazurcato, diretor do Projeto Jardim, da Associação das Famílias Para Unificação e Paz Mundial.

"Temos que zelar pela natureza, porque os mortos impedem outro uso da área", ele diz.

Mazurcato garante que não há interesse econômico e que a associação está disposta a facilitar o trabalho dentro dos limites geográficos do parque e seu entorno. "Precisamos construir as cercas de limites e até agora tivemos que carregar postes de madeira nas costas, porque ali não entra carro, nem cavalo ou trator". (MC)

Item Jornalístico 2

161 CORREIO DO ESTADO
QUINTA-FEIRA, 14 DE JUNHO 2012

Especial > MEIO AMBIENTE



Corumbá. Região do Pantanal concentra 85% dos casos de incêndios florestais neste ano em Mato Grosso do Sul. Previsão de estiagem fez Ibama antecipar início dos trabalhos realizados pelas brigadas

Focos de incêndio crescem apesar das chuvas em MS

Foram 752 casos registrados no 1º semestre deste ano, contra 349 no mesmo período de 2011

LUCIA MOREL

Mesmo com chuvas acima da média entre os meses de abril e maio, e provavelmente em junho, as queimadas identificadas este ano em Mato Grosso do Sul já superaram, e muito, as registradas entre janeiro e junho do ano passado. Até ontem, os satélites já haviam registrado 752 focos de calor no Estado. De janeiro de 2011 a 10 de junho do mesmo ano, foram 349. Aumento de 115%.

O analista ambiental do ProVito, Alexandre Pereira, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama/MS), afirma que 85% desses focos ocorreram em Corumbá, na fronteira com a Bolívia. "Naquela região, houve períodos de grande estiagem entre os meses de abril e maio", comentou. Esses incêndios florestais, segundo Pereira, começaram no país vizinho e se alastraram, até chegar ao território corumbaense.

13.098

INCÊNDIOS florestais foram registrados no Brasil este ano, é maior que o identificado entre janeiro e 10 de junho de 2011, quando ocorreram 7.519 focos de calor

Se em meses de pouca estiagem já foi assim, o Ibama acredita que a situação deve se agravar nos próximos meses. A previsão do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) para Mato Grosso do Sul indica muita seca para julho, agosto e setembro, o que já colocou o órgão em alerta.

As brigadas, que são equipes de combate a incêndios florestais formadas por civis, começam a atuar no dia 1º de julho. Desde que começaram a atuar,

em 2009, as brigadas iniciavam seus trabalhos em agosto. Agora, com o prognóstico de seca intensa, as equipes começam as atividades um mês antes. "Geralmente contratamos as brigadas em agosto, mas este ano antecipamos porque há prognóstico de seca mais intensa para este ano e haverá redução drástica de chuvas a partir de julho", disse o analista.

CINCO CIDADES

As brigadas se concentram em cinco municípios considerados prioritários no combate a incêndios florestais: Corumbá, Porto Murtinho, Aquidauana, Costa Rica e Jateí. Essa concentração das brigadas tem uma explicação: "Corumbá, Porto Murtinho e Aquidauana são municípios que têm problemas com incêndios florestais. Já em Costa Rica e Jateí temos áreas de preservação e pro-

tegidas", destacou Pereira.

Em 2012, a atuação das brigadas vai contar com cem homens, que são contratados pelo Ibama temporariamente para atuar no combate e prevenção de incêndios em cada um desses municípios. O contrato termina em outubro.

VOLUNTÁRIOS

Além das brigadas contratadas, também há as voluntárias, que estão em uma aldeia Kadiwéu, em Porto Murtinho, onde também há uma brigada contratada. Lá, desde 2003 há indígenas que atuam de modo voluntário ao combate às queimadas. A brigada contratada começou a atuar em 2010.

Uma segunda equipe de brigadistas voluntários está no Assentamento Santa Mônica, em Terenos. Para este ano, há previsão de mais uma brigada voluntária em um assentamento em Itaquiraí e ainda na cidade de Sonora.



Menos trabalho. Bombeiros apagam fogo em bairro da Capital

Bombeiros registram queda de 56% nas ocorrências

EDIVALDO BITENCOURT

de fogo e combate, com uso de aviões-pipa e atuação dos bombeiros e brigadistas do Ibama. A queimada foi provocada por um raio que caiu em uma região de difícil acesso. O incêndio também aconteceu em agosto e consumiu quase 4 mil hectares da floresta.

Já em 2010, o Parque Estadual do Pantanal Rio Negro, entre as cidades de Aquidauana, Miranda e Corumbá, também sofreu com um incêndio de nove dias. Mais de 30 pessoas atuaram no combate para acabar com o fogo. **(LM)**

115. Entre os quais, neste ano, há o de fogo que destruiu os barracos no Bairro Nossa Senhora das Graças.

Já no interior, a diminuição foi de 54,7%, de 203 para 128 no mesmo período. Para a corporação, a queda está ligada diretamente ao índice de chuvas. Na Capital, segundo o serviço de meteorologia da Uniderp/Anhangüera, em cinco dias deste mês, choveu o esperado para os 30 dias. Em maio, a quantidade pluviométrica é a maior em oito anos.

Maior incêndio destruiu 5 mil ha de Parque da Bodoquena em 2001

Um dos incêndios florestais mais longos e trágicos de Mato Grosso do Sul ocorreu em 2001, na Serra da Bodoquena. Em agosto daquele ano, uma queimada de grandes proporções teve início no parque e durou 22 dias. À época, o Ibama não contava com brigadistas e devido à extensão do fogo, o combate foi feito pelo

Corpo de Bombeiros, Exército, Ibama, além de equipes das secretarias de Meio Ambiente. Cerca de 5 mil hectares do parque foi queimado.

Durante as ações de combate, ocorreu uma tragédia. Houve a queda de um avião que era utilizado para jogar água sobre a vegetação em chamas. Com a queda, o pilo-

to, que era contratado, morreu. Segundo informações da época, após jogar a carga de água sobre o foco de incêndio, o piloto não conseguiu arremeter o avião e bateu em um morro.

Outro incêndio de grandes proporções foi em 2000, na Serra do Amolar, em Corumbá. Foram dez dias

Item Jornalístico 4

CORREIO DO ESTADO
SEXTA-FEIRA, 9 DE NOVEMBRO DE 2012 | CIDADES | 15

IMPUNIDADE

Juiz libera motorista acusado de atropelar e matar no trânsito

Depois do TJMS liberar Richard Lima, Justiça solta Rubinho da Silva, preso desde junho deste ano

ANAHÍ ZURUTUZA

Rubinho da Silva de Souza, 24 anos, que, embriagado, atropelou e matou o motociclista Luiz André Gonzales dos Santos, 19, no dia 10 de junho deste ano, foi solto ontem. O juiz Alexandre Takyoshi Ito, da 1ª Vara do Tribunal do Juri, revogou a prisão preventiva do rapaz, que estava em cela do Presídio de Trânsito (Petran) há quase cinco meses.

A soltura aconteceu no dia seguinte a do universitário Richard Ildivan Gômide Lima, 21, que ficou preso cinco meses e sete dias por ter atropelado e matado um motociclista no dia 31 de maio deste ano, na Avenida Afonso Pena, em frente ao Shopping Campo Grande. Ele obteve habeas corpus junto ao Tribunal de Justiça (TJMS).

Rubinho, no entanto, está proibido de frequentar bares e manter qualquer tipo de contato com Tainara Antonio de Oliveira, 18, que sobreviveu ao acidente. O magistrado ordenou que ele mantenha a distância de pelo menos 200 metros da moça e familiares dela, sob pena de volta para a prisão. A defesa de Rubinho já havia tentado por outras duas vezes o relaxamento da prisão preventiva. O terceiro pedido foi feito em agosto.

Deixa-se, o juiz considerou que os cinco meses que o rapaz passou na prisão foram suficientes para restabelecer a ordem pública. Ito concluiu que uma eventual fuga do rapaz não mais prejudicará

Saiba

Motorista que atropelou dois segue preso

Claudinei Costa, que atropelou e matou com um ônibus dois motociclistas, na frente de uma boate, em Cumbá, continua preso. No dia 5 deste mês, o juiz Egúiel Ricardo da Silva, da 1ª Vara Criminal da cidade, proferiu a sentença de pronúncia, mantendo a prisão preventiva do motorista. Além disso, o magistrado determinou que o réu vá a júri popular. Claudinei acelerou, propositalmente, segundo a polícia, o veículo contra o estabelecimento comercial. Dois motociclistas que estavam na frente do local foram atropelados e arrastados por vários metros.

a fase de instrução criminal do processo, já que todas as audiências desta etapa foram realizadas. "A prisão em flagrante do réu foi convertida em preventiva para assegurar

a instrução criminal, ante a postura furtiva por ele apresentada, e para resguardar a ordem pública, ante a gravidade da infração e repercussão social do fato. Não mais subsistem os motivos que respaldaram a segregação cautelar", justificou o magistrado no despacho que liberou o acusado.

CASO

O acidente aconteceu na Rua Galdino Vilela, no Bairro Vida Nova. Conforme a versão da polícia, Rubinho, que conduzia um Gol, havia consumido bebidas alcoólicas e teria invadido a preferencial, atingindo em cheio a motocicleta na qual estavam Luiz André e Tainara. Com o impacto, o rapaz foi atirado contra o muro de uma residência. Ele morreu no local do acidente. Já a moça ficou ferida e passou por tratamento na Santa Casa de Campo Grande.

O inquérito concluiu, ainda, que Rubinho, além de ter bebido, tentou fugir do local do acidente, mas foi impedido por populares.

O depoimento de uma testemunha, ouvida no dia 20 de agosto, pode, no entanto, mudar o final do processo. Um motorista que transitava na rua onde aconteceu o acidente afirmou que, na verdade, Tainara, na época menor de idade, era quem estava pilotando a moto e que ela teria invadido a preferencial, além de parar bruscamente no meio da pista.

RODOVIA



Prevenção. Dnit iniciou, ontem, os trabalhos para substituir galeria que ameaçava destruir estrada

Obra para trocar galerias interdita BR-163 por 45 dias

Parte da pista da BR-163, próximo a Bandeirantes, ficará interditada para obras do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) pelos próximos 45 dias. No local, galerias de passagem da água da chuva instaladas sob a pista estão sendo substituídas, porque infiltrações estavam fazendo

com que o asfalto cedesse. O departamento federal informou que várias medidas paliativas foram tomadas para evitar que a pista desabasse. Contudo, com a chegada da temporada de chuvas, havia risco de a rodovia continuar desbarrancando. A intervenção aconteceu na altura do Km 548, entre Bandeirantes

e Campo Grande. O tubo metálico e antigo será substituído por galerias de concreto, para evitar riscos aos usuários das rodovias.

Motoristas devem ficar atentos à sinalização no local, já que o tráfego foi reduzido a meia pista. Funcionários do Dnit reforçaram a sinalização durante o dia. (A2)

SERRA DA BODOQUENA

Acordo judicial garante área para parque

GABRIEL KABAD

Depois de um acordo feito ontem na Justiça, uma fazenda será integrada ao Parque Nacional da Serra da Bodoquena e passa, legalmente, a ser do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Após um longo processo judicial, que demorou cinco anos, o Instituto e

nove herdeiros de Antônio Conti chegaram a um acordo.

A causa envolvia uma fazenda de 5,3 mil hectares, localizada em uma área bastante valorizada da região, e avaliada em R\$ 1,5 milhão. Também foi acertado o pagamento de R\$ 213 mil referentes ao gado.

De acordo com a assessora de imprensa do Tribunal de Justiça, a Juíza Pauline

Simões de Souza, titular da 2ª Vara de Bonito, ficou satisfeita com o resultado da conciliação. "Além de um processo judicial, foram tratadas muitas questões familiares", relatou. Os herdeiros também ficaram satisfeitos. "Os irmãos, reconciliados, disseram que vão até passar as festas de final de ano juntos", informou o TJMS.

DIA DA VISITA DOS BICHOS

Capivara é encontrada dentro de guarda-roupa

Bichos exóticos e silvestres apareceram ontem em locais inusitados na Capital, como uma capivara que foi encontrada dentro de um guarda-roupa. As 7h30min, a assessora de serviços diversos Erika Alcunha Chimenes, 20 anos, viu o animal dentro do móvel na residência, localizada na Rua Ofélia Xavante, na Aldeia Urbana Marçal de Souza.

Ao ver o bicho, ela se assustou, mas depois ligou para o Ibmam, que acionou a Polícia Militar Ambiental (PMA), que recolheu o animal. A mulher ficou com medo, pois a capivara ficava rosnando.

Por sorte, na casa não estavam a irmã de oito anos, seu filho de quatro anos, nem a filha da irmã de quatro anos. "A capivara entrou porque o portão estava aberto", explicou. Erika disse que o animal estava com um machucado no nariz. "Deve ter sido algum cachorro", racionhou. Apesar de as irmãs e seus filhos morarem com três cachorros e oito gatos, a presença da capivara intimidou. "Nem chegamos perto do animal", disse.

A aparição da capivara, que pesa até 30 kg, de acordo com o sargento Gilmar do Nascimento, da PMA - que atendeu

à ocorrência - é inédita nesta região de Campo Grande.

Ontem pela manhã também apareceu uma capivara no pátio da sede da Associação dos Delegados de Polícia de Mato Grosso do Sul (Adelp-MS), no Bairro Carandá, mas quando a PMA chegou ao local, o animal já tinha ido embora.

PAVÃO

Às 10h de quinta-feira foi visto um pavo no telhado da garagem do cartório do 9º Ofício, localizado na Avenida João Rosa Pires, 938, centro. Com a notícia, todos os funcionários foram ver a ave e ficaram encantados.

Para zelar pela segurança do pássaro, foi designada a cerca elétrica do local. Teve um atacadado que comprou ração para ele, mas o pavo foi embora, lá pelo 12h30min, pulando de telhado em telhado.

Jane Fonn, 60, que trabalha no setor financeiro, ficou encantada. "Quería pegar pra mim", disse. "Mas falaram que eu ia ser presa", brincou. A PMA informou que não captou o pavo porque a ave voa e a capivara é mais difícil. (GQ)

ACIDENTE

Motoristas ficam feridos em colisão na Tamandaré

Dois veículos ficaram envolvidos em uma colisão envolvendo dois carros de passeio no cruzamento da Avenida Tamandaré com a Rua Tenente Lira, no Jardim Seminário, por volta das 11h de ontem. Segundo informações de testemunhas, o motorista de um dos veículos, um Corsa Classic, teria desrespeitado a sinalização de parada obrigatória. Os dois motoristas foram socorridos pelos bombeiros. (Danielle Arruda)

OLIMPIADA DA LÍNGUA

Dois estudantes de MS são finalistas em etapa nacional

Lucas Eduardo Martinelli dos Santos, da Escola Estadual Dom Aquino Côrrea, de Amaral, e Caroline Aparecida da Silva, da Escola Estadual Presidente Vargas, de Dourados, estão entre os 38 finalistas da Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro, programa realizado pelo MEC e pela Fundação Itaú Social. Os finalistas foram anunciados na quarta-feira em Natal (RN). A final será dia 10 de dezembro. (GQ)

Eletrobras Ministério de Minas e Energia **BRASIL** PAÍS DE BOMAS E BONS SERVIÇOS

AVISO DE ADITAMENTO Nº 03
AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO 081/2012

A Eletrobras torna público que providenciará alteração no Edital de Credenciamento nº 001/2012, referente ao Anexo de Licitação publicado neste jornal no dia 14/05/2012. Objeto: Credenciamento de Advogados ou Sociedades de Advogados, para a prestação de serviços de apoio técnico de natureza jurídica e extrajudicial, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas no edital e seus anexos.

Documentação: O edital completo e as Alterações estão à disposição dos interessados no site da Eletrobras (<http://www.eletrobrasil.gov.br/Edital-e-Aquisição/Edital-de-Credenciamento>).

EDSON AUGUSTO BUCHI
Gerente do Departamento de Gestão de Suprimentos

EDITAL DE SEGUNDO E ÚLTIMO PÚBLICO LEILÃO

Data do Edital: 14/11/2012 - A partir das 10h00 horas - Local: Fórum da Comarca de São Gabriel do Oeste - Avenida Mato Grosso do Sul, 2138 - Capão Redondo II - São Gabriel do Oeste - Mato Grosso do Sul.

MARIDULCE SANFELICE SIMIEL (seu nome) devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul sob nº 15, estabelecido a **ALEXANDRE VERCULANO**, 1864 - J. VERNAGE - CAMPO GRANDE/MS, telefone (067) 3326-5001, faz saber que devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário, venderá na forma da Lei nº 9.514 de 20 de novembro de 1997, no dia e local acima referido, o imóvel descrito para pagamento de dívida em favor de **HISBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO**. A venda será realizada pelo maior lance oferecido, à vista, desde que igual ou superior ao valor total da dívida, das despesas, dos prêmios de seguro, dos encargos legais. As despesas relativas à comissão de leilão, registro, imposto e taxas correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo. O leiloeiro oferece habilitado a fornecer aos interessados, informações concernentes sobre o imóvel.

CONTRATO: 70.536-9 - HISBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO
LANA CAMILLA ZATTA EVANGELIO, BRASILEIRA, SOLTEIRA, ATENDENTE, CPF 042.824.291-65, RG 001.623.002 - SEJSP/MS.

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: RUA PERNAAMBUCO, Nº 494 - BARRIO PRIMO MARFESSON, NA CIDADE E COMARCA DE SÃO GABRIEL DO OESTE, ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, LOTE 22 DA QUADRA COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 51,76 M² E SEU TERRENO MEDINDO 10,00 X 30,00 METROS (DOZ METROS DE FRENTE COM A RUA PERNAAMBUCO POR TRINTA DITOS DA FRENTE AOS FUNDOZOS PERFAZENDO A ÁREA TOTAL DE 300,00 M², COM AS SEQUENTES MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES: FRENTE 10,00 M COM A RUA PERNAAMBUCO LADO DIREITO, EM 30,00 M, COM O LOTE 23; LADO ESQUERDO, 30,00 M, COM O LOTE 21; AOS FUNDOZOS EM 10,00 M COM O LOTE 13.

SÃO PAULO, 08 de Novembro de 2012.
MARIDULCE SANFELICE SIMIEL - Leiloeira Oficial

Eletrobras Ministério de Minas e Energia **BRASIL** PAÍS DE BOMAS E BONS SERVIÇOS

PROGRAMA JOVEM APRENDIZ ELETROSUL

EDITAL 002/2012
Edital de Realização

Realização de Edital 002/2012 de 01 de Novembro de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 213, Seção 3, páginas 173 a 174, de 05 de Novembro de 2012.

No Quadro 3: Endereços dos SENAI por município onde consta

Município: Campos Novos
SENAIS Unidade Campos Novos
Endereço: Avenida JK, 330 - Centro, Campos Novos, CEP 86020-000
Telefone: (49) 3055-4212

Lei nº 46
Município: Campos Novos
SENAIS Unidade Campos Novos
Endereço: AGRICOLA - Rua Del. Pedro Carlos, 833 - Centro, Campos Novos, CEP 86020-000
Telefone: (49) 3054-0812

Porto Alegre, 09 de novembro de 2012
Antonio Naito Viani
Diretor Administrativo

Item Jornalístico 5

12 | CORREIO DO ESTADO
SEXTA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 2012

Especial > ILHAS VERDES



Capina. Não é necessária muita mão de obra no projeto. O trabalho maior é abrir ilhas, pisando sobre o capim e retirando infestações sem o uso de ferramentas

Sementes e mudas em círculos

O primeiro passo para as Ilhas Verdes consiste em um círculo delimitado dentro de um terreno degradado, onde a área interna inicialmente é limpa.

As ilhas surgem em raios de um a dois metros de largura, distanciadas entre cinco e sete metros uma da outra. Em cada raio são abertas de cinco a dez covas para plantio das mudas de árvores e arbustos.

Depois, mudas e sementes de diferentes espécies arbóreas nativas são dispostas na companhia de mudas e sementes de plantas herbáceas e arbustivas.

Elas crescem rapidamente para sombrear a ilha e tornar o ambiente propício ao desenvolvimento de mudas e sementes germinadas. (MC)

Bonito une coentro, aroeira e cipós

Recuperação florestal evita a influência do capim braquiária. Sementes nativas germinam em sete propriedades rurais. Projeto do IASB em escolas forma agentes ambientais mirins.

MONTEZUMA CRUZ

Simple hortalíça, o coentro já é plantado no mesmo solo fértil onde vicejam o jatobá, canafistula, aroeira, cumbaru e amendoim-bravo, nas terras beneficiadas pelo Projeto Ilhas Verdes em Bonito, no sudoeste de Mato Grosso do Sul e a 320 quilômetros de Campo Grande.

O apoio da população move esse projeto, que fecha 2012 com 2,3 mil mudas de espécies nativas plantadas nesse município, sob incentivo e orientações do Instituto Águas da Serra da Bodoquena (IASB).

Em sete propriedades rurais, seis hectares estão em recuperação no projeto demonstrativo, mediante o uso de oitocentas mudas germinadas de sementes plantadas. A maioria das mudas teve crescimento de pelo menos 20 centímetros. A primeira manutenção nas ilhas verdes ocorreu após cinco meses de plantio.

Patrocinado pelo Programa Petrobras Ambiental, o Ilhas Verdes reduz a necessidade da manutenção do capim braquiária nas áreas plantadas, explica sua coordenadora, Liliane Lacerda.

Segundo ela, o coentro adaptou-se muito bem às condições de solo e clima das áreas de plantio. "Além de colaborar com a cobertura do solo, o coentro propiciou condições de sombra e umidade para sementes e mudas. Serviu de alimento e abriu possibilidade para o produtor conseguir renda, enquanto se recupera a mata ciliar", ela assinala.

Entre as espécies arbóreas plantadas em dois anos destacam-se: aroeira, amendoim do campo, amendoim-bravo, aguai, barbatimão, caroba, cumbaru, embatiba, ipê-branco, ipê-roxo, ingá, jatobá-mirim, jenipapo, leiteira, maria-preta pitanga, e pororoca.

Por falta de estudos específicos, não foi possível identificar espécies arbustivas e herbáceas utilizadas. Destacaram-se o agriãozinho, assa-

“

Distribuímos 30 quilos de sementes, utilizamos ervas, cipós, plantas arbustivas e arbóreas. Mobilizamos 7,4 mil pessoas em dois anos de trabalho”

Liliane Lacerda, bióloga do IASB e coordenadora do projeto

peixe, guanchuma, capicoba, carapichinho, cipó-arame, caraguatá, cipó-mil-homens, língua de vaca, macelinha, unha-de-gato e outras de nomes desconhecidos. Unha-de-gato, antinfiamatório natural, tem grandes ocorrências em estados amazônicos.

"Pequenas áreas verdes nas propriedades rurais e até mesmo a arborização de ruas e quintais colaboram para diminuir o desconforto do calor nas cidades; árvores de grande porte retêm os raios solares", lembra a gestora do projeto, Adriana Oliveira. A sombra das árvores reflete na melhoria do valor nutritivo do pasto, contribui na suplementação natural e no enriquecimento do solo, lembra Adriana. Outras vantagens: frutos, mouro de cerca, madeira, cabo de ferramentas, remédios, sementes, proteção de ventos, material para artesanato, controle de pragas e insetos.

Segundo a assistente geral e educadora ambiental, Nadiani dos Santos Pereira, a oficina "Jovens do Futuro", em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social de Bonito, capacitou durante cinco meses 30 participantes dos programas sociais Guarda Municipal Ambiental Mirim e Guarda Municipal Mirim para práticas educativas e ambientais.



Nativas. Lançamento entre ilhas enriquece banco de sementes. Se chover bem, elas germinam em apenas duas semanas



900 mudas e 200 saquinhos de sementes: crianças participam ativamente



Prática. Agricultores aprendem metodologia do projeto na Grota Funda



Saiba mais

- Conforme estudos recentes, cada hectare de floresta em desenvolvimento pode absorver de 150 a 200 toneladas de carbono, em média.
- Comparada ao método tradicional de plantio, essa metodologia proporciona o plantio de uma variedade de espécies, mantendo o solo coberto. Isso evita capins competitivos próximos às matas nativas.
- São parceiros: o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, Brazil Bonito, Agraer, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, RPPN Cabeceira do Prata, Estância Mimosa Ecoturismo, Lobo Guarã Bike Adventure, Conselho Municipal de Meio Ambiente e Recanto Ecológico Rio Prata.
- Outros números divulgados pela Coordenação do Projeto Ilhas Verdes: 14 palestras para técnicos e produtores rurais; oficinas, entre as quais, "Educação para o Futuro", em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; edições da Feira Ambiental e Social de Bonito: "Conhecer para preservar!".

Item Jornalístico 6

CORREIO DO ESTADO
SEXTA-FEIRA, 28 DE DEZEMBRO DE 2012

cidades@correioestado.com.br

CIDADES

INFRAESTRUTURA VIÁRIA



Mais seguro. No Distrito Industrial de Campo Grande, Agência Nacional de Transportes propõe três passarelas específicas para pedestres na BR-262, a principal estrada de acesso ao Pantanal sul-mato-grossense

Concessão de rodovias prevê 32 passarelas para pedestres em MS

Proposta da ANTT prevê outros mecanismos para garantir a segurança dos motoristas nas BRs 163, 262 e 267, como retornos operacionais, diamantes, trevos de acesso e vias marginais

GABRIEL KABAD

A segurança dos pedestres nas rodovias federais é uma das prioridades na concessão das BRs 163, 262 e 267 para a iniciativa privada em Mato Grosso do Sul, projeto do Governo federal lançado pela presidenta Dilma Rousseff (PT). No Estado, 32 passarelas para pedestres, mecanismos inéditos em território sul-mato-grossense, serão construídas ao longo do trecho que será concedido.

Os 1,4 mil quilômetros das rodovias, que serão duplicadas, terão outros mecanismos de segurança para os motoristas, como retornos operacionais — exclusivo para órgãos de segurança pública —, diamantes (formato de losango que facilita a entrada em estradas que cruzam as rodovias), trevos de acesso e vias marginais.

Para a iniciativa privada, o retorno financeiro se dará através da cobrança de pedágios. De acordo com a assessoria de imprensa da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), vencerá a licitação quem oferecer a

Saiba

Passarelas serão nas cidades

Na BR-262 foram sugeridas sete passarelas, sendo três no Indubrasil, em Campo Grande. Outras duas serão em Água Clara e mais duas em Ribas do Rio Pardo. Na BR-163 são propostas 24 passarelas, ao longo de 12 cidades: Mundo Novo (três); Eldorado (uma); Itaquiraí (uma); Caarapó (duas); Dourados (duas); Vila Vargas (uma); Rio Brilhante (uma); Nova Alvorada do Sul (uma); Bandeirantes (duas); São Gabriel do Oeste (duas); Rio Verde de Mato Grosso (duas); e Coxim (três). E na BR-267 foi proposta só uma, Bataguassu. (GK)

menor tarifa de pedágio. De 1º de novembro até o dia 7 deste mês, foram aceitas sugestões da população e especialistas para a tomada de subsídio. As contribuições foram feitas durante audiências públicas, ou enviadas à ANTT através de e-mail ou cartas. Conforme a ANTT, muitas sugestões são pertinentes e serão estudadas para constar nos editais.

NACIONAL
Neste momento, a concessão das rodovias federais está na fase um da terceira etapa. O leilão das BRs 040 e 116 acontecerá no dia 30 de janeiro. Os editais dos trechos das rodovias em Mato Grosso do Sul serão lançados em 2013.

O Estado está inserido nesta terceira etapa, que terá um investimento nas três fases de R\$ 42 bilhões, sendo R\$ 23,5 bilhões nos primeiros cinco anos de concessões. Os pedágios apenas poderão ser cobrados quando 10% da duplicação estiver pronta.

Ao todo, serão 5,7 mil quilômetros de rodovias federais brasileiras a serem concedidas à iniciativa privada nesta fase.

Atropelada em BR, jovem ficou 105 dias de cama

No Distrito Industrial, o Indubrasil, foram sugeridas na tomada de subsídio a construção de três passarelas para pedestres atravessarem a BR-262. Caso já existissem, talvez Karina Calves, 13 anos, não teria sido atropelada há dois anos por uma caminhonete, e ficado 105 dias de cama — 15 no hospital e 90 em casa — após fraturar as duas pernas e o ombro.

“Fui atravessada com minha irmã, o caminhão (caminhoneiro) mandou a gente passar, mas veio uma camionete atrás, minha irmã voltou”, contou a estudante do 9º ano da Escola Estadual Antônio Nogueira da Fonseca, colégio que fica próximo à rodovia e movimentada bastante a travessia da BR-262 por estudantes.

O entregador de gás Renato Serpa Corrêa, 18, reclama dos quebra-molas existentes ao longo da rodovia que cruza o distrito industrial, pois são muito baixos. “Os caras (motoristas) não obedecem o quebra-molas”, queixa-se.



Vitima. Karina fraturou duas pernas e ombro em acidente na 262

Corrêa fica preocupado, realmente, com os estudantes dos três turnos da escola estadual, porque muitas crianças andam desacompanhadas. “Pessoal (as crianças) atravessa”, alerta, sobre o risco.

Pai de um casal de adolescentes, Márito Jorge da Silva,

55, mora há três anos no Assentamento Aspm, que fica a cerca de seis quilômetros da rodovia. Silva acredita ser muito importante as passarelas para a segurança dos pedestres. “Tem horas que é difícil atravessar”, conta. (GK)

BONITO

Imasul renova licença e Gruta do Lago Azul investe em acessibilidade

DANIELA ARRUDA

O Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul) renovou, ontem, por meio de portaria, a autorização anual para funcionamento da visitação turística contemplativa à Gruta do Lago Azul, em Bonito. O local, que integra o Monumento Natural da Gruta do Lago Azul, unidade de conservação estadual de Mato Grosso do Sul,

deve receber 60 mil turistas neste ano e até novembro, a quantidade de visitantes já havia ultrapassado em 21% os números do ano passado, conforme informações do secretário municipal de Turismo, Indústria e Comércio de Turismo, Augusto Barbosa Marilano.

De acordo com a portaria do Imasul, fica mantido o limite máximo diário de 305 visitantes por dia ao espaço,

com até quatro grupos ou 60 pessoas por vez dentro da cavidade, sem contar os guias de turismo, que devem ter registro na Embratur e cadastro na Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio de Bonito. O máximo permitido por grupo é de 15 pessoas mais o guia e são obrigatórios o uso de capacete com fixação de três pontas, ténis ou calçado com solado de borracha para entrar na

gruta. A autorização para a atividade vale até 31 de dezembro do ano que vem.

ESCADARIA

A experiência de explorar a Gruta do Lago Azul, que faz parte de um complexo de cavernas da Serra da Bodoquena e é considerada uma das mais belas do País, promete se tornar ainda mais confortável e segura do ponto de vista da acessibilidade a

partir do ano que vem, com a abertura para o público de uma escadaria, construída no interior da cavidade.

Orçadas em R\$ 600 mil, re-cursos provenientes da própria renda com a visitação turística, as obras começaram em maio deste ano e devem ser concluídas até o fim do primeiro semestre de 2013. No entanto, a primeira etapa, que chega até a frente do lago, já está pronta, devendo ser at-

vada a tempo de receber os turistas durante o Carnaval, na primeira quinzena de fevereiro, segundo estimativa do secretário municipal de Turismo.

“Com a construção da escadaria, ficará mais tranquilo andar pela gruta, pois toda ela terá corrimãos, degraus adequados e com acessibilidade para idosos e crianças”, explicou o horário de visitação da Gruta do Lago Azul vai das 7h às 14h e o valor do passeio é de R\$ 36 por pessoa.

Item Jornalístico 7

CORREIO DO ESTADO
DOMINGO, 4 DE AGOSTO DE 2013

cidades@correiodoestado.com.br

CIDADES

MEIO AMBIENTE

Parque Nacional aguarda regularização há 13 anos

Proprietários rurais do Parque da Serra da Bodoquena esperam pelo pagamento de suas terras

DANIELA ARRUDA

A um mês de completar 13 anos de criação em Mato Grosso do Sul, Parque Nacional da Serra da Bodoquena ainda aguarda regularização fundiária para finalmente poder receber ações de manejo e destravar a vida dos donos de 70 propriedades rurais e 34 lotes de agricultura familiar que tiveram parte ou a totalidade de suas áreas inseridas na unidade de conservação, "encravada" nos municípios de Bodoquena, Bonito, Miranda e Porto Murtinho e alvo de embate judicial nos últimos sete anos.

Donos na teoria, mas não prática, dessas áreas, os proprietários beneficiados por liminar da Justiça Federal, enfrentaram ao longo desse período dificuldades de toda sorte para fazer uma simples atividade de manejo florestal nas fazendas e lotes. A maioria até aceitava repassar as terras para o governo federal, mas a transação esbarra na falta de recursos — tanto por meio de indenização, caso a desapropriação, suspensa em 2006 pela Justiça a pedido da Federação de Agricultura de Mato Grosso do Sul (Famasul) fosse retomada, ou por compra direta, pelo governo federal.

"Ali existem situações de produtores que fizeram pedidos de licenciamento ambiental e manejo programado e não conseguiram, porque há o entendimento de que é área de parque e não se pode fazer nada naquela propriedade. Enquanto não se formaliza a transferência (para o parque), o tributo continua sendo pago pelo proprietário. Essa é a grande lacuna que fica, quando o governo federal cria uma unidade de conservação", comentou o assessor jurídico da Federação de Agricultura de Mato Grosso do Sul (Famasul), Carlo Daniel Coldibelli.



ECOSSISTEMA ÚNICO. Região que divide o Pantanal do Cerrado continua com sua área delimitada em 2000 preservada, apesar de o governo não ter regularizado as terras

Essa é a expectativa de Leônicio Brito, proprietário de uma fazenda de 10 mil hectares no município de Bodoquena, que teve 3,5 mil ha inseridos no território do parque. "Não somos contra a criação da UC, mesmo por-

para resolver o imbróglho, a compensação ambiental por meio da reserva legal em unidade de conservação. O procedimento consiste na aquisição de outra área equivalente em importância ecológica e extensão, desde que no mesmo ecossistema e na mesma bacia hidrográfica.

Essa é a expectativa de Leônicio Brito, proprietário de uma fazenda de 10 mil hectares no município de Bodoquena, que teve 3,5 mil ha inseridos no território do parque. "Não somos contra a criação da UC, mesmo por-

para resolver o imbróglho, a compensação ambiental por meio da reserva legal em unidade de conservação. O procedimento consiste na aquisição de outra área equivalente em importância ecológica e extensão, desde que no mesmo ecossistema e na mesma bacia hidrográfica.

Essa é a expectativa de Leônicio Brito, proprietário de uma fazenda de 10 mil hectares no município de Bodoquena, que teve 3,5 mil ha inseridos no território do parque. "Não somos contra a criação da UC, mesmo por-

Crono

2000 Decreto do então presidente, Fernando Henrique Cardoso, cria o parque.

2007 Famasul ajuíza ação declaratória de caducidade do decreto expropriatório do Parque. A liminar é concedida

2011 Compensação da Reserva Legal é apontada como solução para o impasse.

que não derrubamos aquela área de mata, por considerar importante a permanência de uma área preservada, para a manutenção dos recursos florestais. A nossa esperança é que o CAR permita fazer a compensação de reserva legal, desde que seja no mesmo bioma, com produtores que não têm área de reserva legal na sua propriedade", explicou.

Segundo o produtor rural, a rotina de quem tem terras incluídas no parque ao longo desses anos foi continuar fazendo as declarações

de Imposto Territorial Rural (ITR), preservar as áreas que estão dentro do parque e não foram repassadas para o ICMBio e participar do Conselho Nacional do Parque da Serra da Bodoquena. "A gente acredita que somente com esse trabalho conjunto haverá uma solução, desde que o respeito aos produtores seja mantido", avalia Brito, que espera que nos próximos meses, uma solução para o impasse que já dura quase 13 anos aconteça.

Compensação de reserva legal cabe ao governo estadual

Por lei, a aprovação do mecanismo de compensação de reserva legal é uma atribuição do governo estadual e no caso de Mato Grosso do Sul, cabe ao Imasul emitir um documento dizendo que é possível esse procedimento ser feito, explica o diretor de desenvolvimento do Imasul, Roberto Ricardo Machado Gonçalves.

"O proprietário vai se adequar, proceder à doação da área para o ICMBio e quando já houver a escritura de doação, isso deve ser entregue ao Imasul, para se fazer a comprovação do procedimento", prossegue. Ainda de acordo com Gonçalves, o Imasul já emite declaração manifestando

tando a possibilidade da compensação por reserva legal ser feita com alguns proprietários da área do Parque da Bodoquena. "Cabe agora aos proprietários (dar entrada no processo), isso é uma relação entre o proprietário e o governo federal", esclareceu.

Com relação aos prazos para efetivação do Cadastro Ambiental Rural em Mato Grosso do Sul, o diretor de desenvolvimento do Imasul mencionou entrevista recente, concedida pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, na qual ela estima o mês de dezembro deste ano para a conclusão dos trabalhos. "Pelo Código Florestal, somente a



Ameaçadas. Araras azuis são vistas com frequência no Parque

partir disso, os proprietários rurais terão um ano para se adaptar e esse prazo pode ser prorrogado por mais um ano", concluiu. (DA)

Há poucos recursos para terras

De acordo com o chefe do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, Sandro Roberto da Silva Pereira, há poucos recursos para regularizar as terras da unidade de conservação e aqueles disponíveis são para adquirir algumas áreas do assentamento Canaã, pela questão social e também por serem áreas pequenas. Hoje, segundo ele, há R\$ 1,2 milhão em recursos no Fundo de Compensação Ambiental disponíveis para isso. "As outras propriedades que a gente considera como estratégicas, será pela compensação da reserva legal", explicou.

Mas para isso, segundo o gestor, está faltando a regularização por meio do Cadastro Ambiental Rural, trabalho que necessita ser feito conjuntamente entre o Ministério do Meio Ambiente e o Governo do Estado, por meio do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul).



Águas transparentes. Parque Nacional ainda é fechado para visitação

"Em torno de 90% dos produtores têm interesse de vender suas propriedades (para fins de compensação de reserva legal) e também já recebemos várias ligações de pessoas querendo comprar. A questão é a regulamentação entre o Imasul e o MMA. Estamos com diversos projetos prontos para dar encaminhamento", informou.

Também por decisão da Justiça, desde 2007 o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), responsável pela administração da unidade de conservação, só pode atuar em 17% dos 76,4 mil hectares, percentual correspondente às áreas já adquiridas pela União. (DA)

Item Jornalístico 8

CORREIO DO ESTADO
SEGUNDA-FEIRA, 5 DE AGOSTO DE 2013 | CIDADES | 15

BODOQUENA

Parque Nacional será aberto para visitação pública em 2014

Expectativas dos gestores do parque é de que o local receba turistas a partir de abril do ano que vem

DANIELA ARRUDA

Com as atividades de manejo e gestão restritas a 17% do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, formado por 76,4 mil hectares de terras preservadas, o parque deve finalmente ser aberto para visitação pública a partir do ano que vem. O primeiro atrativo a ser conhecido pelos visitantes será o sumidouro resurgente do Rio Perdido, trecho em que as águas "somem" no pé de um morro e reaparecem 1,5 quilômetro adiante.

De acordo com o chefe do parque, Sandro Roberto da Silva Pereira, a expectativa é ter esse primeiro atrativo do parque aberto até abril de 2014, mês em que o município de Bonito vai sediar a conferência "ESTC14 - Eco-tourism and Sustainable Tourism Conference 2014", evento considerado a Copa do Mundo do turismo, reunindo mais de mil participantes de 40 países.

O atrativo do parque, segundo ele, serão as trilhas de aventura, com um grau de dificuldade maior que as outras 40 opções espalhadas pela região da Serra da Bodoquena atualmente. "Estamos preparando uma trilha para

13 anos

ESPERA

Criado há 13 anos, o Parque Nacional da Serra da Bodoquena ainda aguarda o destravamento burocrático das terras desapropriadas para poder receber ações de manejo e solucionar a situação de 78 proprietários de fazenda e 34 de lotes de assentamentos, que perderam o local no decreto que cria o parque. O parque está localizado nos municípios de Bodoquena, Bonito, Miranda e Porto Murtinho.

acompanhar os caiaques no rio, com extensão aproximada de 10 quilômetros e com 4 a 5 horas de duração (do percurso) por 10 a 11 cachoeiras; flutuação e mais uma trilha para observação de aves", informam.



Rio Perdido. Região conhecida como "Sumidouro" será a primeira aberta para visitação na reserva natural, localizada no sudoeste de MS

Além disso, prosseguiu, também deve ser aberto outro trecho de trilha, possibilitando a substituição do atual, utilizado para saída, que passa por dentro de propriedade rural não adquirida pelo governo federal. "Hoje

só temos trilha de ida, para sair, tem que ser por uma fazenda, o que acaba causando alguns problemas. Por isso estamos preparando a abertura de uma trilha circular, junto com a de 10 quilômetros que vai acompanhar, por

terra, a de caiaque", explicou. Os horários, a quantidade de público que poderá fazer as trilhas e os valores de ingressos, assim como se haverá cobrança ou não para a visitação, ainda não foram definidos. Conforme Sandro Pe-

reira, o plano de uso público do Parque Nacional da Serra da Bodoquena está sendo elaborado e nele serão discutidas essas questões, além do impacto que a visitação a esse primeiro atrativo trará para o parque.

SAÚDE

CPI adia tomada de depoimentos em Ponta Porã

Uma reunião marcada para amanhã, em Brasília (DF), entre os deputados integrantes da CPI da Saúde da Assembleia Legislativa e o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, adiou os depoimentos que aconteceriam hoje em Ponta Porã.

ELDORADO

PRF apreende medicamentos e munições contrabandeados

A Polícia Rodoviária Federal apreendeu (PRF) anteontem, na BR-163, em Eldorado, 9 mil caixas de medicamentos contrabandeados, além de munições de armas de fogo (250 projéteis calibre 38), e eletrônicos. A mercadoria estava na carreta da Scania/R113,

com placa do Estado do Paraná. O condutor do veículo, um homem de 42 anos de idade, foi preso pelo crime de contrabando. A ocorrência foi encaminhada para a Polícia Federal em Naviraí. (Anahí Zurutuza)



Sul do Estado. Carreta levava 9 mil caixas de remédios

JUSTIÇA

Começa a funcionar hoje centro que incentiva conciliação

Será inaugurado hoje, na Universidade Anhanguera-Uniderp o Centro Judiciário de Solução de Conflitos, projeto do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, que atende resolução do Conselho Nacional de Justiça para incentivar a conciliação e reduzir os litígios.

DOURADOS

3 baleados

Na madrugada de ontem, em Dourados, três jovens foram baleados durante uma festa de aniversário. Um deles, um adolescente de 16 anos, foi atingido no olho. O desentendimento entre uma das vítimas e o autor do crime motivou o crime, conforme a polícia.

DEMARCAÇÃO

Prazo para solução de conflito entre índios e fazendeiros termina hoje

Envolvidos estão desacreditados quanto ao cumprimento da data pela União

LUCIA MOREL

Vence hoje o prazo para que a União apresente uma solução para os conflitos de terras entre indígenas e fazendeiros em Mato Grosso do Sul. O dia 5 de agosto foi a data limite apresentada pelo ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto de Carvalho, quando veio ao Estado anunciar a criação de uma comissão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para analisar as possibilidades jurídicas de solução.

No entanto, a classe produtora se mostra desacreditada quanto ao cumprimento da data. O advogado da Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Fama-sul), que faz parte da comissão do CNJ, afirma que desde a última reunião do grupo, no dia

24 de julho, nenhum contato por parte do governo federal foi feito. "Nós apresentamos o relatório, mas até agora não tivemos nenhuma resposta", sustentou.

Na avaliação do advogado, o prazo não será cumprido. "Na última reunião que tivemos no Ministério da Justiça, eles já sinalizaram que estavam sem tempo hábil para resolver o problema". Uma das soluções é a que mais preenche as expectativas de fazendeiros e indígenas é a compra de propriedades por parte da União, que foi justamente o que foi proposto pelo CNJ.

Dono da Fazenda Esperança, em Aquidauana, e impedido de entrar na propriedade desde junho, o pecuarista Nilton Carvalho da Silva Filho também não acredita que o governo fede-



Ocupação. Em Aquidauana, impasse na Fazenda Esperança dura dois meses

ral vai apresentar qualquer solução. "Vou esperar, mas sentado", ironizou. "A gente não sabe se vai ter resposta. E se tiver, não sabemos se vai ser pra tudo ou só pra

Burití (área em Siderlândia)". A União começou a se mobilizar de modo mais eficaz quanto à situação indígena de Mato Grosso do Sul depois da morte do tereno Ozil Ga-

briel, em 30 de maio, durante ação de reintegração de posse da Fazenda Burití, do produtor Ricardo Bacha. De lá para cá, o ministro José Eduardo Cardozo veio a MS, além de outros representantes do governo federal, como Gilberto Carvalho.

No entanto, apesar de inúmeras reuniões e conversas entre produtores, indígenas, Justiça e entidades de cada categoria, nenhuma resposta foi apresentada. Na reunião do dia 24 de julho, foi batido o martelo em apresentar para análise da União as quatro modalidades possíveis para solucionar o problema: desapropriação por interesse social, compra e venda, indenização de terra nua e benfeitorias e por fim, assentamento social.

TRAGÉDIA

Batayporã era destino de avião que caiu em SP

EDUARDO MIRANDA

Segundo Batayporã, na divisa com o Estado de São Paulo, o avião que caiu na tarde do último sábado perto de Jundiá (SP), próximo à rodovia Anhanguera. Os quatro ocupantes do avião de pequeno porte morreram com a queda.

A bimotor Baron decolou no fim da manhã de sábado do Aeroporto Estadual Comandante Rolim Adolfo Amaro, em Jundiá. As vítimas foram identificadas como Arnaldo Soares dos Santos Neto, de 50 anos, (empresário dono de um frigorífico), sua esposa Kênia Maria Tubertini dos Santos (49) e os filhos Ana Luísa Tubertini dos Santos (19) e Arnaldo Soares dos Santos Junior (13). A família morava em São Paulo.

Item Jornalístico 9

CORREIO DO ESTADO
TERÇA-FEIRA, 6 DE AGOSTO DE 2013 | 9

Correio +

“O crime se modernizou, mas a investigação continua a mesma. Pouco é alcançado. Somente 10% dos inquéritos policiais são elucidados”

Valéria Magalhães, presidente do Sindicato dos Policiais Federais do Rio de Janeiro, durante protesto em Brasília por melhor estrutura para os investigadores das instituições

BODOQUENA

Espera por parque é drama para 34 famílias de assentados

Parceiros de área desapropriada para Parque Nacional estão impedidos de usar terra usada para a reforma agrária

DANIELLA ARRUDA

Sem sair do papel, o Parque Nacional da Serra da Bodoquena também tornou-se palco para um drama social vivido por 34 famílias de agricultores rurais, que formaram o Assentamento Canaã, no município de Bodoquena, em meados da década de 80, e hoje amargam a situação de não poder explorar comercialmente e de forma plena seus lotes, que variam de 12 a 18 hectares.

Parte dos lotes ou até mesmo lotes inteiros também acabaram sendo incluídos dentro da área do parque, mas como não houve a desapropriação das áreas, esses pequenos produtores, que até então viviam de pequenas plantações de milho, feijão, abóbora e mandioca, ficaram sem seu meio de sobrevivência principal.

“Não se produz mais lá (no assentamento Canaã). Se alguém começa a fazer uma roçada, vão lá e multam”, assim o presidente do Sindicato dos

12

HECTARES

Cada lote do assentamento Canaã, localizado no Município de Bodoquena, em área delimitada para a criação de parque nacional em 2000, tem no mínimo 12 hectares, e no máximo 18. Enquanto aguardam a regularização dos lotes ou o pagamento por eles, beneficiários da reforma agrária se viram como podem para sobreviver.

Trabalhadores Rurais de Bodoquena, Valdelício Nunes de Oliveira, define o impasse em que se tornou a vida dos assentados.

A maior parte protagonizou um êxodo, indo para a cidade

e outras localidades próximas para conseguir serviço. Ficaram no local alguns poucos resistentes, como Geraldo de Oliveira, 64 anos, que só permanece em seu lote porque aposentou-se e sobrevive da renda que recebe do INSS.

“Naquela época, a gente plantava milho, feijão, ficava dois anos numa área, depois plantava pasto. Veio o parque e fizeram a proposta de comprar uma fazenda e a gente ia para lá”, recorda o agricultor. A aquisição da área nunca se concretizou, novas propostas foram feitas para os agricultores, primeiro para comprar as terras por R\$ 500,00 o hectare (quando o valor de mercado é de R\$ 5 mil), depois por R\$ 800,00, todas rejeitadas.

Diante do impasse, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Mato Grosso do Sul (Fetagri-MS), movimento social que representa os assentados, aguarda conclusão de laudo agrônomo no assentamento para ser encaminhado à ministra do Meio Ambiente, Izabella Tel-



DIVULGAÇÃO/CMO

Preservação. Parque Nacional da Serra da Bodoquena foi criado há 13 anos, mas ainda não foi regularizado

xeira, pedindo prioridade no pagamento pelas terras particulares dentro do parque aos agricultores familiares.

“Hoje eles estão em situação de miserabilidade. Só podem plantar para a própria subsistência da família. É uma ques-

tão social e de emergência”, alertou a advogada da Fetagri-MS, Marisa dos Santos Almeida Pereira Lima.

O TEMPO HOJE

CAMPO GRANDE



32° ▲
21° ▼

Probabilidade de chuva 0%

Volume de chuva 0mm

Umidade relativa 25%

O TEMPO EM MATO GROSSO DO SUL

Uma grande massa de ar seco que cobre o Centro-Oeste mantém o tempo quente e seco em Mato Grosso do Sul. O dia amanhece com temperatura amena, mas já esquenta de manhã. Faz calor à tarde e a umidade fica baixa.

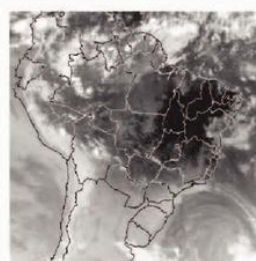


PRÓXIMOS DIAS

QUARTA	32° ▲ 20° ▼	Probabilidade de chuva 0%	Volume de chuva 0mm	Umidade relativa 29%
QUINTA	32° ▲ 20° ▼	Probabilidade de chuva 0%	Volume de chuva 0mm	Umidade relativa 34%
SEXTA	30° ▲ 21° ▼	Probabilidade de chuva 0%	Volume de chuva 0mm	Umidade relativa 41%

SATÉLITE

Com o afastamento de uma frente fria e entrada de uma nova massa de ar de origem polar, áreas mais elevadas em SC amanhecem com geadas fracas na manhã desta, terça-feira. Alta Pressão com centro sobre a costa leste do PR e SC intensificam vento de sudoeste sobre faixa leste de SP e RJ, favorecendo a formação de nuvens baixas. No Nordeste, nuvens que avançam do mar mantêm condições para chuvas ocasionais na costa leste da BA. Instabilidade atua sobre o norte do PA, AP, RR e norte do AM, provocando pancadas de chuva.



CAPITAIS

	Tempo	Min.	Max.
Aracaju	Sol/chuva	20° / 28°	
Belém	Sol/chuva	23° / 34°	
Belo Horizonte	Sol	12° / 28°	
Boa Vista	Sol/chuva	23° / 32°	
Brasília	Sol	11° / 28°	
Campo Grande	Sol	21° / 32°	
Cuiabá	Sol	18° / 35°	
Curitiba	Sol/chuva	12° / 27°	
Florianópolis	Sol/chuva	13° / 20°	
Fortaleza	Sol	23° / 30°	
Goiania	Sol	13° / 30°	
João Pessoa	Sol	20° / 30°	
Macapá	Sol/chuva	23° / 34°	
Maceió	Sol/chuva	20° / 27°	
Manaus	Sol/chuva	23° / 32°	
Natal	Sol	20° / 30°	
Palmas	Sol	19° / 37°	
Porto Alegre	Sol	8° / 20°	
Porto Velho	Sol	18° / 30°	
Recife	Sol/chuva	21° / 29°	
Rio Branco	Sol	20° / 35°	
Rio de Janeiro	Sol	15° / 31°	
Salvador	Sol/chuva	21° / 27°	
São Luís	Sol/chuva	25° / 31°	
São Paulo	Sol	13° / 28°	
Teresina	Sol	19° / 30°	
Vitória	Sol	17° / 25°	

Ites Jornalísticos 10 e 11

CORREIO DO ESTADO | CIDADES | 9
DOMINGO, 3 DE AGOSTO DE 2014

MINERAÇÃO

De dono de subsolo ao fracasso, a derrocada de Eike chega a MS

Após arrendar MMX, empresário, que era o mais rico do Brasil, perde direitos de explorar minérios

VINÍCIUS SQUINELO

Conhecido pela alcunha de homem mais rico do Brasil, a derrocada do empresário Eike Batista chegou também a Mato Grosso do Sul. Há dois anos, ele era o maior detentor de direitos de exploração mineral em território regional. Pessoalmente, ou em nome de empresas, o bilionário controlava 9.362,98 hectares do Estado. Porém, a derrocada do império "X" acabou com essa hegemonia.

O ponto final foi decretado nesta semana, quando foi confirmado o arrendamento da MMX Corumbá Mineração, de Eike, para a Vetria até 2017. Antes, porém, o empresário já havia perdido quase a totalidade de seus direitos sobre o subsolo sul-matogrossense.

No período entre 2012 e 2014, Eike deixou de ter direito de exploração - por não renovação ou concessão para terceiros - de 8.986,24 hectares somente no Estado. O restante, 375,74, é a área de exploração da MMX em Corumbá.

Com o arrendamento, Eike

128

MILHÕES DE REAIS é o valor pago pelos exploradores de minério somente ano passado, através da Contribuição Financeira sobre Exploração de Recursos Minerais (Cfer). Desse recurso, 65% ficam no município, 23% vão para o Estado e 12% para os cofres da União.

ke segue dono dos quase 400 hectares, porém, só no papel. A Vetria, que assumiu a MMX, vai explorar o subsolo corumbense, pagando 500 milhões de dólares anuais ao empresário. Parece muito, porém, se levado em consideração o faturamento da MMX, a manobra da Vetria se justifica.

Segundo balanço empresarial referente a 2012, a MMX produz mais de 5 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. Mesmo com o preço em queda do produto no mer-

cado nacional, a exploração garante um lucro bilionário para a Vetria, consórcio formado pelas empresas ALL, Triunfo e Vetorial.

Eike ainda tentou, nos últimos meses, uma megaoperação para salvar todo o complexo MMX, mas, sem sucesso. Um dos mais prováveis desfechos da fracassada operação de salvamento da empresa era a venda sozinha da subsidiária MMX Sudeste, que engloba a mina de Serra Azul (MG), principal ativo do grupo. Na operação, a MMX S.A. que tem 59,3% das ações nas mãos de Eike, seria transformada em uma holding de participações. Enquanto tentava atrair um sócio estratégico para a mina, a empresa busca alternativas financeiras como a venda de energia elétrica e dos direitos minierários em Corumbá. O plano foi barrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES).

EXPANSÃO.

Enquanto a derrocada de Eike chega também em terras sul-matogrossense, o setor de exploração regional está em



Derrota. O ex-bilionário Eike não mais controla diretamente a MMX, que explora ferro em Corumbá

ritmo de franco crescimento. Hoje, estudos autorizados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) encontram minérios como ouro e cobre nas entranhas da Serra da Bodoquena. Corumbá segue como o principal polo explorador do Estado, mas há um imenso potencial latente na região que abrange

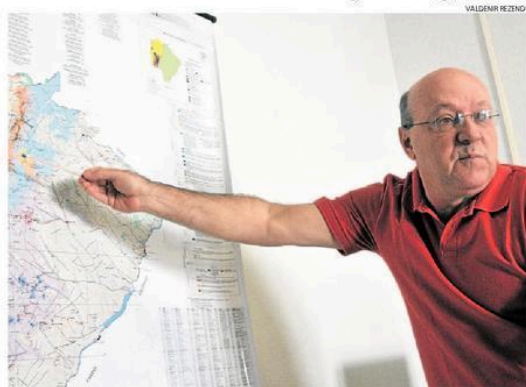
idades como Porto Murtinho, Bonito e Caracol.

O aumento da chegada de exploradores já pode ser demonstrado em números. Pesquisa realizada dois anos atrás pelo Correio do Estado, com exclusividade, apontou que 211 pessoas ou empresas tinham autorização para explorar cerca de

30 mil hectares no Estado.

O Correio do Estado repetiu o levantamento, com os mesmos critérios, que, desta vez, apontou 266 autorizações para explorar o subsolo regional, um crescimento de 26%. Já a área saltou para 48,4 mil, crescimento de 61% em relação a pesquisa anterior.

Serra da Bodoquena é apontada como futuro da mineração regional



Possibilidades. Navarrete mostra áreas com potenciais para investimentos em mineração no Estado

A busca aumenta principalmente na região Sudoeste do Estado, com destaque para a Serra da Bodoquena. "É uma área rica em minerais, e com um potencial imenso de exploração, e que, por enquanto, ainda tem poucos mineiros", afirmou Antônio Carlos Navarrete Sanches, 46 anos, diretor regional do DNPM em Mato Grosso do Sul.

Conforme Navarrete, Corumbá segue como maior polo explorador do Estado, força sedimentada no minério de ferro. Porém, alguns municípios, como Porto Murtinho, "correm por fora" na disputa deste título. Mas, até lá, Corumbá ainda corresponde a 85% da mineração de Mato Grosso do Sul.

Para se ter uma ideia, só a MMX, uma das empresas que atua em Corumbá, produz mais de 5 milhões de tonela-

das de minério de ferro por ano.

Em Porto Murtinho, por exemplo, há uma grande reserva para explorar cobre, além de registros de ouro.

Na região Sul do Estado, em especial em Dourados, o foco é a exploração de basalto, matéria-prima usada na construção civil. O negócio vem tendo expressivo aumento, impulsionado pelas obras nas rodovias regionais, e deve crescer mais ainda, com a duplicação da BR-163.

Já em Miranda, assim como em Corumbá, o foco é a mineração de ferro, e em Bonito e Bodoquena há empresas explorando o calcário.

Quem quiser explorar minério no território brasileiro tem que preparar o bolso, e não só para conseguir a estrutura necessária para o empreendimento industrial. Somente para reservar uma

área de pesquisa mineral, que não inclui a exploração propriamente dita, o interessado deve pagar R\$ 2,23 por hectare para receber o alvará, em processo que corre junto ao DNPM, órgão responsável.

Já para receber a portaria de lavra, a segunda fase do processo, a empresa deve comprovar junto ao Departamento a capacidade de conseguir explorar minério. Neste quesito é incluído estrutura física, pessoal e financeira para o procedimento.

As duas fases são distintas e interligadas. Para a exploração mineral é obrigatório o alvará de pesquisa, obtida na primeira fase. Porém, ter somente o direito de pesquisa não obriga a exploração, já que o alvará tem prazo de validade de três anos, prorrogável, e não determina prazo para chegar ao processo de lavra, que consiste na mineração em si. (VS)

SÓ QUEM FABRICA PODE VENDER ainda MAIS BARATO.

CADEIRA EXECUTIVA DIGITADOR
Com braço
R\$ 199,00 à vista

ARMÁRIO BAIXO
02 portas
1 prateleira
nas cores cinza/branco/verde
15mm
Med: 80x40x70 cm
R\$ 199,00 à vista

CADEIRA ISO PRETA
R\$ 54,90 à vista

MESA CONECTADA COM MESA DE MICRO
com 02 gavetas nas cores cinza/branco/verde
15mm
Med: 100x100x70 cm
R\$ 269,00 à vista

ARMÁRIO ALTO
02 portas e 2 prateleiras
nas cores cinza/branco/verde
15mm
Med: 80x40x180 cm
R\$ 299,00 à vista

MESA DE MICRO
sem tábua retrátil e sem porta CPU nem gavetas
Med: 60x40x70 cm
R\$ 69,00 à vista

ESTÁÇÃO DE TRABALHO
com 02 gavetas nas cores cinza/branco/verde
15mm
Med: 100x120x70 cm
R\$ 349,00 à vista

CONECTA MESA LINHA DE MINERVA ESCOLARES
Rua 14 de Julho, 425 • 47 3901-3114
Autômatos todos os tipos de cartões, inclusive BVDES.

Mov Flex
movflex.com.br

Item Jornalístico 12

CORREIO DO ESTADO
SEXTA-FEIRA, 14 DE NOVEMBRO DE 2014

CIDADES

INVESTIGAÇÃO

Ministério Público apura superfaturamento no Aquário

Denúncia diz que empresa espanhola contratada pelo governo de Puccinelli, sem licitação, teria recebido R\$ 25 milhões por serviço que custaria R\$ 6 milhões

CELSO BEJARANO

O governo de André Puccinelli (PMDB), além da adição por saber que sua obra de maior visibilidade, o Aquário do Pantanal, fica pronta somente no ano que vem, já no mandato do rival político, o governador eleito Reinaldo Azambuja (PSDB), enfrenta novo revés. É que o Ministério Público Estadual instaurou inquérito por suspeitas de superfaturamento no contrato com uma empresa espanhola responsável pela construção do chamado sistema de suporte à vida, na repartição do Aquário que vai abrigar os peixes.

No primeiro semestre deste ano, a Agência Estadual de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul, a Agesul, sem licitação, contratou a Fluidra Brasil Indústria e Comércio Ltda. para cuidar do sistema de suporte - estruturar o ambiente que será ocupado pelos peixes.

Insatisfeita por não concorrer ao serviço, a mineira Terramare, empresa de consultoria, projetos e construção de aquários, queixou-se ao MPPE, que abriu a investigação.

De acordo com o inquérito, há suspeitas de irregularidades no valor remanescente pelo serviço contratado. A Agesul teria combinado pagar R\$ 6 milhões à espanhola Fluidra, no entanto, a empresa já teria embolsado R\$ 25 milhões, ou seja, quatro vezes superior à soma acertada antes.

Assim que instaurado o inquérito, no fim de outubro, a Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro, enviou ofício à Agesul pedindo "cópia integral do processo de inexistência de licitação e o contrato entabulado".

Já ao Tribunal de Contas, a



Problemas. A principal obra tocada pelo governo de André Puccinelli tornou-se também a mais complexa, pelo preço e demora

promotora questiona, também por ofício, se o governo agiu certo em dispensar o processo licitatório.

Pela regra, é possível recorrer à conhecida inexigibilidade de licitação, quando não houver possibilidade de competição, ou seja, só uma empresa teria capacidade de arquitetar o ambiente dos peixes.

No entanto, a Terramare, empresa denunciante, quis concorrer, mas alega ter sido proibida de participar da disputa.

Outra questão: a empresa Fluidra, a contratada, terceirizou o serviço. Cuida do suporte à vida do Aquário, a Natureza em Foco, microempresa do biólogo José Sabino, doutor em Ecologia, instalada em Campo Grande. A reportagem quis conversar ontem

com o também professor universitário, por telefone, mas a conversa foi logo interrompida porque Sabino disse que estava no "meio do Aquário, trabalhando naquela hora" e que era para ligar mais tarde. Contudo, depois, o aparelho do doutor estava desligado.

A assessoria de imprensa do governo de Puccinelli informou que "todas as informações" solicitadas pelo MPPE serão encaminhadas.

BRIGAS

As discussões acerca do atraso na obra do Aquário, que já teria consumido em torno de R\$ 200 milhões - no início da construção, em 2011, o custo estimado era de R\$ 80 milhões - esquentaram a partir de março deste ano.

Puccinelli ameaçou romper

o contrato com a Egelte Engenharia, responsável pela obra, ao saber que o Aquário poderia não ficar pronto no dia 11 de outubro passado, aniversário do Estado.

Era o segundo adiamento anunciado. Pelos cálculos do governo, a obra estaria pronta já em dezembro de 2013.

Puccinelli determinou que a Egelte contratasse outras empreiteiras para apressar o trabalho. "Do jeito que seguia a obra, eu teria que inaugurar o aquário com três lambertizinhos", disse à época o governador a este jornal.

Até um mês atrás, ele dizia que já havia marcado data da solenidade de entrega: 15 de dezembro. Puccinelli disse que manteria a data, mas admitiu que a obra será entregue pela metade.

17 mil

METROS QUADRADOS
A obra do Aquário do Pantanal terá 17 mil metros quadrados e, segundo o projeto, vai abrigar 263 espécies da fauna aquática, entre as quais peixes, anfíbios e répteis da fauna sul-matogrossense. A ideia é que o aquário se torne referência mundial como aquário de água-doce. O prédio fica no Parque das Nações Indígenas, altos da Avenida Afonso Pena, uma das principais e mais conhecidas vias de Campo Grande

PONTA PORÁ

Em troca de verba federal, MS aumenta presídio

ROSANA MOURA

Em troca da liberação de R\$ 9,6 milhões em verbas federais bloqueadas pela Justiça, o governo do Estado se comprometeu com os Ministérios Públicos Federal e Estadual em realizar a ampliação do Estabelecimento Penal Ricardo Brandão, em Ponta Porá. Estão previstas 204 novas vagas até julho de 2015, especialmente para a acomodação de presos provisórios.

A medida quer evitar a acomodação de pessoas nas delegacias de polícia da região, especialmente as detidas em flagrante. Em Ponta Porá, apesar do alto índice de criminalidade na fronteira, não há cadeia pública e a única penitenciária do município está superlotada e em precárias condições.

Em abril deste ano, o Ministério Público havia determinado que o estado construíse uma cadeia no município utilizando uma verba no valor de R\$ 18 milhões adquirida por um convênio firmado com a União. O governo estadual se propôs a investir R\$9,6 milhões no projeto, se a União entrasse com uma contrapartida R\$ 8,5 milhões. A proposta foi aprovada, mas cancelada pelo Estado para a construção de três unidades prisionais em Campo Grande. A Justiça apontou irregularidades, pois a Lei de Execuções Penais (LEP) impõe a construção de Cadeia Pública em cada município, não podendo, portanto, o Estado construir três cadeias numa só cidade, sobretudo excluindo uma região de fronteira, onde há maior ocorrência de presos em flagrante.

Para que o valor retido fosse desbloqueado, o governo do estado ainda se comprometeu a remover do Estabelecimento Penal Ricardo Brandão os presos identificados como de alta lesividade e os condenados em outras localidades.

MEIO AMBIENTE

Ibama combate desmatamento em área de 800 mil hectares

EDUARDO MIRANDA

O desmatamento ilegal em uma área que engloba 800 mil hectares, no Sudoeste do Estado, voltou a ser combatido de uma forma mais incisiva depois de quatro anos. Na última segunda-feira, foi desencadeada a Operação Guacurus, iniciativa que conta com a presença de dezenas de técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama).

O helicóptero do instituto, que fica alojado em um hangar em Brasília (DF), está em Mato Grosso do Sul desde o início da semana, para monitorar a área, que compreende a Reserva Indígena Kadiwéu, o Parque Nacional da Serra



RESERVA KADIWÉU. Ibama localizou queimadas e desmatamento

de Bodoquena, as áreas de entorno destas reservas, além das nascentes dos rios da Prata e Formoso.

De acordo com a chefe da Divisão Técnica Ambiental

do Ibama em Mato Grosso do Sul, Joaquina Lube Battilani, vários proprietários de fazenda já foram autuados por desmatamento. A ocupação ilegal de uma área da reserva

indígena também foi constatada, e providências, segundo ela, serão tomadas. Hoje, terá início a segunda etapa da operação, no Parque Nacional da Serra da Bodoquena.

"Na reserva indígena verificamos toda a área, de 650 mil hectares, e constatamos várias situações irregulares. Agora é a vez do parque, que é menor: 75 mil hectares, mas não menos complexo", disse Joaquina.

Por envolver reservas indígenas e um parque nacional, a operação conta com o apoio de técnicos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, e da Fundação Nacional do Índio. O Ministério Público Estadual e o Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul também participam da iniciativa, sobretudo no monitoramento das áreas que não estão sob proteção federal.



DETIDOS DURANTE APRESENTAÇÃO

O que era para ser uma apresentação bem-humorada da programação do Festival Hiperfônico terminou em tumulto ontem no Fórum de Campo Grande. O grupo de teatro Imaginário Maracangalha foi detido após terminar a performance de intervenção muda, com o personagem do conto do João do Rio, o "Homem da Cabeça de Papelão". Segundo um dos atores, um policial militar que faz a guarda do prédio chamou uma viatura para levar os artistas à delegacia, já que eles haviam tirado uma foto sua sem autorização. A situação foi parar no juízo do Fórum que pediu a liberação do grupo. Eles tiveram que assinar um termo de responsabilidade. (Gabriela Couto)

Item Jornalístico 13

10 | CIDADES | CORREIO DO ESTADO
DOMINGO, 5 DE JUNHO DE 2016

MEIO AMBIENTE

Flagras de degradação ambiental colocam conservação em pauta

Em uma das regiões mais belas e turísticas do Estado, novas áreas de proteção devem ser criadas para evitar destruição

JONES MÁRIO

Três graves crimes ambientais flagrados em Bonito - a 300 quilômetros de Campo Grande -, nos últimos 20 dias, destoam do que pregam as campanhas de preservação alusivas ao Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado hoje. Depois das infrações, que resultaram na aplicação de R\$ 16,7 milhões em multas e envolveram também o prefeito da cidade, Leonel Lemos de Souza Brito, o "Leleco", uma audiência pública convocada pelo Ministério Público Estadual (MPE), para amanhã, discute a implementação de três Unidades de Conservação (UCs) no município. A área de duas delas atinge 20 propriedades rurais e provoca impasse entre produtores e poder público.

A prefeitura de Bonito pretende formar dois Refúgios de Vida Silvestre (RVSs) e um Parque Nacional Municipal (PNM). Focos de maior debate, o RVS do Banhado Rio da Prata engloba sete propriedades particulares, ao passo que o segundo, do Banhado Rio Formoso, inclui 13. Segundo a titular da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Sema) de Bonito, Chris Vasques, é possível compatibilizar as atividades rurais com a conservação da UC, mas, "caso não haja a anuência do dono da terra, os trâmites caminham para desapropriação".

A secretária defende que a

16,7

MILHÕES DE REAIS é o valor total das multas aplicadas pelo destacamento da PMA em Bonito, apenas este ano. Danos em APPs, atividade potencialmente poluidora sem licença, extração irregular de mineral, poluição, posse de carne de animal silvestre produto de caça ilegal e supressão de vegetação nativa foram alguns dos crimes ambientais flagrados pelos policiais.

consulta pública é o momento para dialogar com os fazendeiros. O Sindicato Rural da cidade chegou a barrar a audiência, antes prevista para acontecer no dia 25 de fevereiro, após ingressar com mandado de segurança. Os proprietários de terras defendiam que não tiveram acesso aos estudos técnicos, exigidos por lei para criação das unidades. Superado o entrave na Justiça, o evento acontece amanhã, no Centro de Convenções de Bonito, a partir das 14h.

Vasques pondera que a criação das UCs nos banhados Rio da Prata e Rio Formoso implica em barrar o processo de degra-

dação destes ambientes. "Protegendo essas áreas, garantimos a biodiversidade, a regulação do fluxo de água dos rios, a transparência e exuberância das nossas águas e o emprego de centenas de famílias que vivem desse setor", pontua a titular da pasta.

A única UC proposta em local de domínio público é o PNM da Guavira, situado na porção central de Bonito e adjacente ao aeroporto da cidade. Estudo realizado pela Fundação Neotrópica do Brasil, para a formação do perímetro, descreve que as áreas com presença da guavira, fruto típico do Cerrado e que deu origem a uma festa anual temática na cidade, estão menos abundantes em decorrência do impacto causado pela fragmentação de suas populações, seja por extrativismo inadequado ou expansão das fronteiras agrícolas.

Conforme pesquisa da mesma entidade, os RVSs dos banhados Rio da Prata e Rio Formoso têm o objetivo de proteger ambientes naturais em que há condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local, bem como da fauna residente ou migratória. O documento relata ainda que as áreas úmidas sustentam grande parte das atividades turísticas do município.

RIO DA PRATA

A criação de um dos perímetros se propõe a proteger o Rio



MULTA. Na Fazenda Boa Vista, última autuada, erosões e assoreamento de córregos foram identificados

da Prata, um dos favoritos para a prática de ecoturismo na cidade, por causa da transparência de suas águas, resultado da alta concentração de calcário. O curso foi alvo das três infrações ambientais entre 16 de maio e 2 de junho. Em uma delas, proprietários rurais foram multados em R\$ 13 milhões, após serem flagrados drenos, construídos para secagem do solo das fazendas, que desaguam no afluente. Segundo relatório para formação das UCs, a fazenda autuada tem 31,84% de seu território dentro do RVS do Banhado Rio da Prata.

Já o próprio prefeito de Bonito, Leleco, foi autuado em R\$ 520 mil no dia 19 de maio, por depósito irregular de embalagens de agrotóxicos, por manter pastagem em Área de Preservação Permanente (APP) e por falta de cerca na região do Córrego Turvo, que desemboca no mesmo Rio da Prata. Em sua fazenda, chamada Arco-Íris, policiais militares ambientais identificaram gado pisoteando e degradando áreas protegidas do regato. Em nota, o mandatário reconheceu "falhas no manejo" da área, mas não aceita "ser responsabilizado pelos danos ambientais de outros".

A ocorrência mais recente, na quinta-feira (2), aconteceu na Fazenda Boa Vista, às margens da BR-267. A PMA multou a proprietária em R\$ 3,2 milhões, por destruir 64 hectares de APP com criação de gado. No local, os agentes constata-

ram ausência de cercamento de áreas protegidas dos córregos Sacuri e Barreiro, afluentes do Rio da Prata, em perímetro de 10 km. Trechos de matas ciliares eram pisoteados pelo rebanho e degradados, causando erosões nas imediações e em margens dos cursos d'água.

Os crimes flagrados nos últimos 20 dias ameaçam diretamente a maior atividade econômica de Bonito - o turis-

mo. Flutuação e mergulho nos rios da Prata e Formoso, bem como em seus afluentes, são algumas das atrações mais procuradas por quem vai ao município. Segundo o Observatório do Turismo e Eventos, 60,8 mil pessoas visitaram a cidade somente no primeiro trimestre deste ano - número equivalente ao triplo da população local.

Rigor da lei em Bonito não impede crimes

Pelo Código Florestal, legislação de alcance federal, as margens de um córrego ou rio constituem Área de Preservação Permanente (APP) e devem ser protegidas em faixa com metragem mínima de 30 metros. Em Bonito, porém, a lei municipal prevê que a menor distância ao longo dos rios seja de 50 metros para APPs.

O rigor, porém, não intimidou a prática dos 14 crimes ambientais flagrados pela 4ª Companhia de Polícia Militar Ambiental (PMA) de Bonito este ano, que ocasionaram multas no valor total de R\$ 16.799.873,00. De acordo com o tenente Diego Ferreira, comandante da unidade, o poder aquisitivo dos flagrados é levado em conta nas penalizações.

Entre os crimes cometidos, estão danos em APP, atividade potencialmente poluidora sem licença, extração irregular de mineral, poluição, posse de carne de animal silvestre produto de caça ilegal e supressão de vegetação nativa. Durante as ações, a companhia apreendeu cinco pás-carregadeiras, 200 lascas de madeira, três caminhões, seis quilos de carne de cateto e de veado, além de R\$ 500 mil em agrotóxicos.

A população de Bonito é uma das principais aliadas da PMA. O comandante da unidade local revela que o destacamento da cidade recebe, pelo menos, uma denúncia de crime ambiental por dia. (JM)

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

BONITO QUER CRIAR ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL EM TRÊS LOCAIS

■ PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA GUAVIRA

ÁREA: 60,9 hectares
PERÍMETRO: 4.644,09 metros
LOCALIZAÇÃO: porção central de Bonito e adjacente ao aeroporto da cidade
BIOMA: Cerrado

■ REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE DO BANHADO RIO FORMOSO

ÁREA: 2.275,41 hectares
PERÍMETRO: 57.564,62 metros
LOCALIZAÇÃO: região central de Bonito e entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena
BIOMAS: Mata Atlântica e Cerrado

■ REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE DO BANHADO RIO DA PRATA

ÁREA: 3.273,42 hectares
PERÍMETRO: 33.795,31 metros
LOCALIZAÇÃO: região sul de Bonito e ao sul do complexo da Serra da Bodoquena
BIOMAS: Mata Atlântica e Cerrado



Fonte: Sema

Danos ao meio ambiente ameaçam turismo local

Titular da Sema, Chris Vasques alega que as regiões de nascentes demandam maior vigilância dos órgãos de fiscalização e combate a crimes ambientais. "Essas áreas são responsáveis por manter o fluxo de água dos rios, pela filtragem de sedimentos, além de ser berçário para muitos peixes e habitat de aves e mamíferos ameaçados de extinção. Com a drenagem dessas áreas, toda essa biodiversidade fica prejudicada", diz, destacando danos nas fazendas multadas em R\$ 13 milhões.

Bióloga e especialista em perícia, auditoria e gestão ambiental, a secretária alerta para o risco aos pontos turísticos

da cidade sempre que os alvos dos crimes são os recursos hídricos. "Interfere diretamente no fluxo do curso do rio e, principalmente, no que diz respeito à turbidez das águas. Quando se trata de intervenção da Área de Preservação Permanente (APP), o carreamento de sedimentos para o curso d'água e o assoreamento podem ficar evidentes".

A responsável pela Sema ressalta que balneários da cidade já foram interditados em decorrência de degradações em áreas de proteção e prometeu mais rigor no combate a infrações contra a natureza.

Já o comandante da 4ª Companhia de Polícia Militar

Ambiental (PMA) de Bonito, tenente Diego Ferreira, aponta que os crimes contra recursos hídricos são os que mais preocupam na região. "Não é o mais recorrente, mas tem mais apelo. A cidade é movimentada pelo turismo, que explora os rios."

A unidade da PMA no município foi responsável pelas ações que culminaram nas multas milionárias aplicadas nos últimos 20 dias. Além da penalização financeira, as atividades irregulares foram interditadas e os autores vão responder por crimes ambientais. Se condenados, podem pegar até três anos de prisão. (JM)



BANHADO RIO FORMOSO. Refúgios de Vida Silvestre têm o objetivo de proteger a natureza

Item Jornalístico 14

12 | CORREIO DO ESTADO
SEGUNDA-FEIRA, 19 DE SETEMBRO DE 2016

Especial > MEIO AMBIENTE



Canais de drenagem construídos ao longo de décadas, para uso na agricultura, provocam turbidez das águas dos rios da região – como o Formoso –, que atraem 200 mil turistas por ano.

FABIO PELLEGRINI
DE BONITO

Ambientes naturais delicados e de fundamental importância ecológica para a biodiversidade da Serra da Bodoquena e do Pantanal, os banhados do Rio Formoso e do Rio da Prata, localizados em Bonito e Jardim, vêm sofrendo degradação ao longo dos anos, causando prejuízos para o turismo, principal gerador de empregos da região.

A prefeitura de Bonito, por sugestão da Fundação Neotrópica do Brasil e do Conselho de Meio Ambiente do município, tenta, desde o início deste ano, em transformar essas áreas úmidas em unidades de conservação, mas proprietários rurais das fazendas afetadas, representados pelo Sindicato Rural, tentam barrar a proposta judicialmente (veja box abaixo).

Enquanto o imbróglio jurídico aguarda um desenrolar, pesquisadores são consensuais quanto à necessidade de tomar as áreas úmidas da Serra da Bodoquena efetivamente protegidas. Já que o Código Florestal permite o uso do solo nessas áreas, desde que o órgão ambiental estadual – o Imasul – conceda o licenciamento.

Para o botânico Arnildo Pott, professor da UFMS, aos olhos dos leigos, essas paisagens não são representativas, mas guardam verdadeiros tesouros da biodiversidade.

“Quem olha de fora pensa que é somente um capinzal. Parecem áreas monótonas, mas há mais de 500 espécies de vegetais e uma diversidade de vida animal associada às plantas: insetos, aves que fazem ninhos ou se alimentam ali, além de mamíferos de grande e pequeno porte”, diz Pott.

“Não creio que faltem informações aos proprietários. Falta compromisso”

Diego Ferreira, da Polícia Militar Ambiental, sobre as atuações a donos de fazendas da região

Ele reforça que o mau uso dessas áreas, que são cabeceiras dos rios Formoso e da Prata, afeta diretamente o Pantanal: “Esses brejos acumulam uma terra preta encharcada, que são restos dos vegetais. O acúmulo dessa matéria orgânica funciona como estoque de água, como uma esponja que armazena água para o ano inteiro. Essa água flui limpa e é a razão da perenização dos rios. A drenagem desses sistemas rebaixa o nível de água do solo, ele fica arejado, e esse material orgânico se oxida. Ou seja, ele se queima sem chamas e não fun-

ciona mais como esponja”. O professor também enfatiza: “Ainda vemos os proprietários rurais deixarem gado beber água nos córregos. Isso vai solapando, entupindo, estragando as plantas que protegem as áreas úmidas. Daí a necessidade de conservá-las. As valas de drenagem devem ser fechadas, para que o ecossistema de nascente possa se recuperar”.

Para José Sabino, biólogo e coordenador do projeto Peixes de Bonito, que estuda a ecologia e o comportamento de peixes da Serra da Bodoquena, os banhados são ecossistemas vitais para a manutenção da biodiversidade ao longo do curso dos rios:

“Esses ambientes são áreas de alta produção primária, porque a lâmina d’água é muito pequena, então há muita exposição à luz, o que gera grande produção de microalgas e organismos da base de cadeias alimentares. Há peixes de pequeno porte, uma fabulosa diversidade de invertebrados que vivem associados às plantas e ao leito desse tipo de ambiente, e todo esse conjunto fornece um aporte de energia. Do ponto de vista alimentar, os banhados são a base de grandes cadeias alimentares”.

Sabino descreve como o ciclo de chuvas regula a entrada e saída de água dos banhados e que, embora não tenham sido mensuradas as consequências nas áreas em questão, o conhecimen-

to científico sobre o assunto indica que os drenos devam causar impacto negativo: “Drenando rapidamente a água, há o risco de secar e matar totalmente a várzea. Inundá-la excessivamente alteraria a lâmina d’água, diminuindo a penetração de luz e, por consequência, a fotossíntese. Por precaução, o correto seria manter a dinâmica natural dos sistemas, sem drenos que possam acelerar ou diminuir o fluxo, estando a montante ou a jusante do banhado”, finaliza.

AÇÕES X LEGISLAÇÃO

Os esforços para a conservação de áreas úmidas tomaram impulso a partir de 1971, com a assinatura da Convenção sobre Áreas Úmidas, em Ramsar, no Irã. O Brasil assinou a convenção Ramsar em 1993, tendo oito sítios designados como Áreas de Importância Internacional, entre elas, o Parque Nacional do Pantanal.

Segundo o secretário-executivo do “Programa Biota-MS”, Fabio Roque, nos últimos anos, Mato Grosso do Sul tem se alinhado com iniciativas mundiais de estratégias de conservação das quais o Brasil é signatário, como a Convenção Internacional de Diversidade Biológica, o Acordo de Aichi, as Metas de Desenvolvimento Sustentável da ONU e a Convenção de Ramsar.

“Mato Grosso do Sul ainda reúne um rico capital natural

para ser tornar um exemplo nacional e internacional de gestão territorial, visando resiliência socioambiental. Certamente, as áreas úmidas constituem parte deste capital de elevado valor agregado, em termos de benefícios ambientais, como provisão de água, manutenção de biodiversidade e beleza cênica”, diz ele.

“Neste contexto, penso ser fundamental que o Estado crie um plano estratégico para as áreas úmidas. Não apenas para o Pantanal, mas para Mato Grosso do Sul como um todo”, sugere Roque.

OLHOS DE FISCAL

O tenente Diego Ferreira, comandante das operações de fiscalizações da Polícia Militar Ambiental nos banhados de Bonito, disse que as degradações constatadas neste

ano revelam um pouco de despreocupação dos proprietários quanto à importância do local.

“Os autuados reclamam das autuações no tocante aos valores; entretanto, ninguém se mostra preocupado com a relevância de suas propriedades. Não creio que faltem informações aos proprietários. Falta compromisso”, revela.

Ele também apóia a iniciativa de resguardar as áreas úmidas: “A região carece de mais estudos que demonstrem sua importância e também de legislação que a proteja, pois as leis atuais, apesar da fiscalização, não têm sido efetivas para proteger o local. Urge a adoção de medidas que visem sua proteção, sob pena de as futuras gerações não conhecerem a região como nós a conhecemos”.

FABIO PELLEGRINI



BOTÂNICO. Para Arnildo Pott, os banhados vão além dos “capinzais”



PESQUISA. A preservação da vida subaquática em Bonito está ligada ao cuidado com os banhados

Criação de unidades de conservação gera disputa

O Sindicato Rural interveio judicialmente duas vezes neste ano, com dois mandados de segurança contra a realização de audiências públicas, alegando não ser con-

tra a criação das unidades de conservação (UCs), mas à forma como a prefeitura conduz o processo. A prefeitura, por sua vez, afirma que vem seguindo as diretrizes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Nesse ínterim, a PMA autuou cinco proprietários rurais por irregularidades em fazendas no Banhado do Rio da Prata. Foram constatados canais de drenagem e desmatamento sem licenciamento, armazenamento

irregular de embalagens de agrotóxicos e gado em áreas de preservação permanente.

A promotora de Bonito está fazendo vistorias técnicas com uma equipe do Imasul, para propor Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) aos fazendeiros que foram flagrados pela fiscalização causando graves danos ambientais em suas propriedades no entorno do Banhado do Rio da Prata. (FP)

Item Jornalístico 15

CORREIO DO ESTADO
TERÇA-FEIRA, 11 DE DEZEMBRO DE 2018 CIDADES | 9

FOGO

Incêndio destrói andar de hotel no centro de Campo Grande

Curto-circuito teria causado chamas, que rapidamente se alastraram pelo prédio antigo



SOCORRO. Sem caminhão autoescada, bombeiros se uniram para erguer mangueira do chão

YARIMA MECCH
BRUNA AQUINO

Depois de quase duas horas de incêndio, o segundo andar do Hotel Nacional, localizado no Bairro Amambai, em Campo Grande, ficou destruído na tarde de ontem. O gerente do hotel, João de Araújo, 50 anos, disse que estava na recepção quando algumas pessoas que passavam pela rua o chamaram e avisaram que havia fogo e fumaça saindo do prédio. Imediatamente, ele ligou para os quartos e pediu para que os hóspedes desocupassem os cômodos.

Após o local foram diversas viaturas do Corpo de Bombeiros, que contou ainda com apoio do Serviço de Atendimento

Saiba

Hidrantes

Os caminhões do Corpo de Bombeiros são abastecidos com água por hidrantes espalhados pela Capital. Segundo a Agência Guaripaba, são 250 hidrantes instalados na cidade, dos quais todos estão 100% operacionais.

Móvel de Urgência (Samu), da Energia e da Polícia Militar de Trânsito.

Ainda não há informação

oficial sobre o que teria causado o fogo, mas o gerente acredita que tenha havido um curto-circuito em algum dos quartos do segundo andar. A equipe da Energisa, concessionária de distribuição de energia elétrica do Estado, foi acionada para desligar o fornecimento do prédio e verificar se havia risco de explosões por conta da fiação.

De acordo com a gerência, cinco pessoas estavam hospedadas no hotel e todos conseguiram descer o prédio. Apesar disso, a correria foi grande, após o aviso de evacuação. Depois do susto inicial, veio a tristeza e o lamento por conta dos objetos pessoais queimados e da incerteza do que aconteceria, já que todos



TRAGÉDIA. Segundo andar de prédio ficou destruído pelo fogo de quase duas horas

vieram de fora e não têm parentes na Capital.

A cirurgiã-dentista Mirlane Mendes, 22 anos, mora em Boa Vista (RR) e estava hospedada há poucas horas. Ela veio à Capital para fazer uma prova de residência em sua área. Após o exame, voltou ao hotel e dormia em seu quarto, no térreo, quando foi acordada pelo gerente, avisando sobre o incêndio.

"Eu estava sentindo um calor, mas achei que era o clima da cidade. O gerente bateu à porta e pediu para sair correndo porque estava pegando fogo", disse.

A aposentada Maria Aparecida Henriques Oliveira, 74 anos, mora em um dos quartos do hotel há três anos. Ela

assistia à televisão quando a luz acabou e, na sequência, foi informada sobre o fogo. Ela também contou que o gerente bateu à porta avisando para que evacuar o prédio.

"Estou muito feliz, porque não aconteceu nada de mais grave", disse a aposentada, acrescentando que, mesmo após o caso, ela "não vai sair nem morta".

Com todos seguros, o que chamou atenção foi a falta de suporte para as guarnições do Corpo de Bombeiros. Com poucos recursos, alguns que estavam de folga foram ajudar os colegas no combate ao fogo. Sem o caminhão autoescada, que está para ser entregue pelo governo do Estado pelo menos desde 2017, os militares ten-

taram controlar o incêndio, mas a água chegava apenas à janela do primeiro andar do prédio, até que uma equipe se uniu para erguer mais a mangueira do chão e combater as chamas no alto.

Um caminhão-pipa que estava a caminho do local quebrou na Avenida Doutor João Rosa Pires. Por poucos minutos, os militares ficaram sem água, mas outro caminhão carregado chegou ao local. De acordo com os militares, o prédio não precisou ser interditado.

Conforme a Secretaria Municipal de Saúde Pública (Sesau), o Samu não fez atendimento no local, ficou apenas no apoio. (Colaborou Glauce Vaccari)

POLUIÇÃO

"Se tivessem cuidado há 15 anos, não estaríamos aqui", diz promotor

YARIMA MECCH

Se as causas ambientais cobradas há 15 anos tivessem sido feitas, as águas dos rios de Bonito e Jardim não teriam ficado cheias de lama e turvas, foi o que afirmou o promotor de Justiça Luciano Furtado Loubet, que já atuou na cidade. O discurso dele foi ouvido por autoridades que se reuniram ontem na Câmara Municipal de Bonito, em busca de diminuir os impactos ambientais na Serra da Bodoquena.

"Tem que regulamentar a lei que proíbe mineração, agricultura e extração de madeira a 150 metros do rio. A lei que proíbe o gado de beber água no rio. Esses rios têm que ser tratados de forma diferenciada. Não são o Rio Miranda, que é outro tipo, esses rios cristalinos de Bonito, da Serra da Bodoquena, têm que ser preservados de uma forma diferenciada. Falam dos drenos na nascente do Rio da Prata, mas do Rio Formoso está pior. Ele está nascendo

turvo", disse Luciano.

Durante audiência pública, os presentes ouviram biólogos e as reclamações da população referentes ao medo de o ecoturismo na região estar ameaçado.

Como divulgado pelo Correio do Estado, cerca de 50% dos empregos de Bonito dependem diretamente do turismo. O secretário de Meio Ambiente, Jaime Veruck, disse que tomará medidas junto a Sanesul para melhorar as estações de tratamento de esgoto.

AEDS

Menino é primeiro a morrer por dengue

TAINÁ JARA

A Secretaria Estadual de Saúde (SES) confirmou a primeira morte por dengue em Mato Grosso do Sul. A vítima foi um menino de 13 anos, do município de Três Lagoas. Conforme o Hospital Auxiliadora, onde o menino ficou internado, ele deu entrada na unidade na segunda-feira (3) e morreu na dia seguinte.

Há outra suspeita de dengue no município. O adolescente de 15 anos é atendido pelo mesmo hospital e deu entrada na quinta-feira (6). Em nota, a unidade de saúde afirmou que o paciente foi avaliado, medicado, realizou exames, está internado e seu estado de saúde é considerado estável.

Conforme o último boletim epidemiológico divul-

gado pela SES, no início de novembro, foram notificados 5.527 casos suspeitos de dengue neste ano, no Estado. Os registros ainda são menores do que no ano anterior, quando foram contabilizadas 6.201 suspeitas da doença e três óbitos. A queda em 2018 foi de 13% em relação a 2017. Em 2016, as notificações chegaram a 59.874.

Neste ano, Três Lagoas é o município com maior número de notificações. São 1.838 registros, com uma incidência de 1.676,5, portanto, mais de 300 casos para cada 100 mil habitantes.

COOPERATIVA
COOP-GRANDE

Melhor preço e qualidade todos os dias

MERCADO DO PRODUTOR
Av. Calógeras, 616 esq. C/ Rua Liberdade
3342-1830 3342-0230

SEGUNDA A SÁBADO 7:00 ÀS 19:30 hs
DOMINGOS ATÉ 12:00 hs.

OFERTAS VÁLIDAS 11/12/2018 - TERÇA-FEIRA

Afiao Crespa 0,98 (kg)	Melancia 1,18 (kg)	Repolho Verde 1,28 (kg)
Laranja Pera 1,38 (kg)	Chuchu 1,48 (kg)	Batata Doce 1,88 (kg)
Cenoura 1,88 (kg)	Melão 1,88 (kg)	Alface Doce 1,89 (kg)
Beringela 1,98 (kg)	Limão Taiti 1,98 (kg)	Mamão 1,99 (kg)
Acelga 2,68 (kg)	Manga 2,69 (kg)	Tomate Cereja 2,88 (kg)
Tomate Salada 2,98 (kg)	Abacaxi Perola 2,99 (kg)	Mamão Palmer 2,99 (kg)
Morango 2,99 (kg)	Uva Clara Sem Semente 3,99 (kg)	Uva Vermelha Sem Semente 3,99 (kg)
Feijão Branco 5,99 (kg)	Alho Nacional 9,89 (kg)	

Verduras, Frutas, Legumes Mercado e Açougue

PLANTAMOS VENDEMOS RESPEITANDO SUA SAÚDE

REDE SHOP
VISA
Vou Vale

Desapega!!!
Coleta de lixo eletrônico - 15/12 das 9:00h às 17:00h

BOA SEMANA!!!

WhatsApp

ENVIE SUA NOTÍCIA 67 99922-6705

CORREIO DO ESTADO
CREDIBILIDADE DE LÍDER

Item Jornalístico 16

CORREIO DO ESTADO
QUINTA-FEIRA, 13 DE DEZEMBRO DE 2018 | CIDADES | 7

MEIO AMBIENTE

Ministro diz que lama em rios
foi pontual por conta de chuvas

Águas cristalinas ficaram sujas entre novembro e dezembro

ALINE OLIVEIRA
EDUARDO FREGATTO,
DE BRASÍLIA

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Blairo Maggi, comentou durante entrevista realizada ontem (12), em Brasília (DF), que o caso do avanço da lama nas águas dos rios de Bonito e Jardim foi uma decorrência pontual provocada pelo excesso de chuvas.

"O que aconteceu em Bonito não é fato que acontece todos os dias. Uma chuva muito forte fez com que as curvas de nível e os terraços não suportassem o volume da água e acabaram indo com a enxurrada para o rio. É uma situação que acontece quando se tem registro de chuvas com 140 mm a 160 milímetros", argumentou.

De acordo com Maggi, o Brasil conta com uma das melhores legislações ambientais do mundo, contribuindo para preservação das margens de rios e reservas legais.

"A lei ambiental brasileira é o filtro de preservação dos nossos rios. Tanto que temos estudos que comprovam a melhoria de algumas localidades, como as Cataratas do Iguaçu, por exemplo", disse.



SITUAÇÃO. Rio da Prata, conhecido por ter água cristalina, ficou sujo e empresários fecharam balneários em Jardim e Bonito

ÁGUAS TURVAS

O avanço da lama nas águas do Rio da Prata e Formoso aconteceu na primeira quinzena de novembro e causou preocupação para moradores e empresários do setor turístico de Bonito.

O Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul) realizou uma fiscalização e notificou duas propriedades rurais, por realizarem manejo de solo sem construção de curvas de nível, que impedem o avanço de terra para os rios.

Diante das fortes chuvas registradas, os sedimentos e a terra revolvida foram carregados para o curso d'água, provocando o escurecimento das águas cristalinas.

Conforme informado pelo instituto, foram realizadas imagens aéreas que subsidiaram medidas para prevenir que a lama escorra novamente para as margens do rio.

Na terça-feira (11), foi realizada uma audiência pública para debater medidas concretas de preservação de nascentes, áreas alagadas e

Saiba

Justiça

No começo deste mês, a Justiça determinou o bloqueio de R\$ 400 dos proprietários de duas fazendas suspeitas de causarem o turvamento das águas. A decisão foi da juíza Adriana Lampert, que deferiu o pedido feito pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS).

toda a extensão dos rios, independentemente do setor, produtivo ou turístico. Além da lama nos rios, os empresários se preocupam com os drenos que foram colocados nas nascentes e colocam em risco a beleza natural da Serra da Bodoquena.

Dependentes do turismo, trabalhadores do setor destacaram que os rios têm demorado mais tempo para ficarem limpos após as chuvas, cerca de 10 dias para voltar à cor natural.

OPERAÇÃO
Empresários
conseguem
liberdade

RENAN NUCCI

O empresário do ramo de informática João Roberto Baird, uma das peças centrais do esquema de corrupção, desvio de recursos públicos e lavagem de dinheiro desarticulado pela Polícia Federal durante a Operação Computadores de Lama, foi solto na segunda-feira pelo Tribunal Regional Federal (TRF3).

Além dele, os outros presos na ação, André Luiz Cance, ex-superintendente da Secretaria de Fazenda na gestão André Puccinelli (MDB), o empresário Antônio Celso Cortez e Romilton Rodrigues de Oliveira, suposto laranja de Baird, também foram liberados.

O advogado José Wanderley Bezerra Alves, que faz a defesa de Baird e Cance, não quis entrar em detalhes sobre o pedido de habeas corpus porque o caso está em sigilo. "O que posso dizer apenas é que não existiam requisitos suficientes para manutenção da prisão".

Na terça-feira da semana passada, Cance e Cortez tiveram o pedido de habeas corpus aceito pelo desembargador Paulo Fontes, do TRF3. Sobre Romilton, ainda não há detalhes a respeito da soltura dele, mas Wanderley confirmou que todos os presos respondem em liberdade.

NO ÔNIBUS
Ambulante
ejacula em
jovem

YARIMA MECCH

Um homem de 38 anos foi preso em flagrante, ontem, suspeito de ejacular em uma jovem de 26 anos. Ambos estavam em um ônibus do transporte coletivo - linha 524 - e, de acordo com o depoimento da vítima, ela estava com filho recém-nascido e o suspeito ofereceu o banco para ela sentar.

Quando sentou, o homem teria começado a se esfregar no seu ombro, a vítima colocou o braço para cima, segurando o banco da frente, e o mesmo não parou de encostar no ombro dela.

O suspeito ainda começou a passar a mão no rosto de bebê, e de acordo com o Boletim de Ocorrência, teria passado também no seio da vítima. Ela tirou a mão dele, mas, ainda assim, ele insistiu e encostou novamente no rosto do recém-nascido.

Em determinado momento, a vítima colocou a mão para trás e sentiu que a calça do suspeito estava molhada, quando olhou para ver o que tinha acontecido percebeu que ele teria ejaculado.

A moça esperou o ônibus chegar ao terminal e chamou o segurança, que parou o ônibus e deteve o suspeito até a chegada da Polícia Militar. O caso está sendo investigado pela Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam).

IPTU 2019

QUEM FAZ CAMPO GRANDE MELHOR SOMOS TODOS NÓS

**IPTU EM DIA
CAMPO GRANDE
PRA FRENTE**

CAMPO GRANDE
PREFEITURA

www.campogrande.ms.gov.br/iptu

PAGUE À VISTA COM

20%

DE DESCONTO

ATÉ DIA 10 DE JANEIRO

Imprima o boleto no site e ajude a fazer uma Campo Grande melhor. Qualquer dúvida: DISQUE IPTU 156

WhatsApp

ENVIE SUA NOTÍCIA 67 99922-6705

CORREIO DO ESTADO
CREDIBILIDADE DE LÍDER

Item Jornalístico 17

CORREIO DO ESTADO
TERÇA-FEIRA, 7 DE MAIO DE 2019 | CIDADES | 9

BONITO

Drenagem em nascente ameaça Rio Perdido

Instituto Homem Pantaneiro denuncia situação e diz que atividade agropecuária pode prejudicar o curso

LUANA RODRIGUES

Saiba
Águas turvas

O avanço da lama sobre as águas cristalinas dos rios de Bonito e Jardim trouxe alerta à indústria do ecoturismo na região. O maior atrativo dos visitantes que passam pelas cidades foi ameaçado pelo avanço do agronegócio, pelo desmatamento ilegal nas margens dos rios, pela falta de drenagem nas estradas e pelos drenos nas nascentes.

e, certamente, o Imasul [Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul] deve ir ao local para verificar se o que está sendo feito é crime ou se é necessária alguma adicionalmente, medidas complementares à legislação. O nosso papel é comunicar às autoridades e esperar que eles adotem providências no sentido de não só proteger a nascente, como a própria propriedade".

Conforme Rabelo, a situação já foi denunciada aos órgãos de proteção do Meio Ambiente e deve ser investigada. "Tem de ser feita uma perícia

denúncia e vai apurar o caso. "Recebi a informação na sexta-feira [3] e já informei a Polícia Militar Ambiental. Eles vão verificar e, caso seja constatada alguma irregularidade, vamos instaurar procedimento", explicou.

O Imasul foi procurado, mas, até a publicação desta reportagem, não houve retorno.

PARQUE NACIONAL

Criado em setembro de 2000, o Parque Nacional da Serra da Bodoquena foi a primeira - e, até o momento, a única - unidade de conservação de proteção integral federal implantada em Mato Grosso do Sul. A criação do parque tinha como objetivo a proteção da maior área contínua de Mata Atlântica no Estado, que está localizada sobre um terreno com características geológicas especiais.

O parque tem 76.481 hectares de extensão e foi transformado em área de utilidade pública pelo decreto de criação. Os dois principais rios do parque nacional são o Salobra, localizado no fragmento norte, e o Perdido, no fragmento sul. Assim, como na maior parte dos cursos de água da serra, esses rios apre-



DEGRADAÇÃO. Situação foi denunciada a órgão de proteção do Meio Ambiente e será investigada

sentam águas muito límpidas, por conta da ação das chuvas sobre as rochas existentes na região. A dissolução de tais pedras no caminho de drenagem confere às águas propriedades como o gosto salobra e a dificuldade de apresentar partículas em suspensão. No decorrer do tempo, a interação das águas com as formações rochosas foi a responsável pelo surgimento de numerosas cavidades naturais (cavernas, grutas, abismos, alagados ou não), muitas delas ainda por serem identificadas.

O trajeto de muitos rios e córregos da Serra da Bodoquena passa por cavidades. Alguns trechos do Rio Perdido são subterrâneos, e os pontos onde as águas adentram cavidades ou saem delas (denominados sumidouros e ressurgências, respectivamente) podem apresentar grande beleza cênica, como é o caso do sumidouro



AGRICULTURA. Instituto fez levantamento da situação do rio e encontrou drenos nas nascentes em duas propriedades rurais

presente na área de onde se localiza a Fazenda Boqueirão.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) tem negociado a compra de propriedades abrangidas pelo parque. Até o momento, foram adquiridos aproxi-

madamente 9.040 hectares (11,8% da área total). Nas extensões ainda não adquiridas, são permitidas as atividades agropecuárias em terras produtivas, mas qualquer forma de supressão ou exploração econômica nas áreas nativas está proibida.

TJMS

Audiência vai discutir taxas cartorárias

Debate sobre projeto polêmico relativo à mudança na cobrança de taxas cartorárias será retomado na quinta-feira (9). O corregedor-geral de Justiça, desembargador Sérgio Fernandes Martins, vai detalhar durante audiência no auditório do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS) questões relacionadas para propor nova tabela de emolumentos.

O assunto teve início em dezembro de 2017, momento em que o TJ encaminhou proposta à Assembleia Legislativa para que os valores das taxas cobradas pelos cartórios fossem aumentados, ampliando a fatura do tribunal sobre a receita das serventias extrajudiciais em até 6%.

Porém, a proposta foi motivo de vários debates que ocorreram ao longo do ano de 2018. Na ocasião, o então presidente do Legislativo, deputado Junior Machi (MDB), tinha sugerido barrar as conversas e a tramitação da proposta por se tratar de ano eleitoral. Após as eleições, em novembro do ano passado, a proposta foi retirada da Assembleia pelo Tribunal de Justiça, pois não houve consenso entre os deputados quanto à tramitação do projeto.

No início de 2019, os deputados retomaram os debates e começaram a pressionar o tribunal para encaminhar o projeto para o Legislativo. (1)

DÍVIDA

Com R\$ 1 milhão para receber, Santa Casa rompe com Unimed

IZABELA JORNADA

A Santa Casa de Campo Grande rompeu contrato que tinha com a Unimed. A reunião que ocorreria ontem, para discutir a manutenção do contrato, nem sequer foi realizada, pois, de acordo com assessoria do hospital, não será possível entrar em acordo em razão do valor da dívida de mais de R\$ 1 milhão, decorrente de atendimentos feitos no hospital e que deveriam ter sido cobrados pelo plano de saúde.

Ainda conforme informações da assessoria da Santa Casa, a Unimed declarou que não pagará o passivo porque o hospital demora para cobrar os valores.

Em nota, o convênio informou que os atendimentos não ocorrerão mais em nenhuma parte da Santa Casa, inclusive no Pronto-socorro, e que o descredenciamento se inicia no dia 13 de maio de 2019.

Ainda em nota, a Unimed diz que o Hospital Unimed, localizado na Avenida Mato Grosso, 4.566, "está preparado para receber os atendimentos eletivos e de urgência e emergência, tanto adulto como pediátrico".

O plano não se manifestou sobre os pagamentos não realizados ao hospital.

A informação anterior, de que a Santa Casa receberia pacientes regulados pela Unimed em estado de extrema



DESCREDENCIADA. Unimed informou que os atendimentos foram interrompidos em todos os setores, inclusive no Pronto-socorro

urgência, não está mais vigente, porque esse detalhe do contrato seria negociado em reunião que foi desmarcada pelo comercial da Santa Casa.

Segundo a assessoria da Santa Casa, outros hospitais também reclamam da falta de repasse de valores por parte da Unimed, mas não tomam nenhuma providência porque não têm "poder" para isso.

A assessoria da Santa Casa afirmou que o passivo acumulado é decorrente de quase três anos de contrato entre as instituições. A assessoria da Unimed foi indagada sobre a informação, mas, até o mo-

mento, não respondeu aos questionamentos.

A Santa Casa alega que outra operadora já procurou o hospital para se credenciar no lugar da Unimed. A assessoria alertou também que existem condições de atendimentos que só a Santa Casa tem e que o hospital do plano de saúde não terá condições de atender, por exemplo, vítima de trânsito que tenha sofrido fratura na madrugada. Isso porque a Unimed não tem médicos de plantão de todas as especialidades, bem como a falta de unidade de politrauma.

ANISTIA

Prazo para regularização de imóveis termina amanhã

Apesar de que a prefeitura havia informado anteriormente, o prazo

para regularização de imóveis por meio da lei de anistia termina amanhã (8), e não no dia 6. No dia 8 de novembro do ano passado, o prefeito de Campo Grande, Marcos Trad (PSD), sancionou a lei, válida por seis meses.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

PÁTRIA AMADA BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 47/2019

Objeto: A presente licitação, do tipo menor preço por item, tem como objeto a aquisição de gêneros alimentícios. Edital: partir de 07/05/2019, das 08h às 12h e das 13h às 17h. ENDEREÇO: Rua João Rosa Gomes, 1761 - Vila Dourados-MS. Entrega das Propostas: a partir de 07/05/2019 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 17/05/2019 às 09h (horário Brasília) no site: <http://www.comprasnet.gov.br>.

Paulo Marcelo C. da Silva
Pregoeiro

GOVERNAMENTO DO ESTADO DE CAMPO GRANDE

MINISTÉRIO DA DEFESA

PÁTRIA AMADA BRASIL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/GAP-CG/2019

OBJETO: Registro de preços de material permanente de TI e comunicações. Abertura das propostas no dia 17/05/2019 às 09h 30min, HORÁRIO DE DEFESA: 17 de maio de 2019, às 09h 00min, horário local. CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES: 17 de maio de 2019, das 08h 30m às 09h 00m, horário local. EDITAL disponível a partir de 7 de maio de 2019, no Sítio de Notícias e Contratos, por meio de Plan-Drive ou E-mail. CONTATO: Telefones: (071) 3360-3215, 3228-3257 ou solicitar via e-mail: licitacoes.geap@fap.mt.br.

GOVERNAMENTO DO ESTADO DE CAMPO GRANDE

MINISTÉRIO DA DEFESA

PÁTRIA AMADA BRASIL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/GAP-CG/2019

OBJETO: Cessão onerosa de uso de bens imóveis da União destinados ao funcionamento de cartório na ALDT ABERTURA DA DEFESA: 17 de maio de 2019, às 09h 00min, horário local. CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES: 17 de maio de 2019, das 08h 30m às 09h 00m, horário local. EDITAL disponível a partir de 7 de maio de 2019, no Sítio de Notícias e Contratos, por meio de Plan-Drive ou E-mail. CONTATO: Telefones: (071) 3360-3215, 3228-3257 ou solicitar via e-mail: licitacoes.geap@fap.mt.br.

WhatsApp

ENVIE SUA NOTÍCIA 67 99922-6705

CORREIO DO ESTADO
CREDIBILIDADE DE LÍDER

Item Jornalístico 18

CORREIO DO ESTADO
SEXTA-FEIRA, 28 DE JUNHO DE 2019 | CIDADES | 7

ARSENAL

MPE despreza carta e pede prisão de guardas municipais

Promotora pediu anulação da decisão de juiz e que colegiado de desembargadores decida liberdade

EDUARDO MIRANDA

A procuradora de Justiça, do Ministério Público do Estado (MPMS), Sara Francisco Silva desprezou o teor da carta escrita pela testemunha da investigação que apura um grupo de extermínio em Campo Grande e pediu ao Poder Judiciário para que os guardas municipais Robert Vitor Kopetski e Rafael Antunes Vieira, além do motorista de aplicativo Flavio Narciso Moraes, voltem para a prisão.

Para o MPMS, Eliane Benitez Batalha dos Santos, companheira do guarda municipal Marcelo Rios, corre sério risco de morrer, e foi ameaçada por colegas de seu marido. Rios, flagrado com um arsenal (com fuzis, pistolas e munição) é o único guarda que está preso neste caso. Na semana passada, ele foi transferido para presídio federal em Mossoró (RN).

Sara interps nesta semana agravo regimental contra decisão monocrática do juiz relator (que atua em segunda instância, no papel de desembargador) Waldir Marques, do Tribunal de Justiça. Ela entende que o magistrado não poderia negar sozinho a medida cautelar ajuizada pelos promotores do Grupo de Apoio Especializado na Repressão ao Crime Organizado (Gaeco). "Somente é cabível ao relator decidir monocraticamente quando a questão não estiver devidamente fundamentada e for contrária a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça



CRIMES. Robert e Rafael, presos entre 23 a 31 de maio, têm envolvimento com empresário apontado como real dono das armas

[STJ] e demais tribunais, o que não é caso dos autos, exceto dos poderes conferidos ao relator", afirmou a procuradora. Ela pede a anulação da decisão de Waldir Marques, que manteve os guardas e o motorista em liberdade; pede também que eles sejam presos preventivamente e, se for o caso, que a decisão seja colocada em mesa (para ser tomada por um colegiado de desembargadores).

Para o Ministério Público do Estado, as ameaças que Eliane afirmou ter recebido, quando garantiu a instrução criminal, mas, sobretudo, a aplicação da lei penal e a incolumidade físi-

ca e mental de Eliane Benitez Batalha dos Santos e demais testemunhas do caso já identificadas ou que assim o forem pela autoridade policial", afirmou, ao citar argumentação dos promotores do Gaeco.

A procuradora ainda complementa: "É evidente a necessidade de se manter a segregação cautelar dos Guardas Municipais Flavio Narciso Moraes, Rafael Antunes Vieira e Robert Vitor Kopetski, visando assegurar a ordem pública, por conveniência da instrução processual e para a aplicação da lei penal, posto que em liberdade podem atentar contra a vida de testemunha primor-

dial ao deslinde dos fatos", arremata.

ENTENDA O CASO Marcelo Rios foi preso em 19 de maio deste ano, depois de ter sido flagrado com um arsenal em vários endereços. A maior parte das armas estava em uma casa localizada no Bairro Monte Libano. No local, havia seis fuzis (dois AK-47 de calibre 762 e quatro de calibre 556), um revólver 357, 11 pistolas 9 milímetros, quatro pistolas .40, uma pistola de calibre 22 e outra pistola de calibre 380, além de duas espingardas, sendo uma de calibre 12 e outra de calibre 22.

Saiba

Investigação

Marcelo Rios é suspeito de envolvimento em, pelo menos, três execuções ocorridas nos últimos 12 meses em Campo Grande, de acordo com relatório de inquérito do Garra, anexado à denúncia protocolada pelo Gaeco. Rios virou alvo de força-tarefa da Polícia Civil durante a apuração das execuções do PM reformado Ilson Figueiredo (morto em junho de 2018); ex-segurança Orlando Fernandes, o "Bomba" (executado em outubro de 2018); e do estudante Matheus Coutinho Xavier, filho do capitão reformado da PM Paulo Roberto Teixeira Xavier (em abril deste ano).

Também foram encontradas 1.753 munições, 392 para os fuzis AK-47.

Na semana seguinte à prisão de Marcelo, Eliane, conforme consta nas investigações, passou a ser assediada pelos colegas do marido. Por isso, os outros dois guardas municipais e o motorista de aplicativo foram presos em seguida por obstrução da Justiça. Eles foram libertados no início de junho e, desde então, com mais este novo recurso, o Ministério Público quer mandá-los de volta à prisão. Atualmente, as armas estão armazenadas na Polícia Federal, e Marcelo Rios foi transferido para penitenciária federal.

A força-tarefa do Garra, investiga três execuções ocorridas desde o ano passado na Capital em que armas semelhantes às apreendidas foram utilizadas contra as vítimas.

MUDANÇA

Piso tátil em calçadas deixa de ser exigido após nove anos

NATALIA YAHN

A instalação de piso tátil nas calçadas deixou de ser exigência em Campo Grande após mais de nove anos sem a efetiva adequação de empresas e moradores. Decreto publicado ontem (27) pelo prefeito Marcos Trad alterou legislação anterior de janeiro de 2010 e flexibilizou as regras, dando alternativas para quem ainda não colocou o piso utilizado como referência de locomoção por pessoas cegas.

Além de mudar as normas, a prefeitura também suspendeu desde ontem, e por tempo indeterminado, a fiscalização e as punições, já que as regras não são mais válidas. O gerente de fiscalização e controle urbanístico da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana (Semadur), Admil Cristaldo, explicou ao *Correio do Estado* que continuam em vigor as exigências relativas à pavimentação das calçadas, bem como sinalização das rampas com piso tátil. "Vamos continuar punindo casos de ausência ou danos da calçada, como buracos e obstáculos inadequados. Mas o decreto publicado hoje muda drasticamente as regras e, por isso, perde o objeto da multa. Já os casos que foram notificados,



ALTERAÇÃO. Prefeitura suspendeu punições, mas promete continuar fiscalizando irregularidades e a exigir melhorias

não tem jeito, a mudança é a partir de agora". Entre as mudanças, a instalação de piso tátil em calçadas com tamanho inferior a 4 metros não é mais exigida, e, no caso das calçadas maiores do que 4 metros, há opções. A dimensão do piso também mudou: antes, variava de 20 a 40 cm, e agora é padronizado em 25 cm. "No caso das pequenas, a obrigatoriedade de instalação não existe mais. O muro vai servir de guia imaginária. Lembrando que é exigido o pavimento não pode ser na terra, com inclinação adequada. Já nas calçadas

maiores, não precisa ser colocado o piso em toda a extensão dela, apenas no centro ou 40% do lado do muro", explicou Cristaldo.

Por mês, a Semadur emite em torno de 400 notificações e multas relativas a diversos tipos de irregularidades, entre elas as que envolvem calçadas. O valor da multa pela ausência de acessibilidade varia entre R\$ 448,60 e R\$ 2.243,00 por obstrução do passeio, e em casos de obstrução por conta de obra, o valor é de R\$ 1.093,50. Na situação de ausência ou adequação de rampa, o valor é de R\$ 6.729,00.

PROJETO

Canudos de plásticos podem ser proibidos

Mato Grosso do Sul entrou no hall dos lugares onde está proibida, por lei, a utilização de canudos de plásticos em bares, restaurantes, padarias, conveniências e hotéis. A proposta foi aprovada ontem (27), na Assembleia Legislativa. A matéria segue para sanção do governador Reinaldo Azambuja (PSDB). A proposta era debatida há um ano e recebeu emenda para que os empresários possam ter prazo de 12 meses para se adaptarem a nova legislação. A multa para quem infringir a lei é de R\$ 5.266,00 a R\$ 10.532,00.

AUTORIZADO

Recursos da Educação são remanejados para infraestrutura

Remanejamento de quase R\$ 10,601 milhões da Educação do município para a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sisep) foi autorizado ontem por meio de publicação oficial. Do montante, R\$ 2,750 milhões também foram retirados da Fundação Municipal de Esporte (Funesp). O remanejamento contemplou o Fundo Municipal de Saúde (FMS), que acabou recebendo R\$ 200 mil.

BODOQUENA

Desvio de nascente do Salobra pode prejudicar turismo

IZABELA JORNADA

Suspeita de desvio de nascente para abertura de poço artesiano é a principal causa de água suja no Rio Salobra - na Bacia da Miranda -, o maior responsável pelo turismo da Serra da Bodoquena. Diagnóstico feito pela equipe do Instituto do Homem Pantaneiro (IHP) aponta que a situação é gravíssima. "Não vai atingir só a Boca da Onça, mas o turvamento daquela água vai prejudicar todo meté turístico. O Refúgio Canaã e o Refúgio da Ilha também, fora os demais empreendimentos", alertou o biólogo Sérgio Eduardo Barreto.

A suspeita ainda precisa passar por pericia. Mas, de acordo com o biólogo, outra descon-

fiância é de que fazendeiros do local possam ter desviado a nascente para irrigação de plantações. "Mas tudo isso precisa ser investigado. Identificamos um grave problema que precisa ser resolvido logo", declarou Barreto. A maior preocupação é com a cor da água e a seca do rio. O desvio da nascente acarreta o ressecamento no trajeto do rio que acaba desaguando no Salobra. Com isso, a vegetação do caminho está praticamente morta e, quando chove, os sedimentos não encontram filtro e acabam sendo despejados no leito e indo para o fundo do rio, resultando na mudança das características. "O impacto é gigantesco", afirmou.



DEGRADAÇÃO. Uma das nascentes do rio está totalmente seca

Item Jornalístico 19

8 | CIDADES | CORREIO DO ESTADO
QUINTA-FEIRA, 25 DE JULHO DE 2019

SERRA DA BODOQUENA

Justiça declara caducidade de decreto que criou parque nacional

Passados mais de 18 anos, 80% dos donos das áreas desapropriadas não receberam indenização

THIAGO GOMES

A falta de indenização por cerca de 80% da área do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, nos municípios de Bodoquena, Bonito, Jardim e Porto Murtinho, levou a Justiça Federal a declarar em tutela antecipada a caducidade do decreto que criou o espaço. Os proprietários da área atingida recorreram à Justiça alegando que, passados quase 19 anos do decreto de criação, menos de 20% foram indenizados, de forma que a maioria das áreas ainda não foi transferida do patrimônio particular para o domínio público.

Segundo o advogado dos fazendeiros, Adriano Magno de Oliveira, a decisão é provisória, mas ele acredita que, diante daquilo que estabelece a legislação, dos argumentos e documentos apresentados no processo, o entendimento será ratificado na sentença de mérito.

Conforme explicou, os donos de 76.481 hectares atingidos pelo decreto ajuizaram ação na Justiça Federal contra o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos



DERROTA AMBIENTAL. A decisão judicial deve reduzir área do parque nacional para menos de 20%.

Naturais Renováveis (Ibama) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a União Federal, alegando que em 21 de setembro de 2000 o governo federal publicou um decreto que criou o Parque Nacional da Serra da Bodoquena, o que implicaria na desapropriação

de uma área de 76.481 hectares, situada nos municípios de Bonito, Bodoquena, Miranda e Porto Murtinho.

Eles alegam que após todo esse tempo menos de 20% dos proprietários afetados pelo decreto foram indenizados, de forma que a maioria das áreas ainda não foi trans-

ferida do patrimônio particular para o domínio público. Pela legislação, todo esse procedimento deveria estar concluído no prazo de cinco anos.

PREJUÍZOS

Na ação, em trâmite na 4ª Vara Federal de Campo

Saiba

Reflexos da decisão sobre o decreto

Pela decisão, o juiz reconheceu a caducidade do decreto em relação às áreas não adquiridas pela União (80%). Com isso, ficam também proibidas intervenções no local por parte dos responsáveis (Ibama, ICMBio). A zona de amortecimento deverá ser deslocada, para proteger somente as áreas incluídas legalmente no parque, ou seja, aquelas correspondentes a 18,4% efetivamente indenizadas pelo governo.

Grande, os fazendeiros e sindicatos argumentam, ainda, que o plano de manejo estabelecido para o parque nacional, de ter sido criado fora do prazo estipulado, encontra-se na emi-

nência de sofrer alterações.

As alterações visam à criação de passeios turísticos das mais variadas espécies, em propriedades que continuam sendo privadas, com a criação de estruturas como receptivos, estradas, pontes e outros, sem que antes ocorra a desapropriação legalmente necessária.

Sustentam, ainda, que a própria área a ser desapropriada para o parque nacional, bem como a sua zona de amortecimento, não foram delimitadas, o que vem causando sérios prejuízos aos proprietários.

Por conta dessa irregularidade, até organismos de fiscalização como a Polícia Ambiental e o próprio ICMBio, por não saberem exatamente onde fica determinada área, acabam fazendo aplicação indevida de multas e notificações, mesmo quando se trata de donos que têm a autorização para tal. Eles sustentam na ação que uma unidade de conservação só é criada depois da indenização da propriedade desapropriada pela União, o que até agora não aconteceu.

CASO PAULO MAGALHÃES

MPMS pede a prisão de guarda acusado de assassinar delegado

A Promotoria de Justiça pediu o restabelecimento da prisão do ex-guarda municipal José Moreira Freires, condenado pelo assassinato do delegado aposentado Paulo Magalhães. Para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), ele estaria descumprindo uma das medidas cautelares estabelecidas para que continuasse em liberdade enquanto aguarda a tramitação de recursos contra a condenação.

De acordo com o promotor Douglas Oidegado Cavaleiro

dos Santos, da 20ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, o Moreira deveria comparecer mensalmente em juízo para justificar suas atividades lícitas, como o trabalho que vem desenvolvendo, e atualizar o endereço. Mas desde maio ele não teria comparecido ao cartório.

Por esta razão, Douglas Oidegado requereu que seja restabelecida a prisão de Moreira, já condenado a 18 anos e seis meses de prisão, já que estaria descumprindo determinação fixada na sentença

para que recorresse em liberdade. O pedido aguarda despacho do juiz.

Delegado aposentado e advogado criminalista, Paulo Magalhães de Araújo foi executado a tiros de pistola 9 mm no dia 25 de junho de 2013. Ele estava dentro do carro, um Land Rover, aguardando a filha sair da escola, na Rua Alagoas, quando Freires, que estava na garupa de uma moto, passou pelo local e teria disparado várias vezes contra o delegado. (TG)

FRONTEIRA

Três são executados a tiros em fazenda

Em nova ação violenta na fronteira Brasil/Paraguai, três homens ainda não identificados foram executados a tiros na madrugada de ontem, na zona rural do município de Yby Yati, Departamento (estado) de Concepción, lado paraguaio.

Segundo a polícia do país vizinho, por volta de 3h, seis homens armados chegaram à Estância Cerro Mojo, onde se encontravam as vítimas. Eles estariam à procura de armas supostamente deixadas no local por um homem assassinado no sábado, em Amambai.

Não tendo encontrado o que buscavam, efetuaram os disparos contra as vítimas, que morreram no local. Não satisfeitos, os criminosos ainda atearam fogo em uma casa, carros e motos. Um dos corpos teria sido queimado nesse incêndio. Algumas máquinas agrícolas da propriedade também foram queimadas.

Para a polícia do Paraguai, até agora os indícios são de que as execuções estejam ligadas a disputas entre organizações criminosas que atuam no tráfico de drogas e armas na região. (TG)

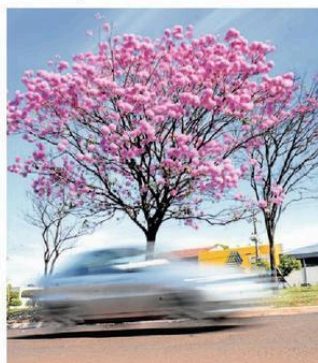
TRÁFICO

DOF apreende 1,2 tonelada de maconha

O Departamento de Operações de Fronteira (DOF) apreendeu 1,2 tonelada de maconha, na terça-feira. A droga estava em uma caminhonete MMC/1200 Triton branca, produto de furto, abandonada em uma estrada vicinal no município de Maracaju. De acordo com o DOF, policiais faziam rondas e se depararam com o veículo com as portas abertas e sem a chave de ignição. Dentro, foram encontradas dezenas de tablets de maconha. (TG)

FOTO DO DIA

Quer publicar uma foto neste espaço? Envie seu flagra para nosso Instagram: @correioestado, ou envie a foto para: editor@correioestado.com.br



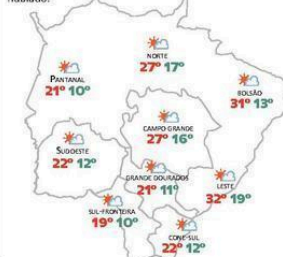
NATUREZA. O desaque do dia fica por conta do ipê-rosa, que junto do roxo tem embelezado vários pontos de Campo Grande. O registro é do repórter-fotográfico Bruno Henrique.

O TEMPO HOJE

☀️ ☁️ ⬆️ MÁXIMA 27° ⬇️ MÍNIMA 16°

CAMPO GRANDE
Sol, com algumas nuvens. Não chove.

MATO GROSSO DO SUL
Nublado a parcialmente nublado, com possibilidade de chuva em áreas isoladas no sul e oeste do Estado; demais regiões, tempo parcialmente nublado, com períodos de nublado.



LOTÉRIAS

FEDERAL
CONCURSO 5408 24/07/19
Sorteios às quartas e aos sábados

11	28.670	500.000,00
21	91.981	27.000,00
31	92.080	24.000,00
41	19.294	19.000,00
51	77.821	18.329,00

DIA DE SORTE
CONCURSO 179 23/07/19
Sorteios às terças, quintas e sábados

03	04	05	11	21	24	30
----	----	----	----	----	----	----

MÊS DE SORTE: OUTUBRO

LOTOFÁCIL
CONCURSO 1844 24/07/19
Sorteios às segundas, quartas e às sextas

01	03	05	06	07
08	11	12	14	15
16	17	21	23	25

QUINA
CONCURSO 5028 24/07/19
Sorteios de segunda a sábado às 20h de Brasília

09	67	68	71	72
----	----	----	----	----

TIMEMANIA
CONCURSO 1360 23/07/19
Sorteios às terças, quintas e aos sábados

04	18	54	63	66	74	75
----	----	----	----	----	----	----

Três do coração: SANTA CRUZ
Não houve ganhador na faixa de 7 acertos. Valor acumulado é de: R\$ 5.585.316,66.

MEGA-SENA
CONCURSO 2172 24/07/19
Sorteios às quartas e aos sábados

09	24	28	37	43	57
----	----	----	----	----	----

Seria ACUMULADO
Quina 73 19.687,16
Quadrá 3.356 611,76

DUPLA SENA
CONCURSO 1964 23/07/19
Sorteios às terças, quintas e sábados

02	03	19	39	46	50
----	----	----	----	----	----

SEGUNDA FAIXA
22 25 29 34 35 49

LOTOMANIA
CONCURSO 1989 23/07/19
Sorteios às terças e aos sábados

02	11	17	20	21
27	31	34	37	38
41	44	45	48	51
53	64	79	88	96

Não houve ganhador na faixa de 20 acertos. Valor acumulado é de: R\$ 636.598,68.

FALE CONOSCO
serviço de atendimento ao leitor:
0800-674141 (das 6h às 18h)
tel.: (67) 3323-6090
fax: (67) 3323-6059
correioestado.com.br
Correio do Estado

Item Jornalístico 20

CORREIO DO ESTADO
QUARTA-FEIRA, 11 DE SETEMBRO DE 2019

CIDADES | 7

TEMPO SECO

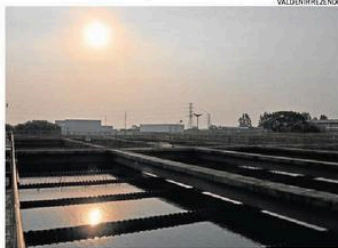
Calorão aumenta consumo e pode faltar água em 40 bairros da Capital

Meteorologia prevê dia mais quente do ano; concessionária pede uso consciente

LUANA RODRIGUES
GLAUCÉIA VACCARI

Estiagem de 47 dias, que durou até o dia 1º deste mês, quando choveu 5,6 milímetros, aliada ao período de tempo seco no início de setembro, fez o consumo de água aumentar em cerca de 30%, em Campo Grande. Com os reservatórios operando acima da média, a Águas Guarirôba informou ontem que o fornecimento de água poderá ficar comprometido em alguns momentos do dia na Capital. Pelo menos 40 bairros serão afetados pelo problema e a concessionária pede o apoio da população para um consumo consciente durante o período sem chuva.

Conforme o diretor-executivo da empresa, Celso Paschoal, o sistema de abastecimento de água de Campo Grande conta com 104 reservatórios espalhados pela cidade, que tem capacidade para 97 milhões de litros de água. Por dia, o consumo médio de água na Capital é de 233 milhões de litros. Neste ano, com os dias quentes e secos, o consumo subiu para 267 milhões de litros. "Nós estamos passando por um momento bem atípico. Tivemos divulgações da Defesa Civil fazendo alertas sobre o período de estiagem, temperaturas cinco graus aci-



ESTIAGEM. Clima quente e seco tem feito reservatórios secarem

ma da média por mais de cinco dias consecutivos. Isso tudo registra recordes no consumo de água", explica o diretor. Segundo ele, técnicos do Centro de Controle Operacional da concessionária estão monitorando os níveis de reservatórios da cidade e acionando o sistema de contingenciamento - que possibilita a utilização de água de outras fontes, como os poços profundos, para minimizar o impacto à população.

Para evitar racionamento de água, a concessionária diz que fará melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento. No Bairro Taveirópolis, serão perfurados dois poços de captação subterrânea, beneficiando aproximadamente 150 mil

moradores. No Bairro Pioneiros, a concessionária vai perfurar um novo poço profundo, ampliando a produção de água para 140 mil moradores.

Novos sistemas serão interligados, como dos bairros Novos Estados e Coronel Antonino, Bela Laguna e Caiobá I e Rancho Alegre, Núcleo Industrial e Indubrasil e Carajás e Nort Park. Também serão instaladas unidades de bombeamento nos sistemas Buritis e União e novas válvulas redutoras de pressão (VRPs) serão colocadas nos bairros Atlântico Sul, Cooptrabalho e Nova Campo Grande.

Conforme a empresa, casos emergenciais receberão o apoio de caminhões-pipa. A concessionária está à dis-

posição em seus canais de atendimento: 0800-642-0115 ou 115 ou pelo WhatsApp 9 9123-0008. A Águas Guarirôba pede a compreensão dos moradores pelo transtorno momentâneo e informa que está trabalhando para minimizar ao máximo o impacto do desabastecimento.

ONDA DE CALOR

A onda de calor e o tempo seco que persistem sobre o Estado desde o fim de semana têm feito o número de focos de queimadas subir novamente em Mato Grosso do Sul. Conforme relatório do Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), no dia 4 de setembro, foram registrados apenas dois focos de queimadas no Estado. Nesta terça-feira (10), o número de focos chegou a 397. Ao todo, foram registrados 874 focos durante dez dias do mês de setembro.

Em Campo Grande, incêndio de grandes proporções atingiu várias fazendas e chácaras localizadas às margens da BR-163, na saída para São Paulo. Cinco viaturas do Corpo de Bombeiros foram mobilizadas para o combate às chamas e proprietários rurais e pedes também ajudaram, com a utilização de mangueiras e baldes de água.

O fogo começou em uma

área de vegetação e, por conta do calor intenso e tempo seco, alastrou-se rapidamente, atingindo propriedades que ficam ao lado do posto da Polícia Rodoviária Federal.

Fumaça densa tomou conta da área e deixou a visibilidade baixa na rodovia. Por conta disso, equipe da concessionária CCR MSVia esteve no local orientando o tráfego, que precisou ser interditado em ambos os sentidos para evitar acidentes.

Na região há várias chácaras e estâncias, e os proprietários, além de ajudarem no combate ao fogo, correram para retirar animais que poderiam ser atingidos pelo incêndio.

PREVISÃO

Ontem foi o dia mais quente do ano em Mato Grosso do Sul, a temperatura média foi de 38,1°C, sensação térmica de 41,9°C e umidade de 12%. No entanto, a previsão indica que o recorde será quebrado hoje, quando as temperaturas devem alcançar 43°C no norte/ Pantanal e 38°C na Capital. A partir de quinta-feira, as temperaturas começam a cair à tarde, voltando a aumentar no sábado, quando a umidade relativa do ar atinge valores inferiores a 15% no decorrer da tarde, especialmente no norte e nordeste do Estado.

BAIRROS

Onde pode faltar água

Alves Pereira,
Pratinha,
Aero Rancho,
Columba,
Anache,
Jd. Presidente,
Indubrasil,
Santa Emília,
Portal Caiobá,
Tijuca I e II,
Centenário,
Moreninhas,
Glocondo Orsi,
Progresso,
Mansur,
Tiradentes,
Flamboyant,
Margaria,
Estreia do Sul,
Otávio Pécora,
Coopasil,
Laranjeiras,
Cooptrabalho,
Talismã,
Seminário,
Norte Parque,
Carajás,
Santa Luzia,
Pioneiros,
Campina Verde,
Itamaracá,
Balsamo,
Marapara,
Los Angeles,
Dom Antônio Barbosa,
Amanha,
Taveirópolis,
Coophamat,
Aquarius,
Rita Vieira,
Paulo Coelho,
Bela Laguna

Fonte: Águas Guarirôba

JUSTIÇA

Liminar que retirava cerca de 80% de parque é cassada

FABIO ORUÊ

O Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região cassou a liminar que retirava cerca de 80% da área total do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, que compreende os municípios de Bodoquena, Bonito, Miranda, Jardim e Porto Murtinho. A decisão saiu na segunda-feira (9).

Conforme decisão do desembargador Luiz Antônio Johnson Di Salvo, a tese da caducidade - perda da validade jurídica - é contestável, já que o período de cinco anos para desapropriação está sendo questionado há anos, "sendo possível uma leitura no sentido de que a expropriação restará sempre assegurada, desde que se verifiquem necessidade ou utilidade pública ou o interesse social".

Mesmo que considerada a caducidade, o parque tem um decreto consolidado, podendo ser alterado somente por lei específica, norma prevista em acordo do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em julho, sindicalistas rurais e fazendeiros entraram com uma ação contra a União, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em que alegavam que, passados quase 20 anos da criação do parque, menos de 20% dos proprietários foram indenizados corretamente. Sendo assim, as terras que não foram indenizadas não se tornaram de domínio público e eles pediam a caducidade do decreto, sendo a liminar publicada 4ª Vara da

Justiça Federal da Capital no dia 22 de julho.

Com a liminar, o Parque da Serra da Bodoquena perderia 81,6% dos 76.481 hectares contemplados pelo decreto. No recurso, o Ibama e o ICMBio alegam incompetência da 4ª Vara para a concessão, por ser considerada instância inferior ao STF, único órgão que poderia barrar uma decisão presidencial. A ação foi originada porque o plano de manejo da área poderia sofrer alterações para implantação de passeios turísticos, com construção de receptivos, pontes, estradas, entre outros, dentro de propriedades privadas, conforme o documento, sem a devida desapropriação das áreas. (Leia mais no Portal Correio do Estado)

VIAGENS DIRETAS
TODOS OS DIAS PARA:CUIABÁ - CORUMBÁ - CAMPINAS
SÃO PAULO - RIO DE JANEIRO

USB



WI-FI



DVD

POLTRONAS
SUPER SOFTA frota mais moderna do país, com ônibus
Double Class 4 eixos, Leito e ExecutivoANDORINHA
A melhor companhia para uma boa viagemAcesse: www.andorinha.com
ou baixe o app para Android e iOS

INFRAÇÕES

Universidade é multada em R\$ 821 mil pelo Procon

ALÍRIA ARISTIDES

Após denúncias de consumidores, uma universidade particular de Campo Grande entrou na mira do Procon do Estado. A instituição de ensino é alvo de 130 processos por diversas infrações que, somente este ano, renderam multas de aproximadamente R\$ 820 mil.

O valor das multas ainda pode ser ampliado, já que outros

processos contra a faculdade seguem em análise.

Entre as infrações praticadas estão a ausência de informações claras, solicitadas pelos estudantes da entidade de ensino, cobrança indevida, inserção indevida de nome de alunos em órgãos de restrição ao crédito, falta de eficiência e vício de qualidade nos serviços prestados.

Algumas das infrações são referentes a anos anteriores.

Entretanto, após análises e avaliações do Departamento Jurídico do Procon Estadual, foram fixados valores pelas violações do direito dos consumidores cometidas, totalizando R\$ 821.383,50.

Para o cálculo das multas, foram utilizadas 28.550 Unidades Fiscais Estaduais de Referência de Mato Grosso do Sul (Uferms), que possuem valor monetário individual de R\$ 28,77.

Item Jornalístico 21

CORREIO DO ESTADO
QUINTA-FEIRA, 15 DE ABRIL DE 2021

BRASIL

MEIO AMBIENTE

Parque Serra da Bodoquena incluído em programa de desestatização

O governo federal listou nove unidades de conservação, entre elas a de Mato Grosso do Sul

DA REDAÇÃO,
COM AGÊNCIA BRASIL

O governo federal incluiu nove unidades de conservação no Programa Nacional de Desestatização, entre elas o Parque Nacional da Serra da Bodoquena, situado na borda sudoeste do complexo do Pantanal, em Mato Grosso do Sul. A serra é formada pelas cidades de Porto Murtinho, Bonito, Jardim, Miranda e Bodoquena. O parque, criado em novembro de 2000, com 76.400 hectares, é administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

A inclusão das unidades de conservação no programa permitirá a transferência, para a iniciativa privada, da execução de serviços públicos de apoio à visitação, conservação, proteção e gestão das unidades. A decisão consta de decreto do presidente da República, Jair Bolsonaro, publicado ontem no Diário Oficial da União (DOU).

A decisão abrange as seguintes unidades de conservação: Floresta Nacional de Brasília; Parque Nacional da Serra dos Órgãos; Parque Nacional da Chapada dos Guimarães; Par-



PRESERVAÇÃO. Parque Nacional da Serra da Bodoquena foi incluído no Programa de Desestatização

que Nacional de Ubatuba; Parque Nacional da Serra da Bocaina; Parque Nacional da Serra da Capivara; Parque Nacional da Serra da Bodoquena; Parque Nacional do Jati; e Parque Nacional de Anavilhanas.

O decreto acata recomendação do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPII). Para o governo, "a implementação dos projetos de concessão trará um aumento

fluxo turístico nacional e internacional, com consequente benefício para as regiões e para os municípios situados nas redondezas das unidades de conservação, como a geração de emprego, renda e desenvolvimento socioeconômico, o aumento da arrecadação de impostos, a melhoria do diálogo com as comunidades do entorno e dos serviços prestados à comunidade local e aos visitantes".

SEM BOIADA

Por outro lado, organizações socioambientais se articulam para tentar evitar que o Congresso Nacional pautar projetos de lei que alterem sensivelmente as regras de licenciamento ambiental e regularização fundiária, temas que ainda precisam de ajustes e debate até que se chegue às melhores propostas possíveis, para então serem levados ao Plenário.

Representantes das principais organizações do País tiveram reuniões no Congresso com o deputado Neri Geller (Progressistas-MT). Vice-presidente da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), Geller é relator do projeto de lei que propõe uma revisão geral nas regras de licenciamento ambiental do País. O tema da regularização fundiária foi tratado com os deputados Zé Silva (Solidariedade-MG) e Bosco Saraiva (Solidariedade-AM).

Sobre o licenciamento ambiental, a avaliação é de que há consenso sobre a necessidade de o País ter uma lei específica sobre o tema, que trate de modalidades simplificadas de licenciamento para empreendimentos de baixo impacto e risco. No processo de debate da lei geral, já se caminhou para acordos em relação a diversos pontos e houve concessões relevantes por parte dos ambientalistas. As organizações ponderam, no entanto, que no momento atual o Congresso tem de concentrar todos os seus esforços para a votação de matérias e o acompanhamento de ações governamentais que digam respeito ao controle da pandemia.

Saiba

Redução do desmatamento

O vice-presidente Hamilton Mourão publicou ontem o Plano Amazônia 2021/2022, sobre as metas de redução do desmatamento e combate a outros ilícitos ambientais na região amazônica. O planejamento foi publicado no Diário Oficial da União. Em fevereiro, Mourão, que preside o Conselho Nacional da Amazônia Legal, já havia antecipado que o foco do plano seria intensificar a fiscalização em 11 municípios da região com as taxas mais altas de desmatamento. O plano formaliza uma meta de redução do desmatamento e das queimadas ilegais aos níveis médios registrados entre 2016 e 2020 pelo Prodes.

COVID-19

Ministro anuncia antecipação de dois milhões de doses de vacina da Pfizer

AGÊNCIA BRASIL

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, informou ontem que a Pfizer vai antecipar, para o primeiro semestre, a entrega de dois milhões de doses da vacina contra Covid-19 para o Brasil. O governo brasileiro assinou o contrato com a farmacêutica para a entrega de 100 milhões de doses até o fim do ano.

Com a antecipação, segundo Queiroga, estão garantidas 15,5 milhões de doses da vacina da Pfizer para os meses de abril, maio e junho. No mês passado, o presidente Jair Bolsonaro se reuniu com o presidente da Pfizer, Albert Bourla, e pediu a antecipação dos imunizantes.

"Trago para os senhores uma boa notícia: a antecipação de

doses da vacina da Pfizer, fruto de ação direta do presidente da República, Jair Bolsonaro, com o principal executivo da Pfizer, que resulta em 15,5 milhões de doses já nos meses de abril, maio e junho", disse em pronunciamento após participar da segunda reunião do Comitê de Coordenação Nacional para Enfrentamento da Pandemia da Covid-19, no Palácio do Planalto, em Brasília.

Também participaram da reunião e do pronunciamento o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, o deputado federal Dr. Luizinho (PP-RJ), representando o presidente da Câmara, Arthur Lira, e a enfermeira Francieli Fantinato, que foi anunciada por Queiroga como secretária extraordinária de

Enfrentamento à Covid-19 do Ministério da Saúde.

Francieli é funcionária de carreira do Ministério da Saúde e atual coordenadora do Programa Nacional de Imunização (PNI).

"Com essa indicação, sinalizamos que o nosso objetivo principal é fortalecer nossa campanha de vacinação", disse Queiroga.

IMUNIZAÇÃO

De acordo com Pacheco, o cronograma de vacinas apresentado hoje pelo Ministério prevê 520 milhões de doses de vacina em 2021, a maioria produzidas pelo Instituto Butantan (Coronavac) e pela Fundação Oswaldo Cruz (Oxiford/AstraZeneca). O senador pediu que o mi-

nistro atue junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para viabilizar a autorização de outros imunizantes, como a vacina russa Sputnik V, que será produzida no Brasil pela União Química.

O comitê também discutiu a utilização de parques industriais de produção de vacina animal para produção do imunizante contra Covid-19. Segundo Pacheco, essa é uma ideia do senador Wellington Fagundes (PL-MT) que vem sendo trabalhada pelo governo federal.

"Embora não tenha apelo de curto prazo, é uma possibilidade de médio e longo prazo muito eficiente para a autossuficiência de vacinas no Brasil", disse o senador.

Planos devem autorizar RT-PCR de forma imediata

As solicitações médicas de exame RT-PCR para diagnóstico de Covid-19, que atendam às condições da cobertura obrigatória, devem ser autorizadas de forma imediata pelas operadoras de planos de saúde. A determinação da Agência Nacional de Saúde Suplementar, que informou que, desde o dia 1º de abril, começou a vigorar a alteração da Diretriz de Utilização. O objetivo é agilizar os exames.

Antes da mudança, os planos de saúde podiam demorar até três dias úteis para garantir o atendimento no pedido exame, que é considerado o mais eficaz para confirmar a infecção pelo novo coronavírus. A cobertura do exame é obrigatória nos casos de síndrome gripal e sín-

drome respiratória aguda grave (SRAG). A síndrome gripal é caracterizada quando uma pessoa tem ao menos dois dos seguintes sintomas: febre, calafrios, dor de garganta, dor de cabeça, tosse, coriza, dispnéia, sintomas ou distúrbios gustativos.

Para crianças, também é considerado um sintoma de síndrome gripal a obstrução nasal, na ausência de outro sinal mais específico. Já para os idosos, sintomas como síncope, confusão mental, sonolência excessiva, irritabilidade e perda de apetite também devem ser considerados. O idoso com suspeita de Covid-19 também pode estar sem febre e apresentar diarreia. (AB)

AUXÍLIO NEGADO

Trabalhador terá 10 dias para contestar

Os trabalhadores que tentam ser incluídos na nova rodada do auxílio emergencial devem estar atentos. Segundo o Ministério da Cidadania, a Dataprev, estatal responsável pelas informações cadastradas no programa, continua a processar as bases de dados.

Assim que novas listas de beneficiários forem divulgadas, o cidadão terá 10 dias para contestar benefícios negados ou com valor menor que o previsto.

A consulta deve ser feita diariamente na página desenvolvida pela Dataprev dentro do site do Ministério da Cidadania.

não. O trabalhador deverá digitar nome completo, nome da mãe, CPF, data de nascimento e conferir se um novo lote de beneficiários foi liberado.

Só está elegível para receber a nova rodada do auxílio emergencial quem recebia o auxílio de R\$ 600 ou a extensão de R\$ 300 em dezembro do ano passado e cumpre os critérios de elegibilidade da medida provisória que instituiu a nova fase do programa. Caso o benefício não tenha sido liberado ou tenha sido liberado em valor abaixo do previsto, o trabalhador poderá fazer a contestação. (AB)

SUBSTITUTO

Governo indica Rios Neto para o IBGE

O governo indicou o demógrafo Eduardo Rios Neto para presidir o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que vive uma batalha por verbas para a realização do Censo Demográfico 2020, adiado em razão da pandemia. Ele substituirá Susana Guerra, primeira presidente do instituto no governo Jair Bolsonaro, que pediu demissão no fim de março, após o anúncio de corte de quase 90% no orçamento da pesquisa. Rios Neto ocupa desde 2019 a diretoria de Pesquisas do IBGE. (EC)

AVISO DE LANÇAMENTO DE LICITAÇÃO

A AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS - AGESUL comunica aos interessados que, conforme autorizado pelo seu Diretor Presidente, fará realizar a licitação, do tipo MENOR PREÇO, nos termos da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações em vigor.

TOMADA DE PREÇOS nº: 009/2021-DLO/AGESUL
Processo nº: 57/008.789/2020.

Objeto: Substituição de luminárias nas instalações de Iluminação Pública na Rodovia MS-156 - Trecho Dourados/MS a Itaporã/MS, por iluminação LED com Fonte Solar.

Abertura: 03 de maio de dois mil e vinte e um, às 08:00 hs, Av. Desembargador José Nunes da Cunha, s/n, Bloco 14, Parque dos Poderes - Campo Grande - MS, onde, também estará disponível o edital e seus anexos.

Campo Grande - MS, 14 de abril de 2021.

Diretoria de Licitação de Obras/AGESUL

Item Jornalístico 22

CORREIO DO ESTADO
TERÇA-FEIRA, 13 DE JULHO DE 2021

cidades@correiodoestado.com.br

CIDADES

COVID-19

Capital já vacinou mais de 100 mil pessoas entre 35 e 18 anos

Pessoas receberam doses contra a Covid-19 por pertencerem a grupos prioritários inseridos na campanha

DAIANY ALBUQUERQUE

Campo Grande já vacinou contra a Covid-19, com ao menos uma dose, 104.248 pessoas, as quais estão entre os 35 e os 18 anos, dado coletado até as 13h de ontem. A inserção dessas pessoas foi por meio de grupos prioritários estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde (Sesau). O número representa que 43% das pessoas nessas faixas etárias já estão na estatística da Pasta. Até ontem, a vacinação contemplou pessoas até os 36 anos.

Isso porque, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 211.790 pessoas fazem parte do grupo pertencente a esse recorte da população. Os dados, porém, são do Censo de 2010 e estão defasados, já que a pesquisa deveria ter sido refeita no ano passado.

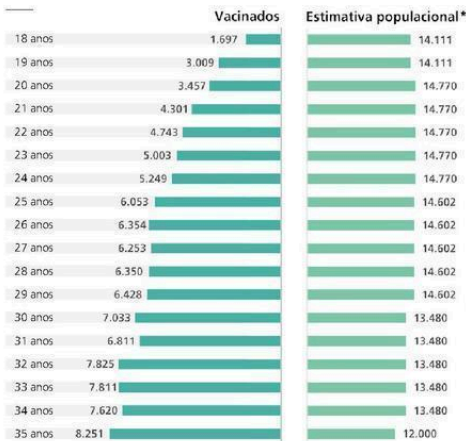
Para a Sesau, a estimativa é de que cada faixa etária tenha de 8 a 10 mil pessoas, o que daria entre 144 mil e 180 mil pessoas. A Pasta, entretanto, salienta que, como há essa defasagem de dados, não há como se ter certeza do real número de pessoas que ainda precisam receber a vacina nessas faixas etárias, há apenas uma estimativa.

O avanço na Capital também reflete nos números do Estado, que ontem comemorou 2 milhões de doses aplicadas.

De acordo com a Sesau, Campo Grande abriga 15 grupos para vacinar profissionais de diferentes ramos, e quase todos até os 18 anos já foram contemplados. Apenas os profissionais da indústria que tiveram inserção até os 22 anos.

POPULAÇÃO VACINADA EM CAMPO GRANDE

Pessoas de 35 a 18 anos que entraram em grupos prioritários



*Média feita de acordo com dados do Censo do IBGE de 2010

Fonte: Sesau/IBGE

cluído entre as prioridades.

Há ainda outros sete grupos chamados de especiais que foram inseridos pela prefeitura na vacinação, como lactantes com até dois anos de amamentação; genitores e/ou tutores que auxiliam nos cuidados de indivíduos com deficiência permanente e necessidades especiais; deficientes acamados com lesão medular grave acima de 18 anos; gestante em qualquer período gestacional; pessoas com comorbidades a partir dos 18 anos; pessoas com deficiência permanente a partir dos 18 anos; e puérperas até 45 dias após parto.

Além disso, houve a vacinação da população indígena aldeada e urbana e da população quilombola.

AVANÇO NA VACINAÇÃO

Com essas aberturas de grupos prioritários, a Capital deve ter uma aceleração na campanha, já que grande parte das pessoas entre os 35 e 25 anos receberam alguma dose dos imunizantes. Para se ter uma ideia, só entre as pessoas com 35 anos, 8.251 foram vacinadas, de uma estimativa de 12 mil pessoas, segundo o IBGE, ou 10 mil, pela Sesau.

Segundo a superintendente de vigilância em saúde da Sesau, Veruska Lahdo, a Pasta espera que haja uma aceleração, mas ressalta que isso também depende muito da remessa de vacinas destinadas à Capital.

"Com certeza, contribui [para a aceleração da vacinação], mas o avanço só depende do número de doses. Se o município tivesse um quantitativo de quando ele deve ser in-

de fazer entre 15 e 20 mil doses por dia, mas, infelizmente, não acontece assim", explicou.

Para Veruska, mesmo que a campanha deva acelerar a partir de agora, com a vacinação dessas pessoas inseridas em grupos prioritários, ela poderia ter sido mais rápida, segundo ela, se alguns grupos não tivessem sido incluídos.

"Quando o município faz somente faixa etária, o processo de vacinação é muito mais rápido. Ainda temos alguns grupos que foram incluídos. O atendimento será sempre 80% [das vacinas] para a faixa etária e 20% para finalizar grupos, enquanto tivermos grupos sem essa proporcionalidade", afirmou, lembrando a nova estratégia da prefeitura para destinação das doses que chegaram a Campo Grande.

CALENDÁRIO

Campo Grande passou a receber 37% dos lotes que são destinados a Mato Grosso do Sul. Como o Estado não recebeu nova remessa no fim de semana e nem neste início de semana, a vacinação de hoje será para pessoas que precisam tomar a segunda dose, não haverá aplicação de primeira. Quem tomou Coronavac até o dia 20 de junho e Pfizer até 13 de maio se vacinam nesta terça-feira.

A cidade chegou a 404.975 pessoas com a primeira dose, o que representa 44,68% da população. Outros 262.494 estão completamente imunizados, com a segunda dose ou dose única, o que representa 24% da cidade. Foram 6.187 vacinados só ontem.

SEGURANÇA

Com investimento de R\$ 9 milhões, MS entrega viaturas para fiscalização em bairros

IZABELA CAVALCANTI

Com investimento de R\$ 9,06 milhões, o governo do Estado lançou ontem o Programa Obtenção de Capacidade Operacional Plena da Polícia Militar (Ocop-PMMS) e entregou 48 viaturas semilindas, divididas em 37 setores. O projeto visa ampliar o número de viaturas nos bairros de Campo Grande, tornando o atendimento mais rápido para a população nas sete regiões, com as viaturas sendo

rastreadas por meio de GPS.

A novidade é que o Comando-Geral da PM terá uma coordenação e monitoramento dos veículos em tempo real, no qual foram investidos outros R\$ 600 mil para reforma e compra de equipamentos para a Sala de Situação e da central que recebe as chamadas e aciona as viaturas, chamada de Copo.

"Nós identificamos onde é que havia o problema e como nós poderíamos tentar resol-

ver esse problema, e assim surgiu o Ocop. Esse programa visa reduzir os índices de criminalidade e mostrar para a população sul-mato-grossense que com disciplina, com planejamento e com o efetivo, nós conseguimos, sim, atingir esse êxito", comemora o coronel Marcos Paulo Gimenez, comandante-geral da Polícia Militar do Estado.

O Comando de Policiamento Metropolitano vai chegar a pouco mais de 1 milhão de

pessoas, que inclui Campo Grande, Bandeirantes, Corumbá, Jaraguá, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Sidrolândia e Terenópolis.

Na visão do secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Antonio Carlos Videira, para que o Estado fique cada vez mais forte, é necessário investimento, integração e inteligência. "Se nós queremos o Estado cada vez mais forte, cada vez mais pujante, para isso nós precisamos muito de

integração. Investimento, integração e inteligência. Nós estaremos sempre dedicando cada minuto da nossa vida policial por um Estado melhor". O governador Reinaldo Azambuja (PSDB) destacou sobre o importante trabalho dos policiais e ressaltou que Mato Grosso do Sul é o estado que mais prende no Brasil.

"Nós estamos triplicando a presença dos policiais em torno de Campo Grande e na nossa Capital. Esse é nosso

papel, é cuidar do cidadão de bem. E bandido bom é bandido preso. Mato Grosso do Sul tem uma superlotação nos presídios, pois é o Estado que mais prende no Brasil. Isso é trabalho de vocês, das forças policiais", disse.

Na Sala de Situação, que está instalada no Comando-Geral da PM, cada veículo será acionado quando tiver uma ocorrência, avaliando cada situação.

Nas ocorrências mais graves será enviado reforço para a operação. O programa também prevê mais oficiais nas ruas.

BONITO

Bombeiros monitoram área próxima ao Parque da Bodoquena após extinguir fogo

SILVIO ANDRADE,
de Bonito

Com apoio de brigadistas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), dos fazendeiros, que cederam maquinários para a formação de contrafogo (aceiros), militares da Polícia Militar Ambiental (PMA), prefeituras e organizações não-governamentais, o Corpo de

Bombeiros de Mato Grosso do Sul conseguiu extinguir o grande incêndio que destruiu cerca de 3.750 hectares na região do Banhado do Rio da Prata, entre Bonito e Jardim.

Cinquenta bombeiros continuaram na área realizando a última etapa do combate, que é o monitoramento para evitar novos focos.

Foram quatro dias de combate direto e intenso, com parti-

cipação também de duas aeronaves do modelo Air Tractor, locadas pelo governo do Estado, os quais lançaram 170 mil litros de água contra o fogo.

Os focos teriam surgido na Fazenda Figueira, no entorno da Serra da Bodoquena, e se alastrado por outras propriedades.

DIFÍCIL ACESSO

"O apoio das fazendas e dos

brigadistas, mais a presença dos aviões, foi fundamental para que pudéssemos conter o incêndio, que se propagou rapidamente em uma área de difícil acesso", informou o major bombeiro André Vitorino Munhoz Rosa de Oliveira, que coordenou a operação.

Ele explicou que a presença de mata fechada e área de brejo dificultou a ação por

terra, contudo, o monitoramento aéreo auxiliou na estratégia de combate direto.

Os aviões Air Tractor operaram a partir de uma base montada na Fazenda Moimbo, que disponibilizou sua pista de pouso.

As aeronaves também auxiliaram no reconhecimento aéreo da área atingida pelo fogo, além de imagens captadas por um drone opera-

do pela Polícia Ambiental.

As fazendas afetadas apelarão com tratores e maquinários para abertura de aceiros e alojamentos, enquanto as prefeituras deram suporte de alimentação para 70 pessoas.

Um outro foco de incêndio de menor intensidade foi combatido a 5 km, na Fazenda Campo Verde, também controlado.

Item Jornalístico 23

CORREIO DO ESTADO
SEGUNDA-FEIRA, 3 DE JANEIRO DE 2022

INCLUI CLASSIFICADOS
correio@correiodoestado.com.br

Correio **B**

PREVENÇÃO



FOTOS: DANILLO CÉSAR AGÃO DE MACEDO

POR CIMA.
A travessia aérea é uma das soluções encontradas para o animal não cruzar a estrada

ECOLOGIA NAS ESTRADAS

Iniciativas para reduzir acidentes ajudam a proteger a fauna silvestre

SÍLVIO DE ANDRADE

A preservação da fauna silvestre nas estradas de Mato Grosso do Sul uniu governo do Estado, prefeituras e organizações não governamentais (ONGs) em um grande projeto de gestão ambiental, que começa a ser executado com a instalação de passagens superiores (ou aéreas) na MS-382 e na vicinal Rodovia do Turismo, ambas em Bonito. A meta é mitigar os acidentes envolvendo animais, atropelados ao atravessarem as vias. Não é de agora que as organizações ambientalistas cobram medidas de proteção à fauna, principalmente nas rodovias federais, onde o fluxo de veículos é mais intenso. Na BR-262, que atravessa o Pantanal entre Aquidauana e Corumbá, há registro de grande mortandade de animais de toda espécie - de onça-pintada a aves e répteis - e, recentemente, o Ministério da Infraestrutura instalou cercas nas margens da rodovia em trechos críticos.

Ao assumir a Secretaria de Estado de Infraestrutura (Seinfra), Eduardo Riedel encampou iniciativas dentro do governo e propostas do terceiro setor e reformulou o projeto Estrada Viva, que envolve também a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). ONGs que atuam na região da Serra da Bodoquena elegeram Bonito como referência de projeto semelhante, o Bonito Não Atropela, e o governo e as entidades convergem para o mesmo propósito, de forma integrada.

SALVAR ANIMAIS E PESSOAS

Hoje, os projetos executivos de implantação ou pavimentação de rodovias estaduais contemplam medidas de controle do tráfego e prevenção e redução de atropelamentos de animais, recorrentes também em vias sem infraestrutura. Está sendo elaborado o "Manual de Orientações Técnicas", que contará com diretrizes para subsidiar os novos projetos da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), órgão responsável pela malha rodoviária.

Iniciativas como o Estrada Viva, segundo Riedel, implantam a ecologia de estrada para salvar vidas animais e humanas. "Internalizamos como premissa nos projetos da Agesul o Estrada Viva, com todos os elementos necessários para mitigar, de fato, os acidentes nas estradas que envolvem animais. O objetivo é adotar uma política de empreendimentos viários sustentáveis, com proteção da nossa fauna e segurança de pessoas", explicou o secretário.

As passagens superiores instaladas em Bonito - a na MS-382 fica próximo ao Parque



Nacional da Serra da Bodoquena - já estavam previstas nos estudos para implantação asfaltica nas duas vias. MS-345 - a famosa Estrada do 21 -, entre Anastácio e Bonito, começa a ser pavimentada e também obedecerá a todos os parâmetros de sustentabilidade. As mesmas medidas de mitigação

estão sendo aplicadas na restauração da MS-382, entre Guia Lopes e Bonito.

"Mais do que duas passagens, estamos falando da união de esforços para a mudança do atual cenário das nossas rodovias. Nossa meta precisa é protegermos a vida e a nossa fauna", reforça Maria

Fernanda Balestieri, da Seinfra, incumbida da gestão do projeto. "Recebemos determinação do secretário [Riedel] para que a engenharia ande junto com a questão ambiental na construção de estradas", detalha Pedro Celso, diretor de Meio Ambiente da Agesul.

Projeto

Bonito Não Atropela quer município como referência

As organizações não governamentais que atuam na região da Serra da Bodoquena querem ampliar as medidas de mitigação nas estradas estaduais com o projeto Bonito Não Atropela, começando pela Capital do Ecoturismo. A instalação das duas passagens superiores no município não foi por acaso, e outros 11 pontos críticos estão sendo definidos, apesar de o município não ser o lugar de maior índice de mortes de animais nas estradas.

"A gente enxergou que Bonito, por ter essa bandeira de município modelo do ecoturismo e usar essa questão natural do ecossistema a seu benefício, seria o lugar

ideal para criar um projeto que reverberasse e fosse um espelho para o Estado e, quem sabe, para o Brasil", detalha Maurício Forlani, da Ampara Silvestre, uma das instituições idealizadoras do projeto. "Bonito precisa dessa biodiversidade, usa dela e tem um clamor popular, as pessoas querem essa mudança".

Forlani e a bióloga Fernanda Abra, da ViaFauna, participaram da avaliação técnica nas visitas às rodovias estaduais de Bonito realizada pela Agesul. As medidas de mitigação incluem desde instalação de cercas para direcionar o animal até um local seguro

para travessia a passagens de faun subterrâneas ou aéreas, mantendo-se o fluxo entre as populações que foi cortado pelas rodovias e, ao mesmo tempo, fazendo com que o animal não cruze pela estrada.

As medidas mais visíveis a curto prazo para os moradores e visitantes serão a instalação de telas de proteção nas duas margens da MS-178, na entrada de Bonito. "Essa região do Formoso e do Formosinho é um corredor muito importante de fauna, então, essa tela, que vai na beira da rodovia, vai guiar o animal a passar por debaixo da ponte, e não por cima da estrada. Estamos

certando com o Estado a instalação até o fim deste ano", afirmou Fernanda Abra.

O projeto Bonito não Atropela nasceu de uma necessidade da comunidade local por medidas de mitigação, tendo como apoio um abaixo-assinado do grupo Unidos da Serra da Bodoquena com cerca de sete mil assinaturas. É composto por organizações locais, como Fundação Neotrópica do Brasil, Unidos da Serra da Bodoquena, Instituto Raquel Machado, ViaFauna, Ampara Silvestre, Instituto de Conservação de Animais Silvestres e a Rede Pró-UC. (SA)



Saiba

As passagens superiores vão beneficiar bugios e macacos-pregos, ameaçados de extinção.

Item Jornalístico 24

CIDADES

Aponte a câmera do celular para o código ao lado para acessar outras notícias de Cidades no Portal

cidades@correiodeestado.com.br

CORREIO DO ESTADO
QUINTA-FEIRA, 17 DE FEVEREIRO DE 2022 | 6

SANTA CASA



Serviço de Atendimento Móvel de Urgência enfrenta dificuldades com retenção de macas na Santa Casa de Campo Grande

Macas são retidas por lentidão no sistema de regulação

Até a tarde desta quarta-feira, pelo menos quatro macas do Samu estavam retidas com pacientes na Santa Casa de Campo Grande

VALESCA CONSOLARO

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) teve de lidar, nos últimos dias, com diversos transtornos ocasionados pela retenção de macas na Santa Casa de Campo Grande, o que comprometeu o atendimento das ambulâncias na Capital.

Conforme apurado pelo *Correio do Estado*, o principal motivo para esse problema foi a lentidão do serviço de regulação de vagas, atrelado à falta de leitos disponíveis na instituição para atender a todos os pacientes que são encaminhados.

Na segunda-feira, houve a retenção de pelo menos 27 macas. Diversos pacientes se encontravam em situação de "vaga zero", quando a admissão no hospital não pode ser negada em função da gravidade e urgência dos casos.

Existem algumas divergências nas explicações dadas sobre a situação. Enquanto a Secretaria Municipal de Saúde (Sesau) indicou já ter solucionado o problema, representante do Samu relatou que as macas retidas têm si-

do uma realidade recorrente. Atualmente, a Santa Casa de Campo Grande possui 30 leitos destinados para tratamento de síndromes respiratórias. Até ontem, nos 10 leitos de CTI, a ocupação era de 100%, e nas 20 vagas de enfermagem, de 55%. Além disso, a ocupação geral da Santa Casa nos leitos ativos entre SUS e linha privada está em 85%.

SESau
Cabe à Sesau regular as vagas e encaminhar os pacientes para atendimentos nos hospitais. Referente ao problema de retenção das macas do Samu, a secretaria afirmou, em nota, que no último fim de semana o atendimento do Samu ficou quase integralmente prejudicado.

"A situação ocorreu por conta do alto volume de acidentes registrados, incluindo um esbarrão, com múltiplas vítimas. Em tal circunstância, foi necessário segurar os equipamentos do serviço na Santa Casa, enquanto os encaminhamentos devidos eram realizados", disse a nota.

Segundo a Sesau, a situação está resolvida, e o município

85%

DE OCUPAÇÃO

A ocupação geral na Santa Casa de Campo Grande está em 85%, entre os leitos destinados para o SUS e a rede privada.

busca manter acordo com todos os hospitais para realizar o remanejamento de pacientes quando necessário, para evitar uma eventual sobrecarga e, consequentemente, assegurar a assistência adequada à população.

SAMU

De acordo com o coordenador do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, Ricardo Rapassi, o número de encaminhamentos recebidos tem permanecido dentro da média, em quantidade considerada normal.

"Hoje, passamos por um momento que é até melhor em comparação com o último ano, em que enfrentamos muitos problemas por causa

da demanda em razão da Covid-19", afirmou. Segundo Rapassi, apenas no sábado, havia 12 macas impossibilitadas de serem retiradas da Santa Casa. Estas já foram liberadas, entretanto, o contratempo tem sido algo recorrente desde o começo deste ano.

Na tarde desta quarta-feira, até por volta das 14h30min, havia quatro macas do Samu com pacientes à espera de um encaminhamento na Santa Casa.

SANTA CASA

O presidente da Santa Casa, Heliôr Freire, informou que a demora para a liberação das macas decorre da demanda de encaminhamentos recebidos, número incompatível com a quantidade de leitos disponíveis para os pacientes.

"Acontece que o fluxo de atendimentos é muito grande. Assim, não tem onde colocarmos os pacientes em algum lugar imediatamente. É preciso verificar a situação de ocupação e ter leitos disponíveis para que possamos liberar as macas de volta ao Samu", explicou o presidente da instituição.

+BREVES

SEGUNDA SENTENÇA

Na Capital, serial killer é condenado a 18 anos de prisão

ANA CLARA SANTOS

O Tribunal do Júri de Campo Grande condenou, nesta quarta-feira, o pedreiro Cleber de Souza Carvalho, de 43 anos, a 18 anos e 30 dias de reclusão pela morte de Timóteo Pontes Roman, de 62 anos.

Apenas referente ao assassinato apenas de uma das sete vítimas que o pedreiro fez em Campo Grande. A sentença veio por meio de júri popular.

Conforme a decisão da Justiça, o criminoso responderá por homicídio qualificado e ocultação de cadáver, uma vez que Cleber jogou o corpo da vítima em um poço, mesmo sem saber se ela ainda estava viva ou não.

Em sua defesa, Cleber afirmou que matou o homem porque estava mentalmente perturbado, pois tinha matado José Leonel Ferreira Santos, de 61 anos, no dia anterior. De acordo com o pedreiro, que confessou o crime, ele havia se desentendido com Timóteo enquanto estava na casa da vítima.

O assassino desferiu, então, um golpe com o cabo de uma picareta na cabeça do desfeito. Após o assassinato, contou com a ajuda de sua filha, de 19 anos, para colocar o corpo dentro do poço que havia no quintal.

Este foi o segundo julgamento pelo qual Cleber passou, restando mais cinco pela frente, um deles ainda nesse mês.

A primeira condenação foi de 15 anos, sendo 14 anos pela morte de Roberto Geraldo Clariano e um ano pela ocultação do cadáver da vítima.

VÍTIMAS

Além de Timóteo e Roberto Geraldo, Cleber ainda confessou o assassinato de José Leonel Ferreira Santos, de 61 anos. Os dois casos já têm sentença proferida.

Ainda em fevereiro, Cleber vai a júri novamente pela morte de seu primo, Flávio Pereira, de 34 anos. O crime aconteceu em 2015, após os dois brigarem por conta de um terreno que pertencia à vítima.

Após o crime, o pedreiro vendeu a propriedade para um barbeiro, de 53 anos, por R\$ 50 mil. A outra vítima foi identificada como José de Jesus de Souza, de 45 anos, que trabalhava para Cleber em obras e também foi morto depois de ter se desentendido com o assassino.

Uma briga também precedeu a morte de Taíra. Ele trabalhava com jardinagem e tinha sido contratado para capinar um terreno na Vila Planalto a pedido do serial killer, que o matou no local.

Outra vítima do assassino foi Claudionor Longo Xavier, de 48 anos. Os dois se desentenderam por conta de um investimento em um imóvel.

O suspeito matou e ocultou o cadáver da vítima no terreno de uma casa no bairro Sítio Libanês e ainda vendeu sua motocicleta.

ESPERANÇA

Primeira captação de órgãos do ano beneficia duas pessoas

RODRIGO ALMEIDA

A Santa Casa de Campo Grande realizou, na terça-feira, a primeira captação de órgãos deste ano. Após autorização da família de uma senhora de 54 anos, vítima de acidente vascular cerebral hemorrágico (AVCH), os órgãos doados garantiram a sobrevivência de duas pessoas, um paciente da Capital e outro do Rio Grande do Sul.

Depois de conferida a compatibilidade, o rim foi enviado para o Rio Grande do Sul, contando com o apoio da For-

ça Aérea Brasileira (FAB) no transporte. O outro órgão foi transplantado em um paciente da Santa Casa de Campo Grande na manhã de ontem.

Em 2021, a Organização de Procura de Órgãos da Santa Casa encerrou o ano com 122 diagnósticos de morte encefálica.

Desse total, 63 famílias foram consultadas em função de os pacientes serem potenciais doadores, apenas 31 autorizaram a doação dos órgãos. Ao todo, foram captados 48 rins, 13 fígados e quatro corações na instituição.

DEPOIS DE 24 ANOS

Lei das Águas Cristalinas deve voltar à pauta na Assembleia

Depois de sancionar a Lei dos Banhados no fim de 2021, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (Alemis) deve desviar o foco agora para uma regulamentação mais rígida da Lei das Águas Cristalinas, sancionada em 1998.

Deputado Paulo Corrêa, presidente da Casa e autor da proposição, relembra que ela já é colocada em prática, mas, em razão de alguns abusos, ainda é preciso "regulamentação mais efetiva".

Na sessão ordinária desta quarta-feira, o deputado disse que há preocupação com Bonito. "Há alguns proprietários que estão dividindo as áreas

em módulos menores e fazendo, por exemplo, 10 entradas para o Rio Formoso. Precisamos segurar um pouco, senão, vai degradar muito o meio ambiente", afirmou. De acordo com representantes dos grupos Unidos da Serra da Bodoquena e Bonitos por Natureza, proprietários de cerca de 1,4 mil hectares insistem em driblar a lei na região.

Nesta terça-feira, os representantes dos grupos e empresários se reuniram com representantes do governo do Estado e com o deputado estadual Paulo Corrêa para cobrar ações mais firmes.

Bonito, localizado a 297 qui-

lômetros de Campo Grande, é o baluarte do ecoturismo no Estado e a joia do segmento. Com necessidade socioeconômica muito forte, grupos da sociedade civil fazem pressão para que a lei, com mais de 24 anos de vigência, seja praticada com mais rigidez.

"[A Lei das Águas Cristalinas] prevê que 150 metros de cada margem dos rios não podem ser desmatados e exploração pode ser feita apenas por produtores de mel, aparelhos de ecoturismo, tudo que não cause grande impacto", declarou o presidente da Alemis.

A proposição é de autoria do próprio Paulo Corrêa e, segun-

do ele, precisa de novas formas de aplicabilidade. Essa regulamentação leva em consideração as margens dos rios da Prata, Formoso e seus afluentes. (RA)

“

Lei prevê que 150 metros de cada margem dos rios não podem ser desmatados e exploração pode ser feita por tudo que não cause grande impacto

Paulo Corrêa, deputado e presidente da Alemis

As vendas são a Portaria Estadual nº 812, de 29 de setembro de 2020, e o empreendimento MIMAX PCH S.A., representado pelo empreendimento denominado PCH Riosane, com capacidade prevista de geração de energia elétrica de 30 MW, a ser gerada por usina hidrelétrica, na Fazenda das Mucundinas, município de Cuiabá/MS. Esta PCH Riosane/O empreendimento está disponível para venda no Portal de Licitação Ambiental - RIMA por meio do endereço eletrônico cadastrado no site do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - Imasul, sendo possível acessar o link www.pchriane.com.br

CAIXA MINISTÉRIO DA ECONOMIA **PRIMA AMADA BRASIL**

AVISO DE VENDA

Edital de Leilão Público nº 3023/0222 - 1º Leilão e nº 3024/0222 - 2º Leilão

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da CN Marília de Bona, torna pública uma licitação para venda, por meio de leilão, de um imóvel situado no município de Bonito/MS, com capacidade prevista de geração de energia elétrica de 30 MW, a ser gerada por usina hidrelétrica, na Fazenda das Mucundinas, município de Cuiabá/MS. Esta PCH Riosane/O empreendimento está disponível para venda no Portal de Licitação Ambiental - RIMA por meio do endereço eletrônico cadastrado no site do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - Imasul, sendo possível acessar o link www.pchriane.com.br

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CN MANUTENÇÃO DE BENS

Item Jornalístico 25

4 | POLÍTICA | CORREIO DO ESTADO
QUARTA-FEIRA, 23 DE FEVEREIRO DE 2022

CLÁUDIO HUMBERTO

POR ANA PAULA LEITÃO E TERESA BARROS
claudiohumerto.com.br @claudioh

O que a gente fez foi quebrar a máfia cultural que existia

André Porciuncula, secretário Nacional de Cultura, sobre nova divisão da Lei Rouanet

Fábio Faria sai de cena, mas descarta assumir SBT
Político em ascensão a quem estava reservada a posição de companheiro de chapa do presidente Jair Bolsonaro, como candidato a vice-presidente, o ministro das Comunicações, Fábio Faria, decidiu sair de cena, abandonar a política. A ideia, segundo admitiu nesta terça (22), é dedicar-se à iniciativa privada, mas ele descarta com veemência suceder ao sogro Sílvio Santos no comando da rede de TV SBT. "Nãoooo", enfatizou, ao ser indagado pela coluna sobre esta hipótese.

Sem pressa
"Desisti hoje", disse-nos, referindo-se ao ramo empresarial que pretende desenvolver: "Vou começar a ver isso agora, sem pressa".

Até 31 de dezembro
Fábio Faria ficará no ministério até o fim do atual mandato de Bolsonaro, em 31 de dezembro: "Tenho muita coisa para fazer por aqui no ministério".

Bye-bye, Senado
A desistência de Fábio Faria incluiu a política no Rio Grande do Norte. Líder nas pesquisas, ele desistiu de disputar vaga no Senado.

Vespeiro potiguar
Bolsonaro teria finalizado preferir o ministro Rogério Marinho na disputa pela vaga potiguar no Senado, o que poderia ter desagradado Fábio Faria.

Autossuficiência faz Putin desdenhar de sanções
Agora faz todo o sentido a política de "substituição de importações" de Vladimir Putin, após a incorporação da Crimeia em 2014. É como se o presidente da Rússia estivesse preparando o país para enfrentar eventual conflito e/ou isolamento. Hoje, a Rússia acumula reservas cambiais de mais de US\$ 675 bilhões (R\$ 3 trilhões), tem a economia estabilizada, seu endividamento é baixo e está abastecido de alimentos.

Por cima da carne seca
Putin estaria preparado até para compensar as províncias separatistas Luhansk e Donetsk do boicote de investimentos dos Estados Unidos e da Europa.

Calcanhar de Aquiles
Embaixador do Brasil em Moscou, Rodrigo Baena Soares pondera que as sanções podem complicar a vida da Rússia na área de tecnologia.

Componentes importados
Baena Soares explicou que muitos dos produtos russos têm componentes importados da Europa e dos Estados Unidos.

O roda-presa em ação
Presidente roda-presa do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) anunciou que o pacote de projetos que pretende controlar os preços abusivos

PODER SEM PUDOR

Análise de Ourives
Ao fim de inflamado discurso, o vereador de Pedro Ourives requereu ao presidente da Câmara Municipal de Cáceres (MT), nos idos de 1995: "Faço questão de registrar meu posicionamento nos autos desta Casa: O vereador José Brandão, colega de bancada, corrigiu: 'Nobre colega, o certo é Anais, e não 'anéis'. Recebeu o troco: 'Que seja Anais para você. Para mim, que sou Ourives, a sua observação de nada vale!'".



COM ANDRÉ BRITO E TIAGO VASCONCELOS

MEIO AMBIENTE

Concessão de parques será assinada na próxima semana

Entre as unidades de conservação que devem ser concedidas à iniciativa privada está o Parque Nacional da Serra da Bodoquena, no sudoeste de Mato Grosso do Sul

DA REDAÇÃO,
COM ESTADÃO CONTEÚDO

O ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, e o presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Gustavo Montezano, vão assinar na próxima semana a concessão de parques nacionais à iniciativa privada. Segundo o ministro, a concessão vai focar na conservação. A ideia é remunerar a iniciativa privada com o pagamento pelos estoques de carbono dos parques.

Entre os locais a serem concedidos está o Parque Nacional da Serra da Bodoquena, no sudoeste do Estado, com uma área de 77 mil hectares que abrange parte dos municípios de Bonito, Jardim, Bodoquena e Porto Murtinho.

"[O projeto] começou com o manejo sustentável, passou por outro modelo de concessão de parques para ecoturismo. Antes, o ministério era refratário ao ativo. Agora, não. Estamos com o privado. É o privado que vai transformar os parques", disse Leite, durante o evento CEO Confeiteira Brasil, promovido pelo BTG Pactual.

Em sua fala, ele não detalhou, no entanto, se o projeto de exploração dos parques nacionais pela iniciativa privada para o ecoturismo será mantido e fará parte desse modelo de exploração do estoque de carbono. O ministro disse apenas que o novo modelo prevê a obrigatoriedade de os investidores contratarem brigadistas e promoverem treinamentos.

OS PARQUES
A concessão de parques nacionais é um tema polêmico, porque envolve áreas de gran-



Parque Nacional da Serra da Bodoquena, localizado no sudoeste de Mato Grosso do Sul

de sensibilidade ambiental.

Nos estudos do atual governo, foi incluída a transferência à iniciativa privada dos Lençóis Maranhenses, do parque de Jericoacoara (CE), da Chapada dos Guimarães (MT), da Serra dos Órgãos (RJ), da Serra da Bodoquena (MS), do Parque Nacional de Ubajara (CE), do Parque Nacional de Brasília.

A ideia foi lançada em 2020, tendo como referência o Parque Nacional da Foz do Iguaçu e o modelo norte-americano. Na época do lançamento do projeto, o governo afirmou que o Brasil possui 334 parques nacionais, inseridos na categoria de conservação.

Segundo o MMA, essas regiões têm "beleza cênica" e relevância ecológica. "Isso quer dizer que o território e tudo o

que há nele devem ser preservado, mas também pode receber atividades de recreação em contato com a natureza e turismo ecológico", afirmou o ministério em seu site, na época do lançamento do projeto.

SERRA DA BODOQUENA

O Parque Nacional da Serra da Bodoquena foi criado em novembro de 2000 e conta com uma área de aproximadamente 77 mil hectares. O local é administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

O objetivo da criação do parque foi preservar a Serra da Bodoquena, situada na borda sudoeste do Complexo do Pantanal. Entre as espécies que habitam o parque nacional estão o cascudo-cego, a onça-pintada e a onça-parda.

77 mil
HECTARES

É a área do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, criado em 2000.

"[O projeto] começou com o manejo sustentável, passou por outro modelo de concessão de parques para ecoturismo

Joaquim Leite, ministro do Meio Ambiente

SANÇÕES

Biden anuncia corte de financiamento de dívida à Rússia

ESTADÃO CONTEÚDO

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, anunciou em pronunciamento a primeira leva de sanções aplicadas por seu governo à Rússia, após o mandatário russo Vladimir Putin reconhecer a independência de duas regiões no leste da Ucrânia e ordenar a entrada de tropas no local.

Segundo Biden, os EUA vão impor "sanções bloqueadoras" aos bancos VEB e o banco militar da Rússia, além de cortar o financiamento ocidental da dívida soberana do país junto com aliados europeus.

Segundo o presidente norte-americano, Putin "explicitamente ameaçou guerra" caso o Ocidente não siga suas demandas de segurança "extremas" e "atacou diretamente o direito de existir da Ucrânia" e por isso a comunidade internacional deve responder firmemente, na sua visão.

Para Biden, Putin "afirmou bizarramente" a independência das autoproclamadas Re-

pública Popular de Donetsk e Luhansk, de maioria étnica russa e que vivem separadas do resto da Ucrânia desde o último conflito em 2014.

Biden disse acreditar que a Rússia escalará as agressões no Leste Europeu, o que será respondido com mais sanções ou a ampliação das já definidas, segundo ele.

Os EUA ainda decidiram aumentar a presença militar na região ao redor para proteger o território de membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Segundo Biden, a medida não tem caráter ofensivo.

DIÁLOGO E AÇÕES

O mandatário também afirmou que os EUA e aliados estão dispostos a dialogar de forma diplomática com a Rússia, desde que as conversas sejam "sérias". Segundo ele, a Rússia será "julgada por suas ações, e não por suas palavras".

O presidente dos EUA também disse que a Casa Branca monitora os eventuais impactos das sanções no suprimento de energia ao país.

EUA responderão se houver agressões

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, reuniu-se com o ministro das Relações Exteriores da Ucrânia, Dmytro Kuleba, para "reafirmar o compromisso dos Estados Unidos com a soberania e a integridade territorial da Ucrânia", segundo comunicado da Casa Branca.

Biden atualizou Kuleba sobre a resposta americana à decisão da Rússia de reconhecer duas províncias do leste ucraniano como "independentes", inclusive sobre as novas sanções anunciadas nesta terça-feira (22), diz o comunicado.

O líder americano também reafirmou que os EUA seguirão dando "assistência de segurança e apoio macroeconômico" à Ucrânia e reiterou a prontidão de seu país, em "cooperar próxima com nossos aliados e parceiros", dar uma resposta "rápida e decisiva" se houver qualquer outra agressão russa contra a Ucrânia, segundo o comunicado.

MERCADO

Dólar cai a R\$ 5,05, menor cotação em sete meses

Um dia após a decisão da Rússia de mandar tropas para a Ucrânia ter provocado uma baixa na Bolsa de Valores do Brasil, o mesmo cenário de potencial guerra na Europa resultou em forte recuperação do mercado acionário brasileiro.

O Ibovespa subiu 1,04% nesta terça-feira (22), a 112.891 pontos. Na véspera, o índice de referência da Bolsa havia caído 1,02%. Na ocasião, o tombo se consolidou no fim da tarde, logo após o presidente russo Vladimir Putin ter anunciado o seu passo decisivo na rota de conflito com o país vizinho.

Ameaças de guerra não abalaram a trajetória de valorização do real ante o dólar. A moeda americana caiu 1,05% nesta terça, a R\$ 5,0510. É a menor cotação desde 1º de julho de 2021 (R\$ 5,0450).

Desde o pico da taxa de câmbio neste ano, quando atingiu R\$ 5,71 em 5 de janeiro, o dólar já desbuiu 11,5%.

Investidores que já enxergavam o país como alternativa às baixas nas bolsas de economias desenvolvidas, agora, também podem estar avaliando o Brasil como refúgio de potenciais perdas no mercado da Rússia.

